COLINA DE SANTANA

. **PROJECTO URBANO** . JANEIRO 2013 .

ESTUDO URBANO DA COLINA DE SANTANA

Inês Lobo Arquitectos, lda. www.iLobo.pt
Inês Lobo
João Rosário
João Vaz
Júlia Varela
Rodrigo Lino Gaspar
Cláudio Gonçalves
Sónia Ribeiro

Fotografia
Duarte Belo

Historiadores
José Sarmento de Matos
Jorge Ferreira Paulo
Joaquim Caetano
Anísio Franco

Sustentabilidade e Eficiência Energética
Guilherme Carrilho da Graça
Maria Malato Lerer

Sustentabilidade financeira
Ana Monteiro

PROMOTOR
Estamo - Grupo Sagestamo

AGRADECIMENTOS

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LISBOA
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
MUSEU DA CIDADE
MUSEU DA ÁGUA , EPAL . Pedro Inácio . Bárbara Bruno
EPAL . GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL . Aqueduto das Águas Livres . Manuel Cunha
CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, EPE . Dra. Célia Pilão
ACADEMIA MILITAR
EMBAIXADA DE ITÁLIA
EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ
HOSPITAL S. JOSÉ
HOSPITAL SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS
HOSPITAL SANTA MARTA
HOSPITAL DO DESTERRO
HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA
HOSPITAL DA ESTEFÂNIA . Dra. Teresa Neto
EDIFÍCIOS DOS CTT . Álvaro Godinho, Jorge Morais
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS UNL . Dra. Madalena Esperança Pina
ATENEU COMERCIAL DE LISBOA
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA . SOCIEDADE HISTÓRICA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL . Ana Maria Proverpio
IGREJA S. LUÍS DOS FRANCESES . Martine de Stoop
IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS . Padre António Janela

ÍNDICE

[.] PREÂMBULO
O Navio Urbano . Duarte Belo

[1] COLINA DE SANTANA
A Colina de Sant'ana . para uma visão de conjunto . José Sarmento de Matos e Jorge Ferreira Paulo
promontório
campo do curral [séc.XIV-XV]
cercas
conventos [XVI]
palácios [séc. XVII-XVIII]
água
espaço público [XIX]
colina de saúde [XX]
equipamentos . cidade
colina do conhecimento [XXI]

[2] UNIDADES
território
península
equipamentos
equipamentos de ensino
equipamentos de desporto
equipamentos de culto
equipamentos de solidariedade e apoio social
equipamentos de cultura
equipamentos de saúde
equipamentos de justiça e protecção civil
unidades
programa estamo
Hospital de S. José . Colégio Jesuíta de Santo-Antão-o-Novo
Hospital Miguel Bombarda . Convento de São Francisco de Paula . Quinta de Rilhafoles
Hospital Santo António dos Capuchos . Convento de Santo António dos Capuchos
Hospital do Desterro . Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro
Hospital de Santa Marta . Convento de Santa Marta
Divisão de Trânsito da PSP . Convento de Santa Joana
disponibilidades
programa colina

[3] PENÍNSULA

PATRIMÓNIO
metodologia
classificações IGESPAR
carta municipal do Património
proposta
inventário do património

PÚBLICO
metodologia
acessibilidade viária
acessibilidade pedonal
espaços abertos de fruição pública
água
cidade e proximidade
percursos

PRIVADO
metodologia
habitar
habitar nos bairros históricos
habitar no quarteirão
habitar no campo de Santana
habitar no espaço público
espaços abertos de fruição privada
actividades económicas

SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

SÍNTESE
bibliografia
agradecimentos

[.]

PREÂMBULO

. COLINA DE SANTANA . PROJECTO URBANO .

O NAVIO URBANO

Duarte Belo

Uma elevação topográfica, de uso agrícola, nos arrabaldes de uma cidade emergente, deu lugar a um conjunto de conventos de diversas ordens. A Natureza intacta dava lugar ao povoamento agrícola, o caos e a aleatoriadade eram suplantados por um mundo humano codificado numa divindade. Posteriormente, com o desenvolvimento progressivo do universo racional, as ordens religiosas eram extintas por decisão política e as antigas cercas e conventos davam lugar aos hospitais e à cidade do conhecimento. A origem deste espaço continua hoje indelevelmente marcada no tecido urbano. Quando observamos atentamente alguns elementos arquitetónicos, começamos a perceber uma importante área da expansão da cidade de Lisboa, e a intuir o que seria este espaço, antes da sua urbanização progressiva. Hoje que estamos à beira de uma nova transformação. A dispersão hospitalar vai ser congregada num único complexo, dentro de um conceito diferente, em lugar afastado. A Colina de Santana enfrenta um novo desafio, que também se prenderá com o tempo da desmaterialização do conhecimento, com a expansão célere e incontida do mundo digital. O lugar continuará a ser um espaço de referência para o futuro: o que acontecerá a uma extensa malha urbana depois de desaparecerem as suas principais unidades funcionais? Este é um projeto, planeamento, mas o tempo vindouro é sempre uma incógnita, as cidades são gigantescas unidades de habitar, de ensaio e desenho de futuro. A Colina de Santana poderá constituir um modelo de pensamento urbano. Nunca até hoje existira para este espaço, um projeto tão abrangente de um devir possível, elaborado sobre pré-existências densas. A Colina evoluíra na ausência de um pensamento urbano estruturado para todo o seu conjunto. Talvez esta proposta seja a escala limite para a intervenção na cidade. A crescente complexidade de uma malha social que habita um território urbano vai, pela extensão, deixando clara a impossibilidade de domínio de uma escala maior. Perde-se a noção do espaço, suplantada por um tempo irredutível, pela própria natureza funda, codificada em milhões de anos de evolução de espécies, em que, se por um lado se procura uma melhor adaptação a condições pré-existentes, essas condições, esse quadro de vida, ou mesmo geológico, está em permanente mutação, a nossa adaptação carece de um ajustamento contínuo. Tudo muda, tudo se transforma. É vulnerável o tecido das construções humanas.

Percorremos demoradamente este pedaço de cidade, historicamente nomeado Colina de Santana. Questionámo-nos, inicialmente, sobre o que era cada hospital, qual o seu significado espacial. Foram estes os lugares por onde começou esta reflexão, que se viria a alargar a toda a paisagem da Colina.

O Hospital de S. José constitui a maior e mais imponente unidade de saúde da Colina de Santana, também afirmada pela sua própria volumetria que, no essencial, se manteve decorrente das suas anteriores funções conventuais. Aqui se situa a mais importante unidade de património arquitetónico da Colina de Santana, a sacristia da antiga igreja de Santo Antão-o-Novo. A igreja do colégio jesuíta começara a ser construída em 1579 e fora concluída em 1655. No dia 1 de novembro de 1755, com o grande terramoto, a igreja sofreu danos avultados. Na sequência da extinção das ordens religiosas, o Marquês de Pombal dá ordem para que aqui seja instalado o Hospital Real de São José, em substituição do Hospital de Todos-os-Santos, que, ali próximo, fora destruído pelo terramoto. A igreja ainda se mantivera de pé até ao século XIX, mas foi demolida para dar lugar ao edifício administrativo do hospital, que ainda hoje se mantém. Neste núcleo principal do edificado é curioso verificar como a mais antiga planificação se manteve, pois é ainda claramente lido o antigo espaço do claustro.

O Hospital das Capuchos é a área em que mais claramente se nota o desconcerto de sucessivas intervenções desconexas no seu espaço, que se vem tornando num labirinto, onde a boa forma arquitetónica está praticamente ausente. São fragmentos construídos de forma aparentemente aleatória ao longo de varias décadas. Aqui reside a sua principal singularidade, de espaço quase marginal a qualquer planeamento, longe dos especialistas do desenho, sujeito apenas aos ditames das necessidades funcionais da ciência médica. Não deixaram, no entanto, de acontecer aí alguns dos mais notáveis feitos da medicina portuguesa como, aliás, nos outros hospitais da colina.

O arquivo do hospital que toma o lugar da igreja, um claustro imponente que ainda hoje mantém as suas principais características, embora distante das suas primitivas funções, preserva íntegro esse desenho base. O Hospital de Santa Marta é, talvez, o mais surpreendente, enquanto espaço, por albergar uma área urbana que não é de todo perceptível do exterior. É como um segredo; com uma frente urbana que confina com um primitivo eixo viário de Lisboa para norte, não se imagina um espaço interior de grande dimensão, que no entanto mantém a característica da maior parte das unidades hospitalares da Colina, o seu caráter labiríntico, a sobreconstrução, os exíguos espaços exteriores. Há, no entanto, aqui uma planificação, um hospital pensado como um todo.

O hospital Miguel Bombarda existe no limite da racionalizada humana, alberga estranhos casos, na fronteira da mais desconfortável e misteriosa bestialidade. Casos em que muitas vezes a dimensão humana encontra um indefinível limite. É um lugar, cuja própria posição na cidade parece querer marcar uma dimensão oculta e inacessível. Por um lado estamos no coração da cidade de Lisboa, mas, por outro lado uma topografia singular isola este conjunto edificado da malha urbana que o envolve, como que apenas lhe conferindo um único ponto de acesso. No seu interior o panóptico, o pavilhão de segurança, parece sintetizar o isolamento, a ocultação, de todo o conjunto. Esconde, mas no meio de aparente vazio é visível a cidade lá em baixo e a todo o seu redor. De um ponto esquecido, como que inexistente, é visível toda a cidade, do vazio, da sua impossibilidade, observamos, com estranheza, toda sociedade humana, ou o relance sobre uma leitura lúcida e inquietante sobre a grande cidade. Hoje cresce no lugar o mundo vegetal e a expectativa de uma mudança que modificará algo que parece nunca ter existido. Espécie de mundo perdido, elevado, distante dos olhares da sociedade envolvente.

A implantação do Hospital do Desterro tinha certamente o alinhamento de acordo com uma linha de água que serpenteava em direção ao Tejo. A construção da avenida Almirante Reis colocou este complexo arquitetónico desalinhado com essa nova direção. Este é um dos factos mais relevantes de quem olha hoje para o edifício. Outro aspeto relevante é o caráter inacabado desta obra que nunca chegou ao fim. A igreja conventual, primitivamente da Ordem de Cister, nunca foi terminada.

O Hospital de Dona Estefânia é o mais recente e foi o único, de toda a Colina, planeado para ser hospital. Ainda hoje mantém essas funções. Teve também um processo de sucessivas construções, talvez a mais transformadora tenha sido aquela que ocupou o antigo claustro com um auditório. Mas neste caso há uma intervenção coerente, pois a maioria das obras foi feita num determinado período e pensada como um todo. O jardim exterior, sul, frente à entrada principal, é um espaço verde raro, que não existe nas outras unidades de saúde, em que áreas como esta foram ocupadas por novas construções.

Mas há muitos outros edifícios que nos ajudam a compreender a ocupação do espaço da Colina. Dentro da cidade existem numerosas zonas de fronteira, bairros aparentemente fechados, áreas escondidas como pequenas aldeias perdidas na imensidão da montanha. Há geometrias retilíneas e de todas os mais diversificados desenhos. Tudo se encontra na Colina de Santana. Como o Convento de Santa Joana, onde que se percebe o corpo de antiga igreja, hoje ocupado por uma oficina de automóveis da polícia, mas em que, no local, poucos parecem ter essa percepção. O palácio dos CTT com a sua exuberância de madeiras e um jardim com uma inclinação acentuada a sugerir um espaço que nunca teve ocupação construída. A igreja de S. Luís dos Franceses é um micro-cosmos de espanto, de arquitetura religiosa, de domínio de escala, num espaço exíguo, entalado no meio de tantos outros

edifícios, como o Coliseu dos Recreios ou a escada, Beco de São Luís da Pena, que é hoje como que um monumento abandonado no coração de uma cidade, ou um itinerário íngreme num tempo em que se evita o esforço dos percursos íngremes. Esta escadaria é também a memória de uma cidade arcaica, ou mesmo uma síntese da Lisboa das colinas, dos acessos de declives acentuados onde o Tejo está muitas vezes presente. O Palácio da Independência apresenta também um jardim, muito pouco conhecido, que surpreende pelo seu desenho regular com um eixo longitudinal bem marcado, síntese do tempo da sua construção, da representação da cidade e do mundo de um determinado período histórico. Há os labirintos verdes que nos falam do principio do tempo, do espaço natural anterior à presença humana, das colinas que se erguiam na margem direita do grande rio peninsular antes deste encontrar o mar, depois de percorrer uma extensa paisagem da Ibéria.

A entrada breve nestes edifícios públicos, ou pertencentes a instituições, revelam a cidade que se perde e encontra num imenso labirinto. Penetramos nos espaços ocultos do exterior, da via pública, e aquilo de que nos falam é do mundo ilimitado do habitar humano, da construção de territórios fascinantes e únicos, irreversíveis e singulares. São espaços de transição e que enunciam a esfera privada de cada cidadão, de cada habitante da urbe. São áreas que definem a face mais viva e dinâmica de uma cultura local, regional, ou mesmo os condicionalismo de um povo que se prende de forma mais ou menos rígida a um passado que muitas vezes não fora vivido por si próprio.

Se formos avançando neste jogo de descoberta, de conhecimento, vamos descobrindo um mundo novo de potencialidades, mesmo no reino de uma economia que hoje parece querer dominar as nossas vidas, através das suas faces mais sombrias. Há uma dinâmica de conhecimento, que procura métodos e formas de chegar a uma clarificação de gestos humanos que muitas vezes não são interpretados como algo que pode ter um valor fundamental e significante. O entendimento da cidade, das formas de povoamento humano, das macro-estruturas à dimensão ínfima de um quarto numa qualquer casa, revela-nos, eventualmente, um futuro que hoje ainda não temos capacidade de acesso. Mas é neste jogo intuitivo que temos de arriscar as hipóteses de um caminhar que procura a difícil equação de um futuro próximo, sempre fugidio. Até lá, nestes lugares insuspeitos, parece encontrarmos um retrato de Portugal, que se posiciona perante um imenso oceano azul.

É deste mar que esta colina parece querer aproximar-se, agora completamente revestida por construções humanas, face de um sonho de erguer uma cidade que resiste ao tempo, às indomáveis forças da natureza, que se expande como o incontido sonho humano de povoamento. A colina de Santana é como um barco, ou uma enorme arca de movimento que contém um troço de cidade. A sua proa representa o seu espaço mais antigo, mais intrincado, mais profundamente agarrado à topografia do terreno e onde os edifícios são de menor escala. É o ponto seminal do seu povoamento ainda dentro de uma cerca muralhada do reinado de D. Fernando. Depois surgiram uma série de conventos, que definirão os lugares privilegiados desta paisagem que hoje parece contida, mas que no passado representava um arrabalde distante e desprotegido de uma cidade que abandonava o tempo medieval e avançava para a modernidade pelo mar, na procura de outras paisagens, de ouro, de especiarias, de uma riqueza que não se encontrava no interior de Portugal. As terras entre os conventos foram sendo construídas até tomarem completamente todo o espaço disponível. Sobrou um vazio primordial que sempre tivera esse estatuto: o campo Santana, depois Campo dos Mártires da Pátria, em homenagem aos soldados caídos em combate durante a primeira grande guerra. Hoje é um jardim extenso no topo da colina que articula e onde confluem as principais artérias viárias.

Talvez nenhum outro pedaço de cidade de Lisboa se parecerá com um navio urbano como a Colina de Santana. Talvez por estar localizada entre duas linhas de água retilíneas e convergentes, onde atualmente se localizam duas das principais avenidas de Lisboa, a Colina sugira um enorme navio que se ergue um mar ondulado. Se a proa deste enorme navio parece querer deixar um estaleiro e aproximar-se do mar, pela foz do Tejo, a popa vai diluir-se na cidade, num limite muito mais impreciso, como se para uma viagem convocasse toda a cidade de Lisboa. Esta é, curiosamente, a única das sete colina históricas de Lisboa que não confina com o rio, mas dele, pela sua morfologia, parece querer aproximar-se.

Há nestas palavras o compromisso da liberdade e da libertação. São como o próprio exercício da fotografia, do caminhar aleatório pela cidade, com o intuito de atravessar todo o seu território. É uma liberdade que se constrói sobre um universo de razão. É uma experiência fotográfica que conflui na palavra, no pensamento progressivamente abstrato, como se o caminhar fosse motivado pelo registo imagético e essas imagens originassem a escrita, reflexão decantada, descodificação. Aqui se encontram tempos desconexos. Há um tempo individual, de quem trabalha sobre o lugar, de quem o regista e reflete, de quem planeia e tenta decidir, prever o seu futuro, apenas contar uma história, ou tão só deixar os vestígios de uma aproximação inebriada.

Mas o que significa fotografar a cidade? Percepção do tempo e do espaço, procura do núcleo de sentido dos seus elementos, da sua natureza especifica no contexto de uma paisagem muito mais vasta; interpretação de alguns dos seus espaços, quer sejam construídos - como os hospitais e outros edifícios - quer sejam os vazios - as ruas, as praças, os jardins ou os pontos de articulação viária. As fotografias deixam um rasto de memória, de tempo fixado, na progressiva desvinculação da realidade, na proporção direta do seu afastamento temporal. As fotografias fixam uma realidade espacio-temporal que está em permanente transformação e que, por isso, já são passado no momento imediato à sua captura. Mas as fotografias podem criar um discurso, uma unidade semântica, quase como uma cidade paralela, que é a sua representação e interpretação, uma leitura humana de uma situação, a criação de uma ilha significante. Aqui reside um dos fascínios deste jogo que se alicerça no conhecimento de numerosas fontes, mas sobretudo da vivência do lugar, não deixando de ser um labor de procura de algo que não sabemos se vamos encontrar. Esse algo é o sentido e o símbolo de um habitar humano, é o contexto de uma existência, de uma comunidade talvez. É a apreensão de uma complexidade crescente gerada por uma evolução sem limites, enquadrada num quadro onde se cruzam saberes dispersos e desconexos que permanentemente se cruzam, se interagem e se conectam criando hipóteses de caminhar que, podendo ser abstratas e difusas, são um poderoso convite a uma interminável viagem.

[1]

COLINA DE SANTANA

. COLINA DE SANTANA . PROJECTO URBANO .

A COLINA DE SANT'ANA . PARA UMA VISÃO DE CONJUNTO

José Sarmento de Matos e Jorge Ferreira Paulo

A primeira preocupação ao abordar no seu conjunto a colina de Sant'Ana é discernir com cuidado as componentes estruturantes que fazem dela uma unidade no todo lisboeta, com uma história própria, feita de uma multiplicidade de factores que, à partida, podem surgir como desconexos ou mesmo desgarrados. Encontrar portanto uma lógica de desenvolvimento ao longo dos tempos, por certo não muito diferenciada de outras zonas periféricas do casco mais antigo da cidade, mas que certos apontamentos muito concretos lhe imprimiram características peculiares que a diferenciam com facilidade das restantes áreas congéneres e permitem hoje exercitar um olhar comum sobre toda esta vasta parcela de Lisboa.

I . Condicionalismo geográfico

Em primeiro lugar convirá desde logo ter em conta a geografia, pois estamos perante uma das mais evidentes colinas que constituem a orografia de Lisboa. O território onde se veio a desenvolver a cidade é determinado por duas linhas de água, que talharam dois vales amplos e abertos, ladeados por encostas por vezes bastante íngremes. Essas duas linhas de água (uma hoje a Avenida da Liberdade e a outra a Almirante Reis) reuniam-se no actual Rossio, daí formando um esteiro largo de aluvião que desaguava no Tejo, constituindo hoje o território da Baixa. A nascente e a poente desse esteiro definiam-se duas colinas que ainda hoje balizam o vale, nas quais a cidade se foi desenvolvendo (de nascente para poente), tanto unida como separada por esse território baixo que se tornou o centro urbano, através do eixo Terreiro do Paço/Rossio. A norte, uma terceira colina era definida em forma de esporão afiado entre as duas referidas linhas de água, podendo perguntar-se com pertinência qual a razão porque essa terceira colina, a que hoje chamamos de Sant'Ana, não desempenhou maior papel na articulação do tecido urbano dada a sua indiscutível centralidade, no seguimento natural do referido eixo norte/sul atrás referido.

A resposta a esta questão reside na consideração do elemento central da razão primeira da cidade e do seu sucesso ao correr do tempo. Isto é, o rio Tejo, condicionante da disposição da urbe ao longo da sua margem, definindo como que a forma de um boomerang, devido á curva acentuada do estuário. Ou seja, o vale da Baixa e as duas colinas que o bordejam, sobranceiras ao rio, constituíram-se como territórios de eleição de um aglomerado urbano cuja lógica se articulava a partir da imponente massa de água do estuário, ponto de convergência das múltiplas linhas de trânsito marítimo que o cruzavam em todas as direcções. Primeiro que tudo, e este facto é imprescindível ter-se sempre presente ao considerar a evolução da cidade, Lisboa é um porto no qual confluem quer as linhas de navegação atlânticas, quer aquelas que interligam as componentes marginais do próprio estuário. Daí, a cidade como que se fechava a norte, condicionalismo que se tornará evidente ao traçar-se a Cerca Nova (1373), como veremos, e ainda bem sensível na ideia de Lisboa que preside à reconstrução pombalina, em que o núcleo urbano é como que limitado a norte de forma deliberada pelo «tampão» que constituía o Passeio Público. A abertura para o vasto hinterland, hoje parte componente do todo citadino, é um fenómeno que se desenvolverá a partir de meados do século XIX, e que tem como momento de referência exactamente a transformação do Passeio Público em Avenida da Liberdade.

Este específico condicionalismo geográfico ditou o papel, diga-se que marginal, da colina de Sant'Ana no processo de desenvolvimento urbano de Lisboa. Só aos poucos ela foi sendo integrada, primeiro como lugar próprio de quintas, hortas e olivais, depois como território ideal para talhar as vastas cercas dos conventos. No entanto, as suas margens baixas, ao longo das vias que corriam nos vales, tornaram-se apetecíveis, em especial a partir do boom populacional ditado pela expansão ultramarina, cobrindo-se de alguns núcleos urbanos que, tal como a cidade em relação ao Tejo, se estendiam em linha estreita na pendente das encostas. Portanto, a primeira preocupação a ter em conta ao tentar entender este território é definir com alguma precisão os principais eixos viários que condicionaram a sua ocupação. Quer aqueles que a envolvem na sua base, a nascente e poente, quer aqueles que a atravessam de lado a lado (poucos, diga-se), tantas vezes num traçado ziguezagueante que ainda hoje perdura, ditado pela necessidade de galgar desníveis consideráveis.

II . Os Eixos de Comunicação

Entre as vias que delimitam a colina de Sant'Ana, a mais significativa na história da cidade é, sem dúvida, o longo eixo que, saindo do Rossio, segue para norte em direcção a Benfica, o caminho que durante séculos se denominou a Estrada de Sintra, uma das três principais vias romanas de ligação de Olisipo com o seu fértil arrabalde. Ostentando hoje diversos nomes – Portas de Santo-Antão, Rua de São José ou de Santa Marta – esta via corre paralela à antiga linha de água de Valverde e é acompanhada a nascente, até ao núcleo de Santa Marta, pela pendente acentuada da encosta que sobe para o topo do planalto da colina, o hoje dito Campo de Sant'Ana.

A nascente, a envolvente viária da colina é menos definida. O Regueirão dos Anjos (hoje mais ou menos a Almirante Reis) delimita a unidade urbana, mas, no seu término, é atravessada por uma outra via proveniente da antiga Porta da Mouraria (da Cerca Nova), a qual, depois de cruzar a linha do referido Regueirão (Rua da Palma), subia de forma enviesada na pendente da encosta - a ainda hoje presente Rua de São Lázaro -, atingindo igualmente o topo da colina.

A outra via que subia a encosta íngreme é a ainda hoje conhecida como Rua das Pretas. Trata-se de um eixo longitudinal poente/nascente que se prolongava desde o Rato pela Rua do Salitre, atravessava Valverde e subia a colina, chegando igualmente ao topo da mesma, depois de se dividir em duas, a Calçada do Moinho de Vento e a Rua depois dita de Santo António dos Capuchos. Ao atingir o topo, esta espécie de caminho de pé-posto entroncava com a já referida Rua de São Lázaro, a qual se prolongava para o interior campestre através da Carreira dos Cavalos (Rua Gomes Freire). Portanto, havia um traçado hoje quase imperceptível de uma espécie de primeira circular avant-la-lettre que atravessava longitudinalmente o limite da cidade, ligando, de forma por vezes tortuosa, o Rato e sua envolvente (Campolide, Cotovia, etc.), ao Castelo, após descer o Salitre, subir a Rua das Pretas, atingir o topo da colina de Sant'Ana, voltar a descer por São Lázaro, subir a Rua dos Cavaleiros e trepar depois a Calçada de Santo André. Daí era fácil atingir a Graça ou São Vicente. Pouco, na verdade, se tem valorizado este eixo ondulante, que passa por certo despercebido pela modéstia das vias que o compõem, em boa verdade pouco mais de início que frustres azinhagas. A verdade, no entanto, é que todas elas ainda lá estão e, embora perdida a lógica original que as unia, ainda desempenham papel importante no trânsito do dia-a-dia da cidade.

O outro eixo viário que subia a colina até ao seu planalto era um caracol retorcido que nascia no largo de São Domingos, junto ao Rossio. Era (e é) a Calçada do Garcia, que depois de serpentear a encosta íngreme, se dividia em duas: a Rua depois dita do Arco da Graça, que seguia na pendente da encosta para norte, ligando no seu término, de forma também tortuosa, à já referida Rua de São Lázaro; e a Calçada depois chamada de Sant'Ana, que galgava a colina em traçado tanto quanto possível rectilíneo (daí se ter chamado de Rua Direita de Sant'Ana), seguindo a crista do já referido espigão que a colina formava na confluência dos dois vales.

O traçado da Cerca Nova na Colina de Sant'Ana, segundo pormenor do desenho publicado por Bráunio referente a meados do século XVI. No topo já é referenciado o convento de Sant'Ana, de 1562

A Calçada de Sant'Ana e a sua envolvente, pormenor da planta de Reverend (1756)

Traçado do Bairro do Andaluz, pormenor da planta de Reverend (1756)

Será a partir destes caminhos principais, estruturantes de forma empírica da realidade física da colina, que se irá iniciar a sua ocupação urbanística, processe longo e parcelar que de seguida se procurará descrever tão sucintamente quanto possível.

III . A Ocupação Urbanística

Na ausência de um conhecimento detalhado da hipotética ocupação desta vasta área da cidade em tempos mais remotos, por certo importante até pela amplitude original das linhas de água que a envolviam, o seu início imediatamente palpável e descritível decorre da construção da Cerca Nova, ou Fernandina (1373/75). Como é ainda hoje bem perceptível pelas suas reminiscências, a nova muralha descia do castelo a seguir à torre de São Lourenço em direcção ao vale, ao longo das actuais Escadinhas da Saúde, atravessava-o, abrindo-se nesse troço a Porta da Mouraria (ou de São Vicente, mais tarde chamada o Arco do Marquês de Alegrete), e voltava a subir a vertente poente da colina de Sant'Ana, cortando as duas vias atrás citadas, a Rua do Arco da Graça e a Calçada de Sant'Ana, com o seu Arco também, sendo estes arcos as portas primitivas (ou postigos) da muralha. Depois voltava a descer junto ao actual Recolhimento da Encarnação em direcção ao vale poente, onde se situava a porta (ou Portas) de Santo-Antão, a mais importante saída para norte da cidade.

De D. João I a D. Manuel, são constantes as determinações régias e municipais no sentido de proceder à urbanização obrigatória de todos os terrenos intramuros, chegando-se a pressionar no sentido de arrancar as teimosas reminiscências rurais, com especial incidência quanto aos olivais ainda existentes nas zonas mais periféricas. É bem conhecida a sanha de D. João I no que respeita ao olival que os padres trinos possuíam junto do seu convento da Trindade, daí resultando a sua urbanização compulsiva, mantendo-se, como uma espécie de pirraça, o topónimo da Oliveira numa das vias resultantes dessa operação urbanística.

O mesmo fenómeno terá ocorrido igualmente na parte da colina de Sant'Ana que ficava abrangida pelo perímetro da muralha. Isto é, acentuou-se de forma rápida a construção habitacional no caracol da Calçada do Garcia, e na parte das ruas do Arco da Graça e da Calçada de Sant'Ana, até ao limite das portas da muralha que as fechavam e separavam, agora de forma muito nítida, da restante zona envolvente, ainda ruralizante na sua definição. Havia, portanto, nestes tempos, em boa medida correspondentes ao século XV, uma marcação voluntária e acentuada através da Cerca entre o núcleo urbano e o seu termo próximo.

Esta situação virá a alterar-se de forma exponencial e rápida ao longo do século XVI, com a transformação progressiva de Lisboa no empório principal do comércio atlântico com a África, as Índias e o Brasil. A pressão demográfica foi de tal ordem que obrigou num ápice à ocupação habitacional de vastas áreas, através do emparcelamento de antigas propriedades rurais, quer detidas por particulares, quer por irmandades sediadas em várias das antigas freguesias de Lisboa.

O caso exemplar sempre citado deste fenómeno expansionista é o Bairro Alto, iniciativa de família Andrade, que se foi consolidando praticamente durante todo o século XVI. Se pela sua dimensão se impõe de facto como uma novidade de monta no panorama da cidade, o Bairro Alto não é de forma alguma um caso isolado, quer nos seus propósitos, quer ainda nas linhas mestras que presidiram à sua construção. A ideia amiúde repetida de que ele representa um corte com a prática tradicional carece ser revista e, sobretudo, convirá realçar a identidade de procedimentos com outras urbanizações então iniciadas como que de jacto, sendo duas delas situadas na colina que nos cabe entender.

A primeira é a Calçada de Sant'Ana. A construção no alto da colina do convento de Sant'Ana determinou o rápido prolongamento da via pública até ao topo, transformando-se aos poucos a antiga porta no depois celebrizado Arco de Sant'Ana. Ainda hoje é bem sensível a divisão da calçada em dois troços, mesmo tendo desaparecido o referido arco. A partir do local onde ele se levantava, a via é um nada mais larga e, sobretudo, o tipo de emparcelamento dos terrenos é bastante diferente. Mas o mais importante é o traçado, exactamente a partir desse ponto, de uma outra via paralela à Calçada, a ela ligada, denominada de Rua de Martim Vaz, que compõe deste modo um conjunto urbanístico de bastante impacto, definido por essas duas vias paralelas e outras perpendiculares, algumas em escada devido ao declive, que ligam quer à já referida Rua do Arco da Graça, a nascente, que corre a nível inferior e que sofreu o mesmo tratamento, com a urbanização subsequente de todo o seu traçado, até ao futuro Colégio jesuítico de Santo-Antão-o-Novo, hoje Hospital de São José; quer para poente em direcção ao eixo das Portas de Santo-Antão/ São José. E a rapidez deste processo urbanístico é bem evidenciado pela necessidade de instituir em 1564, no já presente convento de Sant'Ana, uma nova freguesia, facto que iria originar o rebaptizar de todo esta nova vasta área consolidada da cidade. Portanto, nesse ano de 1564 o número de fogos habitacionais já impunha uma nova freguesia.

O segundo é o chamado Bairro do Andaluz. Este novo conjunto ocupa parte da encosta poente da colina de Sant'Ana, imediatamente delimitado pela depois dita Rua de São José, a norte do traçado sinuoso da Rua das Pretas. Trata-se, numa opinião naturalmente discutível, do traçado urbanístico mais coerente deste período, pela homogeneidade das suas linhas definidoras. A meio da colina, sensivelmente no cimo da Rua das Pretas, foi traçada uma via longitudinal, bastante sinuosa devido à irregularidade do terreno em que corre, chamada ainda hoje como Rua do Passadiço, apesar de esse elemento de ligação entre os dois lados há muito ter desaparecido. Dessa rua no sentido norte/sul, descem para poente, em direcção à rua de São José, diversas vias paralelas (tanto quanto possível), que constituem a unidade funcional do novo bairro, unidas algumas em baixo por outra via perpendicular, chamada Rua do Cardal de São José. Ou seja, este conjunto apresenta uma unidade que poderá fazer supor uma única iniciativa, e será uma pista possível de investigação o facto de vários edifícios habitacionais dispersos numa área relativamente vasta apresentarem ainda hoje inseridas na fachada, sobre as portas, placas foreiras da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Madalena. Seriam estes terrenos urbanizados com tanta coerência pertencentes todos à mesma entidade, ou, pelo menos, preferencialmente? Que existe uma unidade de plano, é evidente. A verdade é que tal como lá mais acima, a nova freguesia de São José, abrangendo já este novo bairro, será instituída três anos depois da de Sant'Ana, isto é em 1567.

O terceiro, por fim, é constituído pela ocupação urbana da vertente sobre o Regueirão dos Anjos. No entanto este conjunto sofreu ao longo dos tempos tantas modificações que é difícil hoje perceber com nitidez a sua coerência original, aliás bastante determinada pela linha enviesada da rua de São Lázaro ou a torta Calçada depois chamada do Conde de Pombeiro. No entanto a urbanização desta área é um facto bem evidenciado pela instituição da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, em simultâneo com a de Sant'Ana, ou seja, em 1564.

Portanto, em meados do século XVI, como indicam as datas da fundação das freguesias, haviam-se consolidado várias áreas urbanas na colina, formando como que uma coroa envolvente, ocupando as suas vertentes sul, nascente e poente, em torno do vasto planalto só já timidamente preenchido numa das pontas pelo convento de Sant'Ana, origem do topónimo que iria daí em diante identificar todo o vasto conjunto.

Esta presença tímida do convento das freiras é um manifesto sinal de partida para a compita sobre esses terrenos amplos e férteis por outras congregações religiosas, determinando uma nova fase significativa na vida agitada da colina que nos ocupa.

IV . A Ocupação Conventual

Dada a amplidão e fertilidade dos seus terrenos o planalto da colina de Sant'Ana depressa despertou apetites de vária ordem. Entre estes, o mais marcante é, sem dúvida, o das ordens religiosas, desejosas de aproveitar as condições favoráveis da área para instalação das suas casas conventuais. No entanto depressa serão seguidas por gente de posses, representantes de diversas graduações da apelidada Sociedade de Corte, para usar a expressão feliz de Norbert Elias, mais ou menos fidalgas nos pergaminhos, que aproveitaram igualmente para erguer as suas casas nobres e mesmo um ou outro palácio, tudo envolto pela animação barulhenta da actividade dos açougues e feira de gado, pois o descampado central do planalto irregular seria destinado a ser o Campo do Curral, aqui afluindo, desde finais do século XVI, todo o comércio de carnes para o abastecimento da cidade. Isto é, depressa o planalto se animou entre as badaladas dos sinos que cadenciavam as rezas dos recolhidos, as elegâncias airadas dos fidalgotes e as práticas menos estéticas ou os odores desagradáveis decorrentes da actividade febril dos açougueiros. Apesar da limitação tão sensível das vias de comunicação com a restante cidade, apenas garantida de forma frustre a sul pela Calçada de Sant'Ana – limitada pelo impraticável caracol da Calçada do Garcia –; a nascente pela Rua de São Lázaro; a norte pela Carreira dos Cavalos, por certo quase sempre atravancada pela circulação do gado vindo do campo; e a poente pela difícil Rua das Pretas, sinuosa, estreita e íngreme, o dito Campo de Sant'Ana integrava-se aos poucos na dinâmica urbana. Mas, tirando a abertura de uma ou outra via secundária, como a Calçada do Lavre, continuava a não ser nada fácil chegar ao cimo, mantendo-se a tendência atávica de gueto, condicionante tradicional nas diversas partes justapostas da cidade antiga, sempre desarticuladas na sua funcionalidade.

Depois do modesto convento de Sant'Ana, de freiras terceiras franciscanas, iniciado em 1562, seguem-se outras casas religiosas, cada vez mais imponentes nas suas dimensões e cuidados arquitectónicos. No topo da Rua das Pretas, ao cimo da hoje chamada Rua de Santo António dos Capuchos, inicia-se em 1570 a obra de construção do convento franciscano capucho da mesma evocação. Com boa cerca e erguida a igreja ao fundo de uma bonita Alameda, esta casa religiosa, do padroado do Senado da Câmara, marca um momento de viragem na ocupação continuada do planalto de Sant'Ana.

Na encosta virada a nascente será fundado, em 1591, o convento de Nossa Senhora do Desterro, dos beneditinos brancos de Alcobaça, cujas obras se arrastarão por mais de um século, acabando mesmo assim por ficar incompleto o projecto ambicioso original.

Com o activo apoio régio, de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, é doada em 1576 a parte mais a sul do Campo do Curral aos jesuítas afim de aí erguerem o seu Colégio principal de Lisboa, fazendo transferir os padres o orago da sua casa provisória de Santo-Antão. O majestoso edifício de Santo-Antão-o-Novo, cuja primeira pedra será lançada logo em 1578, irá sendo erguido consoante as disponibilidades, acabando por ganhar alento após a doação da condessa de Linhares, D. Filipa de Sá, em 1612, que permite o início da majestosa igreja ainda em 1613, efectivando-se a doação plena pela morte da senhora em 1618.

Na base da encosta poente da colina, sobre a então Rua de São José (hoje de Santa Marta) e na sequência do já citado Bairro do Andaluz, foi fundado a partir de 1612 um convento de freiras dedicado a Santa Marta, dotado com uma vasta cerca que subia em declive a encosta, aproximando-se no seu cimo da cerca de Santo António dos Capuchos.

Por fim, a mais recente casa religiosa seria fundada já no século XVIII, mais precisamente em 1725, com autorização definitiva em 1738, no sítio de Rilhafoles, ocupando o vasto cabeço entre Santo António dos Capuchos e a Carreira dos Cavalos. O convento, destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, era bastante modesto na sua arquitectura, sendo somente completado já depois do terramoto de 1755.

A estes conventos se deverá ainda juntar o Recolhimento da Encarnação, das Comendadeiras da Ordem de São Bento de Avis, junto da Calçada de Sant'Ana, começado a construir em 1617, no local das antigas casas de D. Aleixo de Meneses.

Quanto a edifícios palacianos cumpre destacar os erguidos na envolvente baixa da colina, em especial na Rua das Portas de Santo Antão, ou na Calçada de Sant'Ana, mais tardios, o palácio Mello, junto a Santo António dos Capuchos, e o vizinho das Açafatas, a residência da família Vaz de Carvalho, no topo norte do Campo de Sant'Ana, o palácio de Alexandre Metello (dito erradamente do Mitelo), na parte nascente do mesmo, e sobretudo, o grande palácio da Bemposta, com a sua enorme quinta (hoje Academia Militar), erguido a partir de 1702 por D. Catarina de Bragança, rainha viúva da Grã-Bretanha. A destacar, ainda, o palácio onde esteve sediado o Patriarcado, na correnteza poente do Campo de Sant'Ana, belo exemplar da arquitectura joanina de influência romana datável de cerca de 1730, da provável autoria de J.F. Ludovice.

Estes edifícios, tal como os conventos acima referidos, serão alvo de estudo mais detalhado mais adiante neste trabalho.

Pormenor da Planta de Lisboa de 1785, de provável autoria de Honorato José Correia. É bem perceptível o já então hospital de São José, com a sua vasta cerca, bem como os conventos de Sant'Ana, Santo António dos Capuchos, Rilhafoles e Desterro, bem como a igreja paroquial da Pena, na Calçada de Sant'Ana. . À direita da imagem está bem marcada mancha verde do Passeio Público, terminando no eixo contínuo da Rua do Salitre e da Rua das Pretas.

V . Tempos Recentes

Deixando de lado de momento os planos nunca efectivados do período joanino relativos ao aqueduto das Águas Livres, (adiante inseridos), que teriam como consequência a alteração nobilitante da envolvência do Campo de Sant'Ana, poderá genericamente apontar-se o período pós-terramoto como o despoletar de uma profunda alteração funcional desta área no todo urbano, acompanhada ao longo do século XIX pelo desenvolvimento urbanístico e concomitante revisão do esquema de acessibilidades.

A viragem funcional terá início no momento em que o vastíssimo Colégio da Companhia de Jesus, de Santo-Antão-o-Novo, vazio devido à expulsão da congregação em 1761, é destinado para substituir o destruído Hospital de Todos-os-Santos, no Rossio, sendo o conjunto rebaptizado com o nome do santo patrono do monarca reinante, isto é, São José. Esta laicização de tão importante casa religiosa de Lisboa será acentuada no século seguinte, após a extinção das ordens religiosas, em 1834, sendo a maior parte dos conventos existentes no perímetro da colina destinados a albergar unidades hospitalares, derivações sucessivas da casa mãe original de São José. Santo António dos Capuchos, Santa Marta, Desterro e Rilhafoles (depois Miguel Bombarda) compõem a componente hospitalar que doravante domina esta zona de Lisboa, depressa reforçada pela construção de raiz do vizinho Hospital Pediátrico de D. Estefânia ou idêntico aproveitamento do antigo convento de Arroios. Opção ocupacional coroada pela construção do magnífico edifício da Escola Médica no limite norte da antiga cerca dos jesuítas (no local onde durante alguns anos existiu a celebrada Praça de Touros de Sant'Ana), inaugurado em 1906, com projecto original do arquitecto José Maria Nepomuceno, director durante anos das obras dos Hospitais Civis de Lisboa, logo autor dos projectos de várias intervenções nas unidades desta área, entre as quais se destaca o panóptico circular do Hospital Miguel Bombarda (Rilhafoles).

A importância desta inovação funcional, bem como o crescimento urbano no período liberal, determinou uma profunda alteração na integração da parte superior da colina de Sant'Ana no conjunto urbano de Lisboa. A primeira focagem deverá ser dirigida para a frente de encosta chamada do Torel, deitando sobre a nova Avenida da Liberdade, depressa ocupada por várias «vilas» palacianas de sabor romântico italianizante, propriedade da nova classe

Fragmento da planta de Filipe Folque (1856/58) abrangendo a envolvência da Calçada de Sant'Ana. É bem perceptível o constrangimento do traçado da Calçada do Garcia, a partir do Largo de São Domingos. À esquerda da imagem destaca-se o vasto perímetro do Hospital de São José e, à direita, o Recolhimento da Encarnação, com o claustro ajardinado. Nas parte superior está assinalada a igreja paroquial da Pena.

emergente da regeneração fontista. Constituem um núcleo de grande unidade estética e forte impacto na paisagem circundante, bem como no perfil que a colina ganha na linha visual da cidade percepcionada de longe, em especial da encosta fronteira de São Pedro de Alcântara.

No entanto estas sucessivas alterações funcionais, estéticas ou sociais continuavam bastante limitadas pelas deficientes condições de acessibilidade em toda a colina, em especial para se atingir a parte cimeira. Continuava a depender-se exclusivamente das vias já atrás referidas (São Lázaro, Rua das Pretas e Calçada de Sant'Ana), mais a íngreme Calçada do Lavra (ou Lavre), que iria ser dotada de um elevador eléctrico, elemento de especial importância na dinâmica futura da área. O problema só seria equacionado com a iniciativa do Conde de Burnay de urbanizar a antiga quinta dos Condes de Redondo, anexa ao convento de Santa Marta, criando um novo bairro designado de Camões por ser iniciado na sequência do 3º Centenário da Morte do Poeta, em 1880. O traçado viário que este novo bairro implicou veio desencadear uma modificação radical das condições de acessibilidade ao Campo de Sant'Ana, pela abertura da Rua do Conde de Redondo. Desta sai a nova Rua Luciano Cordeiro, que ia desembocar na antiga Alameda de acesso ao convento (então já hospital) de Santo António dos Capuchos. Além desta via ampla e desafogada, a citada Rua do Conde de Redondo entroncava mais acima com a antiga Carreira dos Cavalos, agora realinhada e alargada, passando a designar-se como Rua Gomes Freire. Esta terminava na reordenada Praça José Fontana e, daí, ganhava-se acesso fácil ao esquema principal da cidade nova oitocentista, isto é o eixo de ligação ao interior, no seguimento da Avenida da Liberdade, Rotunda, Fontes Pereira de Melo, as então denominadas Avenidas Novas e, por fim, o Campo Grande. Embora os constrangimentos seculares das vias antigas não sofressem grande alteração nem melhorias significativas, é evidente que estas aberturas para norte criavam uma nova realidade no respeitante à integração mais harmónica da colina no todo urbano. Eram como que um rasgão definitivo num tecido viário sofrendo desde sempre de acentuada esclerose.

A realçar ainda a abertura da Avenida Rainha D. Amélia, hoje Almirante Reis, prolongando para norte a antiga Rua da Palma, que veio igualmente permitir algum dinamismo na encosta nascente da colina, embora, mais uma vez, não determinasse grandes alterações no esquema viário anterior, composto sobretudo pela Rua de São Lázaro, a calçada do Conde de Pombeiro e respectivos complementos. Apesar disso nasceu igualmente uma nova urbanização na envolvente do Desterro, de muito menores dimensões que o Bairro Camões, que tem como referência central a Rua Renato Baptista.

É esta, em traços largos, a dinâmica evolutiva desta área específica da cidade que hoje se pretende reequacionar. Além das melhorias funcionais que as tecnologias e as abordagens modernas podem proporcionar para incremento e preservação deste núcleo tão importante da realidade lisboeta, convirá nunca perder de vista a idiossincrasia dessa evolução e as características que definem algumas das áreas deste conjunto. Além, claro, dos edifícios patrimonialmente relevantes, sejam religiosos ou laicos, caberá ter uma especial atenção às características de certas parcelas urbanas, como a Calçada de Sant'Ana, e a sua envolvente, ou o Bairro do Andaluz, peças de especial importância para a compreensão mais aproximada da evolução dos critérios urbanísticos de Lisboa.

PROMONTÓRIO

PROMONTÓRIO

Lisboa é um território formado por uma orografia complexa. A cidade das sete colinas é um extenso sistema de vales, cabeços e festos, que formam o seu local geomorfológico, ditando as suas expansões e os seus limites. A sua ocupação inicial na colina do Castelo, é marcada por um ponto alto de pendente mais suave em direcção ao rio e de grande diferença de cotas para Norte, para sua defesa. A esta imagem corresponde a cidade actual, apesar dos limites administrativos terem sido aumentados para outro limite geográfico, O Vale do Trancão, a Lezíria de Loures, o Vale de Algés.

[vales]

Os inúmeros vales são resultado da erosão criada ao longo dos tempos pela acção de fenómenos naturais, bem como pela acção do Homem. Destes identificam-se quatro vales de maior dimensão que condicionam a formação da cidade: o Vale Verde, o Vale de Chelas, o Vale do Trancão e o Vale de Alcântara. Correspondentes a importantes linhas de água do sistema hidrográfico da cidade, em tempos eram rios de grande expressão [como a Ribeira de Alcântara, hoje encanada], eles são as drenagens naturais da topografia em que Lisboa se encontra.

As zonas mais planas da cidades, além dos planaltos de Carnide [natural] e do Aeroporto [mão-humana], correspondem ao fundos de vale, onde a ocupação é mais fácil. Assim a cidade rapidamente desceu para a Baixa, cruzamento dos dois grandes vales, Verde e Arroios [Avenida Liberdade, Avenida Almirante Reis].

[cabeços]

Por oposição, os cabeços são zonas no alto das colinas e as linhas de festo, conjuntos de pontos altos que marcam o topo destas. Os principais eixos da cidade adaptaram-se a estas linhas, como a Rua da Escola Politécnica na Colina de S. Roque ou a Rua Gomes Freire na Colina de Santana.

[colina de santana]

Limitada pelos dois grandes vales centrais da cidade, a Colina de Santana encontra-se relativamente recuada em relação ao rio. A estes dois eixos-vales correspondem também as linhas de água, conjunto de pontos de cota mais baixa que formam um caminho, por onde a água escoa até desembocar no Rio Tejo. Existem referências, que em tempos romanos, um braço de mar avançava até ao sopé deste monte e com o passar dos séculos este transformou-se no lençol freático subterrâneo.

[topografia]

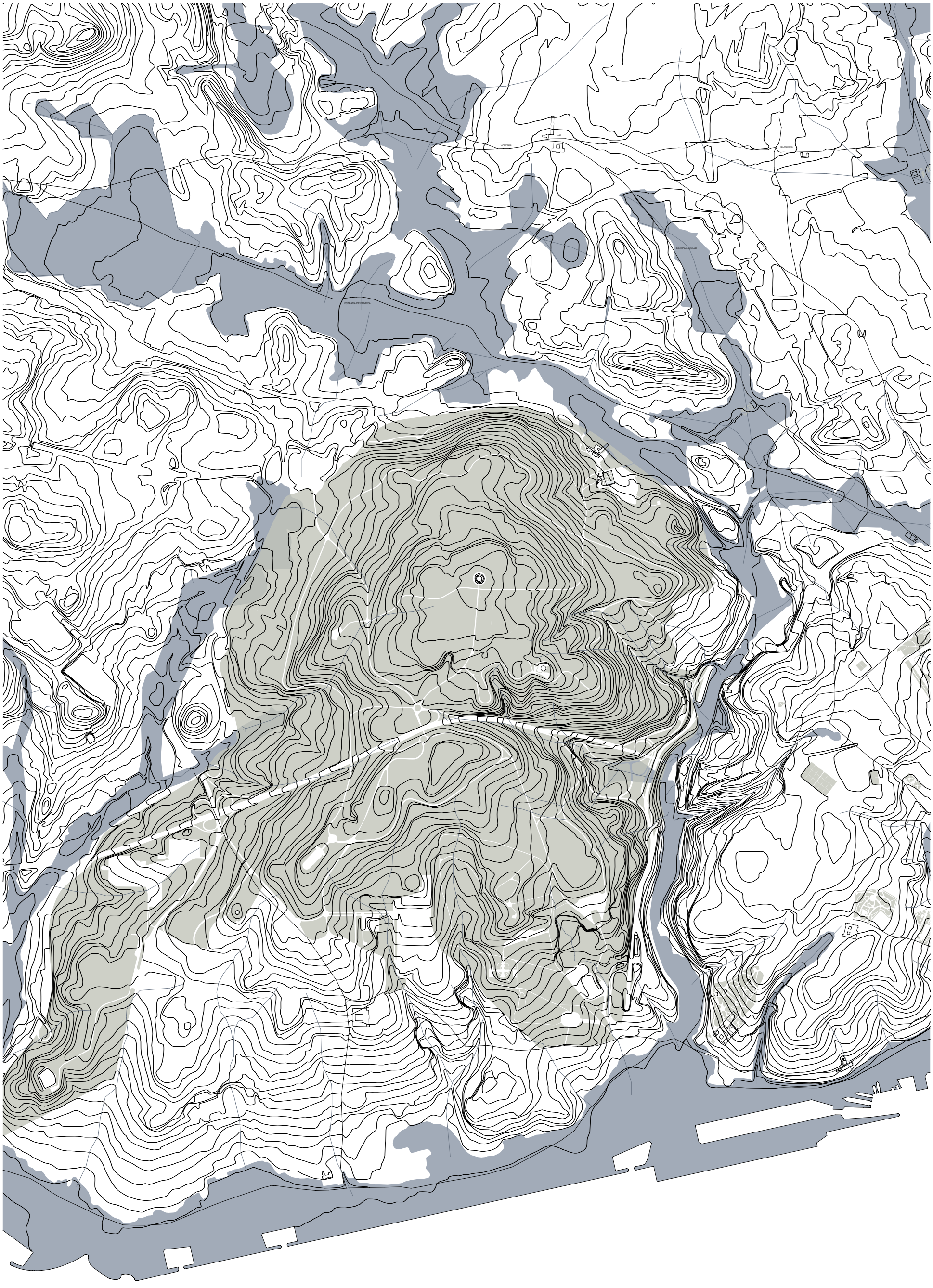
A topografia de Santana é formada por uma colina alta, de pendente mais suave para oriente; o lado ocidental tem grandes depressões, por exemplo, entre o Torel e a Rua de S. José, ou a Rua Luciano Cordeiro e o Hospital de Santa Marta. O lado Norte da zona de estudo acompanha a linha de festo da Rua Gomes Freire, ligada ao sistema plano das Avenidas Novas/Estefânia.

Os pontos altos topográficos são locais apetecíveis para implantar edifícios de caracter defensivo [Castelo] ou representativo [Carmo]. Os dois cabeços principais da colina, marcaram as primeiras ocupações deste espaço: aqui instalaram-se o Convento de Santana e a Quinta de Rilhafoles, antigo Hospital Miguel Bombarda. O Hospital dos Capuchos, por sua vez, implantou-se num promontório sobre o Vale Verde, limitado por uma linha de água que desce a Rua de Santo António dos Capuchos e outra pelo Bairro do Andaluz. O Campo Santana, ocupa longitudinalmente um pequeno planalto ao longo da linha de festo.

As linhas de água são também importantes factores na definição das primeiras ocupações, nomeadamente o matadouro, que se encontrava junto a outra linha de água que drenava o Campo Santana para o Vale de Arroios, hoje Rua do Saco. A ribeira de Arroios ou Regueirão dos Anjos foi até ao séc. XIX uma linha de água à superfície [Levantamento Filipe Folque 1856], encanada mais a frente, provavelmente no Largo do Intendente. Esta zona rica em água, possui toda uma toponímia, que a confirma, como Arroios.

Estas características definem e compõem a situação urbana de promontório que a colina possui, ainda hoje. Os grandes edifícios vão-se instalar em posições estratégicas na topografia, gozando das suas vantagens, sobretudo para a produção agrícola de que eram dependentes. Alguns instalaram-se em pontos altos, outros nas encostas junto aos grandes eixos, libertando o território de maior pendente para hortas e campos de cultivo. Assim poderiam recolher a água, naturalmente para a irrigação dos campos

O espaço da Colina de Santana é uma zona urbana de topografia acidentada, ocupada e construída ao longo das várias épocas da História, por oposição a outros bairros lisboetas de maior unidade, como o Bairro Alto ou a Baixa Pombalina. As grandes expansões da cidade burguesa contornaram-na, conectando-se apenas a Norte [Rua Luciano Cordeiro e Rua Gomes Freire].


CAPARIDE
LUZ
TELHEIRAS
ESTRADA DA LUZ
ESTRADA DE BENFICA

CAMPO DO CURRAL [XIV - XV]

A cidade medieval, organiza-se entre o castelo/alcáçova e o casario, dentro e fora da cerca, entre actividades comerciais e piscatórias junto ao rio e actividades agrícolas e rotas terrestres para norte. A Colina de Santana, na imediata periferia do que seria o núcleo urbano denso, é lugar para a agricultura, num promontório entre dois vales, com cultura extensiva no alto e cultura intensiva ao longo dos vales.

Ao longo dos vales seguem dois caminhos de acesso a Lisboa: a Estrada de Valverde ao longo da Ribeira de Valverde a Poente (a 5ª estrada), e a Estrada dos Anjos ao longo da Ribeira de Arroios a Nascente (a 6ª estrada), ambas antigas estradas romanas. Um outro caminho atravessa o Vale da Mouraria e sobe a colina: a Carreira dos Cavalos, no seguimento da Calçada do Cavaleiro. Outro ainda sobe a colina do lado oposto, cruzando o Vale de Valverde: a Rua das Pretas no seguimento da Rua do Salitre. A cidade existente distribui-se entre o Castelo e os arrabalades oriental e ocidental.

A ocupação da colina de Santana em meados do século XVI distribui-se entre a cota baixa e o topo da colina, com uma sucessão de ocupações, associadas a diferentes tempos históricos, comandadas fundamentalmente pela relação com a topografia e os recursos hídricos e na relação com a cidade existente e os seus limites e a rede viária.

[gafaria]

Além da ocupação agrícola, a primeira ocupação efectiva da Colina está associada a uma função hospitalar, com a implementação da Gafaria de S. Lázaro dedicada ao tratamento de leprosos. Implantada a meia encosta na vertente a nascente, tira partido de um pequeno planalto para se implantar naquela que é a vertente mais suave a nascente, junto do eixo da Carreira dos Cavalos.

A referência mais antiga a esta casa de leprosos data de 1325, sendo no entanto frequentemente situada a data da sua fundação em períodos anteriores, arriscando alguns autores a hipótese da sua fundação para o período antes da conquista da cidade [NÓVOA, 2010]. Outra hipótese, situa a fundação desta instituição na Colina no ano de 1220, incorporando uma outra gafaria que existiria aos Mártires, extinta aquando da fundação desta [FRANÇA, 1997]. Trate-se ou não de uma deslocalização de uma estrutura existente numa área mais central da cidade, certo é que a localização desta estrutura hospitalar/assistencial numa área da cidade praticamente despovoada à data da sua fundação, se deve seguramente a razões de salubridade, não tanto em benefício dos doentes, mas sobretudo numa estratégia de isolamento dos gafos em relação à restante população. A Gafaria seria um recinto murado, com funções intra e extra-cercas bastante precisas, e que tinham em conta sobretudo o aspecto sanitário. Nos séculos XIV e XV, esta estrutura seria composta por uma ermida e casas de gafos, mas também por dependências para não enfermos. De facto, a Gafaria compreendia também dependência extra-muros para pessoal que tratava dos leprosos (casas das mancebas) mas também aos responsáveis pela instituição (provedor e oficiais). O cruzeiro de São Lázaro permaneceu no largo diante da igreja, até 1929 quando foi colocado no Museu Arqueológico do Carmo, onde ainda hoje permanece [MARTINS, 2012].

Estava associada ainda a estes espaços uma parcela de terreno agrícola, explorada pelos doentes e situada a poente da casa: a Quinta de S. Lázaro [SALTA, 2002]. No início do século XVI são ordenadas obras de melhoramentos e de ampliação da gafaria, com a construção de trinta novas casas térreas, e obras de beneficiação na igreja e noutras dependências da gafaria [NÓVOA, 2010].

Paradoxalmente, este programa tão segregado do centro urbano acaba por contribuir para fixação de população nesta área e este conjunto de enfermos e não-enfermos acabará por se constituir provavelmente como o primeiro grupo de habitantes da colina de Santana.

[cerca fernandina 1373-75]

A Cerca Fernandina, desenha as novas linhas de defesa e delimita a cidade, excluindo a cota alta Colina de Santana: a Gafaria, construção feita arredada do centro urbano por razões de salubridade, está definitiva e realmente arredada da área urbana. Parte desta área, no sopé a sul, junto ao Rossio é ainda incluída na área intra-muros, já que a cerca ainda sobe sensivelmente até meia cota da colina. Este troço de muralha de traçado algo inusitado, estará provavelmente associado a uma estratégia de constituição de reservas de terreno intra-muros ou simplesmente está desenhado de forma a incluir construções pré-existentes naquele que é hoje denominado Bairro de Santana.

São construídas duas portas correspondentes aos dois principais caminhos em Santo Antão e Mouraria e abre-se um postigo para a Calçada de Santana. O traçado da cerca terá obrigado a acertos na rede viária pré-existente, de modo a realinhar os eixos com nova fronteira e respectivos pontos de ligação com o exterior. Segundo hipótese de Ana Maria Salta [SALTA, 2002], a Calçada de Santana terá sido traçada neste momento, já que o caminho que a topografia desenharia de forma mais evidente para a subida ao topo da colina estaria associado preferencialmente à rua Martim Vaz, paralela a esta, mas que se viu interrompida com a construção da torre Norte, obrigando à abertura do postigo mais a Poente. Ainda segundo esta autora, o alinhamento deste eixo viário estaria associado à ermida de Santana no ponto mais alto da colina, mas sobretudo ao seu adro orientado a sul, o que explicaria aquele ligeiro desalinhamento na Calçada de Santana, junto ao antigo Instituto Câmara Pestana.

[matadouro]

A função de Matadouro foi ocupando vários lugares da cidade compacta, entre uma localização disseminada em pátios espalhados, pela cidade até à instituição de uma estrutura mais formal junto à Ribeira. No quadro dos melhoramentos da cidade ordenados por D. Manuel , é tomada a decisão de relocalizar este equipamento, novamente por questões de salubridade. A esta premissa higiénica, mas também prática associada ao trânsito das redes por dentro da cidade, a nova construção responde antes de mais com uma nova localização, desta feita em áreas periféricas da cidade. Um terreno junto ao Convento do Carmo é a primeira opção, rapidamente posta de parte por pressões dos frades e habitantes da zona, preocupados com a insalubridade desta função. A escolha da localização alternativa recai sobre a Colina de Santana: bons acessos para transporte do gado, boas áreas para o seu estacionamento e venda, proximidade ao núcleo urbano, a fundamental existência de linhas de água (sobre a qual se implanta a nova construção) e a posição geográfica no alto que facilita o escoamento de águas e circulação de ar, para maior salubridade [SALTA, 2002].

[loteamentos]

O conjunto loteamentos que adiante se refere e devidamente identificados na planta, correspondem na íntegra a hipóteses lançadas por Ana Maria Salta [SALTA, 2002] para o que seria uma primeira malha de núcleos urbanos na colina, e revestem-se de particular importância na medida em que levantam questões pertinentes e que importa ter em conta não só na análise deste território mas também no equacionar de soluções para questões ainda não resolvidas e que ainda hoje persistem nomeadamente na relação da colina com a cidade e no papel que o desenho da rede viária nele desempenha.

O traçado do núcleo de São Lázaro estaria associado muito directamente às vias que serviam a Gafaria e aos espaços abertos a ela associados, servindo para alojar a população que vive associada a este equipamento. Igualmente associada à existência de um equipamento e à fixação das população que nela trabalham, o Bairro do Matadouro seria constituído por dois quarteirões a nascente, de igual forma e dimensão, e que apresentam analogias no seu dimensionamento de ruas com o seu contemporâneo Bairro Alto, na colina a poente. [SALTA, 2002].

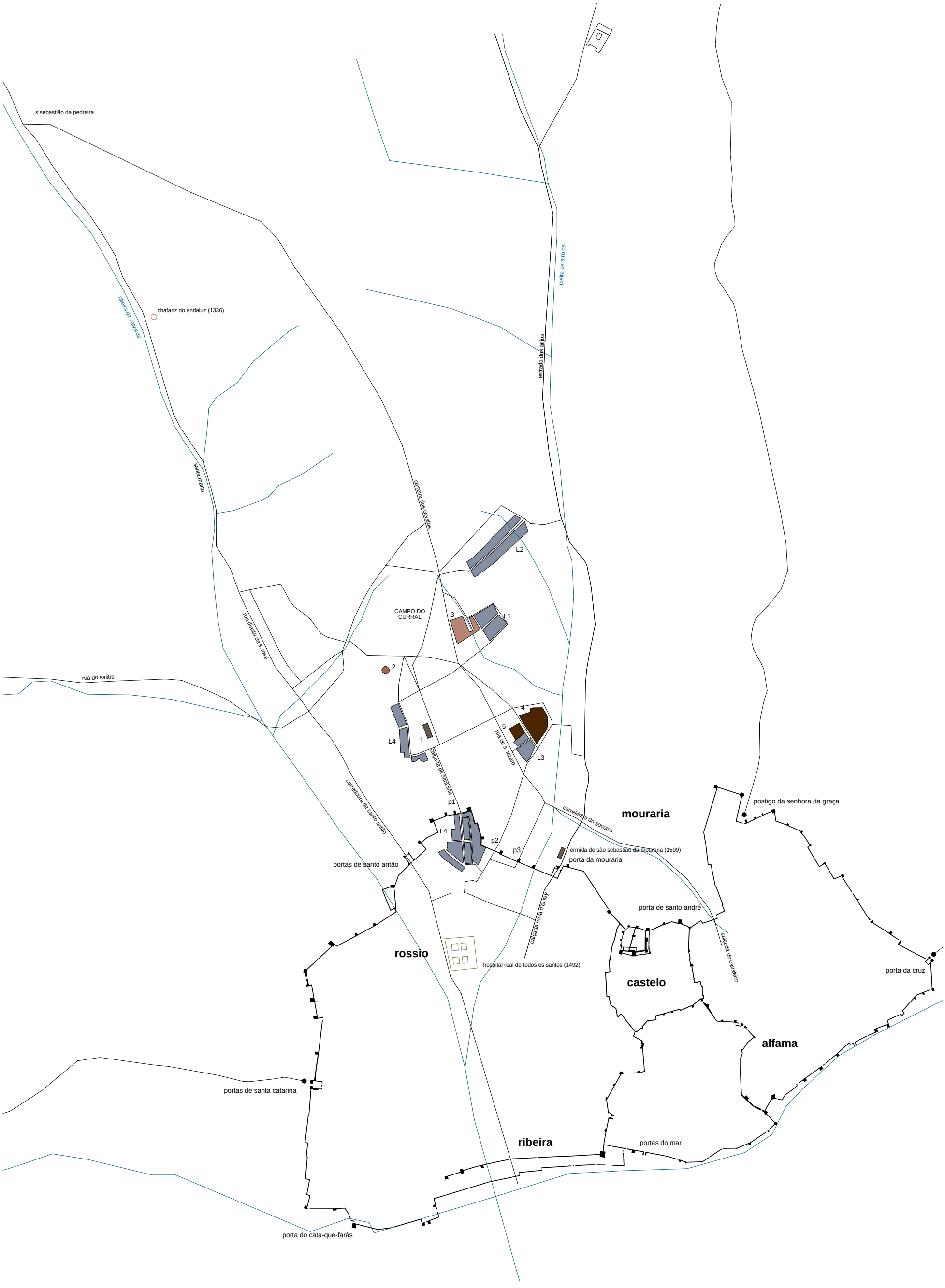
Dentro da cerca e na vertente a Sul, destaca-se um núcleo de construção no sopé da colina, bastante mais denso que o do Bairro do Curral, novamente com uma regularidade na malha que contrasta com a difícil topografia, em declive considerável. Reconhece-se neste traçado reticulado a regularidade das vilas-novas medievais ou o desenho renascentista de algum traçado urbano do período manuelino. As ruas no sentido nascente poente acompanham a topografia, enquanto que dois eixos no sentido Norte-Sul, rigorosamente paralelos são conformados por dois quarteirões rectangulares, que sobem a colina. Um inusitado caracol remata aquela que virá a ser a calçada de Santana, parte provavelmente de um sistema defensivo da cidade, que teria um seu espelho, na subida para a colina de S. Roque do outro lado do vale, segundo hipótese de José Sarmento de Matos.

[campo do curral]

A construção do matadouro traz à colina uma dinâmica nova ligada ao comércio de gado e aos trabalhadores do próprio matadouro, que darão origem a uma fixação de população mais significativa na colina a partir do século XV-XVI. O Campo do Curral descobre a sua vocação primeira enquanto lugar para o estacionamento e comércio de gado, que chega pelas estradas a Norte, sem atravessamentos no interior da cidade. Implantado à cota alta, sobre a linha de festo, num pequeno planalto entre a pequena elevação da colina de Santana e a elevação onde se implantará mais tarde a propriedade de Rilhafoles, o que é hoje o Campo de Santana surge enquanto lugar informal para comércio de gado, no que seria ainda um descampado atravessado por caminhos na sua maior parte igualmente precários. Mais que um espaço conformado ou delimitado, é um sítio associado a uma função bastante prosaica, mas sem ela, neste momento histórico, não existiria sequer enquanto lugar.

Ressalta neste período a **importância da rede viária no traçado urbano, como matriz primeira de ocupação este território, aliada à topografia**; assim como a **centralidade e importância do campo do curral** como espaço gerador e organizador de espaço e vida urbana nesta área da cidade.

CAMPO DO CURRAL [XIV - XV]


s.sebastião da pedreira
ribeira de valverde
chafariz do andaluz (1336)
santa marta
carreira dos cavalos
ribeira de amoios
estrada dos anjos
L2
CAMPO DO CURRAL
3
L1
rua direita de s. josé
2
rua do salitre
4
5
L4
1
L3
rua de s. lázaro
calçada de santana
p1
corredoura de santo antão
carreiinha do socorro
mouraria
L4
p2
p3
ermida de são sebastião da mouraria (1509)
porta da mouraria
portas de santo antão
porta de santo andré
calçada nova d'el rey
calçada do cavaleiro
rossio
hospital real de todos os santos (1492)
castelo
postigo da senhora da graça
porta da cruz
alfama
portas de santa catarina
ribeira
portas do mar
porta do cata-que-farás

CERCAS

CERCAS

As sucessivas cercas e limites da cidade definiram um espaço confinado de administração, gestão e política urbana. Trata-se de uma linha física ou abstracta que promoveu a defesa da cidade durante guerras e cercos, mas também um instrumento de administração territorial, económica e fiscal. A definição do que fica dentro ou fora do perímetro urbano foi ainda durante séculos aquilo que comandou a localização de alguns programas urbanos nomeadamente aqueles que se prendiam com as questões sanitárias e da salubridade. As entradas e saídas de Lisboa, foram evoluindo com o tempo, ao longo das velhas estradas que, nalguns casos, correspondem a vias romanas. No cruzamento das barreiras e dos caminhos construíram-se portas, onde se controlava os produtos e as pessoas. O movimento de expansão destes limites dá-se em raio circunscrito com epicentro geográfico no principio de tudo, o Castelo.

O **Castelo de São Jorge** remonta a tempos remotos,provavelmente pré-romanos; a sua localização parece lógica, no ponto mais alto de uma das colinas mais altas. Aqui pode-se observar o território envolvente com relativa facilidade, tanto para o lado terrestre como para o lado marítimo. O porto do município romano de Olissipo era assim defendido com mais um conjunto de torres isoladas que podem ter dado lugar à cerca dita Moura.

A **Cerca Moura** foi designada por muito tempo como Cerca Velha até Júlio de Castilho. A origem deste sistema defensivo é provavelmente árabe, tendo algumas origens romanas como refere A. Vieira da Silva: “(...)aproveitando porventura parte das fortificações levantadas pelos romanos(...)”. Cidades como Lisboa atravessaram épocas, civilizações, gestões diversas que deram continuidade ao trabalho dos seus predecessores, actualizando-o: por exemplo, a Sé-Catedral foi construída, muito provavelmente, sobre a Mesquita Maior que por sua vez terá sido construída sobre um templo romano importante. Relativamente aos muros da cidade, o pensamento será o mesmo. O desenho da Cerca Moura desce a pendente da Colina do Castelo, defendendo o território Norte, por onde um exército terrestre atacaria, até ao mar, protegendo o porto, principal actividade económica da cidade. Esta terá sido alvo de vários ataques nas guerras da Reconquista da Península, sendo finalmente atacada, cercada e tomada por Afonso Henriques em 1147. A entrada na cidade árabe e medieval era feita por duas portas, a Porta do Ferro, onde hoje se encontra o Largo de Santo António da Sé, e as Portas do Sol, entre a Igreja Santa Luzia e a Fundação Ricardo Espirito Santo. No lado do mar, para aceder à praia e ao porto,encontravam-se as Portas do Mar junto à posterior e ainda existente, Casa dos Bicos.

O século XIV foi palco de diversos acontecimentos consequentes na população e construção da cidade. As epidemias, a peste negra [1348], os terramotos [1350-1360], incêndios [1367/68], crises agrícolas [1355/56 e 1364/65] contribuíram fortemente para a instabilidade social, económica e diminuição demográfica da cidade. Finalmente, o cerco de Lisboa em 1373 por Henrique II de Castela vem destruir a zona fora de muros. D. Fernando aproveita a oportunidade para construir um novo limite da cidade, englobando grandes bairros que se tinham construído extra-muros. Assim a **Cerca Fernandina** serpenteia as colinas, seja por razões defensivas [colina da Graça] ou por ocupações anteriores [Colina de S. Francisco]. Trata-se, na verdade de uma expansão da anterior muralha, aproveitando-as nos troços da Ribeira, onde D. Dinis planeou e construiu um troço, encontrado durante a obra do Banco de Portugal na Baixa. As passagens da Cerca são numerosos, separados em Portas, de grande intensidade de trafego e Postigos, de menor. Assim as Portas de Santa Catarina, hoje Largo do Chiado, davam acesso a Ocidente pela cota alta, as Portas do Cata-que-farás pela ribeira, cota baixa; as Portas de Santo Antão à estrada Noroeste e às periferias agrícolas de Lisboa; as Portas da Mouraria à estrada Norte, principal caminho de entrada e ataque; a Porta de Santo André dava entrada na zona antiga, protegida pelo Castelo e pela Graça; finalmente a Porta da Cruz abria para Oriente no caminho ao longo do Tejo. Estas construções defensivas, embora desaparecidas, marcam ainda hoje, locais dinâmicos da cidade.

A evolução da balística e a introdução do canhão transforma a arte da guerra e das fortificações. Surge o baluarte e o forte no século XV, e é largamente desenvolvido pelos portugueses no mundo. Em Lisboa, vários projectos foram realizados como por exemplo o de Nicolau de Langres aquando das guerras da Restauração, no século XVII. Desta técnica, restam as duas portas da cidade, os **baluartes seiscentistas** de Alcântara e de Santa Apolónia. O Baluarte do Livramento, ainda hoje existente na Casa de Goa, e o Baluarte do Sacramento, parte do muro do edifício da Marinha na Praça da Armada, formavam a porta ocidental; o Baluarte de Santa Apolónia, ainda existente e o Baluarte da Cruz da Pedra, desaparecido com a linha do comboio, defendiam a cidade a oriente. Estas desenham um novo limite pelos Vales de Alcântara e Chelas, sendo apenas no séc. XIX, oficializado.

A Defesa Maritima da Barra do Tejo foi prioritária para o porto da cidade, o comércio, as expedições dos Descobrimentos e os ataques de piratas. A Torre de Belém, além do seu valor artístico é um forte que servia no ataque a embarcações inimigas; juntamente com o Bugio, o forte da Trafaria, e mais tarde S. Julião da Barra, impediam ataques inesperados à capital. O Forte do Bom Sucesso serve de complemento à Torre de Belém já em 1780. Outros baluartes e pequenos fortes desapareceram, por se terem tornado inúteis na zona da Junqueira, perto da Cordoaria.

O Marquês de Pombal define um limite para a reconstrução e para as áreas de expansão da cidade. Este coincide com a linha de defesa seiscentista marcada pela topografia. Lisboa é uma área administrativa composta por 70 freguesias, estendo-se até Oeiras, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, quando o **limite de 1852** impõe uma nova organização de 34 freguesias. Este corresponde à linha defensiva seiscentista, representada no Levantamento Topográfico de Filipe Folque. Uma estrada de circunvalação liga as várias fortificações, entretanto desaparecidas, com as portas seiscentista: Forte do Alto de S. João, Forte de Manique, Forte de Arroios, Forte do Perímetro, Forte da Palhavã, Forte da Atalaia, Forte do Alto do Carvalhão, Fortificações de Campo de Ourique e a Bateria dos Prazeres.

Uma nova estrada de circunvalação e um campo entricheirado é lançado: a sequência das invasões francesas, guerras liberais tinha determinado que a melhor defesa do país, era a de Lisboa [Linha de Torres]. O **limite de 1885** estabelece assim uma linha defensiva de Sacavém [Forte do Monte Cintra], Ameixoeira [Forte de D. Carlos], Monsanto [Forte de Monsanto, Luneta dos Quartéis,Forte de Montes Claros e Forte do Alto do Duque]. O Forte de D. Luís, mais tarde conhecida Prisão de Caxias, pontuava a ocidente a defesa, em paralelo com S. Julião da Barra, entre terrestre e maritimo. No fim da Primeira Guerra Mundial, o conceito do Campo, organizado em permanente pé de guerra, torna-se obsoleto sendo incorporado no Governo Militar de Lisboa

Com este são criadas uma série de Postos Fiscais: Portas de Algés, Portas de Benfica, Portas de Carriche, Portas de Moscavide entre outras, marcadas por edifícios simétricos de cobertura em ameias. As freguesias de Sacavém e Camarate fizeram parte, sendo administradas pelo concelho de Loures a partir de 1895.

No século XX, procede-se a uma **reforma administrativa da cidade de Lisboa em 1959**, que vigorou até ao ano passado. No final de 2012, a nova **reforma administrativa da cidade** define o novo mapa de freguesias, agrupando as 53 freguesias existentes em apenas 24, e procede-se a alterações no limite da cidade, nomeadamente criando a freguesia do Parque das Nações.

^ portas de carriche

CARNIDE

TELHEIRAS

AMADORA

portas de benfica

ESTRADA DE BENFICA

ESTRADA DA LUZ

estrada militar
[parcialmente desaparecido]

forte de monsanto

lunheta dos quartos

forte de pahavã
[desaparecido]

forte da atalaia
[desaparecido]

forte de alto do carvalhão
[desaparecido]

fortificações de campo de ourique
[desaparecidas]

campo entrincherado
[parcialmente desaparecido]

forte de monsanto/carriche
[desaparecido]

bateria dos prazeres

baluarte do sacramento
[parcialmente desaparecido]

LIMITE DA CIDADE **1852**

forte da ata alta de dugue

portas de alges

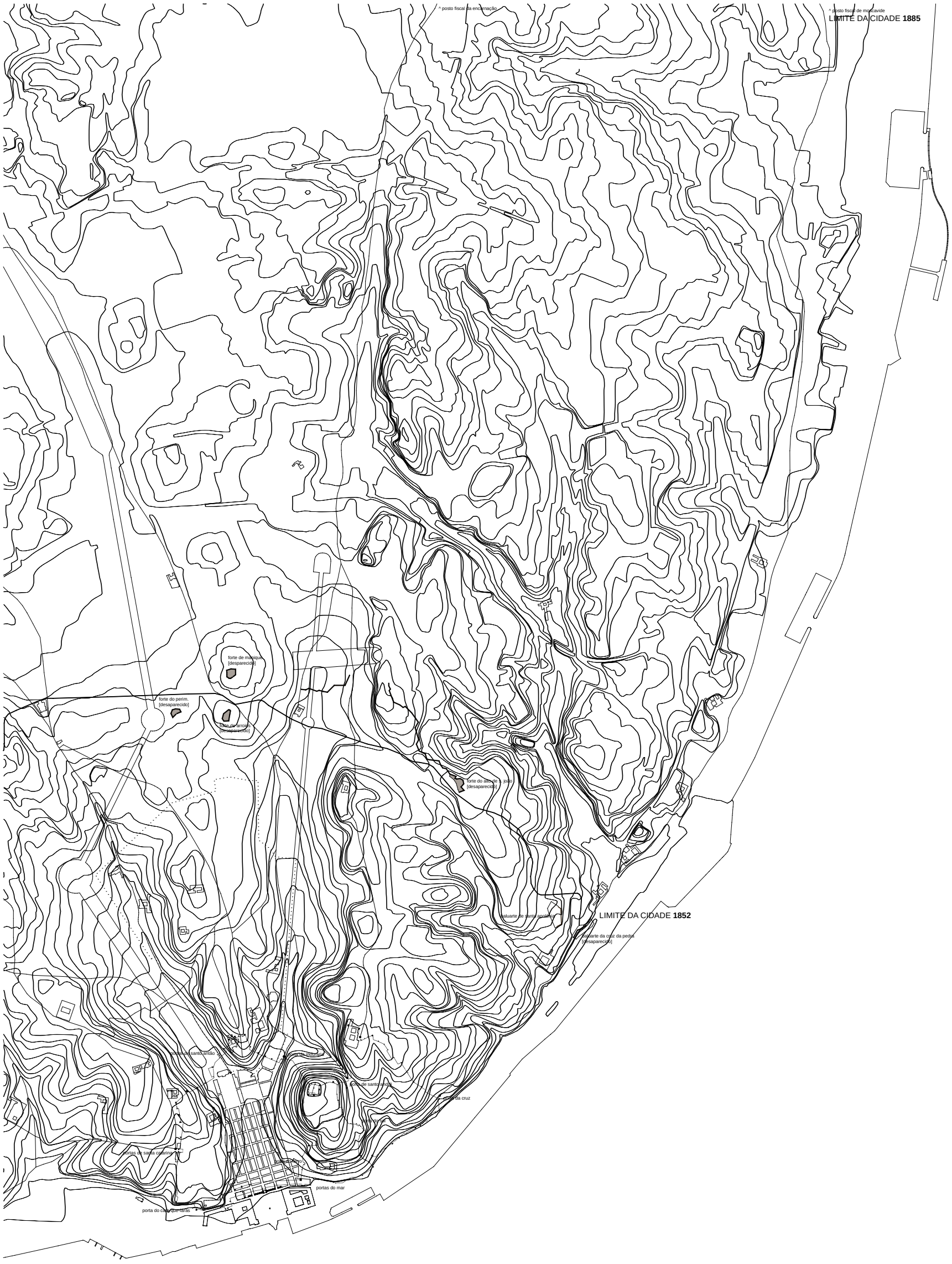
LIMITE DA CIDADE **1885**

forte da junqueira
[desaparecido]

forte da junqueira
[desaparecido]

forte do bom sucesso

torre de belém


^ posto fiscal da encarnação
^ posto fiscal de mouravide
LIMITE DA CIDADE **1885**
forte de manique [desparecido]
forte do perim. [desaparecido]
forte de carnide [desaparecido]
forte do alto de s. joão [desaparecido]
LIMITE DA CIDADE **1852**
baluarte de santa apolónia
baluarte da cruz da pedra [desaparecido]
portas de santo antão
portas de santa catarina
portas de santa apolónia
portas da cruz
portas do mar
porta do cais de gatas

CONVENTOS [séc. XVI]

[conventos]

O período que decorre entre finais do século XV e finais do século XVI, está associado a um dos momentos de grande dinâmica na construção de conventos [GASPAR, 2002]. A posição que estes ocupam no território ou na malha urbana das cidades, é geralmente determinada pelas características da ordem religiosa (mais urbana ou mais rural), tendo no entanto existido momentos em que as dinâmicas sociais, políticas e urbanas determinaram algumas situações de excepção.

A Lisboa dos Descobrimentos recentra-se e desce do Castelo ao Terreiro do Paço. Ao mesmo tempo, um significativo incremento populacional e o recente Concílio de Trento conduzem a um grande impulso na implementação de conventos nas cidades e também em Lisboa, onde directivas de D. Manuel, que pretende densificar a cidade intramuros, não permitem a construção de conventos dentro da cerca. Sendo esta uma condição à partida, os conventos ocupam as periferias da cidade, tornando-se um importante motor da expansão urbana, criando novas dinâmicas de crescimento nas franjas da cidade.

A Colina de Santana, na imediata periferia da cidade será o lugar escolhido por várias ordens religiosas para assentar casa na capital. Apesar da vizinhança dos gafos, do matadouro e da Mouraria, a proximidade ao centro da cidade e a posição sobranceira em relação a esta serão motivos para que esta zona da cidade assista a uma ocupação em massa num muito curto espaço de tempo. No espaço de 30 anos, instalam-se franciscanos, jesuítas e cisterciences em casas e cercas de dimensão e magnificiência muito díspares, mas tendo como denominador comum a estratégia de implantação de uma casa na capital, em que a importância e poder relativo das ordens determinarão de forma clara o modo como se distribuíram pela colina de Santana.

Em 1561 é fundado o Convento de Santana, pelas freiras penitentes de Santo Agostinho, que assim se tornarão as primeiras religiosas a habitar a Colina. Ocupam o lugar da já existente ermida de Santana, no ponto mais alto da vertente a Sul deste lugar. Terá sido um lugar privilegiado de relação com a cidade até à chegada dos jesuítas de Santo-Antão-o-Novo, destruído no final do século XIX. Foi construído no seu lugar o Instituto Câmara Pestana e mais recentemente o complexo de Laboratórios da Universidade Nova.

Em 1570 instalam-se os franciscanos capuchos da Província de Santo António, que nesta época de afirmação de poderes acedem não sem alguma relutância a construir uma casa na capital. A cerca tem dimensão modesta e o convento, apesar de magnificente face ao que seria o padrão desta ordem religiosa de vocação essencialmente rural e pobre, é de forma evidente a construção mais modesta deste conjunto de construções na Colina. Instalam-se num pequeno planalto na vertente a poente, fruto de doações de vários proprietários, tão afastados quanto possível do bulício citadino, num pequeno promontório sobre o Vale de Valverde. A ocupação do terreno adapta-se à topografia numa sequência de plataformas que seguem a pendente natural do terreno. O convento e a Igreja implantam-se sensivelmente no centro da cerca, recolhidos em relação à envolvente, numa posição que tomaria como referente apenas o lugar que a cerca define, não fosse a posição da igreja e o seu acesso estabelecer um diálogo com o mundo extra-cerca, ao orientar-se na direcção do Campo do Curral. Trata-se provavelmente da implantação que mais deve ao que seria uma implantação em meio rural do conjunto de conventos construídos nesta época e neste local.

Em 1569 é fundado o hospício de Santa Marta, na estrada de Valverde, também denominado de Recolhimento de Santa Marta de Jesus, de franciscanas. Em 1580 recebem autorização para passar a mosteiro, de evocação a Santa Marta e três anos depois é lançada a primeira pedra. A Igreja, de entrada lateral (característica das casas religiosas femininas) implanta-se longitudinalmente face à rua resolvendo a questão da relação com a cidade. A área regral, em torno de um claustro, resolve por dentro do desenho do edifício as diferenças de cota substanciais do terreno, subindo a encosta, ao encontro os campos agrícolas e casas religiosas à cota alta. O projecto é desenhado por Nicolau de Frias, cujo filho Teodoro de Frias assinará obras de ampliação neste edifício juntamente com João Nunes Tinoco no século seguinte.

Em 1591 é inaugurado o Convento de Nossa Senhora do Desterro, de frades cistercienses de Alcobaça, uma obra nunca acabada da autoria de Baltazar Álvares, que teria previsto uma construção com o dobro da dimensão daquela que foi construída [BRANCO, 2008]. Localizado na encosta oposta à de Santa Marta, faz parte tal como este fundamentalmente do sistema de vale, associando-se neste caso à estrada dos Anjos. Implanta-se num terreno em pendente, na vertente menos difícil da colina a Nascente, mas que ainda assim apresenta desnível considerável. Apesar das diferenças óbvias de linguagem, dimensão do projecto e monumentalidade, esta obra apresenta ainda outras semelhanças com a casa em Santa Marta, na adaptação à topografia e na relação com a envolvente urbana próxima. Tal como em Santa Marta, a adaptação à topografia e à pendente considerável do terreno é feita por dentro do edifício e do projecto de arquitectura que tem como um dos aspectos mais impressionantes o enorme corpo nascente do convento, numa frente contínua com pisos abobadados sobrepostos numa tipologia de edifício-muro de suporte que resolve a transição entre a cota baixa do vale e a cota alta da igreja e claustros. A relação com a envolvente apresenta também semelhanças, estabelecendo-se uma clara relação com a rua, nos seus espaços de acesso mais público, naquilo que seria uma monumental frente de rua associada à fachada da Igreja. Apesar de muito incompleta, trata-se de uma obra de arquitectura de construção arrojada, que encontrará paralelo apenas no colégio dos Jesuítas, do conjunto de edifícios construídos na colina neste período.

[o colégio de santo antão-o-novo]

A Companhia de Jesus instala-se na colina de Santana em 1575 implementando o Colégio de Santo Antão-o-Novo depois de ter já fundado a casa mãe em S. Roque e antes de implementar os seus noviciados em casa própria: à Cotovia no final do século e mais tarde em Arroios, para formação de religiosos para as Índias. É seguramente a ordem religiosa mais poderosa e abastada e este facto reflecte-se de forma clara não só na dimensão da cerca, na escolha do lugar, e na dimensão e monumentalidade do edificado, mas também no modo como se processou a instalação destes religiosos na colina. Se o terreno escolhido para a instalação do colégio não era fácil devido à sua pendente acentuada, certo é que a sua posição urbana excepcional proporcionava uma relação de muita proximidade com o centro da cidade, e conferia ao edifício uma visibilidade que ia de par com a monumentalidade da sua arquitectura e uma vontade certa de afirmação de poder.

Tal como no Desterro, o projecto foi da autoria de Baltazar Álvares, mas terá sido terminado por Terzi, tendo João Antunes desenhado a sacristia, que ainda hoje existe [MATTOSO, 2012]. Ao contrário dos edifícios de Santa Marta ou Desterro, que resolvem diferenças de cota substanciais por dentro do edificado, na cerca de S. José o projecto recorre à movimentação de terras e construção de aterros, por forma a conseguir implantar um edifício de grande dimensão com uma certa regularidade de desenho, evitando soluções em que a fragmentação de volumes associada à adaptação ao terreno pudesse pôr em causa a escala de desenho pretendida. Privilegiando claramente a relação com a cidade consolidada, o edifício do Colégio implanta-se à cota baixa, orientando a fachada da igreja a Sul, a ala das celas a nascente e situando as hortas na vertente a Norte. Deste modo, o Colégio de Santo Antão-o-Novo na sua matriz fundacional, estabelece sobretudo relações com a cidade a Sul, não criando praticamente dinâmicas à cota alta, tendo sido até neste primeiro momento um factor de isolamento da Colina em relação à cidade no modo como relaciona com a envolvente próxima, pela dimensão da área murada e pela sua posição no terreno.

O facto de se implantar entre dois núcleos urbanos pré-existentes - São Lázaro e Bairro de Santana -, acarretou questões de vizinhança que não se colocaram certamente com a mesma premência com as outras ordens. A animosidade à partida em relação à Companhia de Jesus, que não colhia a mesma simpatia popular que a Ordem dos Frades Menores, aliada a uma postura menos atenta destes jesuítas face ao que eram os direitos de quem já habitava este lugar estiveram na origem de alguns conflitos com a vizinhança próxima, acerca de terrenos e sua propriedade, mas também e sobretudo relativamente ao matadouro.

Os jesuítas sobretudo, mas também os frades cisterciences do Desterro, empenharam-se numa campanha feroz contra a manutenção do Matadouro na Colina, com pedidos sucessivos ao Rei para que se encontrasse outra localização, agora que a Colina tinha claramente outra vocação funcional, não compatível com os dejectos e odores associados ao abate de gado. A reacção dos trabalhadores do Matadouro e habitantes do respectivo bairro passou por ataques violentos ao estaleiro da obra, o que dá ideia do clima de animosidade face à chegada desta ordem. D. Sebastião chegou a propor outras localizações para o matadouro, na área ocidental da cidade, nesta época em plena expansão: e a decisão recaiu sobre a Pampulha em 1574, mas o interregno filipino não permitiu que esta transferência fosse efectuada, se bem que tenham existido propostas subsequentes para o Cais da Madeira (1605), ou para a vizinha Carreira dos Cavalos (1607) [SALTA, 2002].

A questão fundiária terá sido também uma questão que se colocou de forma premente, com uma diferença à partida em relação aos capuchos, por exemplo, pelo facto de aparentemente os terrenos da cerca do colégio não terem sido doados, e terem antes resultado de negociações com os proprietários respectivos. Terá havido conflitos com as religiosas do Convento de Santana a propósito da apropriação de terrenos públicos, e alguns diferendos com a população a propósito de alguma correcção de traçados de ruas e novos acessos que implicariam alterações à cerca, mas que não foram concretizados [SALTA, 2002].

A aquisição de terrenos pertencentes à Gafaria de S Lázaro entre 1574 e 1575, ocorreu sem sobressaltos ou conflitos, mas acaba por resultar de forma indirecta naquilo que é ainda uma questão ambígua em termos viários e um problema ainda por solucionar nas implicações que traz à relação do topo da colina com o resto da cidade. Os terrenos comprados pelos jesuítas corresponderiam provavelmente à área extra muros da gafaria, ou seja, a Quinta de S. Lázaro e as casas dos não enfermos, em estruturas edificados que terão persistido no interior da cerca de S. José ainda por vários séculos. Segundo Ana Maria Salta, a anexação desta porção de terreno terá desviado o traçado da Carreirinha do Socorro que subia a colina a partir da vertente a nascente, formando o cotovelo que ainda hoje existe, e passando à época diante da ermida de S. Lázaro. Esta será talvez ainda hoje uma das faces mais visíveis dos efeitos da inserção desta enorme unidade murada junto a um território de génese urbana mais espontânea e com uma envolvente urbana próxima marcada por uma escala de desenho modesta e malha urbana miúda, encontro que deixou ainda hoje questões por resolver.

Entre a cidade densa e o campo, a Colina de Santana é neste momento um espaço de fronteira entre o urbano consolidado e a ocupação rarefeita ao longo das vias de acesso à cidade, em áreas associadas ainda ao cultivo da terra. Num curto espaço de tempo, a Colina de Santana inaugura uma forma de ocupação do território caracterizada pela definição de grandes unidades cadastrais muradas, em que a uma grande ocupação do território em extensão não corresponde uma densidade de construção muito significativa.

[cerca]

Aquando da construção dos conventos, já a pressão demográfica intra e extramuros e o fluxo de circulação que esta ocupação da colina representou tinham obrigado à abertura de mais dois postigos na Cerca Fernandina, voltando a ligar aquilo que a construção da muralha tinha separado e levando à criação de numerosos percursos que ligavam a encosta à cidade a sul. O antigo postigo de Santana passa a Porta o que dá conta não só dos fluxos de população mas também da importância que a Calçada de Santana vai ganhando nesta estrutura urbana. Se por um lado esta maior permeabilidade da cerca facilita a relação do topo da Colina com a cidade, a implantação do colégio de Santo Antão-o-Novo, pela posição no terreno, movimentos de terras efectuados e alterações à rede viária que implicou torna a dificultar o que seria uma relação viária ou mesmo visual mais franca com a cota de baixo.

[os vales]

Se os conventos se implantaram na sua maioria à cota alta, a construção de palácios nesta área da cidade privilegia a implantação dentro da cidade consolidada -Palácio dos Almadas, junto ao lado do Palácio dos Estaus no Rossio -, ou ao longo das vias de vale.

Nas vias de vale presume-se que houvesse uma ocupação de tipo linear ao longo da Corredoura de Santo Antão, que se tornaria mais densa quanto mais próxima estivesse das portas da cidade ou de eventuais núcleos habitacionais em torno de um edifício de excepção que suscitasse dinâmicas de fixação de populações como uma quinta, ou casa senhorial: como o Palácio da Anunciada, junto ao Convento da Anunciada (ambos destruídos) e o Palácio dos Condes de Povolide, datado provavelmente ainda do século XVI. A existência de pequenas igrejas ao longo da corredoura são ainda indício de alguma consolidação na ocupação deste território de vale.

Do lado oriental, a casa senhorial mais relevante deste período seria já em Arroios, da família Brás de Albuquerque, relativamente afastada do centro da cidade, mantendo-se as ermidas já existentes no vale.

Importa salientar neste período **a importância da estrutura cadastral no traçado urbano: a definição de grandes unidades como elemento fundamental do desenho urbano**, até hoje. Se neste período a construção de conventos nesta área é motor do desenvolvimento urbano, fixando populações e criando de alguma forma economias locais, acabará por funcionar em períodos posteriores como reservas de terreno fundamentais que permitiram a implementação de equipamentos como aqueles que se foram sucessivamente instalando na cerca do convento.

CONVENTOS [XVI]

CONVENTOS [XVI]

VIAS PRINCIPAIS

CERCA

p1. postigo de sa nt'ana
p2. postigo do arco da gra ça
p3. postigo da palma

LOTEA MEN TOS

L1. ma tadouro
L2. bempos t a
L3. sã o láza ro
L4. sa nt'ana
L5. andaluz

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

1. convento de sant ana (1 561)
no lugar da antiga ermi da de sa nt'ana
6. igreja de são josé dos carpint e iros (1 567)
antiga ermi da de sã o josé (1 532)
7. igreja de são luís dos f anceses (1 563)
8. colégio de santo antã oo n ovo (1 593)
9. convento nossa senhora do dest e rro (1 591)
10. convento de santo antó nio dos capuchos (1 570)
11. convento de santa marta (1 583)
antigo re co lhime nto de sa nta ma rt a de jesu s (1 569)

EQ UIPAMEN TOS HOSPI TALARES

4. gafai ra de s láza ro (1 355)

OUTROS EQ UIPAMEN TOS

2. mo inho de ve nto
3. ma tadouro

PALÁCIOS

12. palácio dos condes de almada
13. palácio dos condes de povolide
14. quinta de d. álvaro de cast r o

s.sebastião da pedreira
chafariz do andaluz (1336)
14
11
10
L5
santa marta
rua direita de s. josé
rua do salitre
6
2
CAMPO DO CURRAL
3
L1
9
L2
igreja dos anjos (1564)
carreira dos cavalos
estrada dos anjos
rua de s. lázaro
4
5
8
L3
1
L4
13
calçada de santana
corredoura de santo antão
p1
p2
p3
7
L4
12
portas de santo antão
ermida de nossa senhora do socorro (1596)
carreirinha do socorro
mouraria
ermida de são sebastião da mouraria (1509)
porta da mouraria
postigo da senhora da graça
porta de santo andré
calçada nova d'el rey
calçada do cavaleiro
rossio
hospital real de todos os santos (1492)
castelo
porta da cruz
alfama
portas de santa catarina
ribeira
portas do mar
porta do cata-que-farás

PALÁCIOS [séc. XVII-XVIII]

Durante este período e até ao terramoto, a cidade de Lisboa continua a sua expansão seguindo a linha de rio, para nascente, mas sobretudo para a poente daquele que é agora o centro da cidade: a baixa, que se organiza enquanto espaço comercial e representativo, entre as praças do Rossio e da Ribeira. A ocupação filipina vem beneficiar Lisboa em obras de relevo em edifícios singulares, associados a nomes de relevo da arquitectura da época. O Bairro Alto seiscentista surge como a primeira efectiva área de expansão planeada, na regularidade da sua rectícula.

Depois da Restauração, D. João V continua a construção de peças singulares de grande relevo na cidade, que não conhece neste momento no entanto um movimento de expansão muito significativo, na definição dos seus limites. As grandes construções na cidade são comandadas pela questão do Palácio Real, que experimenta várias localizações, sem nunca sair do Terreiro do Paço. Se no que se refere ao desenho de espaço público não há realizações de relevo, as preocupações ao nível das infraestruturas marcam a cidade de forma decisiva, com os projectos para o porto e sobretudo com o início dos trabalhos do Aqueduto das Águas Livres. A reconstrução no pós-terramoto será um momento charneira na história da cidade, onde a necessidade obrigará à adopção de novas práticas nomeadamente ao nível da relação com o espaço público, que marcarão de forma muito expressiva a cidade no seu todo.

Deste modo, a Colina de Santana mantém-se como um dos limites da cidade, uma franja, uma fronteira, a partir da qual a urbanização continua a ser feita ao longo das vias de acesso à cidade já existentes. À escala da Colina de Santana, o povoamento ter-se-á feito pela densificação da construção ao longo dos limites das cercas de conventos e palácios, e à medida que uma economia local ia justificando a fixação de populações.

[palácios]

Depois da grande vaga de construção de conventos no século XVI, no quadro do Concílio de Trento, segue-se na Colina de Santana a construção de palácios, numa tendência generalizada a toda a cidade no momento da Restauração, em que a nova conjuntura política obriga a aristocracia a regressar à capital. De facto, no início do século XVII, das vinte e duas casas nobres do país, apenas cinco teriam casa em Lisboa, estando ou retiradas na província, ou na corte em Madrid.

À cota baixa, no eixo da estrada de Valverde, encontramos uma sequência de palácios no primeiro troço, junto às Portas de Santo Antão, que se intercalam com casas religiosas constituindo uma sucessão de edifícios de excepção que marcam de forma clara uma vocação representativa neste eixo de chegada ao centro da cidade.

O Palácio Almada é ampliado com novo corpo e fachada sobre o Largo de S. Domingos e o Palácio Alverca, do lado de fora da Porta, será edificado por volta de 1600, embora só entrando na pose desta família no século seguinte. Outros palácios seguem-se, como o palácio dos Condes de Povolide [hoje Ateneu Comercial de Lisboa], o Palácio Rio Maior, o Palácio do Lavra/Sousa Leal [hoje CTT] e o Palácio do Conde Magalhães [Instituto Acção Social das Forças Armadas]. No Bairro do Andaluz situava-se o Palácio dos Condes de Penamacor, depois Instituto Gama Pinto, sendo perceptível um edifício anterior na Travessa Larga que pode corresponder. Já em Santa Marte é de referir a presença do Palácio dos Condes de Redondo.

No campo de Santana, e à cota alta, a construção mais significativa e motor para a implantação de uma quantidade substancial de outras casas nobres será o Palácio da Bemposta. O regresso da Rainha de Inglaterra [1693], Catarina de Bragança, irmã de D. Pedro II, introduz uma presença de peso nesta zona da cidade. Antes de se instalar na Bemposta, D. Catarina terá estado instalada no Paço Real de Alcântara e no Palácio do Conde de Redondo, junto ao Convento de Santa Marta. Aqui terá encomendado a tribuna sobre a igreja do convento, e mandado fazer uma passagem entre os dois edifícios, encerrada depois da sua partida para a Bemposta. A existência desta passagem será aliás apenas um pequeno detalhe na história destas duas edificações que apresentam uma afinidade de desenho muito clara, fruto de uma campanha de obras realizada em simultâneo nos dois edifícios dirigidas por uma mesma equipa de arquitectos. De facto, no século XVII, Nicolau de Frias e João Nunes Tinoco dirigem as obras de ampliação do Convento de Santa Marta (projecto original de Teodósio de Frias, pai de Nicolau de Frias) e a construção do Palácio do Conde de Redondo, na Corredoura de Santa Marta. A obra da Bemposta é dirigida por João Antunes, arquitecto régio à época e que acaba por assinar vários edifícios ou partes de edifício na Colina neste período. A propriedade é entregue mais tarde à Casa do Infantado, e após o terramoto, Manuel Caetano de Sousa procede à reparação do edifícios, crendo-se a Capela actual da sua autoria. O trompe l'oeil da capela será da autoria de Pedro Alexandrino, decorador em voga à época, e o restante programa decorativo [talha] será herdeiro da experiência da capela de S. João Baptista na Igreja de S. Roque.

Ainda à cota alta e directamente associado à construção do Palácio da Bemposta surge neste momento um conjunto de palácios, como o Palácio Centeno, destinado às Açafatas da Rainha, ou o Palácio Conde Pombeiro [Bempostinha], que Catarina de Bragança entrega à sua camarista D. Luísa Ponce de Leão, casada com o 1º Conde de Pombeiro, na vizinhança imediata da residência da rainha. As restantes casas senhoriais nesta zona da cidade, ainda que não directamente associados à Bemposta terão seguido a vaga de construção na Colina associada à presença da Rainha: o Palácio Mello, pertencente aos condes de Murça, na Rua de Santo António dos Capuchos; o palácio do Mitelo, já habitado no séc. XVII, alvo de alterações e ampliações em 1672 por mão de Manuel Francisco Mendes, com nome associado ao Desembargador Alexandre Metelo de Sousa e Meneses. O palácio do Patriarcado, que será sede desta instituição no séc. XX, é edificado em 1730 por mão, julga-se, de João Frederico Ludovice, arquitecto-chefe de Mafra. Ainda de referir o palácio Valmor, vizinho do anterior que será edificado no séc. XVII. Junto ao Convento de Santana, surgem dois outros palácios, o dos Silva Amado e do Desembargador Thorel que mais tarde dará lugar ao conjunto da Rua Júlio de Andrade.

Os palácios na Colina de Santana são uma marca muito importante nesta área da cidade, que com estas construções acaba por ver a sua malha substancialmente densificada, não só com estas construções singulares, mas com as dinâmicas populacionais e construtivas que a ela estão associadas. A correnteza de casas defronte do Paço da Bemposta serão disso um exemplo, na medida em que corresponderão, segundo Ana Maria Salta, a um loteamento para construção de habitação para os construtores da Bemposta [SALTA, 2002]. Por outro lado, os palácios são construções que acabam por ter uma relação mais franca com o espaço público em que se inserem, pela sua posição no território e área de incidência, ou seja, com excepção da Bemposta, ou dos palácios do Conde de Redondo, estamos sempre perante unidades cadastrais de menor dimensão que qualquer das cercas conventuais, e que para além disso invariavelmente desenham uma clara frente de rua. À semelhança do fenómeno à cota baixa, a implantação dos palácios neste momento parece sugerir pelas tendências de localização, um reforçar da hierarquia relativa dos espaços onde se inserem, quer estes sejam eixos viários de referência como a Calçada de Santana (no sentido Norte-Sul) e a Calçada de Santo António dos Capuchos-Bemposta (no sentido poente-nascente), quer sejam espaços centrais de referência como o Campo Santana. De facto, os palácios em torno do campo Santana, sobretudo na sua frente a nascente, são uma marca fundamental deste espaço, que começa a ganhar clareza nos seus limites e no carácter dos panos de fachada que o contém. Será esta tipologia construtiva aquela que realmente marca o carácter

deste espaço urbano para além da construção corrente, não tendo existido nunca propriamente edifícios religiosos marcantes a ele associados, a não ser o Convento de Santana, ainda assim bastante recolhido no seu extremo Sul. Se até este momento a Colina tinha as casas religiosas e as dinâmicas comerciais do Matadouro como programas fundamentais, a construção destas casas senhoriais vem confirmar a componente residencial e deste modo contribuir para a integração da Colina no todo urbano. Já esvaziados na sua maioria da sua função residencial, os palácios subsistem hoje ainda associados a programas de excepção que são determinantes para o papel urbano desta área da cidade, do mesmo modo que os antigos conventos.

[casas religiosas]

Tal como foi referido, não há expansão urbana significativa nesta zona da cidade, se bem que se mantenha a construção de casas religiosas na nossa área em estudo que compreendem hospícios e asilos mas também conventos, estes últimos responsáveis por pequenos movimentos de expansão urbana ao nível local.

Durante o século XVII, o que seria ainda um período de grande dinâmica na construção de conventos, tem a sua expressão mais evidente no que à Colina de Santana diz respeito com a construção do Convento da Encarnação. A construção desta casa conventual para as Comendadeiras da Ordem Militar de São Bento de Aviz terá sido começada em 1630, no período filipino, num terreno a meia encosta e intra-muros, junto à cerca fernadina, em terrenos de um nobre Menezes. Trata-se de uma implantação peculiar, a meia encosta, numa situação dominante do promontório sobre os vales e no quadro urbano já bastante consolidado do Bairro de Santana.

A construção de Conventos no início do século XVIII terá abrandado de forma geral na cidade de Lisboa a partir do início do século XVIII, tendo aumentado a partir de então a construção de hospícios e asilos [FRANÇA, 1997]. Estas últimas seriam construções de menor dimensão e que encontram lugar aparentemente no seio da malha urbana existente à época, em construções de escala relativamente modesta. Não foi feito um estudo detalhado sobre este tipo de estruturas, que terão existido em número substancial na Colina e em relação aos quais existem ainda indícios claros da sua existência em topónimos e inusitados portais como o Asilo S. João no Bairro do Andaluz. Existe ainda apesar de bastante alterado o Recolhimento de S. Bernardino, provavelmente datado deste período.

No que respeita à construção de igrejas, a Igreja da Pena em plana Calçada de Santana será neste período uma referência no que à arquitectura religiosa diz respeito. À época do Cardeal-Rei, é criada uma paróquia no Convento de Santa Ana, mas D. João V em 1705 encomenda a obra da igreja da Pena para aí instalar a paroquial e assim criar a freguesia da Pena, nunca substituindo o nome de Santana na Colina nem no Campo. O programa arquitectónico e decorativo foi muito exigente à imagem do da capela de S. Roque. A equipa era constituída na arquitectura por João Antunes, na talha por Claude Laprade entre outros, o tecto será da autoria de António Lobo dedicado ao Santíssimo Sacramento: trata-se de um dos melhores exemplos do barroco joanino.

Apesar do fraco ritmo de construção de conventos no início do século XVIII na cidade de Lisboa, assiste-se no entanto na Colina de Santana à implementação de três novas casas conventuais em zonas limite da área urbana: duas em situação de vale, e outra na linha de festo. As duas casas à cota baixa correspondem a conventos com projectos de João Antunes construídos sobre a estrada de Valverde e a estrada de Arroios: o convento de Santa Joana Princesa e o Noviciado das Índias - Convento de Arroios, respectivamente. O Convento de Santa Joana é construído sobre quinta de D. Alvaro de Castro, deixada em testamento à ordem de S. Domingos que instala inicialmente uma casa conventual masculina, e posteriormente uma casa feminina. O convento de Arroios terá sido criado por ordem de Catarina de Bragança e seu arquitecto, João Antunes. Funcionava como casa de noviciado da Índia da Ordem Jesuíta dedicada a S. Francisco Xavier. No ponto mais alto da Colina de Santana instala-se a nova Ordem, de S. Vicente de Paula, na Quinta de Rilhafoles, junto às cercas dos Conventos dos Capuchos e de Santa Marta. Por questões legais que envolveram a ordem de S. Domingos, a construção da casa ter-se-á atrasado, estando a obra ainda a decorrer aquando do terramoto de 1755.

[azulejos]

Para além da produção arquitectónica, o reinado de D. João V deixará a sua marca na cidade de Lisboa em dois aspectos que não fazendo parte da disciplina, a marcam de forma significativa, nas duas escalas extremas: no desenho global da cidade com o lançamento de projectos para grandes infraestruturas (Aqueduto das Águas Livres, frente ribeirinha, etc.), e no tratamento dos espaços interiores, com a generalização da utilização dos azulejos.

Os azulejos acabam até por ser uma marca na cidade, muito associada ao reinado de D. João V que terá efectivamente procedido a várias e vastas campanhas de aplicação de painéis de azulejos em edifícios de referência. Vários edifícios da área em estudo - palácios e conventos - foram beneficiados com azulejos nesta época, e acabam hoje por representar um valor patrimonial reconhecido e classificado. Terá sido aliás em alguns casos a existência de azulejos, o garante da preservação de algum património arquitectónico associado aos hospitais, como por exemplo no Convento de Santo António dos Capuchos ou no Palácio Mello. Um inventário detalhado dos azulejos dos hospitais de de S. José, Capuchos e Santa Marta foi já realizado pelo projecto Rede Azulejo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[terramoto 1755]

O dia 1 de Novembro de 1755 é uma charneira na história de Lisboa; as três vagas destruidoras, o tremor de terra, o maremoto e o incêndio, destruíram grande parte da cidade em especial na Baixa. O fenómeno marcou o inicio da ciência moderna da sismologia, além de ter estado na origem do pensamento iluminista do sublime. No entanto, os acontecimentos de 1755 não afectaram de forma significativa a área em estudo, uma vez que ainda que o sismo se tenha feito sentir, nem o maremoto nem o incêndio que assolou a cota baixa atingiram as cotas altas da Colina de Santana. A persistência de traçados deve-se seguramente a este facto uma vez que os estragos pontuais em edifícios não acarretaram mudanças significativas na estrutura urbana, que nos chega hoje praticamente intacta desde a sua fundação. De facto, o Bairro de Santana terá estado na exacta fronteira com o grande incêndio que assolou a baixa da cidade [TAVARES, 2009] e que implicou a sua completa reconstrução a partir de um novo desenho urbano. No entanto, à cota baixa e sobretudo no lado ocidental, junto ao Rossio, a vaga de destruição terá sido bem maior, arrasando diversos edifícios significativos no Vale de Valverde: o convento da Anunciada, o Palácio dos Condes de Castelo Melhor e o Palácio do Marquês do Louriçal, à ilharga da área em estudo.

De forma geral, todo o edificado de referência nesta área, sofreu apenas danos parciais, rapidamente reparados nos anos subsequentes. Nos Capuchos e em Santa Marta, os vários danos sofridos nas Igrejas e parte dos dormitórios obrigam os religiosos a instalar-se em construções precárias nas cercas enquanto duram os trabalhos de reconstrução. Os Conventos de Santana e de Rilhafoles são também afectados pelo sismo, a as religiosas do Convento da Encarnação encontrarão refúgio na cerca do Colégio de Santo Antão. Por sua vez, as dominicanas do Convento da Anunciada e do Convento da Rosa encontrarão refúgio mais adiante na Corredoura de Santo Antão, no

que era o Hospício das Índias e que após o terramoto e dada a dimensão da comunidade aí acolhida se transformará no Convento de Santa Joana Princesa. O Paço da Bemposta é parcialmente destruído, sobretudo a capela e imediatamente reparado, com obras dirigidas por Caetano Tomás de Sousa. O vizinho Palácio Pombeiro terá ficado arruinado, restando apenas uma capela/casa de fresco no jardim. No entanto, alguns edifícios sofrerão os danos do terramoto de modo mais permanente como a Igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo que não chegará a ser reconstruída e o Mosteiro do Desterro ao qual nunca regressarão todos os frades que lá residiam antes, acabando a obra por ficar inacabada, apesar das múltiplas funções que albergou durante os séculos XVIII e XIX antes da passagem a hospital.

Os habitantes de zonas ou edifícios destruídos, encontram refúgio em áreas mais periféricas da cidade menos atingidas pela vaga de destruição, ou com capacidade para acolher as construções efémeras em que se foi instalando a população da cidade antes da conclusão dos trabalhos de reconstrução. Se D. José instalou a sua Real Barraca na Ajuda, a população em geral instalou-se na zona do Campo Grande, na Cotovia (actual Príncipe Real) e em Campo de Ourique/ Santa Isabel [TAVARES, 2009]. Não há registos de grandes movimentações de massas para a Colina de Santana neste quadro, sendo de referir apenas de forma segura o facto de o Palácio Almada e o Palácio dos Condes de Povolide, terem recebido parte dos doentes do Hospital Real de Todos os Santos, também ele destruído no terramoto.

[a reconstrução]

Em Lisboa, a visão de um conjunto de pessoas lideradas pelo Marquês de Pombal, revolucionou o centro da cidade, dando lugar a uma revolução de maior âmbito na sociedade portuguesa. A reconstrução no pós-terramoto constituir-se-á como a primeira oportunidade efectiva de planeamento da cidade e sua execução, mas a que escapa a Colina de Santana. Tendo-se optado fundamentalmente pela reconstrução da Baixa, que já era o centro nevrálgico da cidade, a Colina de Santana é excluída da área de intervenção por ser demasiado periférica. Os planos executados pouco depois para áreas de expansão da cidade mais periféricas, voltam a excluir a Colina de Santana por ser demasiado central, ou apresentar apesar de tudo uma estrutura urbana mais consolidada. O plano de Mardel propõe no entanto no seu plano de expansão para Norte, duas vias que passando ao lado da Quinta de Rilhafoles permitiam a ligação às planeadas áreas de crescimento da cidade, e coincidindo quase exactamente com o traçado das actuais ruas Gomes Freire e Luciano Cordeiro. À cota baixa, o Passeio Público indica de forma clara o lado ocidental da cidade como mais burguês.

Assim como não terá havido planos de intervenção na Mouraria, ou outras áreas já consolidadas, a Colina de Santana escapa a esta operação de planeamento, que não foi executada, mantendo no seu essencial a estrutura cadastral existente. Num momento em que áreas centrais da cidade são objecto de um desenho global que inclui um novo traçado do espaço público, o Campo Santana mantém-se como espaço resultante de traçados viários e estruturas cadastrais, ainda que agora esteja confirmado o seu cariz representativo, derivado da presença significativa de palácios, casas senhoriais e ordens religiosas.

[Hospital Real de S. José]

Na sequência da destruição do Hospital Real de Todos os Santos pelo terramoto, é tomada em 1769 a decisão de implementar o novo hospital no Colégio de Santo Antão-o-Novo, deixado vago com a expulsão dos jesuítas no ano anterior. Num quadro de profunda restruturação urbana associada à reconstrução pombalina, a expulsão dos jesuítas cumpre também um papel importante na medida em que deixa livres grandes edifícios no centro da cidade para implementação de novos programas: a Casa-mãe em S. Roque é convertida em sede da Misericórdia, no Noviciado à Cotovia é implementado o Colégio dos Nobres (no quadro da reforma pombalina do ensino) e o Noviciado das Índias em Arroios é cedido às freiras concepcionistas franciscanas.

Muitos factores concorrem para a decisão de instalar o hospital no colégio jesuíta, que passam tanto pelo simbolismo da tomada de uma das casas mais importantes da companhia de Jesus, como pela conveniência geral da solução ao nível urbano e programático - a centralidade da nova localização e a sua proximidade ao antigo hospital, assim como a capacidade que o edifício, apesar de parcialmente destruído apresentava para a instalação de um programa com esta complexidade. Essas características passavam não só pela sua grande dimensão e tipologia arquitectónica flexível, mas também pelo facto de se situar numa elevação e possuir um grande corpo orientado a nascente, conforme recomendações da literatura da época relativamente à construção de edifícios hospitalares. De facto, o edifício para o que veio a ser denominado Hospital Real de S.José (em homenagem ao rei), segue as indicações de Ribeiro Sanches, ou seja, um lugar elevado e voltado a Nascente [PROVIDÊNCIA, 2000]. RIbeiro Sanches, autor de literatura de referência sobre saúde e construção na época pombalina, associa já as cotas altas ou os topos das colinas a uma melhor qualidade do ar. Em época de grandes transformações não só em Lisboa, mas também em outras cidades e associadas às reformas pombalinas, as obras de adaptação do colégio (terminadas em 1775), são contemporâneas das obras de adaptação a hospital do Colégio de Jesus na Universidade de Coimbra (1779) e do Hospital de Santo António do Porto (1770).

No que respeita à relação com a cidade, o novo programa vem apenas reforçar aquilo que era já a lógica urbana do colégio, ao proceder ao encerramento ainda mais efectivo da cerca e ao sublinhar da orientação do conjunto para sul e para a cidade consolidada. De facto, ao cintamento do perímetro, agora por razões sanitárias, junta-se uma lógica de percursos por dentro da cerca que limita os acessos a toda a vertente a Norte e mesmo ao arruamento que segue ao longo do corpo nascente que se vê encerrado com portões nos topos - a sul, junto à portaria, e mais a norte, ao nível da porta do carro, que liga à rua de S. Lázaro. A implementação do hospital neste lugar é um acontecimento muito marcante na história deste lugar e que vai marcar até hoje o devir da Colina não apenas em termos programáticos mas em todos os aspectos do urbano. Paradoxalmente, não terá no entanto criado no imediato dinâmicas significativas à cota alta, antes pelo contrário, tendo antes reforçado o seu isolamento em relação à cidade consolidada, ao virar costas à Colina e ao Campo Santana.

Ressalta deste período **a manutenção da condição periférica** da área da Colina e a oportunidade sempre falhada de um efectivo planeamento do espaço público na colina de Santana, que não abandona a sua condição de espaço resultante da rede viária e da estrutura cadastral de grandes unidades, apesar da significativa **densificação da malha urbana**, com a construção não só de palácios mas também de novos loteamentos. Há a salientar a alteração programática com a **implementação do Hospital Real de S. José**, motor de transformações profundas nos períodos subsequentes.

PALÁCIOS [XVII - XVIII]

VIAS PRINCIPAIS

CERCA
p1. postigo de sant'ana
p2. postigo do arco da graça
p3. postigo da palma

LOTEAMENTOS
L1. matadouro
L2. bemposta
L3. são lázaro
L4. sant'ana
L5. andaluz
L6. rua da inveja
L7. trabalhadores da bemposta

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS
1. convento de sant'ana (1561)
no lugar da antiga ermida de sant'ana
6. igreja de são josé dos carpinteiros (1567)
antiga ermida de são josé entre as hortas (1532)
7. igreja de são luís dos franceses (1563)
9. convento nossa senhora do desterro (1591)
10. convento de santo antónio dos capuchos (1570)
11. convento de santa marta (1583)
antiga recolhimento de santa marta de jesus (1569)
14. convento de santa joana princesa (1699)
antiga quinta de d. álvaro de castro
15. convento de nossa senhora da encarnação (1630)
16. igreja de nossa senhora da pena (1705)
17. casas da congregação de nossa senhora da doutrina
18. recolhimento da nossa senhora de encarnação e carmo (1704)
19. convento de rilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
20. igreja do sagrado coração de jesus (1790)

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
4. gafaria de s lázaro (1355)
8. hospital real de são josé (1775)
antigo colégio de santo antão-o-novo (1593)

OUTROS EQUIPAMENTOS
3. matadouro

PALÁCIOS
12. palácio dos condes de almada
13. palácio dos condes de povolide
21. palácio rio maior
22. palácio do lavra ou sousa leal
23. palácio vaz de carvalho
24. palácio do thorel
25. palácio silva amado
26. palácio dos condes de penamacor
27. palácio dos condes do redondo
28. palácio do conde valmor
29. palácio do patriarcado
30. palácio mello
31. palácio centeno
32. palácio meneses (mineiro)
33. palácio da bemposta
34. palácio dos condes de pombeiro
35. palácio regaleira
36. palácio do conde magalhães
39. palácio alverca ou pais do amaral

s.sebastião da pedreira
chafariz do andaluz (1336)
santa marta
carreira dos cavalos
estrada dos anjos
igreja dos anjos (1564)
CAMPO DE SANT'ANA
rua direita de s. josé
rua do salitre
rua de s. lázaro
travessa da mouraria
corredoura de santo antão
portas de santo antão
ermida de nossa senhora do socorro (1596)
carreirinha do socorro
ermida de são sebastião da mouraria (1509)
porta da mouraria
mouraria
postigo da senhora da graça
porta de santo andré
calçada nova d'el rey
calçada do cavaleiro
porta da cruz
rossio
castelo
alfama
portas de santa catarina
portas do mar
porta do cata-que-farás
L1
L2
L3
L4
L5
L6
L7
p1
p2
p3

ÁGUA

ÁGUA E CIDADE

A água é um elemento fundamental à vida de uma cidade. Ela assume um papel vital da vida urbana mas também contribui para a sua defesa e o seu comércio. Lisboa tem uma relação única com o grande espaço de água que a defende e a enquadra, o Mar da Palha. Situada entre o estuário de um rio e um oceano, ela é um ponto de ligação entre povos e civilizações ao longo dos tempos. Esta condição de interposto comercial entre mar e terra define a sua razão de existência desde tempos remotos. As fontes naturais de água doce na encosta de Alfama abasteceriam os primeiros comerciantes instalados.

A cidade romana instala-se numa pré-existência, um porto comercial fenício. A actividade económica principal da cidade era a alimentar: a produção de sal aliada à pesca intensa desenvolvem a indústria da salga de peixe ao longo das margens do Tejo para se reunirem no porto de *Olissipo*, comercializar e exportar pelo Império Romano. Com este desenvolvimento económico, a cidade cresce e a sua população também; torna-se necessário construir os equipamentos públicos do estilo de vida romano, fóruns, templos, teatros, termas e balneários. As fontes naturais de Alfama não bastam para os abastecer, sendo inevitável uma infraestrutura que os romanos dominam na sua técnica: o aqueduto. Com o declínio do Império Romano, as invasões de Vândalos, Alanos, Godos e as guerras entre Suevos e Visigodos, a população diminui consideravelmente, e a cultura romana começa a esvanecer-se. Os equipamentos inutilizados e a falta de manutenção necessária no aqueduto tornam essa infraestrutura obsoleta. Como provas físicas desse aqueduto romano, apenas resta a Barragem Romana de Belas, nas margens da Ribeira de Carenque.

A expansão da cidade para fora da Muralha Fernandina, e o aumento populacional no séc. XVI, criaram uma necessidade maior de água. Os sistemas de recolha de águas pluviais [cisternas] e os recursos naturais de Alfama já não eram suficientes: o Chafariz d'El-Rei e o Chafariz de Dentro, estavam no seu limite mesmo depois do investimento de D. Dinis e D. João II no aumento dos seus caudais. Francisco de Holanda recomenda a D. Sebastião, em *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* [1571]: "*onde todos bebem água, não tem mais de um estreito chafariz para tanta gente e outro para os cavalos* (…) *e deve de trazer a Lisboa Água Livre que de duas léguas dela trouxeram os Romanos a ela, por condutas debaixo de terra subterrâneos furando muitos montes e com muito gasto e trabalho.*".

Crises dinásticas e outras prioridades políticas atrasam o projecto do aqueduto. No intuito de resolver o abastecimento de água à capital portuguesa, Filipe II [de Espanha], cria um novo imposto sobre a carne e o vinho designado o *Real d'Água.* O imposto criado para o arranjo de canos, fontes, bicas e aquedutos, serviu de inicio para financiar a construção do Chafariz de Apolo [1655], e para a construção do Chafariz do Rossio em 1606, mas seria depois utilizado para outros fins [Joyeuse Entrée de 1619].

A *Joyeuse Entrée* de 1619 de Filipe III gera os primeiros avanços concretos no projecto de um Aqueduto para Lisboa. Um ano antes,o Rei encomenda à Câmara, o estudo da melhor maneira de remediar a falta de água da cidade. Constituí-se uma equipa de medidores, vedores e arquitectos, realizam-se diversas prospecções a nascentes na região de Lisboa: a nascente das Águas Livres perto da Ribeira de Carenque, é indicada como a melhor geograficamente e em volume. No entanto, o dinheiro reunido do Real d'Água seria empregue na visita do Rei para confirmar o seu filho como sucessor ao trono português. Filipe gere politicamente o momento para que a ideia persista sem se realizar a obra, acabando a ideia por morrer com ele em 1621.

A Restauração e as guerras marcam os anos até à descoberta de Ouro no Brasil em 1693. Um novo período económico traz uma nova mentalidade de investimento; no entanto a ideia de resolver a escassez de água da capital parte do Procurador da Cidade, que em carta redigida ao Rei propõe a ideia, já antiga, do aproveitamento das fontes das Águas Livres por sistema de Aqueduto. D. João V, interessado em expandir a Lisboa Ocidental, autoriza, por decreto de 1731, o início da construção do Aqueduto das Águas Livres, a grande infraestrutura que iria solucionar a escassez de água nos bairros ocidentais [Bairro Alto].

Composta a administração da Junta das Águas Livres, a equipa técnica vai ser dirigida por vários arquitectos e engenheiros que marcam o avanço ou a paragem da obra. A dimensão e complexidade da obra trouxe discussões entre os vários técnicos. Enquanto a primeira direcção de obra não é decidida, Manuel da Maia e Manuel Azevedo Fortes realizam a maioria dos estudos preparatórios, sendo encarregues da medição do terreno e do desenho do percurso do aqueduto. Mas é António Cannevari, arquitecto italiano do aqueduto de Santo Antão do Tojal, palácio do Patriarca de Lisboa, que assume a direcção por ordem real, sob grande controvérsia. As hesitações do arquitecto

opunham-se à pragmática de Manuel da Maia que nas suas *Considerações* realiza um verdadeiro caderno de encargos para a construção do Aqueduto, onde aborda todas as questões técnicas de construção e política de abastecimento público do Aqueduto.

Em 1732, uma reunião da Junta afasta Cannevari da Direcção de Obra. A confusão e os erros técnicos do arquitecto italiano sobre o material das canalizações puseram em causa a sua liderança, sendo este obrigado a ceder à proposta de canos em pedra de Maia, depois dos seus canos de massame e os telhões de barro terem falhado. A questão principal desta conferência seria o desenho da planta do Aqueduto, onde se discutiam três propostas, a de Cannevari, a de Manuel da Maia e Manuel Azevedo Fortes e a de Custódio Vieira.

A nova direcção tripartida seria composta pelos engenheiros cuja planta tinha sido aprovada: Manuel da Maia, Manuel Azevedo Fortes e José da Silva Pais. A unidade destes seria desfeita quando perante novas questões como o número de canos, o local exacto do grande reservatório, o sistema de ventilação e iluminação das galerias e o local exacto do grande reservatório.

Passados 6 anos do inicio do processo, Cláudio Gorgel do Amaral escreve ao rei explicando o seu descontentamento pelos atrasos da construção. O procurador aponta o dedo ao Prior de S. Nicolau pelo seu papel destabilizador entre as direcções e os técnicos.Uma nova direcção única e clara é necessária: Custódio Vieira é nomeado em 1736. É então que se tomam grandes decisões: o projecto é repartido, sendo a primeira parte, da nascente ao Monte das *tres cruzis*, projecto de Manuel da Maia, e daí até à cidade, projecto de Custódio Vieira; a arrecadação dos impostos é entregue à Junta, ganhando esta novos poderes para a execução da obra. A ribeira de Alcântara seria transposta, quatro anos depois, por uma arcaria monumental que marca, até hoje, a imagem do Aqueduto na cidade, tendo sobrevivido ao terramoto de 1755 com a sua estrutura monumental de pedra reforçada por ferro. Para acelerar o processo, a arrecadação dos impostos é entregue à Junta, ganhando esta novos poderes para a execução da obra.

A morte de Custódio Vieira traz o regresso às intermináveis conferências e pareceres. Regressa-se às discussões técnicas que não estavam decididas. Carlos Mardel é então chamado a assumir a Direcção com um documento de dez pontos onde se esclarece as opções: as canalizações seriam feitas de pedra em galeria. O grande reservatório seria localizado no Rato em detrimento de S. Pedro de Alcântara, ponto final do Aqueduto. Aqui seria projectado o grande chafariz de Mardel que cairia com o terramoto, restando apenas os muros de suporte que desenham o actual Miradouro. A utilização por particulares ficaria em aberto e apenas resolvido no reinado seguinte quando os padres das Necessidades introduzem uma nova fonte no sistema do aqueduto, com patrocínio real, recuperando a mesma quantidade no seu convento. Em 1748, a Água Livre chega a Lisboa.

À morte de Mardel em 1763, realizavam-se a Mãe de Água Nova, as clarabóias da arcaria do Vale de Alcântara, os Chafarizes do Rato, S. Pedro de Alcântara, da Esperança e da Rua Formosa, bem como a galeria de arcos, o arco triunfal e reservatório das Amoreiras [concluído apenas em 1835]. Os directores seguintes [Miguel Ângelo de Blasco entre 1763 e 1772; Reinaldo Manuel dos Santos de 1772 a 1791] realizariam os novos chafarizes e introduziam novas nascentes no Aqueduto Geral para aumentar o caudal e abastecer alguns privados. As invasões Napoleónicas e as guerras liberais suspenderiam todo o grande investimento nesta infraestrutura.

O último investimento no Aqueduto parte do *inspecteur général des ponts et chaussées* de Paris, o eng. Louis-Charles Mary, contratado por José Victorino Damásio, membro do Conselho Geral das Obras Públicas e Minas, na sua viagem à Exposição Universal de Paris de 1855. Mary aumentaria o caudal de água com os aquedutos das Francesas e da Mata e criaria um sistema de reservatórios novos, dispersos pela cidade para manter o volume de fornecimento de água. Os reservatórios do Arco [das Amoreiras], do Pombal, da Penha de França, da Graça e da Patriarcal, encomendados pela Companhia das Águas de Lisboa, serviriam até ao final do séc. XIX, altura em que se decide por um novo sistema.

A construção do adutor do Alviela de 1871 a 1880 introduz um novo caudal capaz de responder às necessidades da época. A estação elevatória dos Barbadinhos distribui a água proveniente da nascente designada por Olhos de Água, Alcanena, a uma distância de 114 km a nordeste de Lisboa. Em 1940, um novo investimento no Aqueduto Tejo seria depois ampliado em 1963 e finalmente em 1987 entra em funcionamento o subsistema de Castelo de Bode, ampliado em 1996. Resolvido o abastecimento de água a Lisboa pelos próximos tempos, resta pensar o que fazer do monumental Aqueduto das Águas Livres, desactivado desde 1968, resignado à sua condição histórica e patrimonial.

[as galerias]

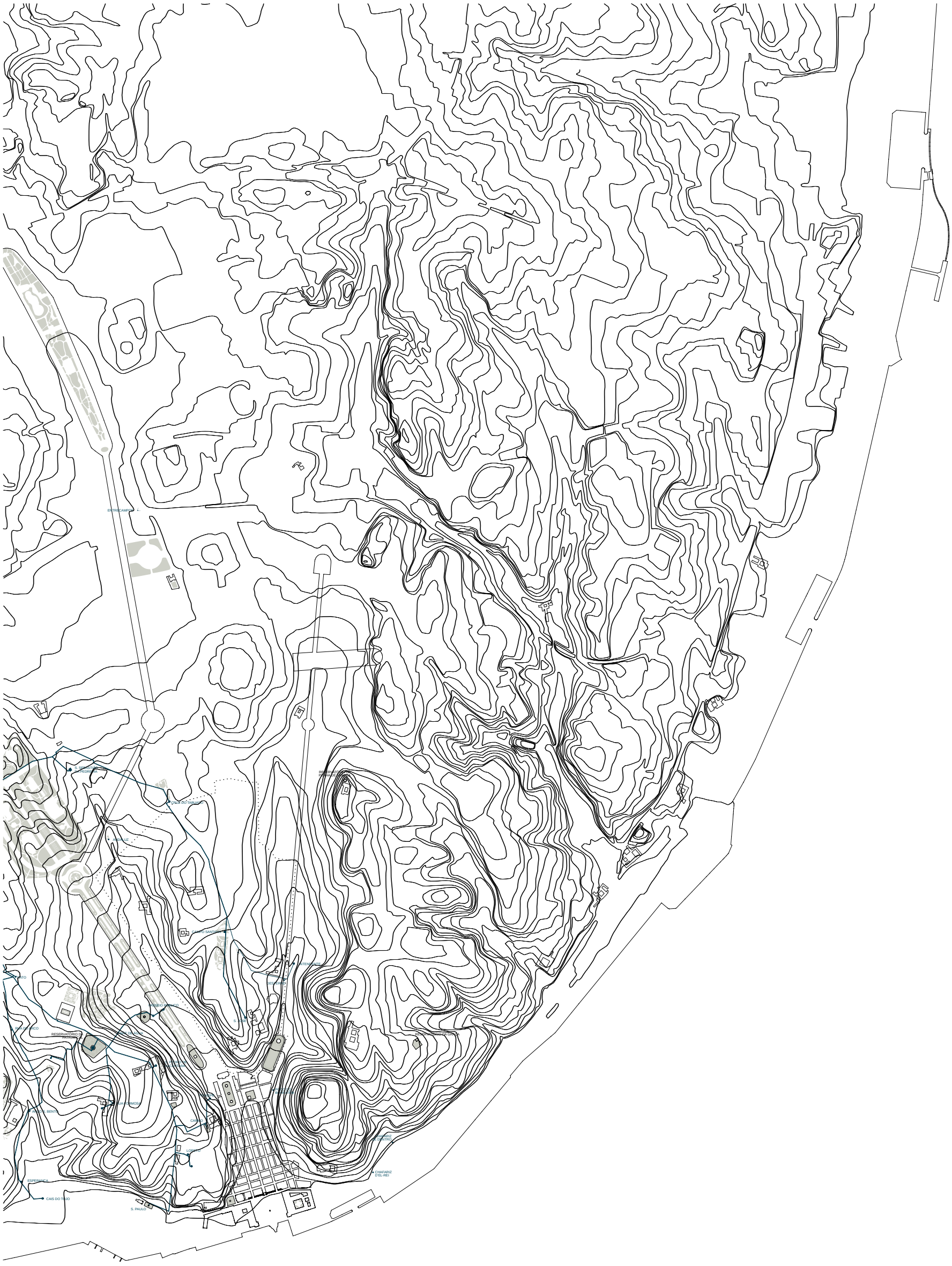
A primeira galeria adutora da cidade, designada do **Loreto**, terminava nas Portas de Santa Catarina onde se construiu um Chafariz do mesmo nome. Esta, abastecia os Chafarizes do Rato, de S. Pedro de Alcântara e derivava na Pia do Penalva numa galeria para Sul pela Rua Formosa [actual Rua do Século] e para Norte onde abastecia a Praça da Alegria [Chafariz recuado para a Mãe de Água] e mais tarde, o Passeio Público. Mais a frente, depois de S. Roque e da Trindade, uma derivação até ao Carmo que visava chegar ao Chafariz do Príncipe que abasteceria o Rossio pós-terramoto. Só em 1848, se prolonga a galeria até ao Largo de S. Paulo, estando este chafariz previsto no projecto inicial.

A galeria da **Esperança** parte do reservatório da Mãe de Água das Amoreiras para descer paralelamente à Rua de S. Bento [Chafariz na Rua do Arco], até ao antigo Mosteiro de S. Bento [hoje Assembleia da República] onde o Chafariz foi remontado na Praça das Flores com a desmontagem do Arco [hoje na Praça de Espanha]. O nome desta galeria provém do desaparecido Convento da Esperança, onde terminava no Chafariz de Carlos Mardel, na Av. D. Carlos. Os sobejos deste alimentavam um último já à beira-mar, o Cais do Tojo.

A terceira galeria, das **Necessidades** destinava-se ao Convento das Necessidades e bifurcava antes da Mãe de Água, por onde hoje é o Bairro de Campo de Ourique. A partir de 1770, abastece vários chafarizes públicos, o da Estrela [desaparecido], o das Terras, o das Janelas Verdes, o das Necessidades e o da Praça da Armada.

A galeria do **Campo Santana**, a quarta do complexo sistema de abastecimento do Aqueduto das Águas Livres, é a mais extensa e a última a ser construída. O ponto de arranque desta é na Cruz das Almas [Campolide] onde existe ainda um pequeno chafariz. Em 1787 é construído o Chafariz de S. Sebastião da Pedreira, com projecto de Reinaldo Manuel dos Santos**,** servindo a população periférica. Em 1792 chega à Cruz do Tabuado [actual Praça José Fontana] pela Rua Tomás Ribeiro por galeria à superfície. Sempre descendo por força da gravidade, a água livre seguia subterraneamente, limitando a propriedade da Quinta de Rilhafoles até o topo Norte do Campo Santana onde se previa o Chafariz Monumental, nunca realizado, embora se crê que tenham sido realizadas algumas terraplanagens no local que dão hoje forma ao Campo Mártires da Pátria. O destino desta galeria além da colina era o Hospital de S. José, no antigo Colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo, que atinge em 1797 com ponto final numa Casa de Água que servia a cozinha do Hospital.

AMADORA
LUZ
TELHEIRAS
BENFICA
AMOREIRAS
CONVALESCENÇA
DOMINGOS DE BENFICA
RESERVATÓRIO DA AMOREIRA
ALTO DAS CHAMAS
ALTO DO CARDOSO
AMOREIRAS
RESERVATÓRIO DO AMOR
MÃE DE ÁGUA DAS AMOREIRAS
PENTEADA
ESPERAS
CARNIDE


ESTRUCAMPO
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
CRUZ DO TABUAO
AGUALUZ
CAMPO SANTANA
PENHA LONGA
MIRADOURO
RESERVATORIO DA PATRIARCAL
MIRADOURO
S. PEDRO DE ALCANTARA
CAMÕES
CHAFARIZ D'EL-REI
ESPERANÇA
CAIS DO TOJO
S. PAULO

ESPAÇO PÚBLICO [séc. XIX]

[a cidade do liberalismo]

O período que decorre entre a queda de Pombal e o início do século XX, é um período em que a situação político económica não deixa muito espaço à implementação de grandes projectos ou estratégias urbanas, o que se vai reflectir também na cidade de Lisboa. O alegado desastre financeiro legado de Pombal, leva a um refrear da obra pública logo a partir do reinado de D. Maria I, a que se seguirão as invasões francesas e guerra civil, que também não serão o quadro ideal para a estabilidade económica, ou o clima propício ao delinear de estratégias globais e coerentes para o planeamento da cidade. No entanto, mudanças profundas nas cidades ocorrem neste século que preparam a sua definitiva e radical transformação no século seguinte. Se as mudanças ocorridas na cidade não encontram terreno numa visível expansão e crescimento urbano, é na conversão funcional e simbólica dos seus espaços e edifícios públicos que ela é radicalmente transformadora do modo de usar e viver a cidade, assim como no trabalho que começa a ser feito ao nível da implementação ou melhoramento de algumas infraestruturas (linha de caminho de ferro, Porto de Lisboa e aterros), ou em obras novas pontuais de grande envergadura (Basílica da Estrela, Palácio da Ajuda, Teatro S. Carlos, p. ex).

A cidade efectivamente construída no início do século XIX não é portanto muito mais extensa do que aquela que encontramos nos séculos anteriores. A área de Lisboa compreende ainda muita área não construída, repartindo-se as suas áreas de construção em três modos de ocupação do território: o núcleo urbano "histórico", a ocupação linear ao longo das vias radiais de acesso à cidade e ao longo do rio, e núcleos urbanos que crescem com alguma autonomia, como a Lapa ou o Príncipe Real. A Colina de Santana permanece uma franja da cidade, em que não são traçados novos arruamentos e se continua a densificar a construção à medida das necessidades, sobre a malha urbana já traçada.

A par de um novo olhar sobre o papel das infraestruturas nas cidades, as mudanças mentais e sociais deste século acabam por se reflectir nas cidades naquilo que esta irá incorporar das novas funcionalidades associadas a conceitos de higiene/saúde, lazer/recreio e politico/sociais. Também na colina de Santana se sentirão estas transformações e a expulsão das ordens em 1834 levará a mudanças profundas nesta área da cidade.

[a expulsão das ordens]

A expulsão das ordens religiosas marca de forma definitiva e até hoje a vocação funcional da colina de Santana, que inicia neste momento a reconversão de uma quantidade significativa de edifícios religiosos e não só em equipamentos públicos associados à saúde, assistência social, educação, exército, etc. O decreto de 1834 extingue no imediato todos os conventos masculinos, sendo progressivamente encerrados os conventos femininos, o que quer dizer que, na Colina de Santana ficam imediatamente disponíveis os conventos de Rilhafoles, Capuchos e Desterro, mantendo-se ainda em funcionamento até quase ao fim do século os Conventos de Santana, Santa Marta, Santa Joana e Arroios, mais a Norte. Os conventos são convertidos na sua maioria em equipamentos públicos, ou então são desactivados sem função atribuída até à sua demolição, como no caso do Convento de Santana, podendo ainda ser alvo de reconversão mais tardia, como no caso do Convento da Encarnação. Este processo de tomada do património das ordens religiosas permitiu ao Estado a implementação de novos programas em áreas privilegiadas, utilizando edifícios já existentes e associando a esta estratégia a venda do património móvel associado, como fonte de receita.

[a higiene e o higienismo]

O higienismo faz corresponder de forma directa a questão da saúde pública com a forma das cidades, pelo que durante um período de tempo significativo, as decisões básicas acerca da conformação e desenho das cidades tiveram como pano de fundo as questões sanitárias, que resultaram de forma directa num esforço de infraestruturação de todas as redes com vista a uma maior salubridade, mas introduziram também e de modo não menos efectivo transformações drásticas na programação das mesmas. São introduzidos novos programas - de que o programa jardim, no limite pode ser mais um exemplo - e são feitas alterações ao planeamento, desenho e localização dos programas urbanos existentes - que na Colina de Santana têm como efeitos directos as questões associadas ao Hospital e ao Matadouro.

[o hospital Real de S. José e Anexos]

O primeiro edifício anexo a S. José será o Hospital de S. Lázaro logo em 1844, que passa a estar sob a administração do Hospital logo em 1844 na sequência de uma visita do responsável da saúde da Câmara de Lisboa que fica chocado pelo modo como os doentes estavam albergados. Neste momento, eram albergados não só leprosos (60 doentes à época), mas também casos de doença crónica de pele e elefânticos. [MARTINS, Augusto].

É um processo semelhante que leva à segunda anexação: a do Convento de Rilhafoles, para implementação do Manicómio de Rilhafoles, que albergasse os doentes mentais tratados em S. José. Neste caso terá sido o Duque de Saldanha que, impressionado com as condições na ala psiquiátrica de S. José ordena que estes doentes sejam transferidos para hospital a implementar, especializado em doenças mentais. A criação de hospitais psiquiátricos especializados era já uma questão em cima da mesa desde o início do século defendida pelos especialistas na área que, à luz do que se praticava já no resto da Europa, pretendiam implementar três hospitais especializados no país, de modo a cobrir todo o território nacional, em estruturas construídas de raiz por forma a poder funcionar de modo adequado e aplicar aqueles que eram já os avanços da época. A escolha do local acaba por ser fruto ao mesmo tempo das circunstâncias, da urgência e da oportunidade, mas revela já também intenções ao nível do que viria a ser a lógica territorial deste complexo hospitalar. Em 1848, é feita a transferência dos doentes para o Manicómio de Rilhafoles, depois de ordenada a saída do Colégio Militar que aí estava instalado desde 1835. Torna-se o primeiro hospital psiquiátrico do país, e o único até perto do final do século, quando é inaugurado o Conde Ferreira no Porto. Este complexo será ainda beneficiado com a construção do Balneário da Rainha, parte das beneficiações ao edifício existente.

O Hospital do Desterro será o terceiro anexo a S. José, anexado em 1857, num momento em que estava a ser utilizado como hospital improvisado para as vítimas de uma epidemia de febre amarela que grassou nesse ano. As epidemias, não só de febre amarela, mas também de cólera, gripe, varíola ou peste bubónica eram ainda relativamente frequentes no século XIX e a necessidade de criar estruturas suplementares a S. José para resposta em casos extremos era uma prática estabelecida. Por outro lado, o conhecimento à época relativamente às doenças infecto-contagiosas tinha já completamente estabelecida a necessidade de isolamento dos doentes em caso de epidemia, pelo que o instalação dos doentes das infecto-contagiosas no Desterro, com a vantagem acrescida da sua posição um pouco mais periférica em relação à cidade foi uma solução que se tornou permanente com a anexação do Hospital, praticamente desocupado desde há muitos anos. Em 1862, o Desterro passa a tratar também as doenças venéreas, especialidade em que se destacará até meados do século XX. Mais uma vez, a posição marginal em relação ao centro

urbano, relacionado com uma área da cidade menos central e associada a mais marginalidade, nomeadamente a Mouraria onde se concentrava alguma vida boémia mas também a prostituição, que terão sido razões para esta localização e especialização funcional.

O Hospital D. Estefânia em 1877 é a primeira unidade de saúde deste conjunto que foi construída de raiz, mais uma vez foi resultado da constatação de carências em S.José, neste caso na assistência a crianças. A Rainha D. Estefânia, mulher de D. Pedro V, impressionada como a falta de condições para os cuidados de saúde a crianças decide usar o seu dote para a construção de um hospital pediátrico, em terrenos da Casa Real, na Quinta da Bemposta. D. Pedro e D. Estefânia procuraram informar-se sobre as mais recentes inovações na construção de hospitais e o autor do projecto foi o arquitecto inglês Albert Jenkins Humbert.

O edifício toma a forma de um corpo isolado rodeado de áreas arborizadas, e organiza-se em torno de um corpo central com pátios, que distribui para alas isoladas, em corpos perpendiculares ao primeiro, de ambos os lados. As opções construtivas tiveram em conta tudo o que eram as inovações à época no que respeita à adopção das formas, esquemas de funcionamento e infraestruturas mais adequadas a um edifício com esta função. Deste modo a questão da dimensão dos espaços, da sua ventilação e iluminação eram aspectos que numa construção de raiz seriam muito mais facilmente optimizados.

Se a distribuição pelo território dos outros hospitais foi sendo ditada pela disponibilidade de edifícios, que nesta área era considerável, a construção do Hospital D. Estefânia põe em evidência outra condição importante deste território que também explica as razões da implementação deste complexo hospitalar na Colina de Santana. A reserva de terrenos livres no interior das cercas conventuais e das quintas estavam associadas a uma maior salubridade à partida pela localização no alto e qualidade do ar, mas sobretudo (ou também) encerravam a possibilidade de construção de edifícios de raiz, capazes de garantir melhores condições sanitárias e responder aos avanços tecnológicos e científicos da medicina, nomeadamente na capacidade de “desenhar isolamentos”, racionalizar percursos e programa, garantir condições óptimas de ventilação, etc.

Também construído de raiz, praticamente na mesma altura, o Real Instituto Oftalmológico - hoje Instituto Dr. Gama Pinto em homenagem a um dos seus médicos mais ilustres - implanta-se no Bairro do Andaluz, numa unidade cadastral de alguma dimensão, presumivelmente lugar de antigo Palácio. O Instituto de Medicina Legal é fruto ampliação de uma pré-existência no perímetro da cerca do S. José.

A ideia de construir um Parque da Saúde na Colina de Santana, se não foi premeditado e planeado, rapidamente se terá tornado uma evidência, pelo conjunto das circunstâncias e disponibilidades que rapidamente foram conformando esta ideia de complexo hospitalar. O facto de os anexos não funcionarem propriamente em rede, mas sim subordinados a S. José explica também esta coincidência territorial que apresenta vantagens claras em termos funcionais. Serve como exemplo o facto de não ter existido cozinha durante muitos anos no Hospital do Desterro sendo a provisão de refeições feita com uma carroça, a partir de S. José.

A lógica territorial preconizada neste esboço de complexo hospitalar está associada à especialização dos cuidados de saúde que saem das paredes do S. José e das suas enfermarias (já então segregadas por sexo e por doença) para um território mais alargado que começa a disseminar as suas funções em edifícios que funcionam em rede mantendo o hospital de S. José como hospital central. A disseminação territorial passa por especialidades muito concretas como sejam as infecto-contagiosas, a doença mental e os cuidados a crianças, mantendo-se tudo na mesma no lazareto. Este movimento ascendente do hospital de S. José para o topo da colina acabará por criar dinâmicas “hospitalares” a uma cota mais alta, que ajudam à integração deste edifício noutra lógica urbana. Por outro lado, as dinâmicas crescentes no próprio hospital obrigam à ampliação de algumas áreas - ensino, farmácia, etc - que ocupam cada vez mais os terrenos mais a Norte da cerca.

[campo de Santana]

A esta nova dinâmica programática associada aos hospitais, a uma escala já não de um edifício mas de um conjunto de edifícios na colina de Santana, está associada também a toda uma nova ideia do que deverá ser este lugar, e reprogramar este lugar obriga a pensar qual será o carácter daquele que é o seu espaço público central: o Campo de Santana. Será no quadro do cruzamento dos ideiais higienistas com as ideias sobre urbanidade e lazer, tendo ainda como pano de fundo condicionantes relacionadas com as infraestruturas, que no século XIX este espaço sofre mutações fundamentais que o marcam até à actualidade.

Nos anos 30 do século XIX, o Campo de Santana é ainda um lugar muito associado a dinâmicas comerciais, muito realcionadas com o Matadouro, mas também à feira da ladra que se realiza no Campo Santana durante o ano de 1823 e entre 1835 e 1882 (ano em que é transferida para o Campo de Santa Clara), e ao mercado de hortaliças no lado Norte a partir de cerca de 1850. A construção da Praça de Touros em 1831 foi ordenada por D. Miguel que mandou erguer um edifício de estrutura em madeira, que alguns dizem efémera e com capacidade para seis mil espectadores, junto ao limite Norte da Cerca de S. José, no topo sul do Campo de Santana. Se este programa vem inaugurar uma função de recreio neste espaço da cidade, será de certa forma ainda um último sopro de uma certa ruralidade neste lugar tão próximo do centro da cidade, e que forma um conjunto funcional associado ao Matadouro, ao comércio do Gado e ao caminho de chegada das reses à cidade pelas vias a Norte. Este sistema em triângulo que aliava a ruralidade do século XVIII às novas práticas sociais e urbanas oitocentistas acabou por existir apenas alguns anos, acabando o Matadouro por ser transferido finalmente, quase três séculos depois para um terreno mais a Norte, no Largo da Cruz do Tabuado. Deste modo se conseguiam melhores condições sanitárias, associadas não só a um terreno mais afastado do centro urbano, mas também às melhores instalações proporcionadas por um equipamento construído de raiz para o efeito. O caminho de chegada do gado permanece exactamente o mesmo.

Com a partida do Matadouro em 1862 assiste-se de forma clara a uma vitória do higienismo, e confirma-se a vertente “lazer” deste sistema triangular, que deixa a Praça de Touros permanecer neste local até perto do fim do século e começa a transformação do Campo Santana em jardim, o que acaba por afastar de forma progressiva os programas comerciais que lhe estavam associados, como o comércio de gado. Ancestralmente ligado a esta área da cidade, esta função é transferida para o Mercado Geral do Gado a Entrecampos em 1885, às portas da cidade e sobre a linha de caminho de ferro de cintura da cidade.

[os jardins]

A implementação de jardins públicos, um pouco por toda a cidade é uma das marcas deste período, no quadro de a novas vivências urbanas associadas às actividades de lazer e seus lugares, como o teatro ou os cafés, mas também de ideais higienistas. Ainda antes do meio do século são implementados vários jardins na capital entre os quais o Jardim da Estrela (1852), do Principe Real (1853), e do Miradouro de S. Pedro de Alcântara (1835). Na área da

Colina de Santana dois espaços de jardim serão agora referências urbanas importantes: o Campo de Santana à cota alta e o Passeio Público à cota baixa.

É em 1871 que se manda arborizar e ajardinar o Campo de Santana, passando a ser designado por Campo dos Mártires da Pátria, em memória de Gomes Freire e seus companheiros, aqui enforcados em 1817, acusados de conspirar contra o Marechal Beresford. À cota baixa, até este momento deserto Passeio Público ganha protagonismo na cidade depois das obras de melhoramentos de que é alvo em 1938, com novas plantações e novo gradeamento.

A zona das Portas de Santo antão iniciam já de alguma forma o seu papel associado ao lazer e a uma certa boémia, com a presença já neste período do Teatro da Rua dos Condes, a que se juntará numa vertente mais institucional o Teatro Nacional D. Maria II, no vizinho Rossio em 1848, e pela mão de Almeida Garrett.

[o asilo de mendicidade]

Em 1836, é instituído o Asilo de Mendicidade no Convento de Santo António dos Capuchos, que se constitui como a resposta de Estado a funções que anteriormente eram asseguradas pelos conventos e que dão resposta a um verdadeiro flagelo que grassava pela cidade. Num primeiro tempo, o equipamento é instalado apenas no Convento, para posteriormente ser anexado o vizinho Palácio Melo em 1854, depois da sua aquisição pelo Estado. O Asilo dividia-se num primeiro tempo entre uma secção masculina, instalada no Palácio e a Secção Feminina instalada no Convento, compreendendo ambas as secções áreas oficinais, campos agrícolas e áreas de recreio que organizavam a vida desta comunidade e a sua subsistência.

[conhecimento]

A reforma do ensino de Passos Manuel em 1936 vem a ter repercussões também na Colina de Santana, onde neste período se instalam diversos estabelecimentos de ensino de referência na cidade de Lisboa e se vê reformado o ensino da Medicina já ministrado em S. José.

O ensino da Medicina em Lisboa, estava associado ao hospital desde o tempo do Hospital Real de Todos os Santos, tradição que transitou para o Hospital Real de S. José. Às reformas do ensino da Medicina instituídas por Pombal, segue-se a instituição da Real Escola de Cirurgia de Lisboa em 1825 e a reforma de Passos Manuel em 1936 que a passa a denominar de Escola Medico-Cirúrgica de Lisboa, associando o ensino da Medicina ao já ministrado ensino da Cirurgia. Deste modo se aproximava o ensino ministrado nas Reais Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto daquele ministrado na Universidade de Coimbra, que se caracterizava pelo pendor mais teórico da sua formação. O carácter eminentemente prático do ensino da Medicina em Lisboa no Hospital Real de S. José estava certamente associado à proximidade dos alunos com a prática médica desse hospital e pelo facto de as aulas serem ministradas no próprio hospital. O ensino médico ganha edifício próprio apenas em 1856, vindo a ocupar um edifício de frades arrábidos existente no interior da cerca, depois de demoradas obras de reconversão. O Teatro Anatómico, que antes se localizava junto à enfermaria de Santo Onofre, no edifício do Hospital, passa a situar-se em pavilhão independente a nascente do edifício da escola, junto ao horto botânico. [DORIA, José Luís e PEREIRA, Maria Luísa Vilarinho]. A reforma de Passos Manuel acaba por instituir também a Escola de Farmácia, anexa à Escola Medico-Cirúrgica de Lisboa, e a funcionar igualmente na cerca do Hospital de S. José.

Em 1843, um incêndio na recém instituída Escola Politécnica, à Cotovia no lugar do Colégio dos Nobres de Pombal, obriga a uma relocalização dos cursos aí ministrados e alguns acabarão por se instalar na Colina de Santana. Considerada um estabelecimento de ensino militar, era directamente tutelada pelo Ministério da Guerra e pelo Ministério da Marinha e do Ultramar e tinha como objectivo a formação para o ingresso nas Escolas do Exército e da Marinha, com um ensino vocacionado sobretudo para as áreas militares e científicas.

A Escola do Exército, sem casa na sequência do incêndio, vem a instalar-se na Bemposta em 1850, depois de passar pelo Palácio Mello, também na área da Colina de Santana, onde esteve ainda instalado o Colégio Militar no Convento de Rilhafoles. Criado em 1852, o Instituto de Agrícola instala-se igualmente na Quinta da Bemposta, tirando partido da extensão considerável de terrenos para a componente prática do seu ensino. Em 1864 é instituído o Instituto Geral de Agricultura, fruto da junção do Instituto Agrícola e da Real Escola de Veterinária, criada em 1830 no reinado de D.Miguel. Trata-se de uma formação que nesta época estava estreitamente ligada ao mundo militar e o nosso país não foi excepção quando se tratou aquando da sua fundação de enquadrar este estabelecimento de ensino, associando-o ao Colégio Militar, instalado então na Luz. Depois de passar pelo hospício dos padres Brunos ao Salitre, o ensino da veterinária regressa à órbita do mundo militar quando se instala na Bemposta, paredes meias com a Escola do Exército, junto àquela que é hoje a Gomes Freire.

Ainda no campo do ensino deve ser feita especial menção à escola primária n.º1, construída no lugar no antigo Matadouro no Campo de Santana, num momento em que a reflexão sobre o que deveria ser o ensino primário e os seus espaços estava a ser debatido e legislado. Trata-se da primeira escola primária de ensino graduado, ou seja, dividida em graus, ou classes e que foi tomada como a estrutura mais recomendável no contexto urbano. A questão orgânica, associada à necessária existência de um director, assim como a questão do programa multifuncional que passa a estar associado às escolas, leva à adopção de novos modelos, de que esta escola será um exemplo. Para além das quatro salas de aulas que estavam incluídas no programa, a escola incluía à data da sua fundação uma biblioteca e as residências dos quatro professores, junto ao pátio de recreio [SILVA, Carlos Manique]. Mais tarde terá sido ainda beneficiada com um ginásio e mais tarde ainda, uma cantina escolar.

Trata-se no fundo de um micro centro social, em que à semelhança do mundo rural, se entende o papel da escola e do professor como actor importante na organização da vida da comunidade, neste caso do bairro. À vertente cívica e educativa das aulas e da biblioteca, junta-se a componente higienista na promoção de bons hábitos de vida associados à actividade física e ao ar livre. O professor é a figura responsável por esta estrutura programática, e deve estar disponível, não só para as aulas, mas para um trabalho mais alargado, a que não será alheio a opção de construção da sua residência como parte deste conjunto.

Ressalta deste período a **transformação da vocação funcional desta área**, convertido em centro hospitalar e assistencial e o início de um processo que culminará com a criação dos Hospitais Civis de Lisboa no século seguinte. Funções associadas ao lazer, confirmam o carácter urbano na zona, e arredando os programas mais "rurais" para outras zonas da cidade, como o Matadouro. Com a reforma de Passos Manuel, o ensino entra em definitivo nas funções desta área da cidade. Se os conventos e suas cercas são em determinadas situações urbanas e momentos da história, entraves ao crescimento urbano ou à "urbanidade" das zonas que o envolvem, são capazes também em momentos históricos diversos de se constituir como oportunidades de transformação urbana, pelas possibilidades que lhe estão associadas e que advém da reserva de terrenos que constituem as suas cercas. Como se verificará apesar da profunda transformação funcional, **a conformação do espaço público e as unidades cadastrais mantém-se inalteradas**, até à actualidade.

ESPAÇO PÚBLICO [XIX]

VIAS PRINCIPAIS

CERCA
p1. postigo de sant'ana
p2. postigo do arco da graça
p3. postigo da palma

LOTEAMENTOS
L1. matadouro
L2. bemposta
L3. são lázaro
L4. sant'ana
L5. andaluz
L6. rua da inveja
L7. trabalhadores da bemposta
L8. santa bárbara
L9. desterro
L10. rilhafolles

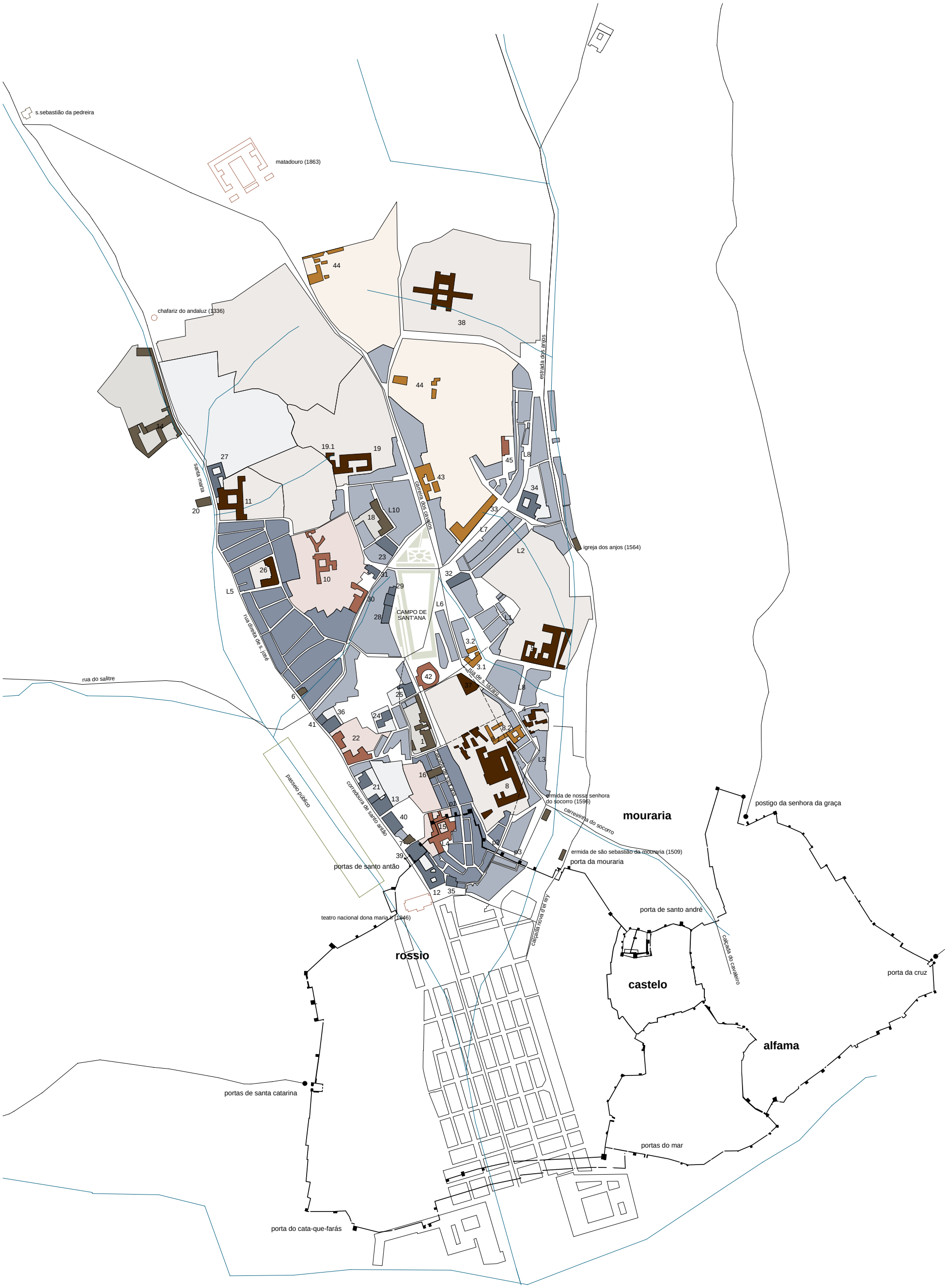
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS
1. convento de sant'ana (1561)
no lugar da antiga ermida de sant'ana
6. igreja de são josé dos capuchinhos (1567)
antiga ermida de são josé entre as hortas (1532)
7. igreja de são luís dos franceses (1563)
15. convento de nossa senhora da encarnação (1630)
16. igreja de nossa senhora da pena (1705)
17. casas da congregação de nossa senhora da doutrina
18. recolhimento da nossa senhora de encarnação e carmo (1704)
19. convento de rilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
20. igreja do sagrado coração de jesus (1790)

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
4. **hospital de são lázaro (1841)**
antiga gafaria de s. lázaro (1355)
8. hospital real de são josé (1775)
antigo colégio de santo antão-o-novo (1593)
9. hospital do desterro (1857)
antigo quartel da infantaria 7 (1834); casa pia (1814);
convento nossa senhora do desterro (1591)
11. hospital para as vítimas da gripe (1890)
antigo convento de santa marta (1580);
recolhimento de santa marta de jesus (1569)
19. manicómio de lisboa ou hospital dos alienados (1848)
antigo colégio militar (1835);
convento de rilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
19.1. balneário dona maria I (1853)
26. instituto oftalmológico gama pinto (1889)
antigo palácio dos condes de penamacor
37. instituto de medicina legal (1879)
38. hospital dona estefânia (1877)

EQUIPAMENTOS DE ENSINO
3.1. escola primária municipal n.1 (1878)
no lugar do antigo matadouro
3.2. biblioteca de são lázaro (1878)
no lugar do antigo matadouro
8.1. escola médico-cirúrgica (1856)
antigo hospício dos frades arrábidos
8.2. escola de farmácia de lisboa (1836)
33. escola do exército (1850)
antigo palácio da bemposta (1752)
43. escola veterinária militar
44. instituto de agronomia (1852)

OUTROS EQUIPAMENTOS
10. asilo de mendicidade de dona maria II (1836)
antigo convento de santo antónio dos capuchos (1570)
14. serviços públicos (1884)
antigo convento de santa joana princesa (1699);
quinta de d. álvaro de castro
30. asilo de mendicidade (1854)
antiga escola do exército (1937); palácio mello
42. praça de touros (1831)
45. quartel do cabeço de bola

PALÁCIOS
12. palácio dos condes de almada
13. palácio burnay
antigo palácio dos condes de povolide
21. palácio fio maior
22. palácio do lavradio ou sousa leal
23. palácio sousa carvalho
24. palácio castro guimarães
antigo palácio do thomar
25. palácio silva amado
27. palácio dos condes do redondo
28. palácio do conde valmor
29. palácio do patriarcado
31. palácio centeno
32. palácio mello (mi telo)
34. palácio dos condes de pombeiro
35. palácio regaleira
36. palácio do conde magalhães
39. palácio alvorada ou pais do amaral
40. palácio ou casa nobre
41. palácio da ordem soberana de malta


s.sebastião da pedreira
matadouro (1863)
chafariz do andaluz (1336)
44
38
44
14
27
19.1
19
45
L8
43
34
11
20
L10
18
33
L7
igreja dos anjos (1564)
L2
23
26
10
31
32
29
L5
30
L6
CAMPO DE SANT'ANA
28
L1
3.2
3.1
rua do salitre
42
37
6
25
36
24
41
22
1
8.2
L3
16
21
13
8
40
15
L4
39
12
35
ermida de nossa senhora do socorro (1596)
mouraria
postigo da senhora da graça
ermida de são sebastião da mouraria (1509)
porta da mouraria
portas de santo antão
teatro nacional dona maria II (1846)
porta de santo andré
rossio
castelo
porta da cruz
alfama
portas de santa catarina
portas do mar
porta do cata-que-farás
santa marta
corrieira dos cavalos
rua direita de s. josé
rua de s. marco
travessa dos soeiros
passeio público
corredoura de santo antão
carreirinha do socorro
calçada nova d'el rey
calçada do cavaleiro
estrada dos anjos

COLINA DA SAÚDE [séc. XX]

O século XX na Colina de Santana implicou uma mudança fundamental na condição deste território na sua relação com a restante cidade e os seus limites, abandonando a sua condição de fronteira. Este é o facto que, a par de outras condicionantes mais específicas, implicará mais mudanças neste pedaço de cidade, nomeadamente ao nível do programa, campo no qual se confirma a vocação hospitalar e incrementar as áreas associadas ao ensino e investigação.

[ressano garcia]

O século arranca em simultâneo com o plano de Ressano Garcia para a expansão norte da cidade. Uma vez mais, a Colina de Santana escapa ao traçado urbano, desta vez não pelo seu carácter periférico, como terá ocorrido com o Plano de Pombal para a Baixa Pombalina, mas sim pelo seu carácter já demasiado central e consolidado, já que o plano das Avenidas Novas andou sobretudo à ilharga da cidade consolidada, se exceptuarmos o traçado da Avenida Almirante Reis, e uma ou outra demolição mais relevante associada ao traçado da rede viária. Este desenho urbano que deixa praticamente intacta a cidade existente, só terá sido possível dado o carácter efectivamente muito pouco urbanizado de toda a cidade fora do seu centro mais consolidado.

Apesar de mais uma vez a Colina de Santana escapar ao desenho urbano, é esta operação urbana que a ignora que introduz uma mudança substancial na sua posição relativa na cidade, fazendo-a abandonar em definitivo a sua condição de fronteira para o mundo rural, ou franja da cidade consolidada, para passar a estar encaixada entre sistemas urbanos de forte carácter e associados a momentos históricos marcantes: a Baixa Pombalina e as Avenidas Novas. O traçado regular destas grandes operações, irá ainda reforçar por contraste o carácter inusitado do desenho do espaço público e da estrutura cadastral da Colina de Santana, ao envolver por completo esta zona da cidade em todas as suas vertentes: nos dois vales que a ladeiam e no planalto que se prolonga a Norte. A avenida da Liberdade, que rasga o Passeio Público até à Praça do Marquês, e a Avenida Almirante Reis (inicialmente denominada Rainha D. Amélia), sobrepõe-se não substituindo as estradas de vale da Corredoura de Santo Antão e da Estrada de Arroios, constituindo-se como os dois sistemas viários mais importantes na área central da cidade. Sistemas lineares, não chegam a subir a colina e influenciar de forma directa o desenho dos espaços no Campo de Santana, conforme se pode ler nas duas plantas parciais de projecto de Ressano Garcia, em que em ambos os casos, toda a área da Colina de Santana à cota alta não é sequer representada. No entanto, têm certamente um papel importante na definição da posição relativa desta área em relação à cidade, renovando dinâmicas, que de forma indirecta se podem repercutir à cota alta.

O Bairro Camões com plano em 1880, que se estende pelo planalto a Norte, será também fundamental no recentrar desta área, na medida em que, com esta intervenção, a colina de Santana passa a fazer parte do centro da cidade deixando de ser um limite. Faz parte da primeira área de expansão do Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia, que incide sobre o vale de Valverde e rasga a Avenida da Liberdade no prolongamento do Passeio Público e urbaniza a sua encosta poente, do Vale Pereiro, em terrenos de Barata Salgueiro, e os terrenos a Nascente, com o Bairro Camões. Todos os trabalhos se processaram com mais facilidade no Vale Pereiro, destinado às classes altas, com menos condicionantes topográficas e com terrenos pertencentes a um único proprietário, ao contrário do Bairro Camões, cujos trabalhos se atrasaram até ao ponto de a Câmara de Lisboa assumir a execução dos trabalhos já em 1900. Com um consórcio de proprietários à frente da iniciativa, entre os quais o Conde de Burnay, a grande parte do Bairro é construída sobre terrenos dos Conde de Redondo, e tinha como destinatários uma classe menos abastada. A questão topográfica era complexa e implicaram terraplanagens significativas, pelo que os trabalhos sobre os arruamentos tiveram ainda alguns precalços, como desabamentos de ruas. A difícil condição topográfica é aliás responsável por arruamentos ainda por resolver, como as duas ruas sem saída junto a Rilhafoles, ou mais a Norte, uma persistência de malha ainda com uma rua tortuosa e impasses, dentro de um quarteirão rectilínio, que também corresponde a uma elevação da topografia. Com a nova topografia desenhada, é exacerbada a diferença de cotas no interior do agora Manicómio Miguel Bombarda, cuja cerca se transforma num muro contenção que deixa toda a área da antiga cerca no alto, em relação à Rua. O Bairro da Estefânia, que fecha o arco na direcção Nascente propõe igualmente uma malha rectilínia, mas que se adapta a pré-existências de vulto, como o Hospital da Estefânia e o Matadouro, e que ao Contrário do Bairro Camões compreende espaços públicos mais generosos, como o Jardim Constantino.

Com esta operação, a cerca do Convento de Santo António dos Capuchos (asilo de Mendicidade), mas também o Convento de Rilhafoles (já convertido em Hospital dos Alienados), são assim convertidos em pontos de passagem, abandonando a condição de impasses na malha urbana, de fim de caminho. Por outro lado, também as vias principais de atravessamento da colina, entre vales, passam a ter um acesso mais facilitado em novos eixos rasgados mais a Norte, em ruas de maior perfil, perdendo o Campo de Santana algum do seu papel como nó de cruzamento de vias.

Se o Plano de Ressano Garcia, não desenha directamente espaço público ou arruamentos para esta área, prevê ainda assim duas âncoras sobre esse espaço, na forma dois arruamentos denominado Alameda Santo António dos Capuchos, que prolonga a Luciano Cordeiro, e Gomes Freire e ligam ao Campo Santana. Ambas as ruas obrigam a rever traçados e obriga a rever alinhamentos e expropriar terrenos de ambas as propriedades, com particular incidência sobre a propriedade dos Capuchos, onde é destacada uma porção significativa de terrenos, para fazer o prolongamento da Luciano Cordeiro [projecto em 1911 e construção em 1918], em trabalhos de demolição, terraplanagem e ajardinamento que se prolongarão até aos anos 50. Trata-se de uma operação, que acaba por ter duas implicações no recentrar desta parte da colina em relação à envolvente, mas que incide de forma mais violenta sobre a área da Travessa das Recolhidas, no que implicou de demolições na sua envolvente imediata, e no encontro com o Campo Santana.

Há ainda a referir duas outras operações realizadas de menor dimensão na Colina de Santana, e que correspondem às operações de loteamento do que eram os terrenos do Convento do Desterro e do Palácio do Torel. A primeira faz parte do Plano para aquela que é hoje denominada Avenida Almirante Reis, que em 1900 e numa operação semelhante à Avenida da Liberdade desenha um traçado rectilíneo sobre o vale, duplicando aquele que era o a estrada antiga de acesso à cidade. A operação tem como objectivo a clareza de acessos, mas também e de forma evidente o loteamento dos terrenos na colina do seu lado Nascente, procedendo apenas a operações pontuais na vertente que sobe ao Campo de Santana. É importante referir que esta terá sido uma operação muito mais violenta que aquela operada em Valverde, já que implicou demolições mais significativas, numa área da cidade mais consolidada e com persistências mais antigas. Há a mesmo uma proposta de Ressano Garcia de demolições substanciais de modo a conferir um traçado rectilíneo à Rua de S. Lázaro, com um alinhamento completamente novo e que dá conta do problema que este estrangulamento nos acessos já representava à época. O loteamento do Desterro corresponde então a uma lógica de desenho muito diferente daquela dos bairros construídos de novo, obrigado que estava a adaptar-se à topografia e a fazer a ligação a arruamentos pré-existentes. Ainda associado a este desenho estaria o traçado, não construído da rua paralela à Rua da Escola do Exército, e que procederia a demolições naquela que é hoje a Rua das Barracas, por forma a implementar novos alinhamentos e promover um novo desenho de lote. De notar que se trata ainda hoje de uma situação por resolver, num troço deste bairro que é bastante descaracterizado.

Outra intervenção pontual de Ressano Garcia na Colina, é o traçado da Rua Júlio de Andrade, ao Torel, em terrenos loteados no topo da colina, na sua vertente a Poente, sobre o vale de Valverde. Ainda que seja uma operação de muito pequena dimensão, para permitir a ligação ao Campo Santana, é hoje uma das áreas mais qualificadas da Colina de Santana pela qualidade da arquitectura que lhe está associada e pela sua dimensão paisagística: o jardim do Torel, parte também do que foi a propriedade associada ao Palacete é inaugurado em 1928. Da estratégia de incremento da permeabilidade desta área e a par do traçado desta via de atravessamento, é implementado a elevador do Lavra, na Calçada do Lavra, que faz a ligação à Rua das Portas de Santo Antão.

[portas de santo antão]

Assiste-se no final do século XIX e início do século XX à reconversão funcional deste troço de via, com a implementação de numerosos equipamentos em antigos palácios ou edifícios construídos de raiz, associados a novas práticas urbanas, de lazer ou mesmo alguma boémia. Trata-se de uma zona associada já a alguma vida nocturna por via dos de dois teatros já existentes: o Teatro do Salitre (nas imediações), o Teatro da Rua dos Condes (junto ao Palácio dos Condes de Ericieira), e o Teatro Nacional (ao Rosssio). Juntam-se a estes equipamentos neste período o Coliseu dos Recreios e o Teatro Politeama, dois grandes equipamentos de referência que vêm confirmar esta vocação programática. Outros espaços são ainda implementados neste eixo da cidade, com o surgimento dos night-clubs Magestic (instalado no Palácio Alverca), o Bristol e o Palace, junto ao também recém inaugurado Ateneu Comercial de Lisboa instalado no Palácio de Povolide.

Ao lado da também recém inaugurada Avenida da Liberdade a Rua das Portas de Santo Antão é o lugar onde os lisboetas se encontram, e um dos lugares mais frequentados de Lisboa, onde se assiste a obras de requalificação e reprogramação de edifícios notáveis. Poder-se-ia pensar que esta dinâmica de requalificação se prendia com um fenómeno de contaminação associado à vizinha Avenida da Liberdade, não fossem as decrições da época descrever o novo eixo como um espaço novo mas deserto, por contraponto à grande actividade e movimentação no eixo antigo. Ainda nos anos vinte do século XX, a Avenida seria aliás lida pelos habitantes da cidade como um lugar periférico e deserto, por contraposição à centralidade da Rua das Portas de Santo Antão [VILLAVERDE, 2006]

[hospitais civis de Lisboa]

Entretanto, pelo lado do programa, assiste-se neste início de século ao confirmar da vocação hospitalar de toda a Colina à sua cota alta, com a construção da Escola Médica no lugar da Praça de Touros, a afectação de mais conventos ao uso hospitalar, a implementação de Institutos associados à prestação de cuidados de saúde e investigação médica em toda a área do Campo Santana e a Instituição dos Hospitais Civis de Lisboa.

Trata-se de um momento em que efectivamente coincidem a prática médica, o seu ensino e a sua investigação que ganha cada vez mais expressão territorial, na ocupação em extensão de uma área significativa da cidade, mas também na especialização das construções às quais se associa, surgindo neste período muitas novas construções associadas a práticas médicas e científicas, a par da ocupação e reconversão de edifícios que continuavam a ficar livres na Colina de Santana.

Os Hospital de S. José e Anexos compreende no final do século XIX o Hospital da Estefânia (para mulheres e crianças), o Hospital do Desterro (para doenças infecto-contagiosas e venéreas), o Hospital de S. Lázaro (para a lepra) e o Hospital de S. José como policlínico central. O Manicómio de Rilhafoles alberga ainda doenças psiquiátricas e o actual Instituto Gama Pinto tem a seu cargo as doenças oftalmológicas. Por volta de final do século XIX, já o Hospital de S. José o Hospital D. Estefânia compreendiam já enfermarias-tenda no interior das suas propriedades, para suprir a falta de camas que já se fazia sentir. Estas construções efémeras como hospitais de campanha servem para o isolamento de doenças contagiosas e trata-se em alguns casos de construções que apesar de precárias têm alguma sofisticação e que, segundo os higienistas da época, servem por vezes melhor que os edifícios adaptados as exigências sanitárias no que toca à ventilação, isolamento, etc. [PROVIDÊNCIA, 2000]

O facto de estas estruturas surgirem nestes hospitais e não nos restantes prende-se seguramente com o facto de estes serem os únicos que ainda têm área livre para expansão, estando já neste momento as situações no Desterro e em Rilhafoles muito degradadas devido à sobrelotação. Torna-se por isso inevitável neste quadro a anexação de mais edifícios e dos edifícios das ordens femininas extintas que estão neste final de século desocupados na Colina de Santana serão no final do século anexados dois: Santa Marta e Arroios.

Santa Marta é transformado em hospital improvisado para as vítimas de uma epidemia de gripe em 1890, numa solução que a par das enfermarias-tenda foi também muito corrente num quadro de surtos de doenças contagiosas. Foi anexado a S. José no quadro de um projecto inicial de aí instalar as doenças infecciosas não virais -

venéreas e dermatológicas, função para a qual são feitas obras de adaptação. Deste modo se resolviam questões de graves deficiências nas instalações que já se faziam sentir no Hospital do Desterro. Muito pouco tempo depois, em 1910 esta estrutura passa a estar afecta ao ensino da Medicina, funcionando como Hospital Escolar até à construção do Hospital de Santa Maria na década de 50 do século XX.

O Convento de Arroios é transformado em Hospital em 1892 e rapidamente destinado às infecto-contagiosas - gripe, varíola, peste, tuberculose e lepra - tirando partido da sua posição mais periférica e recebendo doentes de outros hospitais. A Rainha D. Amélia no quadro das suas obras de luta contra a tuberculose destinará esta estrutura apenas a hospital de isolamento para tuberculosos, até à sua transferência para o Hospital do Rego.

A decisão de construir o Hospital do Rego (inaugurado em 1906) faz parte da reforma que Curry Cabal empreendeu no início do século, que para além de alterações à estrutura orgânica e da gestão do hospital procedeu a um diagnóstico preciso das condições que cada Hospital oferecia, e ao delinear de uma estratégia de actuação sobre esse património. Depois de um diagnóstico que identificava carências graves em praticamente todas as estruturas (com excepção do Hospital D. Estefânia), a questão que se colocou logo à partida prendia-se com a capacidade que os edifícios existentes tinham ou não de se adaptar à função hospitalar e às regras sanitárias que se impunham para uma correcta prática médica. [MATOSO, José; PILÃO, Célia e TACÃO, Sandra].

No Hospital do Rego serão instalados os tuberculosos assim como os doentes de lepra, deixando finalmente livre o Hospital de S. Lázaro. A opção pela construção de raiz de um hospital de estrutura pavilhonar para o tratamento mais eficaz das infecto-contagiosas, transporta finalmente os hospitais da Colina de Santana para zonas periféricas, ainda que tenha estado anexado a este conjunto uma estrutura em Odivelas instalada em edifício pré-existente (para inválidos e crónicos). A ideia de uma construção de raiz numa área periférica era já um debate desde o final do século, quando já eram evidentes as dificuldades de adaptação dos edifícios às funções hospitalares. No diagnóstico de Curry Cabral, tanto o Desterro como Arroios, foram dados como edifícios que pela sua estrutura eram incapazes de ser adaptados às funções hospitalares. [MATOSO, José; PILÃO, Célia e TACÃO, Sandra]

A instituição dos Hospitais Civis de Lisboa chega com as reformas da República, formalizada em decreto de 1913 e que compreende os hospitais de S. José, São Lázaro, Desterro, Estefânia, Arroios e Rego. Mantém-se a centralidade de S. José procedendo-se no entanto a reformas orgânicas que acentuam a autonomia de cada uma das estruturas. Em 1918, a atribuição de funções de cada estrutura corresponde já a uma classificação: São José - policlínico geral; Estefânia - policlínico geral para mulheres e crianças; Arroios - policlínico geral com gafaria anexa; São Lázaro - escola de enfermagem, com serviço clínico anexo; Desterro - para urologia, dermatologia, sifiligrafia e venéreo; Rego - para doenças infecto-contagiosas; Dispensário Popular de Alcântara - consulta externa. [MATTOSO, 2012]

Já depois da República, em 1928 o Asilo de Mendicidade é transformado em Hospital de Santo António dos Capuchos, na sequência da transferência dos mendigos para o Mosteiro de Alcobaça. A cerca está neste princípio de século já bastante construída, tendo sido levantados no final do século XIX diversos pavilhões, de maior ou menor dimensão, mas que ocuparam substancialmente esta área. Nos anos 30, o Hospital dos Capuchos acolherão a escola de enfermagem e o auxílio maternal dos HCL, em edifícios construídos de raiz. O Hospital de S. Lázaro é convertido em Maternidade Magalhães Coutinho em 1927, dando finalmente autonomia a esta especialidade.

Entre os anos 40 e os anos 60 do século XX, todas estas estruturas hospitalares sofrerão operações de profunda transformação com a intervenção das recém-criadas Construções Hospitalares, responsáveis pela manutenção e implementação das estruturas hospitalares do país. As intervenções das Construções Hospitalares marcarão de forma profunda os Hospitais até aos dias de hoje, restando poucos exemplares do que foram as construções do final do século XIX e início do século XX. De entre os edifícios que ainda se conservam está o Pavilhão de Segurança do Hospital Miguel Bombarda, um exemplar notável de uma edifício panóptico. Arriscaríamos dizer que a imagem que hoje temos dos Hospitais corresponde na generalidade às intervenções deste período já que não apenas as Construções Hospitalares implementaram novos edifícios e demoliram parte dos existentes, mas também procederam a adaptações significativas nos edifícios existentes o que conferiu alguma homegeneidade ao conjunto, mas foi simultaneamente danoso para alguns elementos de valor patrimonial ou relevância arquitectónica.

[Instituto de higiene]

No início do século o Instituto Central de Higiene instala-se no Campo Santana, no início da Rua Gomes Freire. Herdeiro do Laboratório Municipal de Higiene de 1882 de Silva Amado, esteve sediado na Rua da Madalena até à transferência primeiro para Santa Apolónia e depois para a Colina de Santana, já pela mão de Ricardo Jorge. Além da função de laboratório de análises, este Instituto era responsável ainda pela divulgação dos preceitos de higiene na população. Neste palacete estavam instaladas biblioteca, salas de estudo, salas de aulas e mesmo sala de autópsias, com as dependências de Ricardo Jorge e da sua família no último andar [SARAIVA, 2003]. O depois denominado Instituto Ricardo Jorge será transferido para as instalações onde hoje funciona nos anos 60, em edifício de Pardal Monteiro, junto ao Hospital Pulido Valente.

[conhecimento]

Com a República o ensino Universitário é retomado na cidade de Lisboa depois de ter sido transferido para Coimbra em 1537. À semelhança do que aconteceu com os hospitais, assiste-se neste período não só a um aumento da incidência territorial deste programa na Colina, mas também a uma reorganização da distribuição dos cursos pela cidade à escala global, na consequência directa da nova orgânica do ensino, mas também da nova lógica urbana da cidade de Ressano Garcia. A recém criada Faculdade de Direito instala-se no Campo Santana, no palácio Valmor, junto nas imediata vizinhança da recém inaugurada Faculdade de Medicina e depois do golpe de 28, o Estado Novo instala aqui o seu Ministério da Educação Nacional.

Na área das ciências médicas, mantém-se o curso de medicina, implementa-se a formação de enfermeiros e é deslocalizado o ensino da Farmácia. A Escola Medico-Cirúrgica transforma-se em Faculdade de medicina com a República e transfere-se para edifício próprio no topo Sul da Calçada de Santana, em 1911, para o lugar da antiga Praça de Touros, ao mesmo tempo em que se fazem obras no tabuleiro ajardinado do Campo de Santana. A Faculdade foi terminada em 1906 e inaugurada aquando de um Congresso de Medicina nesse ano, e é um dos edifícios hoje mais marcantes da Colina - o remate que faltava para conferir uma dimensão mais urbana a este espaço. No final do século XIX a necessidade de um quadro de enfermeiros devidamente formados torna-se premente, pelo que é instituída a formação de enfermeiros, localizados primeiro no Hospital de S. José. A formação não corre do modo previsto, e depois de um interregno de alguns anos, é retomada no agora devoluto Hospital de S. Lázaro, para depois ser transferida para edifício próprio na Cerca do já Hospital de Santo António dos Capuchos em 1932. Sempre associada aos estudos de medicina, a formação na agora Faculdade de Farmácia passa a ser ministrada na Quinta da Torrinha, junto ao que virá a ser a Cidade Universitária.

A saída de alguns cursos para áreas limítrofes da cidade é uma tendência de algumas das áreas de formação, que tal como os hospitais procuram nas novas áreas urbanas melhores condições para o ensino, em instalações com melhores condições, e que permitissem a implementação ou manutenção de ideias pedagógicas associadas à dimensão prática e experimental do ensino. Agora que esta área da cidade não tem já possibilidades de expansão infinitas, na medida em que foi cintada pela nova urbanização de Ressano Garcia, as necessidades de maior área, nomeadamente terreno livre, têm de procurar lugar em áreas mais periféricas. Terá sido esse o caso da formação na área da Agronomia, separada da formação de Veterinária pela reforma do ensino, e transferida no início do século para a Tapada da Ajuda, onde ainda hoje está sediada.

A Veterinária permanece no edifício da Gomes Freire, com um edifício principal (uma antiga quinta, presume-se), a que se associam várias construções pavilhonares associadas à componente prática do ensino - canil, pavilhões de experiências, etc. Há ainda a realçar a presença do Matadouro, no Largo da Cruz do Tabuado, que foi um lugar fundamental da prática da veterinária e do seu ensino, num momento em que a prática, mas sobretudo a investigação nas áreas da veterinária e da medicina acabavam por estar em estreita colaboração devido principalmente à prevalência preocupante das doenças infecto-contagiosas, nomeadamente a tuberculose. A Escola Superior de Medicina Veterinária estava por isso dotada de vários laboratórios associados entre os quais um laboratório bacteriológico, num momento em que médicos e veterinários trabalharam de forma muito profícuo em colaboração, com investigação paralela em laboratórios independentes, mas com objectivos comuns no combate às epidemias e sua profilaxia, situação em que o factor da coincidência territorial terá tido uma importância certa.

O trabalho de Ricardo Jorge no início do século assim como o trabalho desenvolvido nos laboratórios de Veterinária vai de par com o trabalho desenvolvido neste mesmo período no Real Instituto Bacteriológico, situado também na Colina. O depois denominado Laboratório Câmara Pestana, a funcionar num primeiro momento no Hospital de S.José, foi até há muito pouco tempo uma instituição fundamental na investigação e profilaxia de doenças epidémicas. Teve no professor Câmara Pestana a sua figura tutelar, tragicamente morto na sequência de uma epidemia de peste bubónica no Porto. Instala-se num edifício construído e raiz no início do século XX, junto ao Hospital de S. José, no lugar do extinto e nunca reocupado Convento de Santana. O edifício foi projectado tendo em conta os mais avançados progressos da época, tendo tido como modelo, entre outros, o Instituto Pasteur. Além da componente de investigação científica, o Instituto Bacteriológico era também parte dos anexos à Faculdade de Medicina.

Ainda no Campo do ensino, a Faculdade de Medicina tinha para além do Hospital Escolar sediado em Santa Marta um conjunto de estruturas anexas, nas áreas da prestação dos cuidados de saúde e da investigação médica, sobretudo na vertente da bacteriologia. O Real Instituto Bacteriológico e o Instituto de Higiene eram estruturas anexas à Faculdade Medicina, tal como a maioria das estruturas que fazem parte do que virá a ser o conjunto dos Hospitais Civis de Lisboa, para além do Gama Pinto e do Miguel Bombarda. Esta complementaridade foi uma das componentes fundamentais na reforma do ensino de 1911 no que ao ensino da Medicina diz respeito, formalizando e incentivando a inovação na componente prática, com a proximidade dos alunos aos doentes e às áreas de investigação. [PINA, 2010]

Ressalta deste período o facto da maior importância da **perda da condição de fronteira** e o novo enquadramento urbano da Colina, no quadro do Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia. Em termos programáticos, à cota alta **é reforçada a componente hospitalar e de ensino universitário**, assistindo-se porém já a uma saída de programa relacionada com a procura de maiores áreas e infraestruturas.

COLINA DA SAÚDE [XX]

VIAS PRINCIPAIS

CERCA

p1. postigo de sant'ana
p2. postigo do arco da graça
p3. postigo da palma

LOTEAMENTOS

L1. matadouro
L2. bemposta
L3. são lázaro
L4. sant'ana
L5. andaluz
L6. rua da inveja
L7. trabalhadores da bemposta
L8. santa bárbara
L9. desterro
L10. ilhafolles

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

6. igreja de são josé dos capuchinhos (1567)
antiga ermida de são josé entre-as-hortas (1532)
7. igreja de são luís dos franceses (1563)
15. convento de nossa senhora da encarnação (1630)
16. igreja de nossa senhora da pena (1705)
17. casas da congregação de nossa senhora da doutrina
18. recolhimento da nossa senhora de encarnação e carmo (1704)
19. convento de ilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
20. igreja do sagrado coração de jesus (1790)

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

1. instituto bacteriológico câmara pestana (1899)
no lugar convento de sant'ana (1561); ermida de Sant'ana
4. **maternidade magalhães coutinho (1929)**
antiga administração do hd; auxílio maternal;
escola profissional de enfermagem (1918);
hospital de são lázaro (1841); gafaria de s. lázaro (1355)
8. hospital de são josé (1913)
antigo hospital nacional e real de são josé e anexos (1901);
hospital real de são josé (1775); colégio de santo antão-o-novo (1593)
9. hospital do desterro (1857)
antigo quartel da infantaria 7 (1834); casa pia (1814);
convento nossa senhora do desterro (1591)
10. hospital de santo antónio dos capuchos (1928)
antigo asilo de mendicidade de santo antónio dos capuchos (1911);
asilo de mendicidade de dona maria II (1836);
convento de santo antónio dos capuchos (1570)
e 30. antigo asilo de mendicidade (1854)
escola do exército (1937); palácio mello
19. manicómio bombarda (1911)
antigo manicómio de lisboa ou hospital dos alienados (1848);
colégio militar (1835);
convento de ilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
19.1. balneário dona maria I (1853)
19.2. panóptico ou pavilhão de segurança para a enfermaria prisão (1896)
26. instituto oftalmológico gama pinto (1889)
antigo palácio dos condes de penamacor
37. instituto de medicina legal (1879)
38. hospital dona estefânia (1877)

EQUIPAMENTOS DE ENSINO

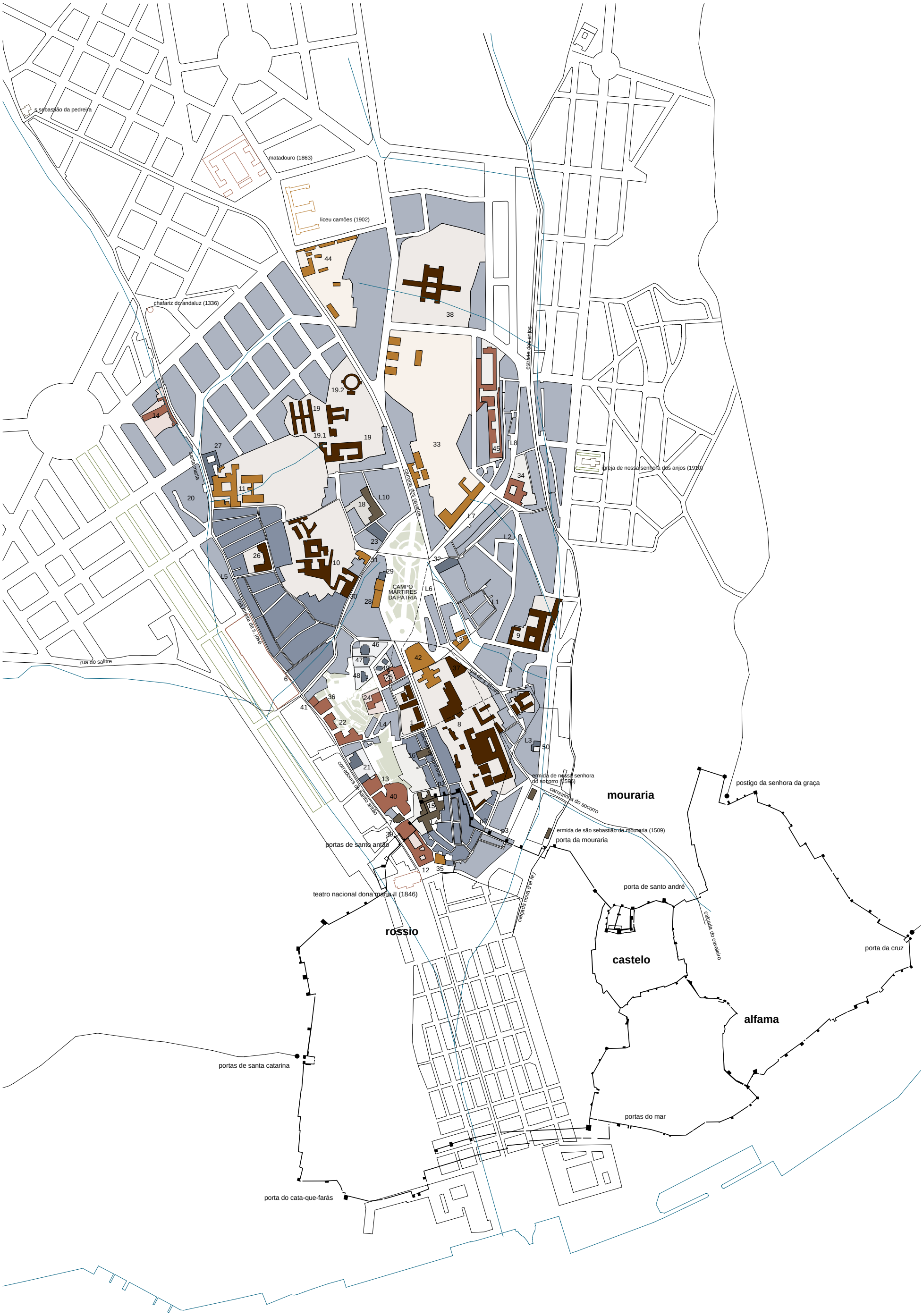
3.1. escola primária municipal n.1 (1878)
no lugar do antigo matadouro
3.2. biblioteca de são lázaro (1878)
no lugar do antigo matadouro
8.1. escola médico-cirúrgica (1856)
antigo hospício dos franciscanos descalços
8.2. escola de farmácia de lisboa (1836)
11. faculdade de ciências e escola politécnica de lisboa (1918/1911)
antiga escola médico-cirurgica ou hospital hintze ribeiro (1910);
hospital de santa marta (1903); hospital para as vítimas da gripe (1890);
convento de santa marta (1580);
recolhimento de santa marta de jesus (1569)
28. **faculdade de direito da universidade de lisboa (1914)**
antigo palácio do conde valmor
33. escola militar (1919)
antiga escola de guerra (1911); escola do exército (1850);
palácio da bemposta (1752)
35. liceu de são domingos ou passos manuel (1902)
antigo palácio de galveias
42. faculdade de medicina de lisboa ou escola de ciências médicas (1911)
no lugar da antiga praça de touros (1831)
44. instituto geral de agricultura
antigo instituto agrícola e escola regional de lisboa (1852);
e 43. antiga escola veterinária militar

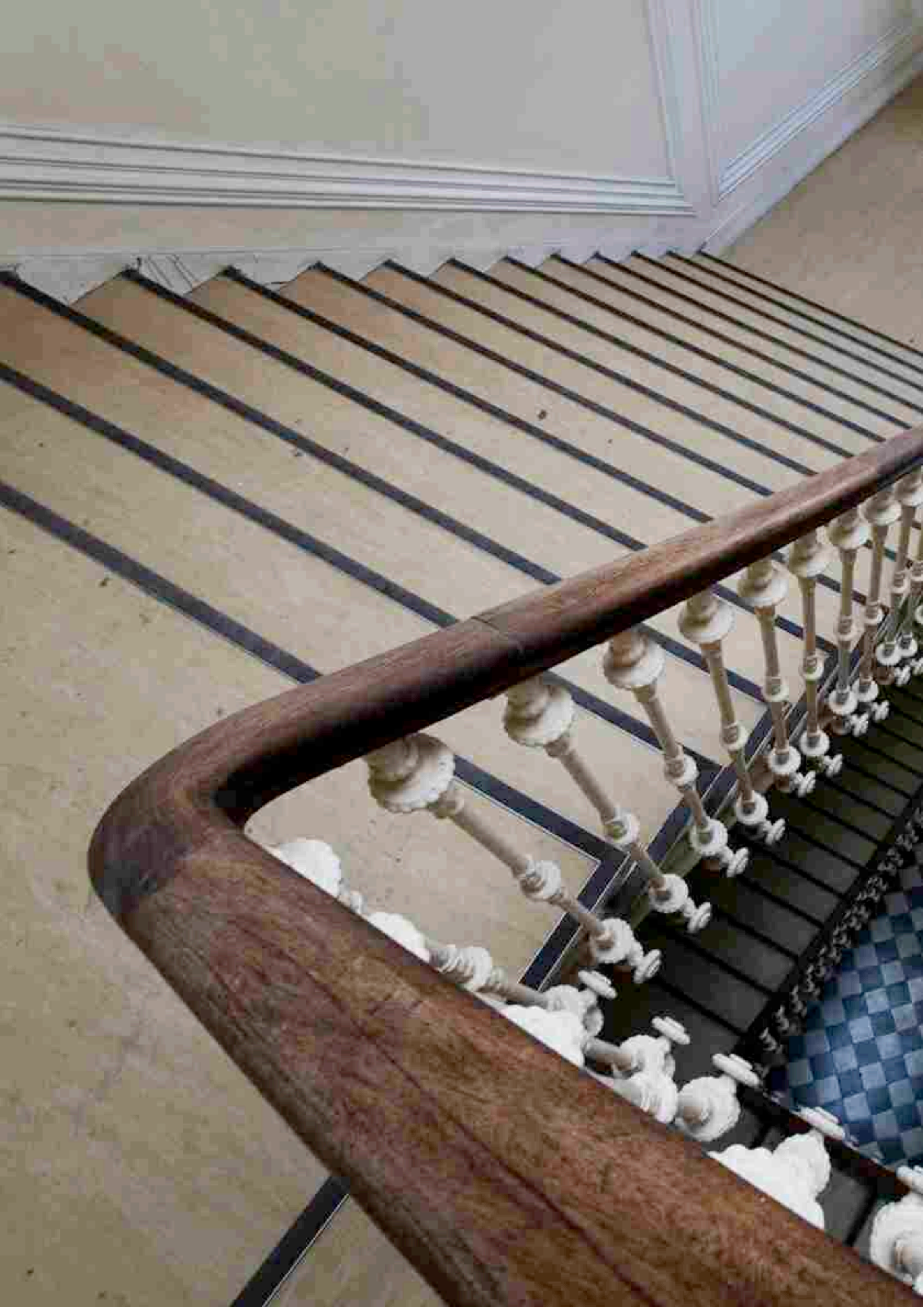
OUTROS EQUIPAMENTOS

14. arquivos do ministério das finanças e esquadra da polícia (1910)
antigos serviços públicos (1884);
convento de santa joana princesa (1699);
quinta de d. álvaro de castro
12. palácio da independência (1911)
antigo quartel da primeira divisão; liceu francês;
palácio dos condes de almada
13. ateneu comercial de lisboa (1926)
antigo palácio burnay, palácio dos condes de povolide
22. edifício dos correios, telégrafos e telefones (1912)
antigo palácio do lavradio ou sousa leal
24. polícia de investigação criminal
antigo palácio castro guimarães, palácio do thorel
25. ministério da educação (1928)
antigo palácio silva amado
34. embaixada de itália (1928)
antigo palácio dos condes de pombeiro
39. casa do alentejo (1932)
antigo management club (1917); palácio alverca ou pais do amaral
40. **coliseu dos recreios e sociedade de geografia de lisboa (1897)**
antigo palácio ou casa nobre
36. **centro de apoio social de lisboa do instituto de acção social das forças armadas**
antigo palácio do conde magalhães
e 41. antigo palácio da ordem soberana de malta
45. quartel do carbego de bola

PALÁCIOS

21. palácio mor
23. palácio sousa carvalho
27. palácio dos condes do redondo
29. palácio do patriarcado
31. palácio centeno
32. palácio metello (mitelo)
46. palacete rui de andrade
47. palacete francisco teixeira
48. palacete da condessa de basto s
49. palacete adriano coelho
50. palácio folgosa


s.sebastião da pedreira
matadouro (1863)
liceu camões (1902)
chafariz do andaluz (1336)
44
38
19.2
19
19.1
14
27
11
20
L10
18
23
26
10
31
29
32
L5
30
28
L6
L7
L2
L1
9
3
46
47
49
48
42
37
6
36
41
24
22
L4
1
8
L3
50
16
21
13
40
15
7
39
12
35
33
45
L8
34
igreja de nossa senhora dos anjos (1910)
santa maria
carreira dos cavalos
rua direita de s. josé
rua do salitre
CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA
rua de s. tiago
escadinhas de s. cristovão
corredoura de santo antão
ermida de nossa senhora do socorro (1596)
carreirinha do socorro
mouraria
postigo da senhora da graça
ermida de são sebastião da mouraria (1509)
porta da mouraria
portas de santo antão
teatro nacional dona maria II (1846)
rossio
calçada nova d'el rey
porta de santo andré
calçada do cavaleiro
castelo
porta da cruz
alfama
portas de santa catarina
portas do mar
porta do cata-que-farás



EQUIPAMENTOS CIDADE

EQUIPAMENTOS . CIDADE

Olhando para ao que tem sido as grandes transformações programáticas ocorridas na Colina de Santana até aos dias de hoje, é possível identificar momentos chave em que as transformações foram mais significativas e ensaiar tentativas de leitura do que eram as lógicas urbanas subjacentes , agora não só à escala da Colina, mas à escala da cidade. Deste modo é possível identificar, não só as transformações programáticas que foram ocorrendo nos edifícios em si, mas também traçar o rasto da migração dos programas que foram saído da área da Colina-

Tentaremos num primeiro momento encontrar a lógica territorial que presidiu à localização ao longo do tempo do Matadouro e do que é hoje o Centro Hospital de Lisboa Central, programas estruturantes desta área da cidade durante muitos séculos e que tiveram em que a sua origem na Colina de Santana ou nas suas imediações. Outros programas, nomeadamente associados ao Conhecimento - ensino e investigação - foram tendo também um papel determinante nestes fluxos e que importa explorar, já que estas vagas de deslocalização de programa, não só respondem a estratégias globais de gestão urbana e ideias da época sobre os próprios programas, como muitas vezes estiveram estreitamente associados.

Faremos uma tentativa de leituras das lógicas territoriais subjacentes ao longo do tempo na sua oscilação entre a aglutinação e a disseminação, mas num contínuo movimento centrífugo em relação ao centro da cidade e aproximando-se daqueles que são os seus limites em cada momento.

[matadouro]

Não se tratando propriamente de um programa que nasceu na Colina de Santana, foi no entanto aqui que pela primeira vez se formalizou a instalação de um equipamento deste tipo. A sua permanência neste lugar ao longo dos séculos e o topónimo Campo do Curral que persiste ainda na memória de alguns, permite também fazer uma associação forte deste programa com este lugar.

Foram sempre as questões sanitárias e associadas aos acessos que estiveram na base das opções de localização do Matadouro na cidade de Lisboa, desde a sua primeira localização no Campo de Santana. Construído fora de muralhas, estava situado sobre um caminho de encosta que permitia a chegada (a pé) do gado para venda - no Campo do Curral - e abate - no Matadouro.

Já no século XIX e novamente por questões sanitárias, é deslocado para um terreno mais a Norte, na Cruz do Tabuado, para um edifício maior e feito de raiz, não saindo nunca da estrada por onde o gado era conduzido para a cidade, para já no final do século a venda de gado se deslocar para Entrecampos, sobre a via de cintura ferroviária de Lisboa, e novamente não saindo da estrada Norte-Sul que conduzia o gado ao Campo do Curral desde o século XV. O Matadouro só sairá do centro da cidade já nos anos 40 do século XX, deslocando-se para Cabo Ruivo, num lugar que era já o limite da cidade e sobre as principais vias de acesso rodoviário e ferroviário, condição fundamental, agora que as reses não chegavam à cidade a pé.

Há que referir ainda que, a este movimento centrífugo correspondeu sempre também uma sempre maior qualidade sanitária e performance da arquitectura no domínio da higiene, mas também da dimensão dessas mesmas estruturas. As periferias terão sido sempre os locais onde para além da questão dos acessos, a existência de terrenos livres de maior dimensão permitia a instalação de estruturas maiores e mais complexas.

Outro aspecto interessante serão os encontros que esta funcionalidade foi tendo ao longo das suas migrações com funções que lhe estão associadas, como as Praças de Touros, associadas ao lazer, e o ensino da Veterinária. A Praça de Touros coincidiu territorialmente durante algumas décadas do século XIX com o Matadouro, junto ao Campo do Curral, onde presumivelmente se faria ainda o comércio do gado, para depois se deslocar para junto do Novo Mercado de Gado, para o Campo Pequeno, sensivelmente no mesmo momento. O encontro entre o ensino da Veterinária, e o Matadouro à Cruz do Tabuado terá sido um momento feliz, apesar de relativamente fugaz, em que os estudantes de Veterinária tiveram a oportunidade de usufruir de uma componente prática muito forte na sua formação, num momento em que as questões sanitárias associadas às epidemias e à carne para consumo se colocava de modo muito premente.

[hospitais]

Para fazer uma leitura do devir dos CHLC e do seu movimento para as periferias, há que contar não só com todos estes factores referidos, mas também com os conceitos que a higiene e os progressos científicos ditaram em cada momento sobre o que deveriam ser as estruturas construídas onde se prestavam os cuidados de os cuidados de saúde, assim como as ideias políticas subjacentes ao papel do estado nesse campo. A disseminação ou a aglutinação dos espaços para os cuidados de saúde foi sendo também uma questão premente e concorre também para uma leitura da lógica territorial que lhe está subjacente.

Começando pelo Hospital Real de Todos os Santos, este nasce da vontade de D. João II não só de construir um edifício de referência, dotado de todas as condições para pôr em prática os progressos científicos da época, mas também de uma vontade de centralizar e colocar sob a alçada do Estado a prestação de cuidados de saúde, até então prestados em estruturas caritativas disseminadas pela cidade - as albergarias, mercearias, hospícios, ou mesmo conventos.

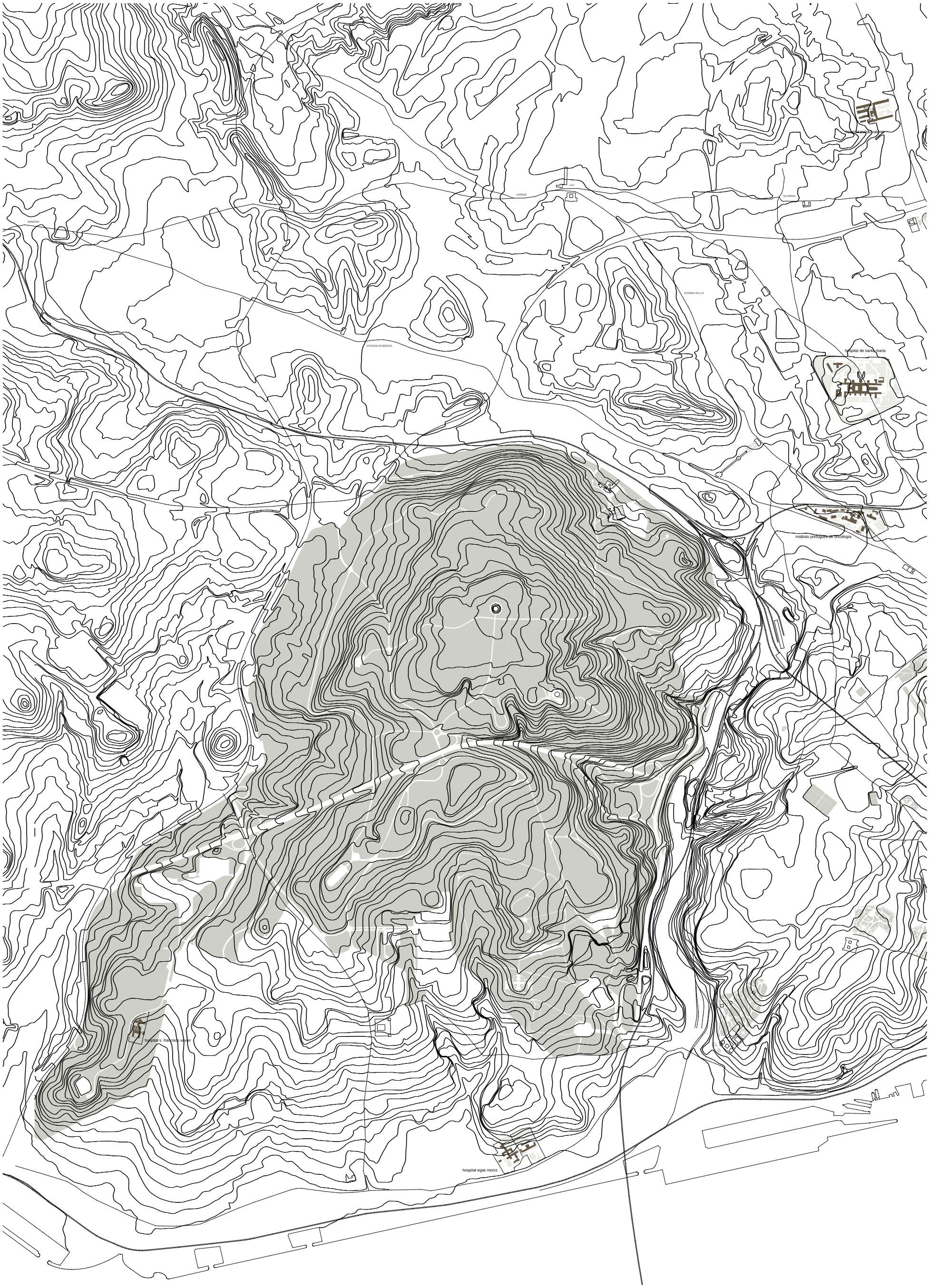
Na sua transferência para o Colégio de Santo Antão-o-Novo está já subjacente um ideal sanitário que associa os pontos altos e desafogados a "bons ares" e melhores condições de salubridade, naquela que é ainda uma área relativamente periférica da cidade. Quando se faz sentir a necessidade de expansão dos espaços do Hospital Real de S.José, é não só a oportunidade que determina a disseminação de serviços pelos edifícios deixados vagos pela expulsão das ordens, mas também uma questão sanitária: os serviços do hospital são distribuídos pela colina, tanto mais afastados do centro quanto mais representasse potencial contaminação. Desta forma se pode explicar a "migração" das infecto-contagiosas, especialmente aquelas de potencial de contágio mais elevado como a tuberculose do Desterro, para Arroios e depois para o Rego, o primeiro dos Hospitais a sair da área da Colina de Santana, para um dos limites da cidade, ainda não urbanizado.

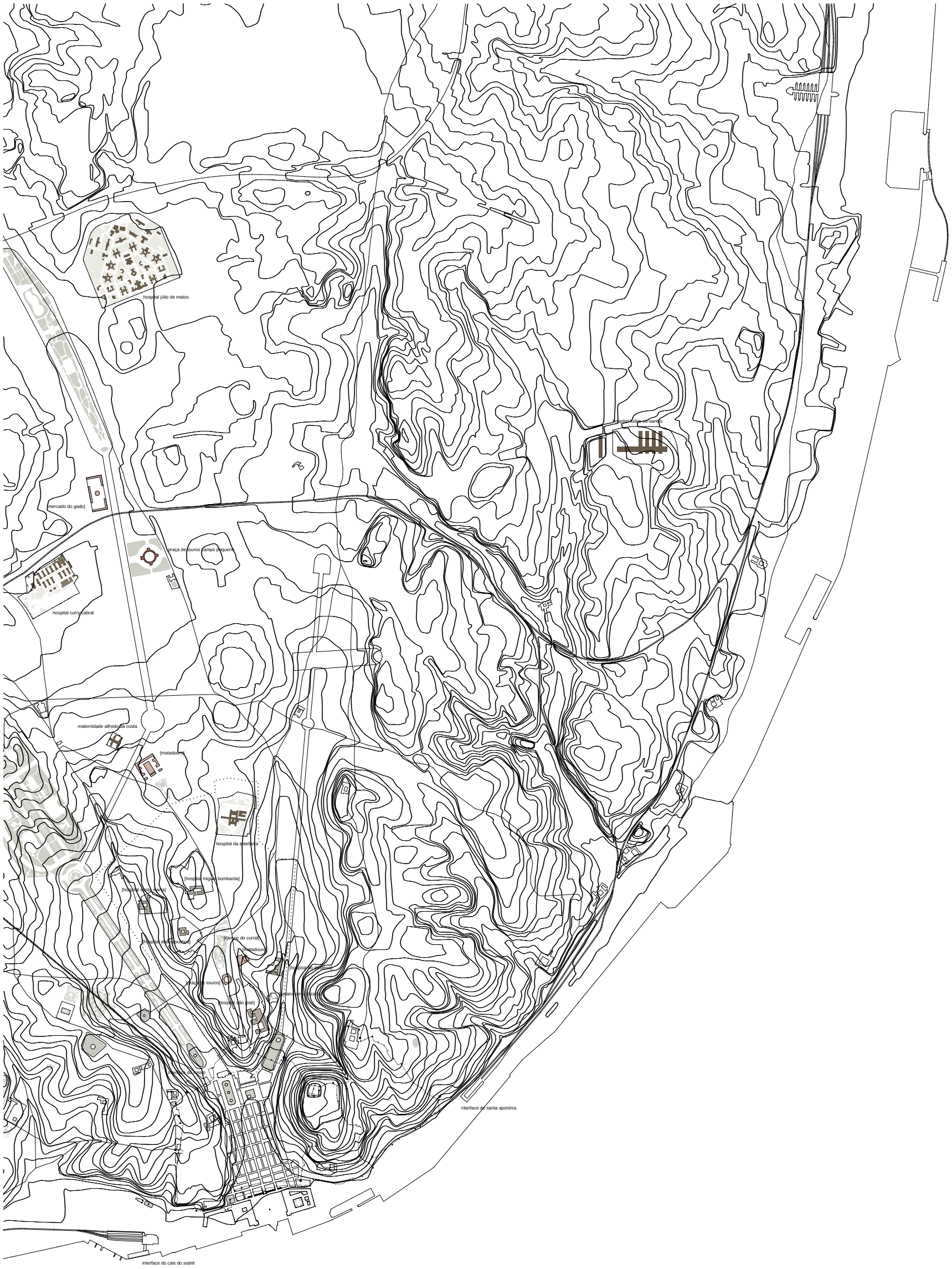
No início do século XX, o Hospital do Rego acaba também por inaugurar uma nova tipologia arquitectónica que pode dizer-se reproduz à escala de um edifício ou de um hospital aquilo que era a lógica de segregação funcional na colina - a estrutura pavilhonar. Esta tipologia aliava a questão funcional e sanitária da possibilidade efectiva de isolamento, separando as doenças por unidades diferenciadas e fisicamente separadas. A sua posição no território estabelece a continuidade com esta lógica do isolamento ao procurar áreas periféricas e pouco urbanizadas (novamente os "bons ares"), protegendo enfermos e não enfermos. Finalmente a própria estrutura do recinto hospitalar, com pavilhões rodeados de áreas ajardinadas é ela própria a reprodução daquilo que é a ideia global sobre o que deve ser o hospital e a sua posição urbana, num momento em que claramente se levou ainda mais longe a ideia da disseminação como lógica de desenho dos hospitais e da sua posição na cidade. Em Lisboa, outros hospitais seguirão esta tipologia de hospital-jardim durante este início de século, como o Hospital Júlio de Matos, em Alvalade e os sanatórios acabarão por extremar ainda mais esta lógica de posição periférica, ao implantar-se claramente fora dos perímetros urbanos, junto ao mar ou na montanha. Nos arredores de Lisboa são implementados pelo menos dois: o Sanatório da Parede, e o Sanatório do Lumiar (actual Hospital Pulido Valente).

A meio do século XX procede-se à construção de uma mega-estrutura hospitalar, talvez o maior edifício construído até então, e que instala novamente a lógica da concentração de serviços e edifícios. A construção do Hospital de Santa Maria, junto à cidade universitária e aos eixos viários mais importantes da cidade levou consigo consigo aquela que tinha sido uma valência inseparável dos hospitais na Colina de Santana: o ensino da Medicina, depois retomado pela Universidade Nova no mesmo lugar algumas décadas mais tarde.

Hoje em dia a construção do Hospital de Todos os Santos segue a mesma lógica de concentração de serviços, optimização de recursos, facilidade de acessos e implantação em terrenos que permitem a construção de raiz de edifícios de grande dimensão dotados da capacidade de instalação dos meios técnicos e científicos mais avançados para tratamento da doença.

Entretanto, a cidade vai regenerando os espaços que estes movimentos migratórios deixam livres, no seu movimento centrífugo em direcção aos avanços técnicos e à especialização dos seus espaços. Longe de perder com a saída de um grande Centro Hospitalar de referência do seu centro histórico, a cidade consolidada pode ganhar com a saída de um programa cujos avanços não consegue já enquadrar. A prestação de cuidados de saúde ganha certamente, não só com estruturas edificadas mais qualificadas e especializadas nas periferias, mas também com um centro urbano mais qualificado, onde as unidades de saúde mais vocacionadas para a proximidade possam encontrar lugar junto dos seus habitantes.


AMADORA
CARNIDE
LUZ
TELHEIRAS
ESTRADA DA LUZ
ESTRADA DE BENFICA
hospital de santa maria
instituto portugues de oncologia
hospital s. francisco xavier
hospital egas moniz


hospital júlio de matos
[mercado do gado]
praça de touros campo pequena
hospital curry cabral
maternidade alfredo da costa
[matadouro]
hospital da estefânia
[hospital miguel bombarda]
[hospital ortopédico]
[escolas do matadouro]
[campo do curral]
[matadouro]
[hospital de crianças]
[praça de touros]
[hospital são josé]
[casa de saúde]
interface de santa apolónia
interface do cais do sodré

COLINA DO CONHECIMENTO [séc. XXI]

Desde a segunda metade do século XX até aos dias de hoje, a Colina não sofreu mudanças territoriais muito significativas e, no limite, nem sequer alterações programáticas que tenham alterado de modo drástico a relação com a cidade. A componente ensino perdeu presença na Colina durante algum tempo, o que terá sido de algum modo penalizador da relação da colina com a cidade, e que correspondeu ao período entre meados dos anos 50 (a construção da Cidade Universitária e saída dos estudos de Medicina e Direito) e o princípio dos anos 70 em que há o regresso dos estudos de Medicina ao edifício da Faculdade. Hoje em dia, a Universidade Nova tem o Campus Santana, associado às Ciências Médicas, que engloba não só o edifício da Faculdade mas também os recém construídos edifícios do Centro de Investigação Biomédica, no lugar do Instituto Câmara Pestana. A componente de representação diplomática foi também reforçada e de modo quase natural os palácios e palacetes do Torel foram acentuando a tendência para a terciarização.

Apesar destas mudanças, que somadas acabam por ser significativas, a permanência da função hospitalar na Colina, fez com que não se alterasse de modo significativo a relação desta área com a cidade. Por outro lado, por dentro das cercas, as mudanças foram profundas, existindo hoje uma densidade de construção dentro das cercas como nunca houve, o que tornou a globalidade dos espaços no interior das cercas em lugares muito desqualificados, ainda que encerrem peças de arquitectura absolutamente excepcionais que souberam, umas melhores que outras, resistir ao peso de duzentos anos ou mais de função hospitalar.

COLINA DO CONHECIMENTO [XXI]

VIAS PRINCIPAIS

CERCA
p1. postigo de sant'ana
p2. postigo do arco da graça
p3. postigo da palma

LOTEAMENTOS
L1. matadouro
L2. bemposta
L3. são lázaro
L4. sant'ana
L5. andaluz
L6. rua da inveja
L7. trabalhadores da bemposta
L8. santa bárbara
L9. desterro
L10. ilhafolles

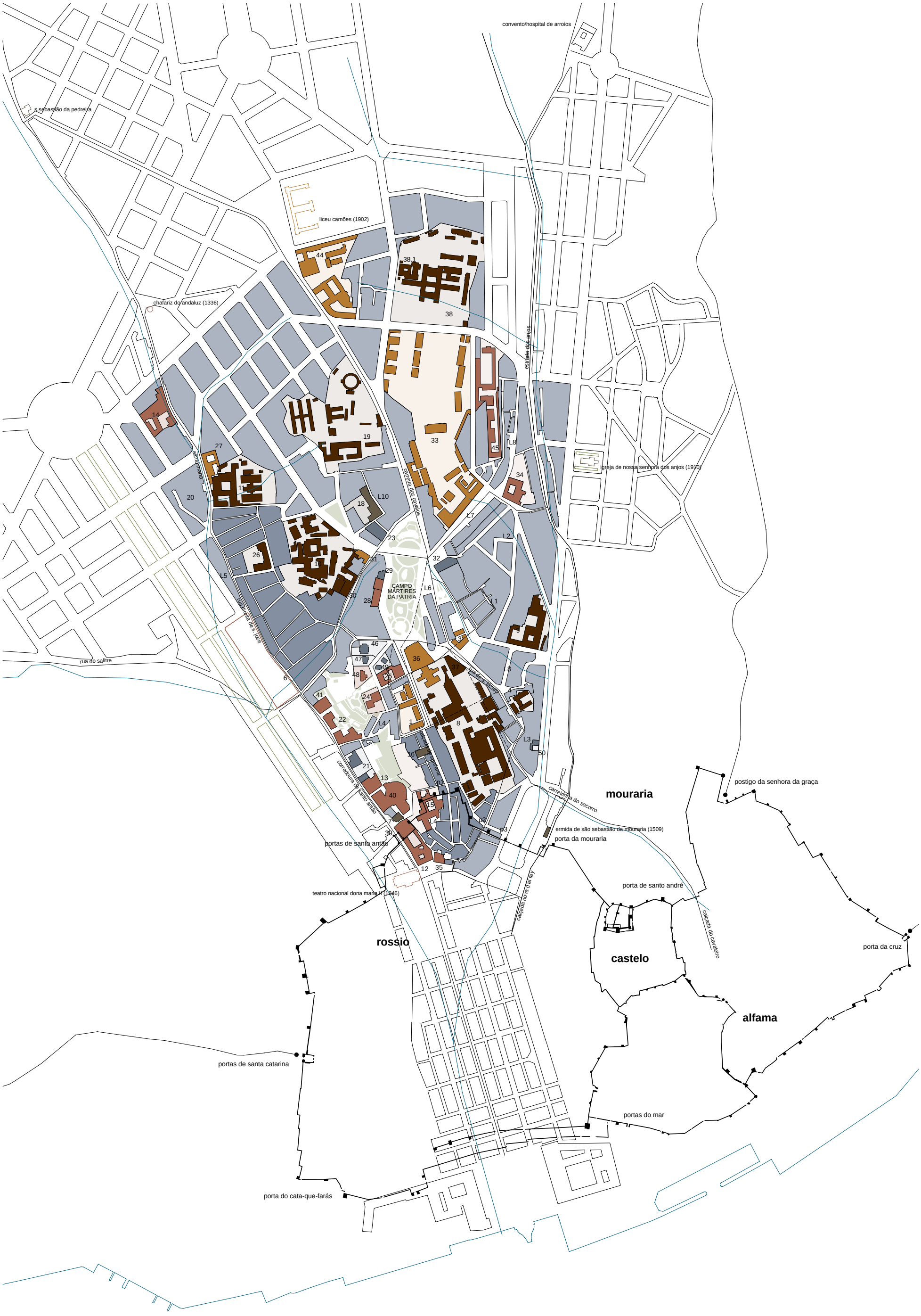
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS
6. igreja de são josé dos carpinteiros (1567)
antiga ermida de são josé entre-as-hortas (1532)
7. igreja de são luís dos franceses (1563)
15. convento de nossa senhora da encarnação (1630)
16. igreja de nossa senhora da pena (1705)
17. casas da congregação de nossa senhora da doutrina
18. recolhimento da nossa senhora de encarnação e carmo (1704)
19. convento de ilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
20. igreja do sagrado coração de jesus (1790)

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
4. **maternidade magalhães coutinho (1929)**
antiga administração do hd; auxílio maternal;
escola profissional de enfermagem (1918);
hospital de são lázaro (1841); gafaria de s. lázaro (1355)
8. hospital de são josé (1913)
antigo hospital nacional real de são josé e anexos (1901);
hospital real de são josé (1775); colégio de santo antão-o-novo (1593)
9. hospital do desterro (1857)
antigo quartel da infantaria 7 (1834); casa pia (1814);
convento nossa senhora do desterro (1591)
10. hospital de santo antónio dos capuchos (1928)
antigo asilo de mendicidade de santo antónio dos capuchos (1911);
asilo de mendicidade de dona maria II (1836);
convento de santo antónio dos capuchos (1570)
e 30. antigo asilo de mendicidade (1854);
escola do exército (1937); palácio mello
19. hospital miguel bombarda (1945)
antigo manicómio bombarda (1911)
manicómio de lisboa ou hospital dos alienados (1848);
colégio militar (1835);
convento de ilhafolles ou são vicente de paulo (1717)
19.1. balneário dona maria I (1853)
19.2. panóptico ou pavilhão de segurança para a enfermaria-prisão (1896)
26. instituto otalmológico gama pinto (1889)
antigo palácio dos condes de penamacor
37. instituto de medicina legal (1879)
38. hospital dona estefânia (1877)
38.1. maternidade magalhães coutinho (1969)

EQUIPAMENTOS DE ENSINO
1. instituto bacteriológico câmara pestana (1899)
no lugar convento de sant'ana (1561); ermida de Sant'ana
3.1. escola primária municipal n.1 (1878)
no lugar do antigo matadouro
3.2. biblioteca de são lázaro (1878)
no lugar do antigo matadouro
8.1. escola médico-cirúrgica (1856)
antigo hospício dos frades arábidos
8.2. escola de farmácia de lisboa (1836)
11. hospital escolar da faculdade de medicina de lisboa (1918/1911)
antiga escola médico-cirurgica ou hospital hintze ribeiro (1910);
hospital de santa marta (1903); hospital para as vítimas da gripe (1890);
convento de santa marta (1580);
recolhimento de santa marta de jesus (1569)
27. universidade autónoma de lisboa
antigo palácio dos condes do redondo
33. escola militar (1919)
antiga escola de guerra (1911); escola do exército (1850);
palácio da bemposta (1752)
35. liceu de são domingos ou passos manuel (1902)
antigo palácio regaleira
42. faculdade de medicina da universidade nova de lisboa
antiga faculdade de medicina de lisboa
ou escola de ciências médicas (1911)
no lugar da antiga praça de touros (1831)

OUTROS EQUIPAMENTOS
14. arquivos do ministério das finanças e esquadra da polícia (1910)
antigos serviços públicos (1884);
convento de santa joana princesa (1699);
quinta de d. álvaro de castro
12. palácio da independência (1911)
antigo quartel da primeira divisão; liceu francês;
palácio dos condes de almada
13. ateneu comercial de lisboa (1926)
antigo palácio burnay; palácio dos condes de povolide
22. edifício dos correios, telégrafos e telefones (1912)
antigo palácio do lavradio ou sousa leal
24. direcção geral dos serviços prisionais (1959)
antiga polícia de investigação criminal
palácio castro guimarães; palácio do thorel
25. ministério da educação (1928)
antigo palácio silva amado
28. **embaixada alemã e instituto goethe**
antiga faculdade de direito da universidade de lisboa (1914);
palácio do conde valmor
34. embaixada de itália (1928)
antigo palácio dos condes de pombeiro
39. casa do alentejo (1932)
antigo magestic club (1917); palácio alverca ou pais do amaral
40. **coliseu dos recreios e sociedade de geografia de lisboa (1897)**
antigo palácio ou casa nobre
36. **centro de apoio social de lisboa do instituto de acção social das forças armadas**
antigo palácio do conde magalhães
e 41. antigo palácio da ordem soberana de malta
44. polícia judiciária
antigo escola superior de medicina veterinária (1917)
instituto geral de agricultura;
instituto agrícola e escola regional de lisboa (1852);
e 43. antiga escola veterinária militar
45. quartel do carbego de bola
46. **serviço nacional de bombeiros e protecção civil**
antigo palacete tui de andrade
48. **xuventu de da galicia (1989)**
antigo infantário ribeiro sanches (1973);
palacete da condessa de bastos

PALÁCIOS
21. palácio maior
23. palácio sousa carvalho
29. palácio do patriarcado
31. palácio centeno
32. palácio metello (mitelo)
47. palacete francisco teixeira
49. palacete adriano coelho
50. palácio folgosa


convento/hospital de arroios
s.sebastião da pedreira
liceu camões (1902)
chafariz do andaluz (1336)
igreja de nossa senhora dos anjos (1910)
CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA
rua da palma
travessa de santana
corredoura de santo antão
portas de santo antão
teatro nacional dona maria II (1846)
rua de s.josé
rua do salitre
rua de s.mamede
rua de s.tomé
carreirinha do socorro
ermida de são sebastião da mouraria (1509)
porta da mouraria
porta de santo andré
calçada do cavaleiro
postigo da senhora da graça
porta da cruz
portas de santa catarina
porta do cata-que-farás
portas do mar
rossio
mouraria
castelo
alfama

[2]

UNIDADES

COLINA DE SANTANA . PROJECTO URBANO

TERRITÓRIO

Ainda que a cidade no seu todo leia o território do Campo de Santana como um lugar identificável na sua função urbana e simbólica, com limites definidos com relativa clareza e alguma autonomia de "bairro", este é um território que se caracteriza não por uma unidade ou homogeneidade de escalas de desenho ou tempos históricos, mas antes por uma grande diversidade de modos de construir a cidade. É este aspecto aliás um dos factores fundamentais da caracterização deste território, que mantém intactos traçados urbanos e estruturas cadastrais pré terramoto e escapa quase incólume às investidas urbanas novecentistas, no que ao traçado urbano diz respeito. Se em relação a outros lugares de Lisboa se poderia dizer exactamente o mesmo - Mouraria, Alfama, ou mesmo o Bairro Alto, o que vai caracterizar a Colina de Santana, por oposição a estes é precisamente a sua falta homogeneidade, já que neste território coexistem unidades cadastrais de grande dimensão lado a lado com bairros de malhas miúdas e intrincadas - veja-se S. José / Bairro de Santana, ou Capuchos e Santa Marta / Andaluz.

Pelo lado da arquitectura, coexistem novamente várias escalas, e vários tempos, e também traços de várias ocupações e vocações funcionais "em extensão" e de grande abrangência e importância no todo urbano - (veja-se o complexo de conventos que se transforma no seu todo em "complexo de hospitais"), aspectos que no seu conjunto são o que caracteriza este lugar na sua essência.

No âmbito da análise ao território da Colina de Santana, identificaram-se áreas caracterizadas que concorrem para uma leitura deste território e para uma proposta preliminar de ordenamento dos seus espaços. Mais que uma lógica funcional ou programática que definisse categorias de espaços, procurou-se com esta primeira operação encontrar a lógica territorial inerente a cada pedaço de território, não só enquanto consequência da sua génese histórica, mas sobretudo tendo em conta o papel que essas áreas agora definidas desempenham no todo urbano naquilo que ele é hoje e nas potencialidades que oferecem nas hipotéticas transformações futuras a operar na Colina. Será esta matriz de leitura territorial a base sobre a qual se vão sobrepor leituras parciais e as propostas de intervenção.

Unidades, Bairros, Áreas e um Conjunto são os tipos que se identificam e adiante se descrevem, caracterizando o modo como se relacionam com a cidade, a sua estrutura cadastral e viária, a escala de desenho, a relação com a topografia, etc.

Unidades

U1. S. José (actual Hospital de S. José)
U2. Miguel Bombarda (antigo Hospital Miguel Bombarda)
U3. Capuchos (actual Hospital deSanto António dos Capuchos)
U4. Desterro (antigo Hospital do Desterro)
U5. Santa Marta (actual Hospital de Santa Marta)
U6. Santa Joana (actual PSP)
U7. Academia Militar
U8. Hospital D.Estefânia

A história da ocupação da Colina de Santana, deixa claro que é a presença de um conjunto significativo de grandes unidades cadastrais que caracteriza este território, desde a sua génese até aos dias de hoje. Por um lado estas unidades desenham o território e conformam juntamente com as vias os vazios dos espaços públicos, sobretudo aquele que é mais antigo, mais central e mais significativo - o Campo Santana. São também estas áreas que permitiram ao longo do tempo que esta zona da cidade conservasse reservas significativas de terreno livre no interior das cercas conventuais ou quintas, que permitiram a implementação do programa hospitalar e militar ou outros equipamentos e programas complexos, que marcam a história deste território dos dois últimos séculos. Hoje, constituem-se hoje novamente como os pontos fulcrais de implementação de novas dinâmicas urbanas exactamente pelas mesmas razões - coincidência/concentração territorial associada a áreas disponíveis de grande dimensão com a saída dos hospitais. É também de realçar o facto de nestas unidades cadastrais se encontrarem valores patrimoniais de excepção, alguns mesmo classificados, em edifícios de dimensão considerável.

Estas grandes unidades correspondem não só aos terrenos adquiridos pela Estamo e para os quais estão já previstas profundas transformações, mas também duas outras áreas para as quais não está prevista qualquer tipo de transformação num futuro próximo, mas que partilham com as restantes unidades características fundamentais ao nível da sua génese, do seu papel actual e potencialidades futuras - Academia Militar e o Hospital D. Estefânia.

Bairros

B1: Santana
B2: Andaluz
B3: Camões
B3a: Desterro

[bairros históricos]

Conforme se constata numa sequenciação histórica da ocupação da Colina de Santana, em geral e até ao início do século XX, o desenho do traçado urbano e o desenho do espaço público escaparam sucessivamente a tentativas de desenho e regularização nos vários momentos históricos onde este poderia ter ocorrido.

Até ao Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia, o traçado urbano da área em análise caracteriza-se sobretudo pelo seu não desenho. Com uma condição topográfica complexa e grandes unidades cadastrais instaladas, o traçado da malha urbana e o desenho do espaço público em geral é sobretudo uma resultante do que a rede viária primeira determinou. Ou seja, mais que uma vontade regularizadora, imperou desde o início a adaptação a uma topografia complexa, em que os elementos fundamentais são as grandes unidades cadastrais - conventos e quintas - associada a uma ocupação urbana ao longo das vias que à escala da cidade serviam os acessos à Colina. Essa ocupação, feita fundamentalmente de modo linear, apresenta ainda assim núcleos diferenciados que pela sua dimensão e regularidade de desenho se destacam do desenho da restante malha: Santana e Andaluz.

O Bairro de Santana, mais estudado e documentado que o Bairro do Andaluz, até pelos troços da cerca fernendina que encerra, tem aparentemente subjacente ao seu desenho uma clara vontade de regularização de eixos e dimensões, que deixam ler de forma clara a existência se não de um plano (se é que a palavra se pode aplicar) pelo

menos de intenções de desenho a priori. O Bairro do Andaluz que ainda que muito agarrado a uma condição topográfica precisa, propõe uma malha clara, na apropriação do terreno em pendente: duas ruas de cota e travessas que as ligam, em quarteirões de forma regular e dimensão mais ou menos constante.

Temos então de forma clara, os dois extremos de escala na ocupação deste território, no qual coabitam em território contínuo grandes unidades cadastrais e malhas intrincadas e miúdas de bairros históricos. De notar que a delimitação que se propõe destas áreas se deve não apenas às características específicas que foram referidas mas também à sua escala territorial que permitem a identificação de uma área urbana. Outros troços de território partilham a génese histórica e algumas características de desenho como os dois quarteirões junto ao antigo Matadouro e o loteamento da Bemposta, não se constituindo no entanto hoje como pedaços de cidade legíveis e significantes per si.

[malha novecentista]

A partir do século XX, o Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia, quebra uma condição fundamental deste território desde a sua primeira ocupação, ou seja, a sua condição de território-limite, de fronteira do urbano. Este facto veio revolucionar totalmente o modo como este território era lido e vivido não só à sua escala próxima, mas também à escala do todo urbano, obrigando a novas dinâmicas na organização programática (sobretudo nos programas das grandes unidades), mas também introduzindo um modo completamente novo de urbanizar este território. Ao contrário do que foi a prática até então, introduz-se o desenho da malha regular de quarteirões que se sobrepõe não só aos arruamentos/estradas pré-existentes, como se impõe à topografia em modelações de terreno mais ou menos conseguidas.

Ainda que a sua malha não chegue à área mais a Sul e mais antiga da colina - as grandes unidades e a topografia não ao permitem, como se lê de forma evidente no encontro com a unidade Miguel Bombarda - esta acaba por envolver completamente este território, não só ao nível do planalto, a Norte, mas também em ambos os vales. A malha urbana da colina pré-Ressano fica deste modo isolada em todas as suas vertentes, pela topografia, mas também pelas unidades cadastrais que travam a progressão das lógicas urbanas do planalto e dos vales.

Se no essencial a intervenção do Plano de Melhoramentos mais marcante na área hoje em estudo é toda a envolvência a Norte, que liga os dois vales com o Bairro Camões e a Estefânia, as franjas baixas, oriental e ocidental da colina são também “contaminadas” pelos Planos da Avenida da Liberdade, sobretudo no acerto necessário aos quarteirões necessário à regularização do traçado das avenidas, mas também num pequeno conjunto urbano no loteamento da cerca do antigo Convento do Desterro, aparentemente mais comandado por uma lógica de adaptação topográfica.

Áreas

A1: São Bernardino
A2: São Lázaro
A3: Mastro-Bemposta
A4: Anjos

Conforme foi já referido, a malha urbana da Colina de Santana na sua parte mais antiga, caracteriza-se fundamentalmente pelo seu "não desenho" e por ser precisamente uma resultante de vicissitudes várias associadas, como vimos: a topografia ou a rede viária, mas também pré-existências de grande premência - as grandes unidades cadastrais. Associam-se a este conjunto de factores, um tipo de evolução e desenho mais espontâneo, não tanto no sentido da sua não programação, mas antes no sentido da resposta de desenho mais imediata a constrangimentos específicos, sem equacionar propriamente um desenho global, como por exemplo, o traçado da Rua Nova do Desterro, para alinhar com a entrada do Convento, só para dar um exemplo entre muitos.

A grande ordem subjacente é no entanto a organização em torno de um mesmo espaço central, desde os primórdios da sua ocupação - o Campo Santana. Trata-se de um espaço que se associa à primeira ocupação da colina que permanece, se sedimenta e vai definindo os seus limites com as vias que o ladeiam e as construções que ao longo do tempo vão contendo este lugar e as várias funções que este albergou - desde o comércio de gado ao jardim. Resulta então um espaço altamente qualificado e significante na Colina e na cidade, mas de traçado irregular e inusitado, e que nunca foi objecto de um desenho urbano de conjunto se não no traçado do seu tabuleiro central. No entanto, ao longo dos séculos vai-se regulando e hierarquizando e é clara a vontade de qualificação deste espaço público através do edificado que o envolve: no desenho dos alçados, na escala dos mesmos e na nobreza das funções associadas, assim como na concentração que se constata de edifícios de excepção, sobretudo palácios.

Por se tratar de uma malha não premeditada foi aparentemente ao longo do tempo mais propícia à criação de situações pouco claras em termos urbanos, sobretudo nos encontros entre este sistema orgânico e o espaço público desenhado, ou seja, a malha de Ressano Garcia. Estas situações pouco claras acontecem sobretudo na encosta para nascente, ou seja, na vertente que desce para a Almirante Reis que acaba por ser um pedaço de território menos consolidado do que aquele que desce para a Avenida da Liberdade. Deste modo, é nesta malha, e nos pontos em que esta se encontra com a malha novecentista que encontramos também os espaços vazios ou não resolvidos que podem neste momento ser fundamentais na caracterização e estruturação do novo espaço público e equipamentos da Colina de Santana.

Conjunto

C1: Conjunto do Torel

Destaca-se ainda deste conjunto de áreas um conjunto edificado que se destaca pelo seu carácter de excepção na Colina e na cidade. Não sendo particularmente característico ao nível do traçado urbano, não se entendeu incluí-lo no conjunto dos bairros, optando-se antes por denominá-lo de conjunto.

O conjunto do Torel conjuga uma situação única na posição topográfica e paisagística, no carácter das edificações e na concentração de acontecimentos urbanos de excepção - jardins, miradouros, elevadores, etc. Acresce que, todos este factores acabam por chegar aos nossos dias em razoável estado de conservação constituindo-se apesar da sua reduzida dimensão como uma das áreas mais qualificadas da cidade, entre os palacetes à cota alta, os palácios no vale, e espaços verdes privados em toda a encosta entre ambos. Trata-se de uma área que pode ser fundamental na dilatação do espaço público não só pelo carácter globalmente muito qualificado dos espaços que lhes estão associados, mas também pela relativa facilidade da operação, que com intervenções mínimas pode produzir alterações substanciais e potenciar a qualidade paisagística e do espaço público neste conjunto.

TERRITÓRIO

TERRITÓRIO

UNIDADES DE INTERVENÇÃO

U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar

BAIRROS

B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS

A1 S. Bernardino
A2 S. Lázaro
A3 Mastro . Bemposta
A4 Anjos

CONJUNTOS

C1 Torel

B3 Carmo
U7
A5 Anjos
U6
U2
U5
U8
A1 S. Bernardino
U3
B32 Mouraria
A4 Mercês Bemposta
B2 Andaluz
U4
A3 S. Lázaro
U1
0
50
100
500
1000
N

PENÍNSULA

Invertendo a leitura deste território e debruçando-nos sobre os seus espaços vazios, tenta-se neste ponto encontrar a lógica subjacente ao seu sistema de espaços abertos públicos e à relação que estes estabelecem com a cidade. O traçado urbano de hoje é sobretudo condicionado pela topografia e pelo traçado viário e estrutura cadastral dos primórdios da ocupação deste território, definindo-se como um território que funciona entre dois sistemas muito caracterizados, correspondentes aos dois vales à cota baixa francamente em ligação com a cidade envolvente e, por contraste, um território à cota alta que apesar de absolutamente central, estabelece uma relação menos evidente com o sistema urbano que a envolve.

Para a caracterização de cada um dos sistemas, tentaremos demonstrar como os vários factores que contribuíram para a construção deste território mais não fizeram que ir acentuando ao longo do tempo o isolamento do território do topo da colina em relação aos vales, apesar das mudanças de traçado, hierarquia e estratégias urbanas que foram constituindo ao longo do tempo avanços e recuos nesta condição fundamental de península.

os vales

[condição oro-hidrográfica e a rede viária]

A condição oro -hidrográfica define à partida um território onde a relação com o urbano é privilegiada, à escala próxima mas também à escala distante. Os territórios planos de fundo de vale, associados às vias de entrada na cidade, caracterizam à partida estes lugares como lugares de fácil acesso por um lado, e como lugares de passagem por outro, e que ligam pontos distantes da estrutura urbana: a poente a corredoura de Santo Antão/ S. José/ Santa Marta, até S. Sebastião da Pedreira; e a nascente a rua dos anjos, até Arroios.

Em contraste com os territórios do topo da colina, caracterizam-se portanto também por serem lugares de passagem onde a estrutura viária determinará em princípio uma ocupação urbana tendencialmente linear, sedimentada ao longo do tempo naquilo que hoje se lêem como as vias antigas de entrada na cidade.

[a Avenida da Liberdade e a Almirante Reis]

Ainda que fora da área de intervenção deste trabalho, são estas duas vias que delimitam em parte a área de intervenção deste estudo. Trata-se de vias novecentistas que correm em paralelo ou sobrepondo-se pontualmente às vias antigas. Se por um lado se sobrepõem e as substituem, ao mesmo tempo reforçam a importância destes eixos de chegada à cidade, ao enfatizar o papel ancestral destes na estrutura urbana, se bem que actualizando o programa e a configuração, com o seu traçado regular, a largura das suas vias, e as infraestruturas de transportes públicos que lhe estão associadas, nomeadamente as duas linhas de metro que servem a Baixa.

A introdução destas vias novecentistas relegam para um papel secundário as vias antigas pelo menos na sua função de distribuição de longa distância à escala da cidade, tornando-as progressivamente mais próximas do que será o sistema da colina à cota alta, naquilo que tem de “marginal”, ou pelo menos de retirando-lhe algum do seu carácter de simples via de distribuição ou lugar de passagem. Deste modo, acabam por ser também ambas as ruas (mas talvez mais a rua do lado poente), os lugares privilegiados para a “amarração” do território do topo da colina aos vales e à cidade.

colina

[topografia]

A topografia, condiciona grandemente a relação da Colina com o território que a envolve. Com diferenças de cota significativas em todas as suas áreas limítrofes, à excepção da vertente a Norte, há um isolamento efectivo da cota superior da colina em relação à cidade associada à dificuldade de vencer declives acentuados, sobretudo nas vertentes Sul e Poente. Os pontos mais críticos serão o S. José, construído sobre aterros, os Capuchos sobre um pequeno promontório e todo o território do Torel onde se encontra o exemplo mais demonstrativo desta condição topográfica difícil: o Elevador do Lavra.

[cerca]

A cerca fernandina terá constituído a primeira grande barreira a uma franca relação da cidade com a Colina. Conforme foi referido, inicialmente a área do Bairro de Santana estaria dotada apenas de um postigo, entre as portas de Santo Antão e as portas da Mouraria, à calçada de Santana. Será a pressão demográfica a ditar a transformação deste postigo em porta e a abertura de mais dois postigos, não deixando no entanto o bairro de ter sido traçado em função desta barreira. Ainda no bairro, e parte provavelmente de um sistema de defesa, a calçada de Santana, eixo estruturante desta parte de cidade, e de regularidade rara tendo em conta a topografia em que se insere , termina fazendo um “caracol”, no ponto em que se ligaria à cota baixa, junto ao Rossio, constituindo-se também como travão à relação com as outras áreas da cidade.

[unidades cadastrais]

Acresce ainda que as grandes unidades cadastrais funcionaram durante muito tempo como travões à relação da colina com a cidade, sobretudo em três pontos e em momentos históricos diferentes, em S. José, Miguel Bombarda e nos Capuchos. Conforme foi referido e segundo hipótese de Ana Maria Salta, no momento em que os Jesuítas se instalam na Colina, além de tomarem para si o ponto mais privilegiado e de refazerem a topografia para instalar o maior edifício da colina (dificultando também uma relação mais franca com a cidade a sul), alteram também a estrutura viária que se estaria a desenhar: eliminam os atravessamentos no sentido Nascente-Poente e desviam aquele que seria o traçado primeiro da Rua de São Lázaro, dando-lhe a configuração em cotovelo que hoje apresenta.

Muitos séculos mais tarde, será a topografia e a cerca do Convento de Rilhafoles a impedir que haja avanços de outras lógicas urbanas por dentro da colina de Santana. Na reconstrução Pombalina, a malha que Mardel propõe para a expansão Norte da cidade é travada por esta grande unidade cadastral, assim como virá a ser alguns séculos mais tarde aquando do Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia. De facto, dos arruamentos no sentido Norte-Sul que são propostos existem ainda ainda hoje duas ruas não resolvidas, que terminam no muro de limite da cerca do hospital. As outras duas, contornam o limite da propriedade e constituem-se como os arruamentos que fazem o principal acesso ao Campo Santana a partir do planalto a Norte.

De certa forma, a cerca dos Capuchos terá constituído ainda um terceiro travão, resolvido desta feita anos mais tarde com o atravessamento da cerca conventual e o destacamento de uma parcela de terreno para a implantação do Jardim de Santo António dos Capuchos. Este espaço verde é aliás antes de mais o modo encontrado para resolver a diferenças de cota que resultam deste encontro de traçados urbanos, que obrigou ainda a uma ligeira inflexão da Luciano Cordeiro no seu curso para o Campo Santana.

[Gomes Freire e Luciano Cordeiro]

O traçado urbano global da colina configura também um sistema em que é francamente mais privilegiada a chegada à Colina a partir do planalto a Norte, onde se cola ao traçado urbano novecentista de Ressano Garcia. O conjunto do Bairro Camões com o seu quarteirão regular e traçado em quadrícula desenhado para o automóvel, associado às modelações de terreno que suavizaram diferenças de cota substanciais, contrastam grandemente com o traçado da zona mais antiga. A zona mais antiga, como vimos, é constituída por sistemas urbanos a diversas escalas, mas que têm em comum uma largura de rua mais reduzida e a adaptação a uma topografia acidentada, mesmo quando se ensaiam traçados de maior regularidade (Santana ou Andaluz) ou pequenos troços de cidade desenhada (loteamento do Desterro).

Deste modo, é com a intervenção de Ressano Garcia, que se fecha o círculo (ou o triângulo) sobre a área antiga da Colina, unindo os dois sistemas de vale com a construção do Bairro Camões e Estefânia e implementando uma via de atravessamento entre vales - a Rua de Conde Redondo - à qual estão ancoradas duas vias à cota alta que, contornando a cerca de Rilhafoles e atravessando a cerca dos Capuchos, conseguem ligar as Avenidas Novas ao Campo de Santana: Gomes Freire e Luciano Cordeiro. São ambas vias largas e com pouco declive, e que acabam por confluir no Campo de Santana, que se define ancestralmente como o centro deste território, enquanto referência urbana da cidade e da colina, mas também enquanto ponto de confluência de caminhos.

[desenho radial]

Este sistema urbano acaba por funcionar actualmente como sistema radial, com o Campo Santana no seu centro. É a partir do Campo de Santana que se definem dois caminhos privilegiados para uma eventual descida para os vales, ainda que por vias mais estreitas, declivosas e tortuosas que as anteriores: a Rua de S. Lázaro na descida para Nascente e a Rua das Pretas na descida para Poente. Paradoxalmente a vertente a nascente, de declive ligeiramente menos acentuado, acaba por não se constituir como um caminho preferencial, devido provavelmente à irregularidade do traçado das vias, à sua dimensão e ao estado de degradação globalmente mais acentuado de toda esta vertente da colina.

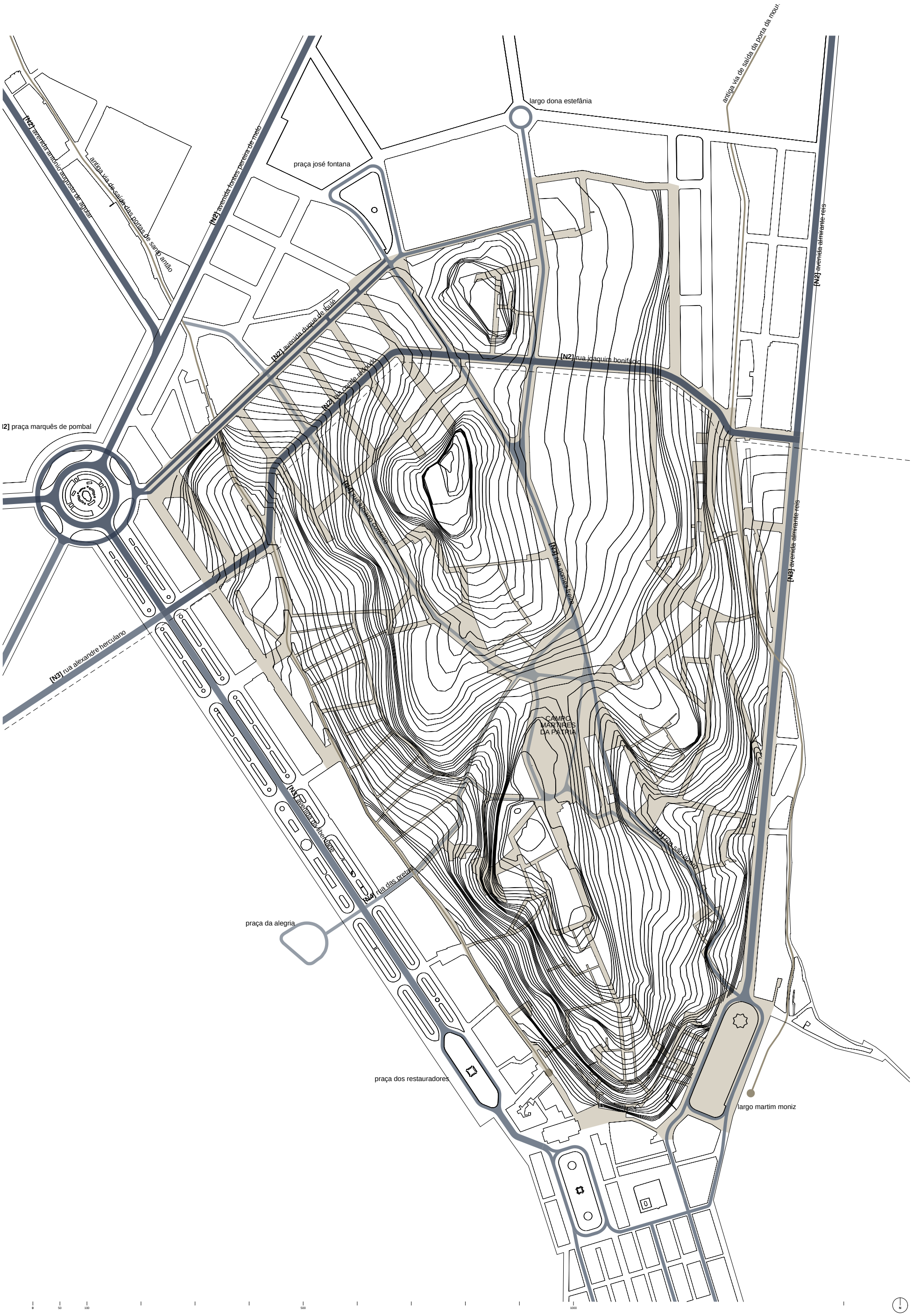
península

Se a topografia desenha um promontório, a malha urbana que se foi sedimentando aproxima estes sistemas de uma pequena península que apenas tem acesso claro e franco a partir do planalto a Norte através de duas âncoras. Não é um território que se atravesse, no percurso entre colinas, e não é de todo também um caminho natural de acesso à cidade a Sul. Será no limite um sítio onde se vai e se volta a partir do mesmo ponto. Se pensarmos que esta é uma área em pleno centro da cidade e com uma posição urbana de excepção em termos urbanos e paisagísticos, longe de estarmos perante um handicap, estamos perante uma condição territorial de excepção com um potencial elevado em termos da qualidade urbana que pode proporcionar e da qualidade de vida que pode oferecer a quem o habita e a quem o venha a habitar.

PENÍNSULA

PENINSULA

[N2] rede de distribuição principal
[N3] rede de distribuição secundária
[N4] rede de distribuição local
[N5] rede de acesso local
via antiga


largo dona estefânia
antiga via de saída da porta da mouraria
[N2] avenida fontes pereira de melo
praça josé fontana
[N2] avenida almirante reis
[N2] avenida antónio augusto de aguiar
antiga via de saída das portas de santo antão
[N2] avenida duque de ávila
[N2] rua conde redondo
[N2] praça marquês de pombal
[N2] rua joaquim bonifácio
[N4] rua visconde de valmor
[N3] rua gomes freire
[N3] avenida almirante reis
[N3] rua alexandre herculano
CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA
[N3] avenida fontes pereira de melo
[N3] rua são josé
[N4] rua das pretas
praça da alegria
praça dos restauradores
largo martim moniz
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS

À semelhança de outras áreas centrais da cidade, o programa desta porção de território é na sua essência multifuncional. Ainda que com uma forte componente associada ao sector terciário sobretudo nas zonas de vale e no arco que os liga, apresenta uma componente habitacional muito substancial. Trata-se no entanto de uma área da cidade relativamente envelhecida e com com um parque habitacional degradado em algumas zonas. O leque de equipamentos é aparentemente vasto e variado, com a planta de equipamentos a revelar uma distribuição territorial bastante homogénea. Podem no entanto ser identificadas algumas tendências nas localizações preferenciais e dimensão relativa dos mesmos.

Para além das áreas que ficarão vazias com a saída dos hospitais, é possível identificar algumas zonas onde a concentração de equipamentos é menor e que correspondem geralmente a áreas onde a componente residencial é mais proeminente e onde o cadastro não permite a implantação de edifícios de uma dimensão média ou grande. Trata-se das áreas do Mastro/Bemposta e S. Bernardino, do Bairro de Santana e do Bairro do Andaluz (que compreende praticamente um só equipamento: o Instituto Dr. Gama Pinto). Tentando fazer a leitura inversa, as maiores concentrações seguem tendências mais complexas, associadas à facilidade de acessos ou à localização em áreas de excepção.

Começando pela facilidade de acessos, é possível identificar uma tendência para uma implantação de equipamentos de modo linear associada à área de vale que está sob a influência da Avenida da Liberdade, com concentração mais evidente nos seus extremos quando se aproxima de espaços de referência: Rossio e Marquês. No lado oposto, os equipamentos voltam a surgir em dois núcleos associados à Rua de S. Lázaro e à área entre a Rua dos Anjos e a Almirante Reis. Por outro lado, e associado igualmente à facilidade de circulações, o Bairro Camões concentra ainda muitos pequenos equipamentos, ao longo de todo o eixo da Conde Redondo. Se quisermos juntar à lógica essencialmente viária o factor topográfico, confirmamos que, na sua maior parte estas áreas correspondem a pontos onde a topografia é mais favorável, ou seja, todo o arco a Norte, entre vales, mas não só, já que um grande conjunto de equipamentos se situa precisamente na área do Torel, o ponto onde a topografia é mais difícil, e onde é necessário portanto entrar em linha de conta com outras lógicas de implantação.

Esta outra lógica de implantação que comanda a distribuição dos equipamentos neste território está relacionada com a sua presença em áreas de excepção, associadas geralmente a edificado de referência, pela sua dimensão e/ou valor patrimonial. Um primeiro conjunto situa-se precisamente na zona do Torel, onde praticamente todo o edificado de excepção está destinado a equipamentos, mas com uma lógica muito particular, relacionada com a questão topográfica, que faz funcionar este conjunto de dois modos completamente diversos consoante está associado aos vales (ao longo da Rua das Portas de Santo Antão), ou à cota alta e ao Campo de Santana.

Será precisamente à cota alta da Colina de Santana que encontramos os equipamentos de maior dimensão, sobre a linha de festo e associados às grandes unidades cadastrais ou lugares de referência como o Campo Santana. Esta leitura baseada na condição topográfica pode no entanto ser enganadora, na medida em que, se entrássemos em linha de conta com a presença dos edifícios hospitalares a desafectar, tornar-se-ia mais evidente a questão cadastral e patrimonial na localização dos equipamentos de excepção, em detrimento da sua localização na colina ou no vale. De facto, prevalece uma lógica de localização de equipamentos de grande dimensão nos lugares de referência, não só no topo da Colina, mas também nos vales, fruto certamente da oportunidade, da dimensão e da capacidade de adaptação desses lugares, mas provavelmente também e de modo mais subtil uma persistência desta vocação programática relacionada também com a memória colectiva da cidade.

Segue-se uma análise parcial mais detalhada dos equipamentos públicos na área em estudo, separados em temas: ensino, solidariedade e apoio social, cultura e representação diplomática, desporto, saúde, culto e justiça e protecção civil.

01. EQUIPAMENTOS DE ENSINO

BÁSICO E SECUNDÁRIO

0101. Jardim Infantil + 1º Ciclo
0102. Jardim Infantil + 1º Ciclo
0103. Jardim Infantil
0104. 1º Ciclo [privado]
0105. Secundário [privado]
0106. 3º Ciclo [privado]
0107. Jardim Infantil [privado]

SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

0108. Ensino Universitário _ Faculdade de Ciências Médicas Universidade Nova de Lisboa
0109. Ensino Universitário _ Universidade Nova de Lisboa
0110. Centro de Formação
0111. Ensino Universitário _ Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa
0112. Ensino Universitário privado
0113. Institutos de Línguas
0114. Centro de Formação
0115. Institutos de Línguas _ Instituto Cervantes
0116. Ensino Universitário _ Universidade Autónoma de Lisboa
0117. Institutos de Línguas
0118. Centro de Formação
0119. Centro de Formação
0120. Institutos de Línguas
0121. Centro de Formação
0122. Institutos de Línguas
0123. Formação Profissional de Arte
0124. Ensino Superior Público
0125. Centro de Formação e Escola Profissional Particular
0126. Centro de Formação
0127. Centro de Formação
0128. Formação Profissional de Arte
0129. Institutos de Línguas _ Goethe Institut
0130. Istituto Bacteriológico Câmara Pestana _ Universidade Clássica

MILITAR

0131. Academia Militar Portuguesa

02. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL

0201. Residência de Idosos _ Convento da Encarnação
0202. Creche Pública
0203. Creche Pública
0204. Componente Apoio à Família
0205. Creche Pública - SCML - Apoio à Infância e Idosos
0206. SCML - Apoio à Infância e Idosos - Componente Apoio à Família
0207. Lar de Idosos
0208. SCML - Apoio à Infância e Idosos
0209. Creche Particular
0210. Centro de Convívio
0211. Centro de Convívio
0212. Centro de Emprego
0213. Comunidade e Inserção
0214. Centro de Convívio
0215. Lar de Idosos
0216. Apoio a Jovens de Risco
0217. Creche Particular
0218. Centro de Convívio e Centro Comunitário
0219. Comunidade e Inserção
0220. Cozinha Económica Dispensário dos Anjos _ Santa Casa da Misericórdia
0221. Instituto de Acção Social das Forças Armadas

03. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

0301. Biblioteca, Polivalentes, Museu _ Coliseu dos Recreios, Sociedade Geográfica de Lisboa
0302. Centro de Documentação
0303. Biblioteca e Auditório _ Faculdade de Ciências Médicas Universidade Nova de Lisboa
0304. Biblioteca
0305. Goethe Institut _ Embaixada da Alemanha
0306. Biblioteca
0307. Galeria
0308. Biblioteca
0309. Instituto Cervantes
0310. Biblioteca e Auditório _ Universidade Autónoma de Lisboa
0311. Biblioteca
0312. Biblioteca
0313. Galeria
0314. Sociedade Portuguesa de Autores
0315. Auditório
0316. Embaixada de Itália
0317. Embaixada da Venezuela
0318. Consulado da Moldávia

04. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

0401. Equipamento de Desporto - Ateneu Comercial de Lisboa
0402. Equipamento de Desporto - Campo de jogos
0403. Equipamento de Desporto
0404. Equipamento de Desporto
0405. Equipamento de Desporto - Juventude da Galiza
0406. Equipamento de Desporto - campos associados a Escola [?]
0407. Equipamento de Desporto
0408. Equipamento de Desporto - campos associados a Escola [?]
0409. Equipamento de Desporto - Campo de Jogos Campo Santana
0410. Equipamento de Desporto - campos associados a Escola
0411. Equipamento de Desporto
0412. Federação
0413. Associação Desportiva - Federação
0414. Federação
0415. Federação
0416. Equipamento de Desporto _ Academia Militar
0417. Equipamento de Desporto _ Lisboa Ginásio Clube

05. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

0501. Farmácia
0502. Farmácia
0503. Hospital Privado [?] _ Hospital S. Lázaro
0504. Farmácia
0505. Farmácia
0506. Hospital Público _ Instituto Oftalmológico Gama Pinto
0507. Reabilitação Saúde Mental
0508. Farmácia
0509. Farmácia
0510. Centro de Saúde _ unidade estruturante a substituir
0511. Farmácia
0512. Farmácia
0513. Farmácia
0514. Hospital Público _ Hospital D. Estefania _ CHLC

06. EQUIPAMENTOS DE CULTO

0601. Igreja de S. Luís dos Franceses
0602. Igreja de Nossa Senhora da Pena
0603. Igreja de S. José dos Carpinteiros
0604. Igreja Protestante
0605. Capela do Paço Real da Bemposta
0606. Ermida Nossa Senhora da Conceição da Carreira
0607. Igreja do Sagrado Coração de Jesus
0608. Igreja Adventista do 7º Dia
0609. Ermida do Resgate das Almas e do Senhor Jesus dos Perdidos
0610. Igreja Evangelista Lisbonense

07. EQUIPAMENTOS DE JUSTIÇA E PROTECÇÃO CIVIL

0701. Bombeiros Sapadores de Lisboa
0702. PSP - Polícia de Segurança Pública
0703. Bombeiros Voluntários de Lisboa
0704. PSP - Polícia de Segurança Pública
0705. PJ - Polícia Judiciária
0706. PJ - Polícia Judiciária
0707. GNR - Guarda Nacional Republicana
0708. Tribunal do Trabalho de Lisboa
0709. Ordem dos Advogados
0710. Direcção Geral dos Serviços Prisionais
0711. Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

U1
U2
U3
U4
U5
U6
0125.
0107.
0106.
0513.
0314.
0705.
0317.
0122.
0415.
0313.
0512.
0608.
0123.
0312.
0318.
0414.
0707.
0510.
0121.
0119.
0413.
0319.
0708.
0610.
0709.
0509.
0120.
0508.
0127.
0704.
0219.
0609.
0793.
0212.
0607.
0211.
0507.
0218.
0417.
0220.
0117.
0118.
0606.
0310.
0116.
0412.
0126.
0210.
0208.
0217.
0209.
0316.
0411.
0115.
0309.
0124.
0605.
0215.
0307.
0104.
0505.
0111.
0611.
0409.
0103.
0308.
0410.
0606.
0604.
0213.
0214.
0114.
0113.
0305.
0129.
0209.
0108.
0408.
0205.
0304.
0711.
0303.
0102.
0407.
0207.
0110.
0603.
0405.
0404.
0203.
0101.
0504.
0710.
0204.
0130.
0221.
0406.
0503.
0109.
0302.
0602.
0202.
0702.
0612.
0403.
0402.
0401.
0301.
0201.
0502.
0601.
0501.
0701.
0709.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE ENSINO

Na Colina de Santana encontram-se todos os graus de ensino desde o pré-escolar ao ensino superior, entre o sector público e o privado. No que respeita ao ensino básico e ao pré-escolar, existem diversas estruturas privadas e públicas, de que há a destacar as Escolas do 1º ciclo de S. Lázaro e Torel, estruturas de referência na cidade entre outros aspectos pela sua antiguidade e pela património arquitectónico e paisagístico associado. Há que referir que, no que ao sector público diz respeito, não existe oferta na Colina de Santana de escolas que cubram os 2º e 3º ciclos do básico, estando o ensino secundário assegurado pela Escola Secundária de Camões, na imediata periferia da área em estudo.

A Universidade Nova de LIsboa (UNL) e a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) são as duas instituições de ensino superior que marcam presença neste território e que representam fluxos de gente muito significativos. A UNL tem aqui o Campus de Santana, dedicado às Ciências Médicas, que compreende o edifício da Faculdade de Medicina no Campo de Santana (actual Faculdade de Ciências Médicas) e o Centro de Investigação Biomédica, no lugar do antigo Instituto Câmara Pestana. A UAL, tem sede no Palácio do Conde de Redondo, onde ainda funcionam para além das aulas, a administração, e a biblioteca, para além de outras estruturas de apoio ao ensino. É o maior edifício da UAL, que tem ainda pólos em Campo de Ourique e na Boavista, a Santos. A Universidade Técnica de Lisboa está também representada na Colina, com a sede da Reitoria, instalada no Palácio Centeno, aos Capuchos. A Academia Militar, ainda que não possa ser classificada como estabelecimento de ensino acaba por cumprir essa função, pelo que foi incluída neste conjunto, como instituição de referência de formação superior.

Existem ainda na Colina escolas de formação profissional associadas a diversas áreas, incluindo institutos de línguas nos quais se destacam o Instituto Cervantes e o Goethe Institut, instituições oficiais de ensino das línguas espanhola e alemã respectivamente, associadas às representações diplomáticas. Há que referir uma presença mais significativa dos estabelecimentos de formação profissional nos vales, junto ao que serão as grandes áreas de terciário, sobre os grandes eixos viários de referência.

01. EQUIPAMENTOS DE ENSINO

BÁSICO E SECUNDÁRIO

0101. Jardim Infantil + 1º Ciclo
0102. Jardim Infantil + 1º Ciclo
0103. Jardim Infantil
0104. 1º Ciclo [privado]
0105. Secundário [privado]
0106. 3º Ciclo [privado]
0107. Jardim Infantil [privado]

SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

0108. Ensino Universitário _ Faculdade de Ciências Médicas Universidade Nova de Lisboa
0109. Ensino Universitário _ Universidade Nova de Lisboa
0110. Centro de Formação
0111. Ensino Universitário _ Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa
0112. Ensino Universitário privado
0113. Institutos de Línguas
0114. Centro de Formação
0115. Institutos de Línguas _ Instituto Cervantes
0116. Ensino Universitário _ Universidade Autónoma de Lisboa
0117. Institutos de Línguas
0118. Centro de Formação
0119. Centro de Formação
0120. Institutos de Línguas
0121. Centro de Formação
0122. Institutos de Línguas
0123. Formação Profissional de Arte
0124. Ensino Superior Público
0125. Centro de Formação e Escola Profissional Particular
0126. Centro de Formação
0127. Centro de Formação
0128. Formação Profissional de Arte
0129. Institutos de Línguas _ Goethe Institut
0130. Istituto Bacteriológico Câmara Pestana _ Universidade Clássica

MILITAR

0131. Academia Militar Portuguesa

0125.
0107.
0106.
0122.
0123.
0121.
0119.
0120.
0128.
0127.
0105.
0117.
0118.
0131.
0116.
0126.
0115.
0124.
0104.
0111.
0103.
0114.
0113.
0129.
0108.
0102.
0110.
0101.
0130.
0109.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL

É associado aos sistemas de vale que surge o conjunto de equipamentos associados à solidariedade e acção social de maior dimensão e relevância: o lar de idosos sediado do Convento da Encarnação (que ocupa um edifício de referência), o Instituto de Acção Social da Forças Armadas (com componente de escritórios e de áreas de lazer) e a Cantina Social da Santa Casa da Misericórdia na Almirante Reis. Todos os outros equipamentos são estruturas de pequena dimensão de apoio à primeira infância e aos idosos, distribuídos de forma mais ou menos homogénea pela Colina.

02. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E APOIO SOCIAL

0201. Residência de Idosos _ Convento da Encarnação
0202. Creche Pública
0203. Creche Pública
0204. Componente Apoio à Família
0205. Creche Pública - SCML - Apoio à Infância e Idosos
0206. SCML - Apoio à Infância e Idosos - Componente Apoio à Família
0207. Lar de Idosos
0208. SCML - Apoio à Infância e Idosos
0209. Creche Particular
0210. Centro de Convívio
0211. Centro de Convívio
0212. Centro de Emprego
0213. Comunidade e Inserção
0214. Centro de Convívio
0215. Lar de Idosos
0216. Apoio a Jovens de Risco
0217. Creche Particular
0218. Centro de Convívio e Centro Comunitário
0219. Comunidade e Inserção
0220. Cozinha Económica Dispensário dos Anjos _ Santa Casa da Misericórdia
0221. Instituto de Acção Social das Forças Armadas

0212.
0211.
0210.
0209.
0208.
0219.
0218.
0220.
0217.
0216.
0215.
0213.
0214.
0206.
0205.
0207.
0203.
0204.
0221.
0202.
0201.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE CULTURA

No campo da cultura o destaque vai claramente para o Coliseu dos Recreios, que pela sua dimensão e papel na cidade é um edifício de referência em Lisboa. Do conjunto das embaixadas e consulados, o Goethe Institut associa à sua função de representação diplomática uma programação cultural de referência, sendo um dos motores da vida cultural na Colina.

Estão representados na planta edifícios a cheio e edifícios apenas com contorno, que distingue os edifícios que estão integralmente afectos a um uso cultural ou de representação diplomática, daqueles que apesar de terem essa valência, estão afectos a outro uso. Pode-se referir por exemplo auditórios ou centros de documentação integrados em edifícios universitários, como a UNL ou a UAL, que podem ter um uso cultural eventual, mas cujos espaços estão mais associados à vida universitária. A biblioteca municipal de S. Lázaro, de elevado valor patrimonial, apesar de ter funcionamento independente, está localizada no edifício da Escola Primário n.º1, pelo que tem o mesmo tipo de representação.

03. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

0301. Biblioteca, Polivalentes, Museu _ Coliseu dos Recreios, Sociedade Geográfica de Lisboa
0302. Centro de Documentação
0303. Biblioteca e Auditório _ Faculdade de Ciências Médicas Universidade Nova de Lisboa
0304. Biblioteca
0305. Goethe Institut _ Embaixada da Alemanha
0306. Biblioteca
0307. Galeria
0308. Biblioteca
0309. Instituto Cervantes
0310. Biblioteca e Auditório _ Universidade Autónoma de Lisboa
0311. Biblioteca
0312. Biblioteca
0313. Galeria
0314. Sociedade Portuguesa de Autores
0315. Auditório
0316. Embaixada de Itália
0317. Embaixada da Venezuela
0318. Consulado da Moldávia

0314.
0317.
0313.
0312.
0318.
0311.
0310.
0309.
0315.
0316.
0307.
0308.
0305.
0304.
0303.
0302.
0301.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

Os espaços dedicados ao desporto que estão elencados, incluem não só áreas para a sua prática, mas também federações e associações desportivas. Nenhuma destas estruturas ultrapassa o âmbito do bairro, sendo ainda assim o Ateneu Comercial de Lisboa e o Lisboa Ginásio Clube as estruturas mais antigas e relevantes na zona. De notar ainda que a maioria dos espaços desportivos elencados estão associados a escolas, não sendo clara a possibilidade do uso público destes equipamentos. A outra escala, esta é também a situação dos espaços de desporto da Academia Militar, utilizados apenas pelos seus alunos.A outra escala, esta é também a situação dos espaços de desporto da Academia Militar, utilizados apenas pelos seus alunos. Se não contarmos com esta área muito significativa associada à Bemposta a Área da Colina é claramente deficitária no que respeita a espaços para a prática desportiva.

04. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

0401. Equipamento de Desporto - Ateneu Comercial de Lisboa
0402. Equipamento de Desporto - Campo de jogos
0403. Equipamento de Desporto
0404. Equipamento de Desporto
0405. Equipamento de Desporto - Juventude da Galiza
0406. Equipamento de Desporto - campos associados a Escola [?]
0407. Equipamento de Desporto
0408. Equipamento de Desporto - campos associados a Escola [?]
0409. Equipamento de Desporto - Campo de Jogos Campo Santana
0410. Equipamento de Desporto - campos associados a Escola
0411. Equipamento de Desporto
0412. Federação
0413. Associação Desportiva - Federação
0414. Federação
0415. Federação
0416. Equipamento de Desporto _ Academia Militar
0417. Equipamento de Desporto _ Lisboa Ginásio Clube

0415.
0414.
0413.
0412.
0411.
0410.
0409.
0417.
0408.
0407.
0405.
0404.
0406.
0403.
0402.
0401.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

As estruturas de saúde de maior dimensão para as quais não se prevê transferências a breve prazo são o Hospital D. Estefânia e o Instituto Dr. Gama Pinto, não sendo claro ainda o que sucederá ao hospital de S. Lázaro, onde funciona actualmente o Serviço de Ortopedia de S. José. Estão assinaladas também as Farmácias, bastante numerosas nesta área e localizadas sobretudo no Bairro Camões.

05. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

0501. Farmácia
0502. Farmácia
0503. Hospital Privado [?] _ Hospital S. Lázaro
0504. Farmácia
0505. Farmácia
0506. Hospital Público _ Instituto Oftalmológico Gama Pinto
0507. Reabilitação Saúde Mental
0508. Farmácia
0509. Farmácia
0510. Centro de Saúde _ unidade estruturante a substituir
0511. Farmácia
0512. Farmácia
0513. Farmácia
0514. Hospital Público _ Hospital D. Estefania _ CHLC

0513.
0514.
0512.
0511.
0510.
0509.
0508.
0507.
0505.
0506.
0504.
0503.
0502.
0501.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE CULTO

Na área em estudo, encontram-se apenas igrejas cuja área de influência se resume às relações de vizinhança mais próxima, apesar de duas delas - Igreja da Pena e Igreja do Sagrado Coração de Jesus serem Igrejas paroquiais. É de destacar também a presença de outras confissões para além da católica (Adventista do Sétimo Dia, Baptista e Protestante) e da Igreja de S. Luís dos Franceses, a igreja associada à comunidade francesa residente em Portugal. Estão ainda afectas ao culto parte das igrejas associadas aos equipamentos nas grandes unidades cadastrais,: Capuchos, São José e Bemposta.

06. EQUIPAMENTOS DE CULTO

0601. Igreja de S. Luís dos Franceses
0602. Igreja de Nossa Senhora da Pena
0603. Igreja de S. José dos Carpinteiros
0604. Igreja Protestante
0605. Capela do Paço Real da Bemposta
0606. Ermida Nossa Senhora da Conceição da Carreira
0607. Igreja do Sagrado Coração de Jesus
0608. Igreja Adventista do 7º Dia
0609. Ermida do Resgate das Almas e do Senhor Jesus dos Perdidos
0610. Igreja Evangelista Lisbonense

0608.
0610.
0609.
0607.
0606.
0605.
0611.
0604.
0603.
0602.
0612.
0601.
0
50
100
500
1000
N

EQUIPAMENTOS DE JUSTIÇA E PROTECÇÃO CIVIL

No campo da justiça e protecção civil, as forças policiais estão representadas nas esquadras de bairro da Policia de Segurança Pública [PSP] e pela Guarda Nacional Républicana [GNR] nas instalações de alguma dimensão - Quartel do Cabeço de Bola - há que destacar o edifício da sede da Polícia Judiciária [PJ], equipamento, actualmente alvo de obras de ampliação que será em breve um dos maiores equipamentos da zona, a que se associarão fluxos significativos de pessoas e tráfego, especialmente durante o dia.

Relativamente aos regimentos de bombeiros, encontramos o quartel dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses no Bairro Camões, e está em obra o quartel no empreendimento do Martim Moniz da EPUL, um quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros [RSB].

A justiça em detalhe, está representada no Tribunal do Trabalho de Lisboa, na Rua Febo Moniz, perto da Almirante Reis / Anjos. A Ordem dos Advogados está instalada na Colina em dois pontos opostos: a sede no Largo de S. Domingos no Palácio, onde se encontram os principais órgãos [Conselho Geral, Conselho Superior, Biblioteca, Administração,...] e o Conselho Distrital de Lisboa na Rua de Santa Bárbara.

07. EQUIPAMENTOS DE JUSTIÇA E PROTECÇÃO CIVIL

0701. Bombeiros Sapadores de Lisboa
0702. PSP - Polícia de Segurança Pública
0703. Bombeiros Voluntários de Lisboa
0704. PSP - Polícia de Segurança Pública
0705. PJ - Polícia Judiciária
0706. PJ - Polícia Judiciária
0707. GNR - Guarda Nacional Republicana
0708. Tribunal do Trabalho de Lisboa
0709. Ordem dos Advogados
0710. Direcção Geral dos Serviços Prisionais
0711. Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

0705.
0706.
0707.
0708.
0709.
0704.
0703.
0711.
0710.
0702.
0701.
0709.
0
50
100
500
1000
N

CIDADE E PROXIMIDADE

[cidade e proximidade]

Afastando-nos agora de uma análise puramente funcional dos equipamentos públicos existentes na Colina de Santana, propõe-se uma leitura da lógica territorial que tenha em linha de conta a sua abrangência territorial ou raio de acção: equipamentos de proximidade e equipamentos de cidade.

Os equipamentos de proximidade são aqueles que servem os habitantes da colina e que não estão em princípio na origem de fluxos substanciais de população não residente. Incluímos neste conjunto, as escolas do ensino básico, as unidades de cuidados de saúde primários e as farmácias, a maior parte dos equipamentos associados à acção social, protecção civil e culto, na medida em que não se encontram neste conjunto de funções equipamentos com escala para ultrapassar o raio de acção da Colina.

Os equipamentos de cidade são aqueles que têm uma abrangência que pode até ultrapassar o raio de acção do concelho ou mesmo da área metropolitana, como os serviços centrais da Judiciária, as universidades - Universidade Nova de Lisboa e Universidade Autónoma de Lisboa -, a Academia Militar e as instituições hospitalares associadas ao Centro Hospitalar de Lisboa Central que permanecem na Colina após a transferência dos serviços para o novo Hospital de Todos os Santos - Hospital D. Estefânia e Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto.

A proporção entre estes dois tipos de equipamentos públicos - cidade e proximidade - é aparentemente equilibrada e a esperada para a área da cidade em que se situa, não sendo muito diferente certamente de outras áreas da cidade com o mesmo tipo de centralidade no todo urbano. No entanto, um dos aspectos que caracteriza e diferencia esta área da cidade é precisamente um aspecto programático, mais concretamente o modo como um dos equipamentos se implanta neste território: o Centro Hospitalar de Lisboa Central constitui-se como uma rede de edifícios nesta área da cidade, conferindo-lhe uma vez um factor de unidade mais, desta vez programático, em torno de um grande equipamento de cidade.

[o equipamento em rede]

Será ainda de realçar neste conjunto de edifícios do CHLC o facto de se organizarem como um todo desde a sua fundação enquanto conventos e até aos dias de hoje. No final do século XVI a fundação de grande parte dos conventos que fazem hoje parte do CHLC aconteceu no curto espaço de 30 anos e a sua extinção e conversão em edifícios hospitalares em oitocentos foi igualmente rápida, entre a extinção das ordens religiosas em 1834 e a anexação progressiva de edifícios ao já existente Hospital de S. José até ao fim do século XIX e início do século XX. Deste conjunto de edifícios anexos ao Hospital central faziam parte alguns edifícios construídos de raiz, mas grande parte daquilo que é ainda hoje o CHLC assenta na reconversão funcional dos edifícios conventuais do século XVI-XVIII: S. José, Capuchos, Santa Marta, o já devoluto Desterro, e o Hospital Miguel Bombarda (do Centro Psiquiátrico de Lisboa).

A tipologia arquitectónica associada a estes edifícios é também um factor a ter em conta na compreensão deste fenómeno, já que combina edifícios de uma certa dimensão com uma estrutura espacial que combina modos de habitar que a tornam bastante flexível e capaz de se adaptar a programas diversos, ao associar áreas de vida comunitária e células isoladas, claustros encerrados e pátios abertos, etc. As reservas de terreno encerradas pelas cercas foram também um factor fundamental para que esta reconversão programática com um programa tão exigente como o programa hospitalar tivesse tido lugar e se mantivesse durante mais de um século.

Acontece hoje a situação também ela excepcional de estes edifícios voltarem a ser desocupados e reconvertidos funcionalmente novamente em bloco e no quadro de uma mesma operação de deslocalização deste equipamento em rede para outra área da cidade. Estamos hoje mais uma vez num momento de mudanças profundas neste território, em que será novamente o programa o grande motor das transformações urbanas a operar na Colina. Poder pensar em conjunto a transformação programática a operar neste conjunto de terrenos e edifícios é uma oportunidade única e que abre um leque de hipóteses muito mais vasto que uma reflexão parcial. Pela dimensão de território que representam e pela área e valor patrimonial dos edifícios que lhes estão associados, entende-se que este seja o lugar privilegiado para operar a qualificação e dilatação do espaço público da Colina de Santana e que será seguramente fundamental que estes edifícios mantenham a sua vocação de equipamento de cidade, como forma de manter ou mesmo reforçar a centralidade deste território no todo da cidade e de dignificar e devolver à cidade os valores patrimoniais que lhe estão associados.

CIDADE PROXIMIDADE

- equipamento colectivo . disponível
- equipamento colectivo . cidade
- equipamento colectivo . local

U1
U2
U3
U4
U5
U6
0 50 100 500 1000
N

UNIDADES ESTAMO

Seis das oito grandes unidades cadastrais que já foram atrás identificadas, correspondem a áreas que serão forçosamente e a muito breve prazo objecto de alterações profundas, já que correspondem na sua maioria a edifícios cuja função será deslocalizada aquando da construção do futuro Hospital de Todos os Santos. Adquiridas pela Sagestamo, foram já objecto de estudos urbanos parciais, elaborados por equipas de arquitectos e outros técnicos, adiante descritos.

Apesar das diferenças de dimensão ou de situação urbana, as seis unidades são sobretudo muito semelhantes nas condições à partida e partilham em geral os mesmos constrangimentos, que se prendem no fundamental com a matriz espacial da fundação destas unidades cadastrais, ou seja, o facto de estarmos sempre perante áreas conventuais cercadas. Para além das questões particulares com que cada projectista se deparou em cada uma das unidades, as questões patrimoniais e a relação que as áreas delimitadas por cercas conseguem estabelecer com a envolvente próxima e distante acabam por ser as duas questões fundamentais de projecto que são comuns a todas as unidades.

Para além destas semelhanças, as seis unidades apresentam diferenças substanciais na situação urbana / topográfica e nas áreas que ocupam. Às cercas que se situam claramente no vale - Santa Marta, Santa Joana e de certa forma o Desterro - e que estabelecem hoje de forma clara relações com dois dos eixos mais importantes de estruturação da cidade, contrapõem-se as unidades cadastrais do topo da Colina - Capuchos e Miguel Bombarda -, cujo espaço de referência mais evidente é o Campo Santana. S. José, a unidade cadastral de maior dimensão, acaba por estar entre o Campo Santana e a cidade a sul, numa situação topográfica de encosta, com diferenças de cota significativas no seu interior.

A dimensão relativa das unidades acaba também por indiciar logo à partida o papel que cada uma deve desempenhar no todo urbano. Ainda que Santa Joana, o Desterro ou Santa Marta, pela sua menor dimensão e posição relativamente ao traçado urbano acabem por ter a relação com a cidade à partida mais resolvida, partilham com as restantes unidades cadastrais o facto de cada intervenção obrigar a propor efectivamente o desenho de um pedaço de cidade. Deste modo, este conjunto de seis unidades são neste momento o lugar central para a reflexão sobre o que devem ser os novos espaços públicos, qual o papel que vêm desempenhar, e de que forma se articulam, relacionam e transformam os espaços públicos já existentes na Colina de Santana.

São apresentadas adiante de forma resumida as propostas que cada equipa elaborou para cada unidade, com uma representação gráfica esquemática, excertos da memória descritiva e um quadro de áreas correspondente a cada projecto. Os seis quadros de áreas descrevem aquela que foi a proposta de cada equipa parcialmente, ou seja, não reflectem ainda todas as questões trabalhadas neste estudo, nomeadamente na questão das cedências para o domínio público e da programação dos equipamentos que lhe estão associados.

U1. S. José
U2. Miguel Bombarda
U3. Capuchos
U4. Desterro
U5. Santa Marta
U6. Santa Joana

U6
U2
U5
U3
U4
U1
0
50
100
500
1000
N

PROGRAMA

A intervenção sobre cada uma destas unidades tem na sua génese um dado programático comum, na medida em que todas elas estão neste momento afectas a uma única função que ocupa todo o perímetro da unidade cadastral em causa. Na sua maioria associados a equipamentos hospitalares, com excepção de Santa Joana, a transformação destes espaços tem como objectivo a sua reconversão em áreas plurifuncionais com forte componente habitacional, dotadas das funções e infraestruturas de suporte à habitação, mas tendo em atenção também que será necessário repôr o equilíbrio na relação com a cidade que a saída dos hospitais vai forçosamente alterar, nomeadamente na gestão dos fluxos entre a cidade e a colina.

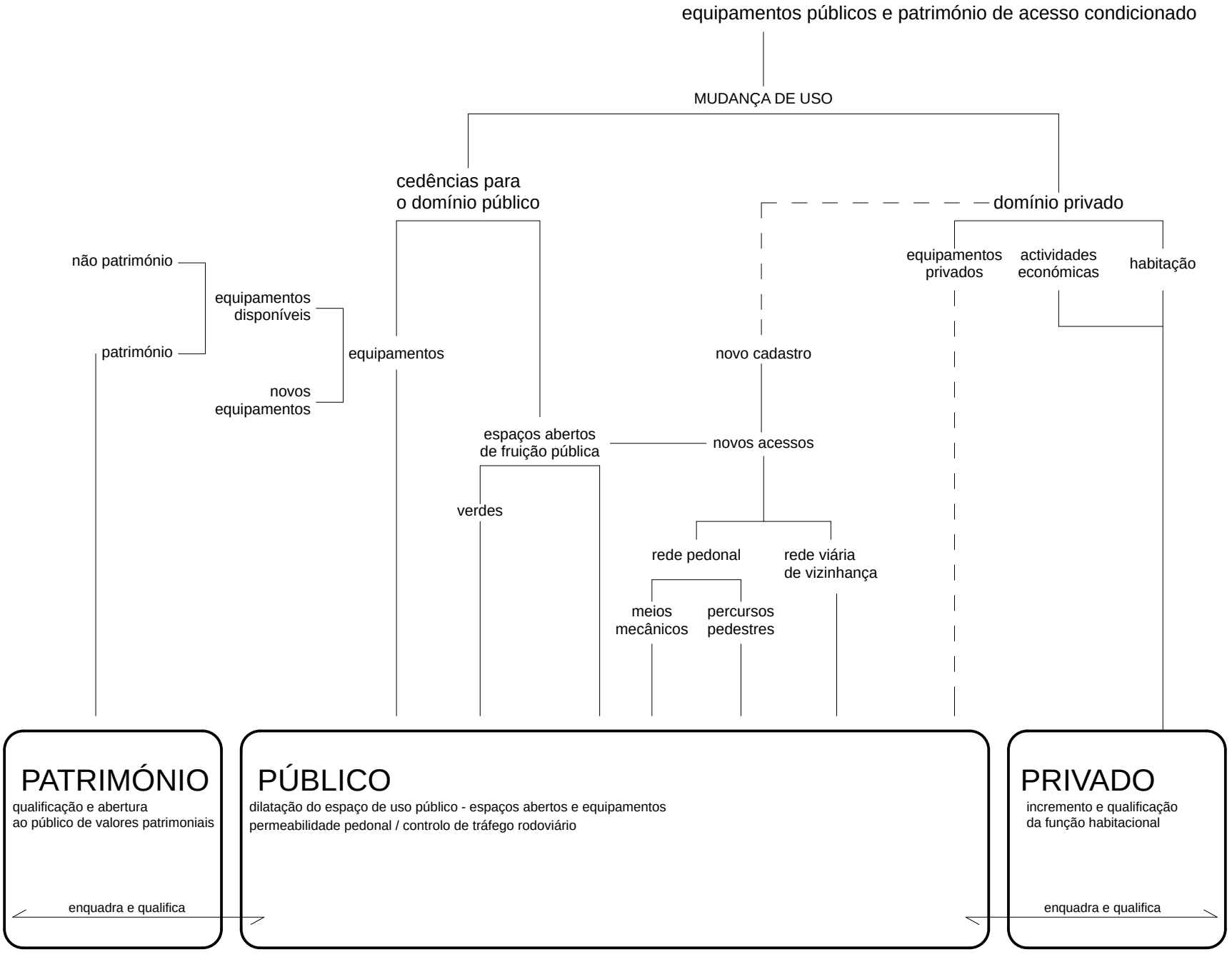
Esta mudança de uso, associada à dimensão de território em causa em cada um dos casos (com excepção de Santa Joana), obriga à partida a operações de transformação fundiária profundas, em que ao que se cede para o domínio público se contrapõe o domínio do privado. Para além das novas áreas habitacionais estão igualmente incluídas neste último ponto algumas funções de suporte a esta nova valência funcional, mas que acabam por ser espaços de uso público e que criam dinâmicas de circulação: as actividades económicas e os equipamentos privados. No domínio público a questão passa pela implementação de equipamentos e pelo novo desenho dos espaços públicos abertos.

Tratando-se de uma área actualmente ocupada por equipamentos, a questão é sobretudo a da reconversão dos equipamentos que existem, muitos deles de grande dimensão e com valor patrimonial, muito mais que a construção de novos equipamentos, que acaba por surgir nas propostas de forma muito pontual. Os espaços públicos abertos compreendem todas as praças e espaços verdes criados no interior das unidades, mas também a nova rede viária associada à transformação fundiária e a rede pedonal, que em conjunto desenham as novas relações com a envolvente.

Deste esquema programático resultam as os três grandes temas que organizam a reflexão sobre a intervenção nestas áreas - Património, Público e Privado - com clara centralidade da temática pública enquanto principal geradora de vida urbana e que tem como objectivos fundamentais a dilatação e qualificação dos espaços de uso público (espaços abertos e equipamentos) e a gestão das novas relações com a envolvente próxima e distante que passam pelo controle do tráfego rodoviário e pelo incremento dos cruzamentos pedonais no interior das unidades. No que respeita ao domínio privado, a operação fundamental acaba por se centrar no incremento e qualificação da função habitacional o que acaba também indirectamente por implicar as outras funções não habitacionais incluídas neste domínio. O património pode também com esta operação ser objecto de qualificação global que passe inclusive pela abertura à cidade de valores neste momento não acessíveis devido à sua afectação funcional.

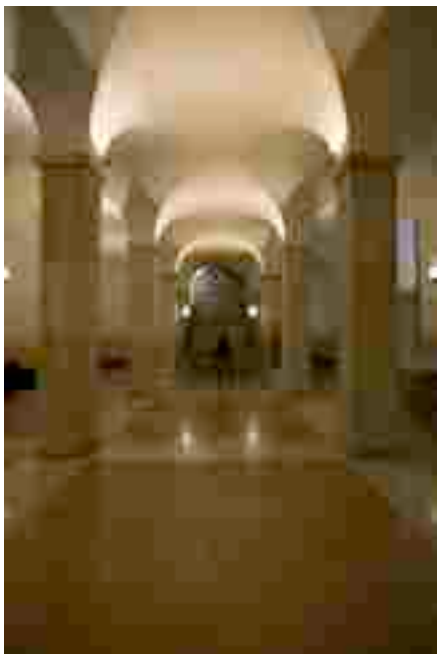
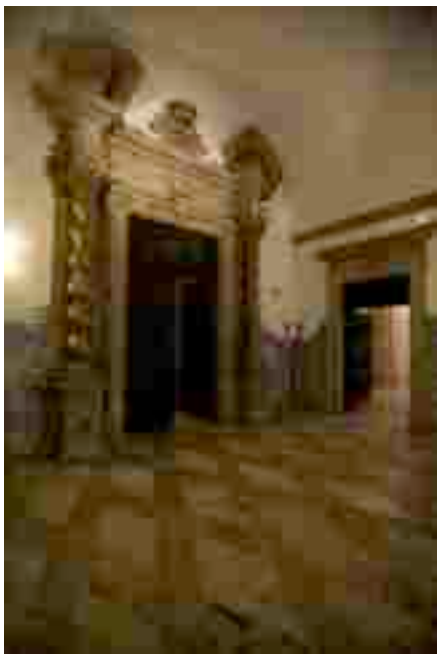
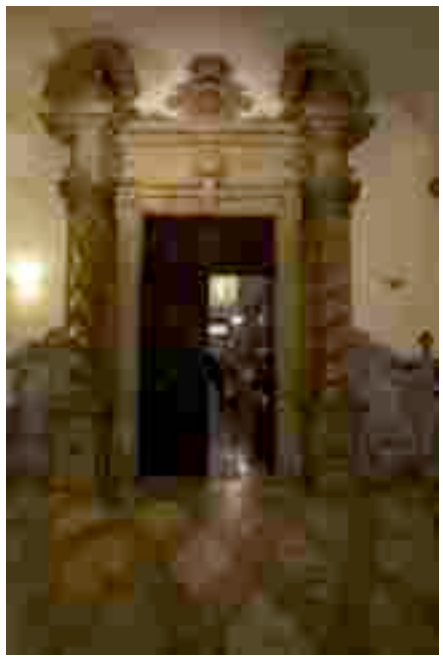
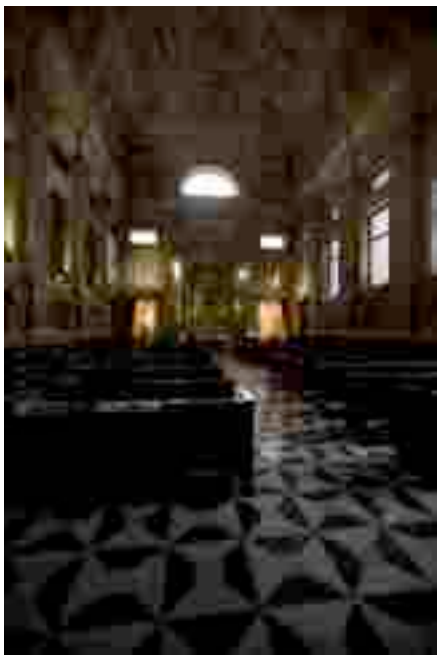
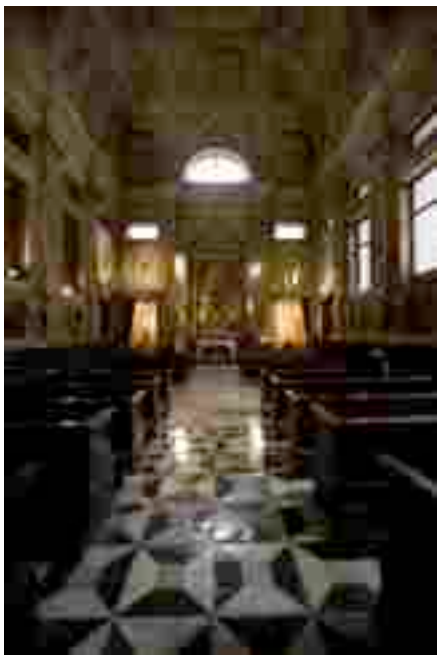
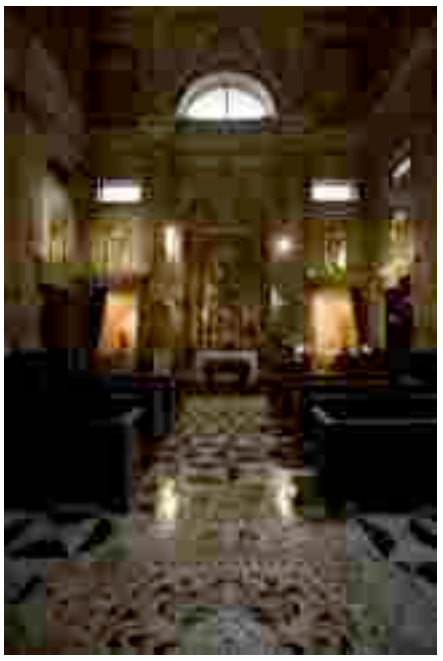
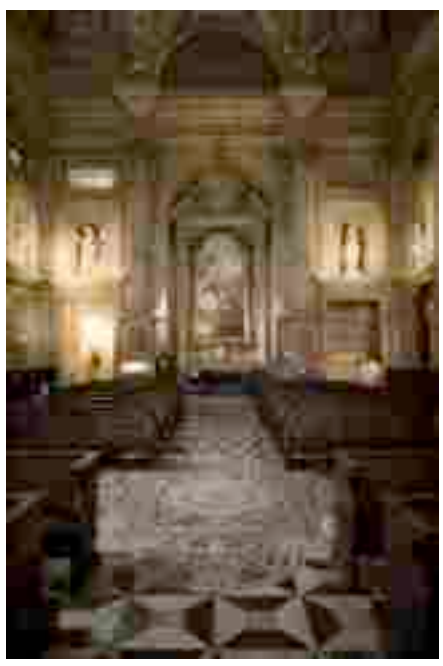
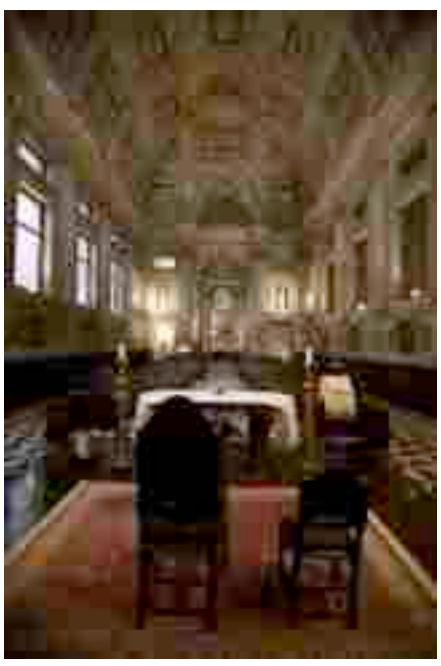
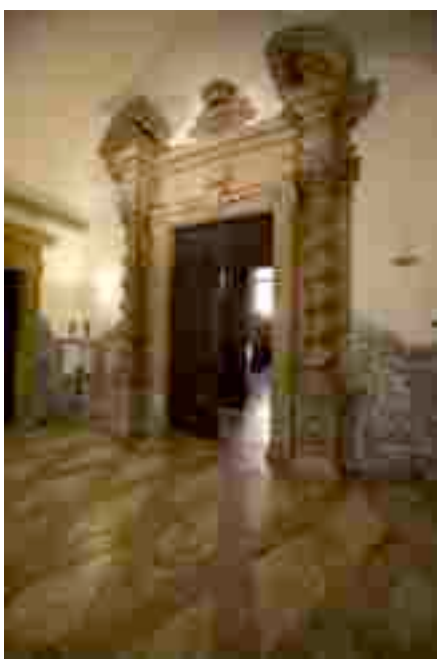
Neste quadro de intervenção, e extremando de algum modo esta questão, o domínio privado e o património podem ser encarados sobretudo como aspectos que enquadram e valorizam o espaço público em que se inserem, sendo que a reciprocidade também é válida, ou seja, um espaço público com desenho qualificado e devidamente infraestruturado é o suporte necessário à vida dos residentes da cidade e à valorização do seu património.

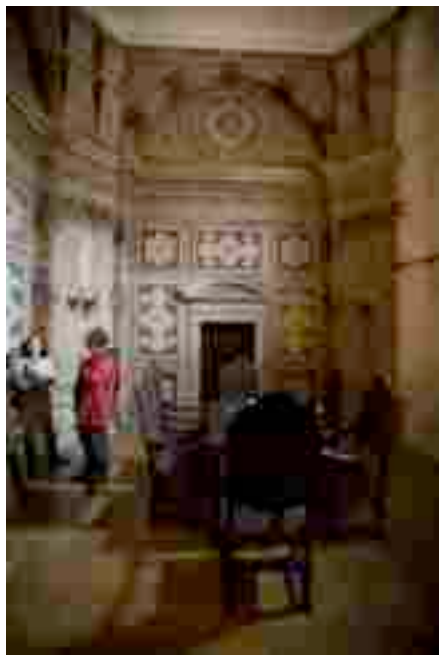
S. JOSÉ MIGUEL BOMBARDA CAPUCHOS DESTERRO SANTA MARTA SANTA JOANA

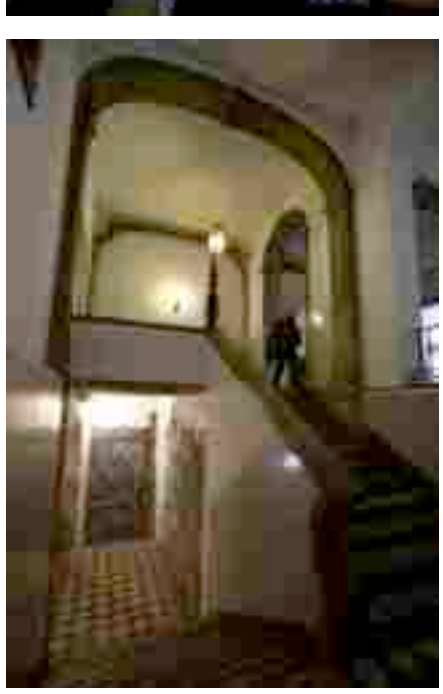
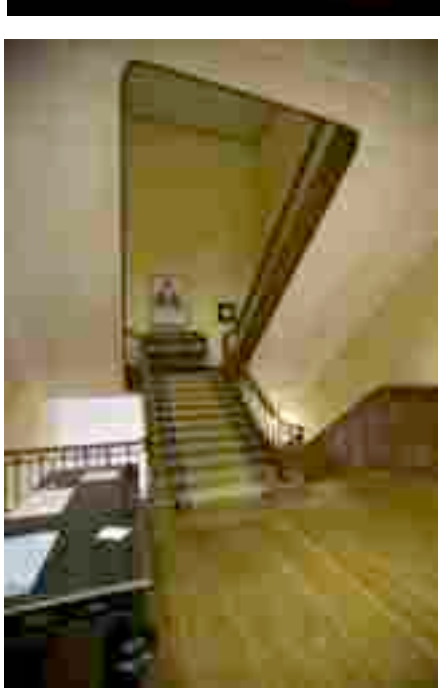


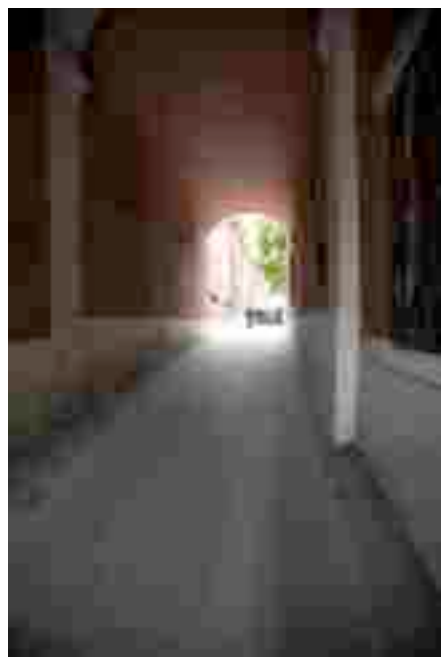
U1 . Hospital de São José

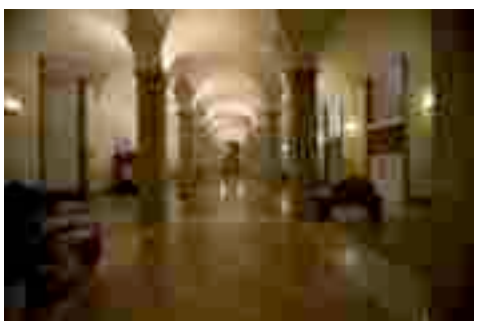
Colégio Jesuíta de Santo-Antão-o-Novo

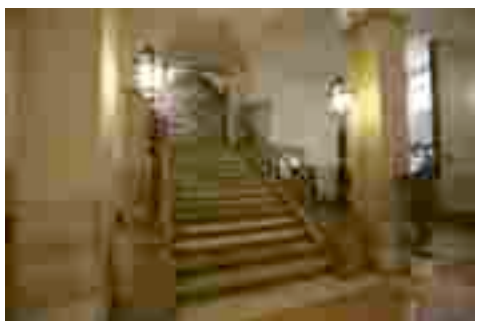










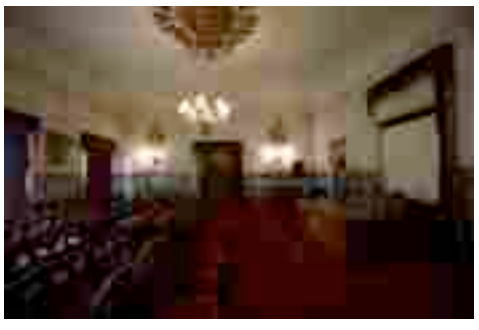
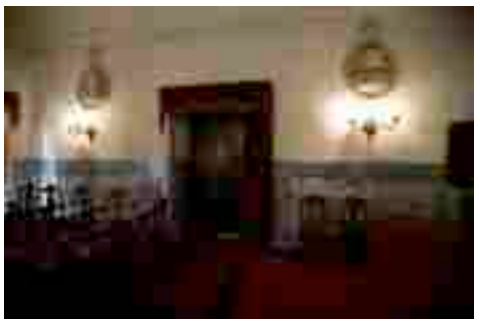
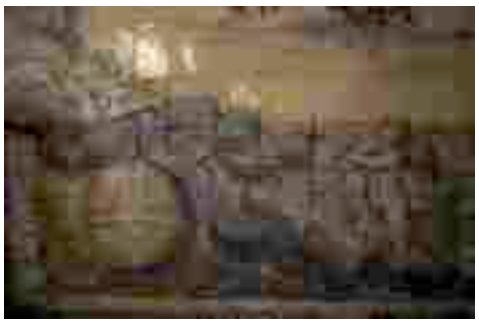
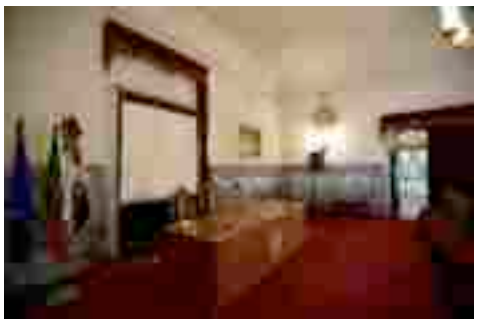


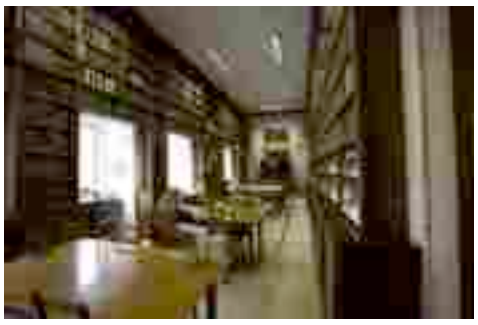



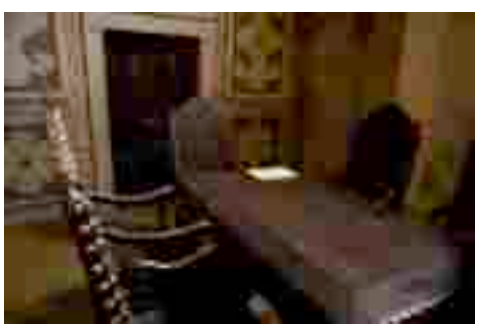










UNIDADE 01 . HOSPITAL DE SÃO JOSÉ . COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-NOVO

Teresa Nunes da Ponte Arquitectos

[ficha técnica]

ARQUITECTURA E DESENHO URBANO Teresa Nunes da Ponte . Arquitectura

Coordenação: Teresa Nunes da Ponte, Arquitecta

Colaboração: Matilde Cardoso, Arquitecta
Diogo Luiz A uitec,o r t q
A dr Guen ié , A uiteo o r e t q
B no Ter r da M tta,µA uitea o r t q
Gonç lo P r ira, A euitea o E agiár o s i t
Car lina S r onha, Aa duitec a r t q
M r ar da M g ues Aa qitec,a E agiár a s i t
P dr Galve o uc sã A uitec,o E agiár o s i t

A QUITE RTURA P S IS A A T TO P A IS I R

Coor enaç o: d ãuís Ribeir , P f. Ao uitec o P is gis aq a t

Colabor ç o: a ãS m el A cabia, A luitec o P is gis aq a t

CONS LTORIAU DE PATRIM NIO Ó

J s S r onéo de M tos His er ador Ctisipógr fo i a
Ric r o Luc as B nc a, His r ora dor ta i

CONS LTORIAU J RIDICA U

J ão P ts oieller, Ac v gado dho

E IA S DA E LE NBRS RUTUERA C SPSOFICOT R: jec os Fis tiz ,ç o e Con si ltador a Lu da i

Coor enaç o G er l, a Dir c ao de P ç jec o: M r ãu el P ra, E gen heir n Civ l o i

Chefi de P jec o: Ca ra C ar os A uitec,a r t q

Colabor ç o: a ãA tónio Ribeir , E gen heir n E ec r téc lic t o n o
Gr de Ribeia , E gen heir n Civ l o i
Rui S r a S ntes E gen heir n Civ l o i
M nuel Foraes E gen heir n Civ l Ca o ni J r en, E gen heir n Civ l a i
A a Ter s n Chinita, a E genheir n Civ l a i

UNIDADE 01 . HOSPITAL DE SÃO JOSÉ . COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-NOVO

Teresa Nunes da Ponte Arquitectos

A génese da proposta reside nos elementos resultantes da análise do local, conjugando uma organicidade necessária face à adaptação às características do terreno, com a sua organização espacial secular e vectores estruturantes, e ainda o racionalismo da principal massa edificada do conjunto, o antigo colégio jesuíta.

[PROPOSTA]

Paralelamente à conservação de edifícios existentes, anteriormente descrita em Plano de Conservação e Demolições, a proposta define a criação de bandas de carácter essencialmente residencial que, no que diz respeito à sua implantação e conforme expresso em análise anterior, respeita a organização espacial secular do local.

Estas bandas desenvolvem-se no sentido Norte-Sul, paralelamente ao edifício do colégio, com ligeiras inflexões no sentido de criar aproximações às restantes construções que se conservam, e que apresentam torções resultantes da sua integração nos arruamentos envolventes, como é o caso do edifício com frente para a Rua do Instituto Bacteriológico. As bandas de construção ladeiam as vias de circulação que se definem no sentido Norte-Sul e constituem grandes eixos, interrompendo-se para a definição de linhas de vistas no sentido transversal, Nascente-Poente. Fazem ainda a transição entre cotas de terreno, ajustando-se e modelando a topografia existente, em ambos os sentidos.

Os edifícios têm dimensões que pretendem aproximar-se da extensão da fachada Nascente do colégio, retomando, embora modestamente, a sua escala. Prevê-se, por outro lado, que possam constituir um “cenário” que permita o destaque do volume do colégio, quando a sua leitura se entrecruza. No que diz respeito às cérceas a construção não ultrapassa a altura do colégio, tendo no máximo 6 pisos. Dada a implantação em encosta e a diferença de cotas existentes, o conjunto a construir não causa, em qualquer caso, obstrução à vista da cumeeira da colina de Santana, definida pelo perfil dos edifícios da Calçada de Santana. As suas coberturas acompanham o declive do terreno, reduzindo a altura por módulos, tanto para Sul como para Nascente.

Considera-se possível criar uns pequenos pisos sobre os terraços de cobertura das bandas que se situam junto do limite do conjunto a Poente. Tratam-se de pisos recuados em todos os sentidos, compatíveis com as cérceas a cumprir e que, dada a sua dimensão, não prejudicam as vistas posteriores e a leitura do conjunto. Não se consideram para a contabilização do número de pisos por se tratar de pequenas áreas relativamente ao conjunto.

Desenvolvem-se três conjuntos de construção no sentido Norte-Sul, que como referido, vão tendo implantações a cotas sucessivamente mais baixas em direcção a Nascente e Sul. O módulo central é duplo, definindo um espaço interior para utilização das habitações. Admite-se a criação de aberturas visuais para o seu interior, situadas no seu centro e topos e integradas nos eixos visuais do sistema de vistas desenvolvido.

A habitação ocupa uma percentagem de 87% da área total da edificação nova. Criam-se pisos térreos elevados e com vistas libertas, aproveitando- se o declive das ruas, no sentido de aumentar a percentagem da habitação face ao terciário. Em algumas situações estes pisos integram-se em tipologias de fogos duplex. Localiza-se em piso térreo algum comércio local e serviços, que poderão estabelecer relação com o tipo de actividade gerada pelos equipamentos a instalar no edifício do antigo Colégio. Esta ocupação estabelece-se essencialmente na zona Norte do conjunto, conforme esquema de ocupação funcional que se junta, e ocupa aproximadamente 12% da área total a construir acima do solo.

Admitindo-se que o edifício que se conserva junto à Faculdade de Ciência Médicas venha a ser ocupado por uma função residencial de apoio à Universidade, prevê-se a construção de uma ampliação que pode ser vocacionada para a restauração. Localizam-se as áreas técnicas de infraestruturas de apoio ao conjunto na parte tardoz, junto à entrada do Instituto de Medicina Legal, e junto à entrada Nascente. O pé direito bruto do piso térreo varia entre 3,5 metros e 6 metros, sendo este último valor muito pontual, dada a inclinação das ruas de circulação. A altura dos pisos superiores, de habitação, é de 3,25 metros piso a piso. As bandas têm uma largura de 13, 15 e 17m e os seus comprimentos variam. Sendo o menor de 25m e o maior de 118m lineares. A área de construção nova acima do solo é de 35.975m2, 33.432m2 para habitação e 4.625m2 para terciário. Admite-se a criação de aproximadamente 223 fogos essencialmente em tipologia de “esquerdo e direito”, conforme descrito em capítulo seguinte.

[acessos e circulação]

Modelou-se o terreno tendo-se regularizado a sua pendente no sentido Norte-sul, que se adossou essencialmente na parte Sul, tendo-se rebaixado significativamente toda a área central. A subida resulta, assim, com declives constantes e mais suaves. Na entrada a Nascente e na saída a Sul os declives mantêm-se, no entanto, elevados chegando aos 15% apenas a Sul, e aos 10% na sua sequência e a Nascente. As restantes vias apresentam agora inclinações entre os 3% e os 6%. No sentido transversal o atravessamento viário de ligação ao exterior faz-se sobretudo para Nascente, resolvendo-se a permeabilidade com a envolvente Poente, através de escadinhas e sucessivos patamares ao longo de todo o limite do conjunto.

A regularização do acentuado declive do terreno permitiu, na parte Sul e Poente do conjunto, libertar a fachada Poente do colégio, que se encontrava ocultada pela existência de um fosso estreito. O mesmo aconteceu no ângulo das fachadas Norte e Poente.
Esta situação conduziu, junto à Capela, ao abandono do serviço de uma porta existente, com acesso em ponte recente, prevendo-se a abertura de uma nova porta a uma cota inferior, que poderá dar acesso ao piso inferior. Estas soluções, hipotéticas, terão de ser ponderadas no projecto de restauro e reabilitação dos edifícios do Colégio.

[circulação automóvel e estacionamento]

No que diz respeito ao trânsito automóvel mantém-se a entrada Norte que, embora estreita, tem grande importância porque relaciona o conjunto com a parte alta da colina, onde a circulação é mais fluente, e onde se situam as restantes áreas a remodelar.

A entrada Nascente, a partir da Rua de S. Lázaro e através da Travessa do Hospital, agora significativamente alargada, pode assegurar também facilmente a circulação de saída, sendo a única que se desenha com dois sentidos. Como já referido, foi possível alargar significativamente este acesso graças à existência de um terreno vago de gaveto. Assim sendo, a Porta do Carro poderá ser restaurada retomando a sua configuração original, adulterada pela necessidade de alargamento em anos recentes, voltando a ser pedonal. A via de circulação automóvel

inflecte no sentido Norte, preservando assim as pré-existências de valor patrimonial, e dirige-se no sentido da plataforma a ajardinar, onde inflecte no sentido Poente.

Considera-se que o alargamento deste acesso é fundamental para o funcionamento do conjunto e para a abertura à malha urbana envolvente e à cidade.Pretende-se que o trânsito seja escasso no Portal dos Pessegueiros, por se tratar da frente do antigo colégio e para não sobrecarregar uma malha de ruas estreitas já com capacidades deficientes.

Os arruamentos de maior circulação situam-se na parte Norte do conjunto, admitindo-se que o trânsito da área Sul seja condicionado aos residentes e emergências, sendo o pavimento executado nos mesmos materiais de espaço envolvente. Neste sentido desenham-se duas vias, uma das quais serve o colégio a Poente e retoma o eixo de simetria do edifício da antiga Escola Médica. Trata-se de uma rua ampla, uma alameda que acompanha todo o conjunto, com um largo passeio em varanda sobre os claustros e o local da antiga Igreja, na sua parte inferior, a Sul; é fortemente arborizada definindo um carácter misto com a criação de zonas de estadia; inclui estacionamento de rua para as habitações. Este arruamento encontra o muro curvo da Faculdade, no seu topo Norte, que será envolvido por uma massa vegetal significativa. A outra via retoma o actual eixo de entrada através do arco do Instituto de Medicina Legal, que se mantém.

As ruas têm no máximo duas faixas e são bordejadas de árvores no sentido Norte-Sul, o que define o sentido principal e enfatiza a vocação pré- existente desde o tempo dos jesuítas. As ruas comunicam entre si, constituindo percursos com entrada e saída sem obstruções. As vias têm 6 e 4,5 metros de largura, conforme tenham um ou dois sentidos de trânsito, como é possível ver mais detalhadamente nos perfis transversais que se juntam.

Prevê-se a existência de estacionamento à superfície, aproximadamente 56 lugares, apenas em dois arruamentos, que se desenvolvem no sentido Norte-Sul, de forma a servir o comércio e serviços locais e a habitação. Criam-se parques de estacionamento que cobrem as necessidades residenciais e lugares para o público. O estacionamento público é servido por um elevador que, com várias paragens, serve também o exterior do conjunto, através da ligação à Rua do Instituto Bacteriológico.

[acessos pedonais e circulação assistida]

O conjunto é facilmente percorrível a pé, criando-se generosas escadarias a Poente, que ligam a alameda do colégio às ruas envolventes, Calçada de Santana e Rua do Instituto Bacteriológico, e, consequentemente, transportam a malha urbana de fora para dentro do conjunto. Criam-se também alguns meios mecânicos que resolvem os fortes desníveis existentes relativamente à malha envolvente. A Sul, e no sentido de criar um fácil acesso ao conjunto que, após o seu atravessamento, pode ligar à parte alta de colina, nomeadamente a Poente às instalações da Universidade Nova, propõe-se a instalação de um elevador que vence 10 metros até à Rua António Serrano para acesso ao Martim Moniz, e que se admite poder dar acesso à estação do metropolitano vencendo outros 11 a 12 metros, bem como ao parque de estacionamento existente, se for considerado útil. Desenha-se este elevador como um rasgo na extremidade do muro Sul do conjunto, uma interrupção na antiga cerca.

Finalmente, a Poente instala-se o elevador que faz a ligação à linha de festo da colina, entre a Calçada de Santana e a Rua do Instituto Bacteriológico, prevendo-se a criação de paragens intermédias nos patamares de acesso às habitações e pequenos serviços, bem como aos espaços públicos intermédios e estacionamento público.

Como anteriormente referido, reabre-se uma antiga entrada da cerca na Calçada do Colégio, e cria-se uma nova, uma outra entrada a partir da actual Rua do Instituto Bacteriológico. Junto a esta rua, no limite Norte do conjunto, propõe-se ainda uma abertura no muro da Faculdade de Ciências Médicas, que permitirá a existência de maior comunicação e permeabilidade entre os dois locais.

Todos os percursos pedonais vão tendo alargamentos que constituem zonas de paragem, com ensombramento vegetal e bancos pontuais. A Norte do conjunto, o piso térreo do edifício junto ao jardim é atravessado por um caminho pedonal que garante a relação entre os vários espaços públicos, permitindo também dar continuidade a enfiamentos de atravessamento e de vistas

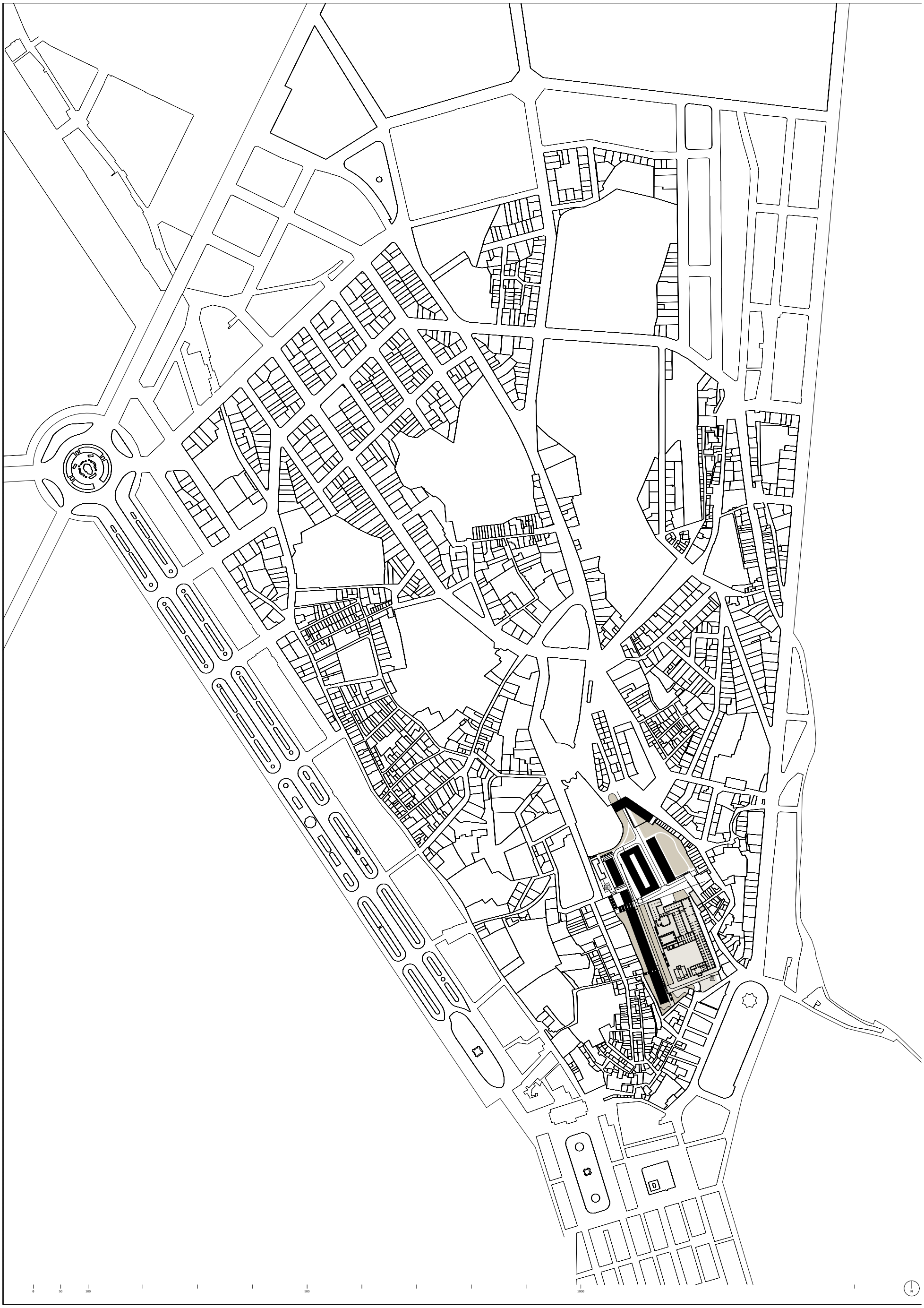
[espaços públicos e áreas verdes]

Prevê-se a criação de espaços públicos de lazer e de enquadramento, incluindo algumas áreas verdes, cujo estudo se desenvolve em capítulos e peças desenhadas de arquitectura paisagista que se juntam, identificando-se aqui apenas as suas principais tipologias e descrição sumária.

Os espaços exteriores públicos a criar constituem áreas de estadia, áreas de pausa no percurso e áreas de confluência e acesso. A maior área de lazer e estadia trata da recuperação do antigo jardim do hospital, anteriormente horta dos jesuítas. Com um perímetro rectificado tem agora 3.850 m2, e com uma rampa de acesso no topo Sul, integra-se nos percursos pedonais de atravessamento e pode ser apreendido a partir da Rua de S. Lázaro e da Travessa do Hospital, na subida da colina. Os espaços envolventes ao Portal dos Pessegueiros a Sul, e o miradouro que se cria nesta zona junto ao muro da Calçada Nova do Colégio, embora de menor dimensão, respectivamente 1.500 m2 e 500m2 , também congregam condições para a permanência. O espaço envolvente ao muro da Faculdade de Ciências Médicas, com árvores e bancos para o descanso, o alargamento da alameda do colégio, fortemente arborizado, e os patamares e as plataformas que envolvem as escadinhas do topo Norte-Poente, podem constituir áreas aprazíveis para o descanso nos percursos de atravessamento.

Outros espaços são simultâneamente de acesso e de encontro. É o caso do claustro Sul do colégio, que reúne uma série de características excepcionais, dado o seu valor patrimonial, a sua configuração e a sua localização estratégica de ligação ao edifício do colégio. Espera-se ainda que venha a ser enriquecido pelos restos arqueológicos das fundações da primitiva igreja, que se espera encontrar nas demolições a realizar. Com um elemento de água, pode também ser desfrutado visualmente a partir da nova alameda a Poente. O claustro, para além de servir o equipamento a instalar de futuro no colégio, pode contribuir para a sua definição. Também o largo da entrada Norte do Colégio, junto ao arruamento transversal que continua a entrada da Travessa do Hospital, com uma pequena praça e área verde ensombrada, é uma zona de confluência que se entende poder dinamizar a vida do espaços.

Para além de permitirem o acesso, os meios mecânicos para assistência à circulação poderão contribuir para esta intenção de dinamização do espaço público e áreas verdes

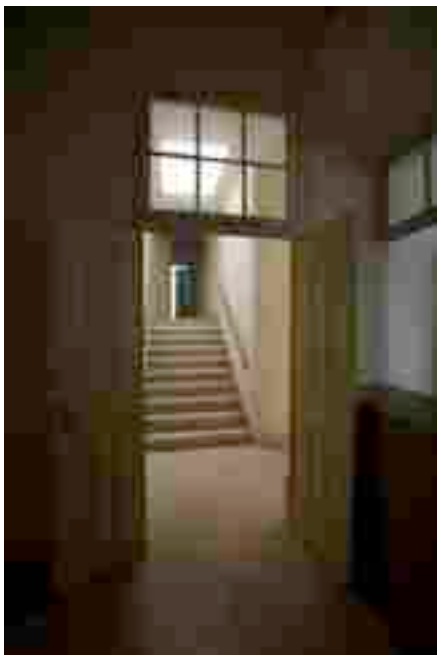

0
50
100
500
1000
N

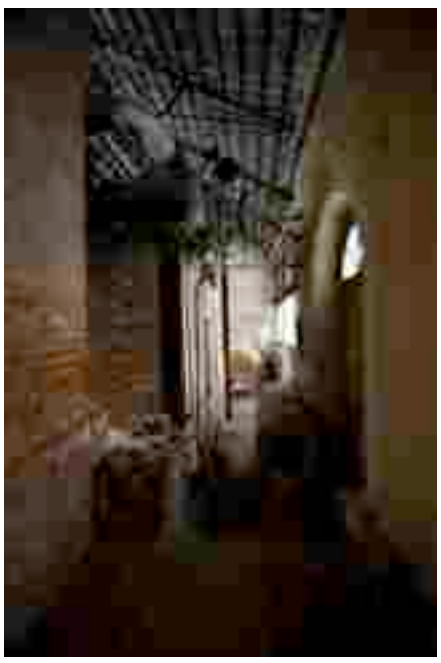
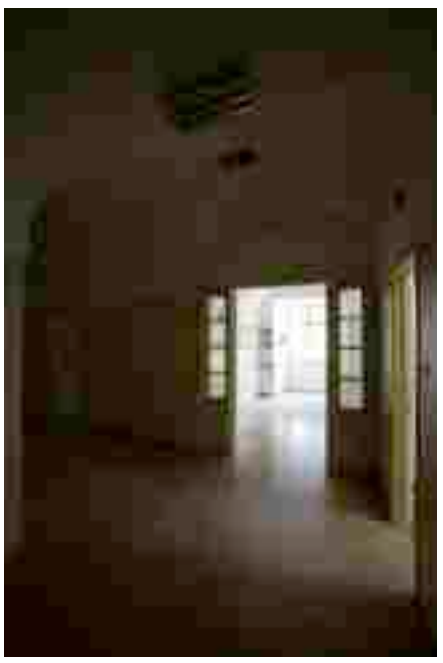
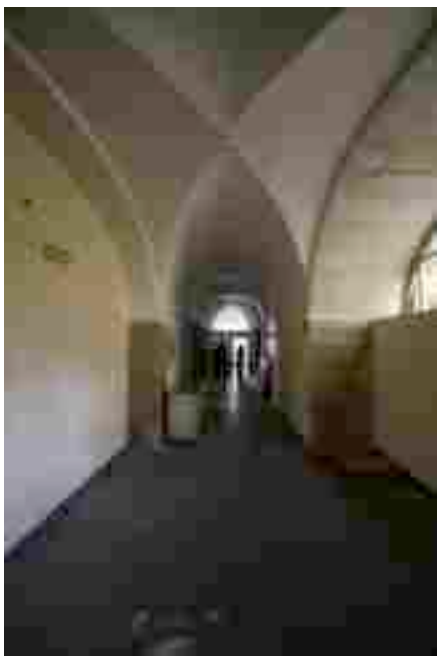
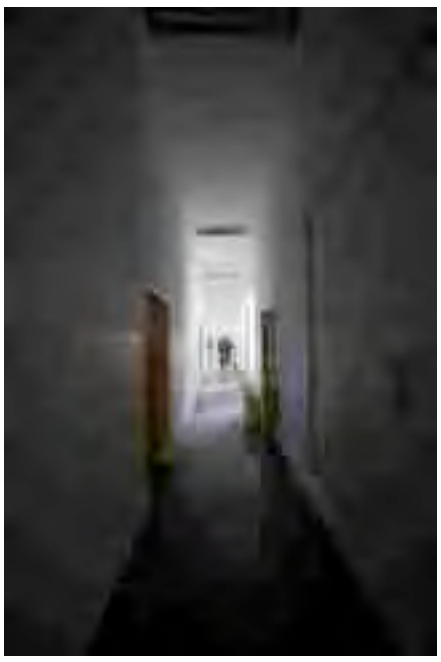
					São José	
					permitido	proposta
1. PÚBLICO E PRIVADO						
PÚBLICO E PRIVADO						
Área de solo		As		m2		**50,381**
Área de solo de cedências para domínio público				m2		35,677
Área líquida do loteamento (área de solo privado)			sup. solo privado [Ai priv+log]	m2		14,704
Espaços privados de uso público				m2		677
Área Total de solo para uso público				m2		36,354
Percentagem da área de solo para uso público				%		72%
2. CONSTRUÍDO						
DEMOLIÇÕES						
Edificado existente				m2		52,534
Edificado existente a demolir				m2		29,600
Edificado existente a manter				m2		22,934
ÁREA DE CONSTRUÇÃO						
Área de const. acima do solo	total acima do solo	a.c. total		m2		**60,690**
	a construir	a.c.const.		m2		37,756
	a reabilitar	a.c.reab.		m2		22,934
Área de const. abaixo do solo	total abaixo do solo	a.c. total		m2		**16,624**
	a construir	a.c.const.		m2		16,624
	a reabilitar	a.c.reab.		m2		
Área de construção total		a.c. total		m2		**77,314**
ÍNDICES DE EDIFICABILIDADE						
Superfície de Pavimento Total		Sp	edificado priv + estac contabilizável	m2		**40,346**
Superfície de Pavimento Habitação		Sp hab		m2		31,355
Superficie de Pavimento Comércio		Sp com.		m2		5,507
Superficie de Pavimento Serviços		Sp serv.		m2		3,484
Superfície de Pavimento (estacionamento contabilizável)		Sp est.		m2		
Superfície de Pavimento + área equipamentos públicos			Sp + área eq.pub.	m2		60,690
Índice de edificabilidade		Ie	Sp / As	m2	< 1.2	0.80
Índice de edificabilidade (c/ equipamentos públicos)			Sp + área eq.pub. /As	m2	< 1.5	1.20
Índice de Utilização do solo		Iu	Ac/As	m2		1.53
IMPLANTAÇÃO						
Área Total de implantação		Ai	Ai. total	m2		**19,686**
Área de implantação de equipamentos públicos			Ai. eq. pub.	m2		7,194
Área de implantação de const. privada			Ai. priv.	m2		12,492
Índice de Ocupação do Solo (total)		Io	(∑Ai/ As) x100	%		39.07%
PROGRAMA						
Habitação		**Ac hab**		m2		31,355
Actividades Económicas		**Ac com**		m2		5,507
Equipamentos Privados		**Ac eq priv**		m2		3,484
Equipamentos Públicos		**Ac eq pub**		m2		20,344
Estacionamento (contabilizável/acima do solo)		**Ac est***		m2		0
Estacionamento (não contabilizável/abaixo do solo)		**Ac est***		m2		16,527
Estacionamento em edificio dedicado [silo]		**Ac est***		m2		0
Áreas técnicas		**At**		m2		97
Nº máximo de pisos acima do solo				un		8
% de uso habitacional				%		41%
% de uso actividades económicas				%		7%
% de equipamentos privados				%		5%
% de equipamentos públicos				%		26%
% de estacionamento				%		21%
3. COMERCIALIZAÇÃO						
HABITAÇÃO						
Área de habitação	total	**Ac hab**		m2		**31,355**
	a construir			m2		31,355
	a reabilitar			m2		0
Logradouros		**log**		m2		3,183
Habitação colectiva (fogos)				un.		209
Área média de fogo		**amf**	Ac hab/F	m2		150
ACTIVIDADES ECONÓMICAS						
Área Actividades Económicas	total	**Ac act econ**		m2		**5,507**
	a construir			m2		5,507
	a reabilitar			m2		0
Áreas Exteriores				m2		0
EQUIPAMENTO PRIVADO						
Equipamento Privado 1						PAVILHÃO
Área de Equipamento Privado	total			m2		**3,484**
	a construir			m2		894
	a reabilitar			m2		2,590
	área exterior associada			m2		538
Equipamento Privado 2						
Área de Equipamento Privado	total			m2		
	a construir			m2		
	a reabilitar			m2		
	área exterior associada			m2		
Total Equipamentos Privados						**3,484**

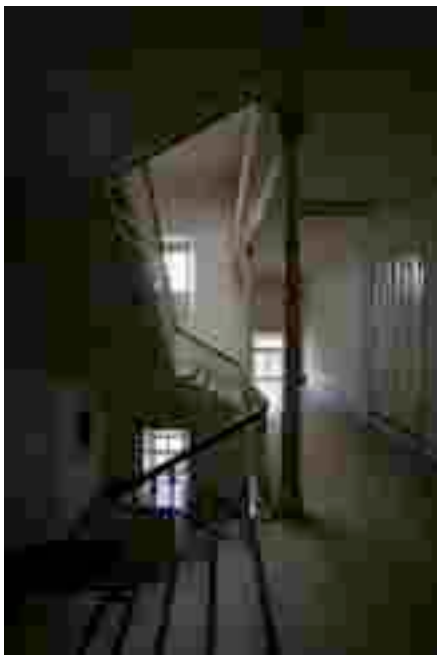
				São José	
				permitido	proposta
4. CEDÊNCIAS					
CEDÊNCIAS REDE VIÁRIA					
Via Rodoviária			m2		5,009
Passeios			m2		7,220
Total rede viária			m2		**12,229**
CEDÊNCIAS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA					
Praças e Pedonais			m2		4,386
Espaços verdes	V1		m2		1,159
	V2		m2		388
	V3		m2		4,809
	V4		m2		1,264
	V5		m2		-
	V6		m2		-
	V7		m2		-
	total esp verdes		m2		7,620
Total de cedência de espaços de utilização pública			m2		**12,006**
CEDÊNCIAS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS					
Equipamento Público 1					CONVENTO
Área de Equipamento Público	total		m2		**24,592**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		20,344
	área exterior associada		m2		4,248
Equipamento Público 2					
Área de Equipamento Público	total		m2		**0**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Equipamento Público 3					
Área de Equipamento Público	total		m2		**0**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Total áreas de cedência equipamentos			m2		**24,592**
TOTAL DE ÁREA DE CEDÊNCIAS (s/ rede viária)					
Área Total		30m2/100m2 de SP	m2	12,104	**36,598**
Diferença			m2		24,494
Percentagem de cedência em relação a Sp		total cedências/ Sp x100	%	30%	73%
5. ESTACIONAMENTO					
ESTACIONAMENTO PRIVADO					
Total estac. privado calculado (hab+act econ)		est hab + act econ	un.		**396**
Estacionamento habitação	lug privado (PDM)		un.	Fx1.35	282
Estacionamento comércio	lug privado	x lug / 100m2	un	x=1.5	83
Estacionamento serviços	lug privado	x lug / 100m2	un.	x=0.9	31
Estacionamento Eq. Priv	lug privado	x lug / 100m2	un		
Área de estacionamento efectiva			m2		16,527
Número efectivo de lugares de estacionamento privado		área est / 25m2	un		**661**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		265
ESTACIONAMENTO PÚBLICO					
Total estacionamento público calculado (hab+act econ)			un.		**282**
Estacionamento habitação	ced dom público (PDM)	x lugares/ 100m2 s.p.	un.	x=0.4	125
Estacionamento comercio	ced dom público	x lug / 100m2	un	x=0,75	41
Estacionamento serviços	ced dom público	x lug / 100m2	un.	x=0.4	14
Estacionamento associado equipamento público*		0.5 lug / 100m2	un.		102
PUALZE					
Área de estacionamento em edificio dedicado [silo]			m2		0
N.º de lugares em edificio dedicado [silo]		área est / 25m2	un		0
Nº de lugares à superficie			un		56
Número efectivo de lugares de estacionamento público			un		**321**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		39
6. PERMEABILIDADE					
PERMEABILIDADE					
Área Permeável			m2		9,294
Área Semi-Permeável			m2		16,392
Área Impermeável			m2		24,695
Índice de permeabilidade	Ip	(área perm.+0,5xA semi.p/ As) x100	%		35%
SUPERFÍCIE VEGETAL PONDERADA					
Área de referência		área líq lot + ced espaços ut. pública			26,710
Superfície Vegetal Ponderada	**Svp**	A + 0.6 B + 0.3 C	m2		8,423
Solo orgânico sem construção abaixo ou acima do solo	**A**		m2		7,497
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 1m de terra	**B**		m2		1,544
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 0.3m de terra	**C**		m2		
Svp aplicada à área líquida do loteamento		≥0,4 área de ref.		≥ 0.40	0.32
A aplicada à área líquida do loteamento		≥0,2 área de ref.		≥ 0.20	0.28

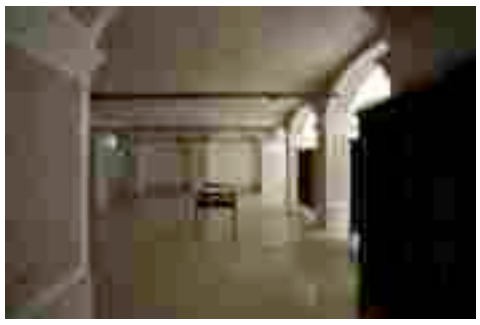
U2 . Hospital miguel bombarda

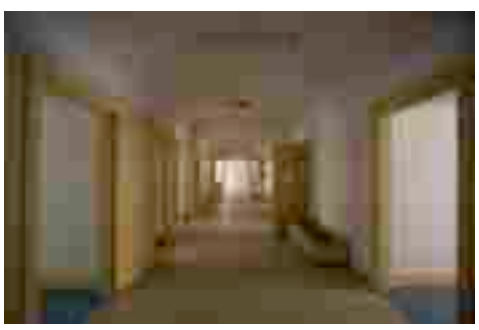
convento de são francisco de paula . quinta de rilhafoles

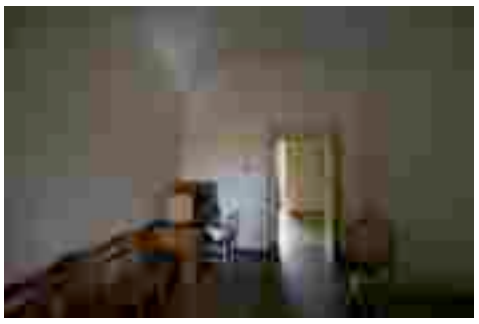


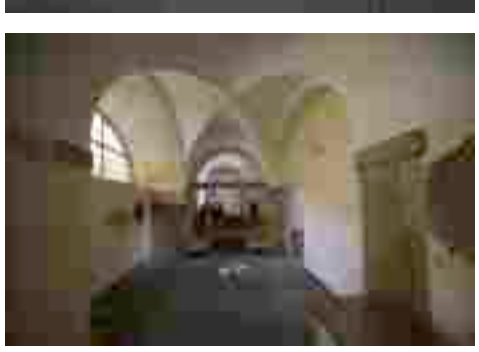





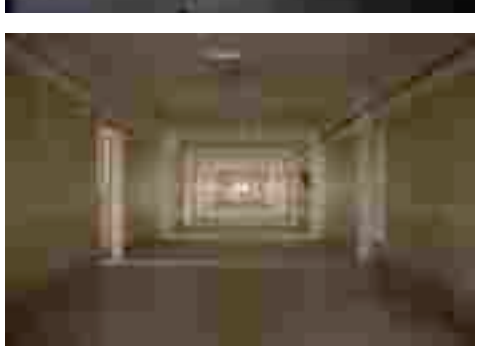


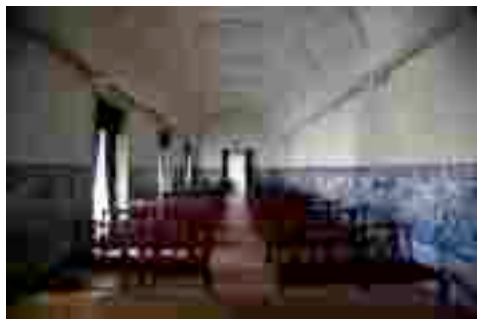












UNIDADE 02 . HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA . CONVENTO SANTA MARTA

Belém Lima Arquitectos

[ficha técnica]

ARQUITECTURA E DESENHO URBANO Belém Lima Arquitectos

Coordenação: António Belém Lima, Arquitecto

Colaboração: Duarte Silva, Arquitecto
A a Coutinho, A uitec a r t q
Luís M r ues, Aa uitec a r t q
C l , A uitéc a r ut q d i a L o p e s

A QUITE RTURA PÚ S IS A A T G Tr ç s na R is gema a

Coor enaç od ã Filipe B ndão, A uitec oa P is g isqa a t

Colabor ç o: a ã P ula Côr e- eal, A Rditec ar P is g isqa a t
Dav d Flor s i A uitec,o P is g ts aqa a t
Inês Chav s A uitec,a P is g ts aqa a t
M r a M nu el a Fe r ir , A uitec a a P is g ts aqE a giár a s i t

UNIDADE 02 . HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA . CONVENTO SANTA MARTA

Belém Lima Arquitectos

A área do Hospital Miguel Bombarda é um caso excepcional na cidade de Lisboa devido à sua situação geográfica e história. No cabeço de uma das colinas da cidade, albergou durante o último século um hospital psiquiátrico e, anteriormente, o convento de Rilhafoles, antigo oratório de S. Vicente de Paula, que ocultaram até hoje, juntamente com a fisiografia, um admirável miradouro sobre Lisboa e o Tejo, onde existem dois surpreendentes elementos patrimoniais – o Balneário de D. Maria II do antigo Hospital de Rilhafoles, e a Enfermaria 8 (pavilhão de segurança) do Hospital Miguel Bombarda.

O facto da actual estrutura hospitalar estar actualmente a ser transferida para o hospital Júlio de Matos significa agora uma oportunidade de renovação / regeneração / valorização contemporânea.É apresentada uma estratégia para o desenvolvimento urbano deste território com a constituição de uma área dominante residencial, potenciando a permeabilidade urbana com a envolvente.

[PROPOSTA]

Os aspectos que se pretendem estruturantes e inspiradores resultam na proposta, da própria condição / contexto de descontinuidade urbana e enclave / fortaleza características próprias do lugar, não apagando a história física do lugar, continuando a heterotopia Rilhafoles |Miguel Bombarda.

Por outro lado, a actual proximidade de edificações existentes à cerca conventual provocam na proposta um afastamento dos novos edifícios, gerando, ao longo deste limite, um espaço tampão de acesso público, cortinas verdes arbóreas, miradouros articulados com as cotas mais baixas a norte da área de intervenção.

O novo significado urbano deste espaço para Lisboa está enraizado nos confins dos tempos pela fisiografia e na história do lugar na reinterpretação de heranças e valores. A materialização de um certo modelo / arquétipo urbano, excepcionalmente singular, peça única na sua relação com a paisagem urbana, microcosmos e lugar de amenidades complementares, implica funcionalmente uma proposta desenhada com a consciência dialéctica de ser um ponto referencial na zona colinar de Lisboa mas também noutro sentido, como espaço mirante, dialogando o ver com o ser visto, lugar polarizador e distribuidor, simultaneamente ponto de chegada e estadia.

[identidades . unidades urbanas]

Partindo de uma raiz estrutural preexistente associada a uma matriz conventual, onde finalmente o edifício panóptico se implantou com grande presença no espaço, a nova proposta que o plano apresenta para este sítio, assenta na reestruturação e reabilitação o espaço como um conjunto, assumindo as suas memórias e muito concretamente a cerca conventual, numa perspectiva de integração da função residencial e vivência urbana de excepção. Os edifícios habitacionais, configuram-se ao nível do solo com corpos longos e baixos de 4 pisos, constituindo alinhamentos e fachadas cenográficas em extensão, como na cidade tradicional. Sobre cada um destes corpos – *podium* erguem-se as sete torres elegantes com seis pisos, constituindo uma silhueta memorável e contemporânea, envolta na estrutura verde densa que ocupa a colina Miguel Bombarda. Assim se afirmará o seu carácter na grande paisagem da cidade

NÚCLEO SUL E BANHOS DE D.MARIA I
Corresponde a um edifício que transporta uma grande carga histórica, perceptível na sua arquitectura, sendo um edifício patrimonial a carecer de recuperação e um novo sentido urbano. Continuará este espaço a definir uma entrada nobre no perímetro do plano, devendo o pequeno jardim que margina o portão, ser reconvertido, continuando a desempenhar a função de jardim formal e integrando uma cortina de vegetação que atenue a relação visual com os edifícios da Rua Padre Luís Aparício.

EDIFÍCIO DO HOSPITAL
A reconversão do edifício do hospital deverá abrir no seu interior uma passagem pedonal até à alameda interior, recuperando uma axialidade anteriormente existente, de sentido Norte-Sul, que definirá um eixo de circulação exclusivamente pedonal. O interior deste quarteirão deverá ser recuperado enquanto logradouro do edifício – jardim permeável e com vegetação, abrangendo a recuperação e funcionamento da cisterna existente.

ENFERMARIA 8 | PAVILHÃO DE SEGURANÇA
Esta infra-estrutura, também classificada como edifício patrimonial, irá desempenhar uma função de equipamento cultural, mantendo-se, na sua essência, edifício e jardim interior, e intervindo-se na sua envolvência, afinando as cotas do terreno, e estabelecendo uma cortina de vegetação de enquadramento ao edifício no seu limite Norte e com a R. Gomes Freire, bem como uma clareira de recepção e espaço de lazer no seu entorno Sul, que poderá acolher um elemento de água.

MIRADOURO NOROESTE | *PLATEAU* ALTO
abrange um dos pontos mais altos do terreno geográfico da área do plano, registando uma grande variação de cotas. Neste sentido será também um espaço chave de articulação entre várias unidades no interior e fora da área do plano, nomeadamente com a Rua Gonçalves Crespo, com o equipamento do Pavilhão de Segurança, com os blocos de apartamentos centrais e com o Miradouro Oeste. A intervenção no logradouro triangular (exterior à cerca) deverá compreender uma operação de aterro de forma a constituir aí uma plataforma a uma cota mais elevada. Este espaço pode beneficiar da implantação de um quiosque e zonas de esplanada, eventualmente em articulação com os edifícios previstos.

MIRADOURO OESTE
É uma área que beneficia de vistas privilegiadas sobre a cidade (ao nível térreo) constituindo, como tal, um miradouro natural. A sua constituição como área de recreio e estadia por excelência, formada por patamares/varandas e caminhos a diversos níveis estará inteiramente dependente da existência de uma “tampa” sobre o acesso automóvel à Rua Ferreira Lapa, sobre a qual se desenvolverá grande parte desta área de espaço público.

ALAMEDA
É uma grande zona ajardinada no interior do espaço do plano e em relação directa com a maioria dos edifícios (serviços e comércio), e, como tal, de maior intensidade urbana

JARDIM SUDESTE
É um espaço que também beneficia da construção de uma “tampa” sobre um troço do acesso automóvel à Rua Gomes Freire. Este Jardim poderá eventualmente integrar uma estrutura mista, incorporando uma componente produtiva, mediante a disponibilidade e interesse dos futuros agentes e moradores locais.

PRAÇA CENTRAL

Na confluência dos eixos definidos pela Alameda e pelo Edifício de Segurança, e com uma frente definida pela fachada interior do edifício Nascente, esta praça deverá constituí o maior espaço pavimentado no interior da área do plano. Apesar de ser atravessada por circulação automóvel, o pavimento, de carácter marcadamente pedonal deverá ser um elemento homogeneizador do espaço, enquanto, simultaneamente funciona como dissuasor de velocidade. A circulação automóvel deverá ser separada por balizadores. A praça deverá possuir alguma arborização em caldeiras para maior amenidade climática.

NÚCLEO ESTE

Edifício de habitação, comércio, serviços, estacionamento subterrâneo, e espaços exteriores associados. Este conjunto edificado possui fachada, tanto para a praça central como para a Rua Gomes Freire, inserida no muro que aqui corresponde ao perímetro do plano. O edifício deve incorporar logradouros ajardinados no seu interior, e áreas pavimentadas. Estabelece uma relação directa a Norte, com a zona afecta ao equipamento do Pavilhão de Segurança, através de uma área verde de recreio e lazer.

BLOCOS CENTRAIS

É o núcleo central de edifícios paralelos ao eixo Norte-Sul, em relação directa e em disposição perpendicular com a alameda central e com a zona do miradouro Nordeste, estabelecendo a relação entre estes dois espaços através dos logradouros entre os blocos. É através de um destes logradouros que se desenvolve um dos principais eixos de circulação pedonal – o eixo Norte-Sul, sendo este atravessamento fundamental na estrutura de espaços exteriores e mobilidade ligeira.

[morfologia urbana . sistema de vistas]

Das três principais relações visuais que a área do PP estabelece com a restante cidade, será a Poente (vista 3, na figura) que o próprio espaço público deverá assumir esse função, adquirindo formalmente a tipologia de miradouro, desenvolvendo-se em diversos níveis de a partir das diferenças de cotas existentes e recriadas, oferecendo diferentes enfiamentos visuais, situações de estadia e percursos.

A relação visual com a cidade para Este e para Sul será estabelecida ao nível dos pisos superiores dos edifícios aí presentes, já que ao nível do piso térreo se encontra condicionada pela cércea dos edifícios envolventes.

[estrutura verde]

A intervenção neste espaço será uma oportunidade de contribuir para a consolidação da Estrutura Verde Municipal, ao permitir estabelecer novas conexões e áreas verdes de usufruto público e privado no interior do tecido urbano interligando circuitos e espaços verdes já existentes e permitindo o acesso a um espaço singular da cidade. Esta acção contribui para a operacionalização das estratégias municipais em matéria de espaços de recreio, produção e protecção, bem como das redes de mobilidade suave - peões e bicicletas.

A estratégia de intervenção ao nível da estrutura verde assenta em três objectivos fundamentais respeitando a ligação ecológica transversal ao vale, pelas encostas; a ligação ecológica longitudinal ao vale, pelos corredores arborizados; e a ligação ecológica das várias estruturas verdes da zona de cabeceira:

• Estabelecer a articulação e continuidade entre este espaço e a cidade envolvente, quer ao nível da mobilidade do peão e bicicleta, quer ao nível dos corredores ecológicos, mantendo, simultaneamente, a integridade da cerca conventual que envolve e define este espaço e o torna tão singular no seio da malha urbana. Dotar esta zona da cidade de espaços públicos de proximidade para lazer, recreio e alguma produção.

• Criar áreas de permeabilidade com estrutura verde associada em zonas aplanadas, terraceadas incrementando a infiltração própria da situação e função ecológica de cabeceira que caracteriza a área de intervenção, gerando assem novas amenidades de estadia e na relação com a paisagem envolvente.

• Desenvolver um maciço denso de vegetação arbórea, nomeadamente ao longo dos limites da área do plano, facilmente reconhecível de outros pontos da cidade com os quais estabelece uma relação visual. Criar espaços públicos de lazer e estadia ao longo destes miradouros.

- Constituir uma unidade urbana de excepção, dominantemente verde e pública, com um elevado padrão de qualidade urbana sendo um espaço suficientemente intenso e aprazível que permita senti-lo como o culminar de um percurso – espaço de chegada e recompensa.
-

[estrutura viária]

VIÁRIO AUTOMÓVEL

Redesenho das vias e circulação automóvel no espaço, com a criação de um novo arruamento que atravessa o espaço, ligando a Rua Ferreira Lapa à Rua Gomes Freire, e que consistirá no único acesso automóvel de entrada e saída da área do plano, com excepção do acesso restrito a manter através do Portão na continuidade da Rua Dr. Almeida Amaral. O traçado liga-se àquelas ruas usando curvas-cotovelo características das acessibilidades nos bairros acidentados de Lisboa. Simultaneamente com a dimensão do perfil transversal, configura-se a sua característica como arruamento de bairro de baixa velocidade. As inserções nas ruas Ferreira Lapa e Gomes Freire fazem-se em túnel, diminuindo o impacto visual da diferença de cotas. Após os túneis, a Rua, tem perfil longitudinal cómodo, sem declive assinalável

MOBILIDADE LIGEIRA

Abertura de um acesso pedonal e ciclável na continuidade da R. Gonçalves Crespo, e criação de uma rede de percursos no interior do espaço que articula os vários espaços verdes a criar, correspondendo a um incremento da oferta de espaços de estadia

A afectação do espaço de logradouro a Noroeste a espaço público - miradouro, - funcionando como um espaço chave polarizador de todo o conjunto, onde se estabelecem as principais relações visuais com a cidade e a articulação pedonal com várias cotas, através de escadaria.

0
50
100
500
1000
N

Miguel Bombarda

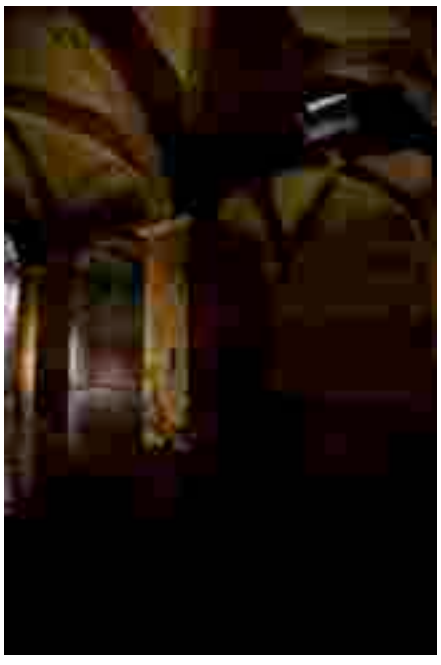
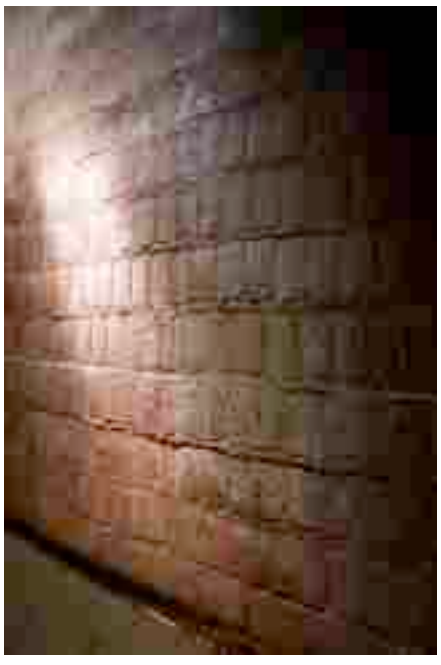
				permitido	proposta
1. PÚBLICO E PRIVADO					
PÚBLICO E PRIVADO					
Área de solo	As		m2		**44,633**
Área de solo de cedências para domínio público			m2		33,474
Área líquida do loteamento (área de solo privado)		sup. solo privado [Ai priv+log]	m2		11,159
Espaços privados de uso público			m2		112
Área Total de solo para uso público			m2		33,585
Percentagem da área de solo para uso público			%		75%
2. CONSTRUÍDO					
DEMOLIÇÕES					
Edificado existente			m2		24,272
Edificado existente a demolir			m2		11,877
Edificado existente a manter			m2		12,395
ÁREA DE CONSTRUÇÃO					
Área de const. acima do solo	total acima do solo	a.c. total	m2		**43,677**
	a construir	a.c.const.	m2		31,282
	a reabilitar	a.c.reab.	m2		12,395
Área de const. abaixo do solo	total abaixo do solo	a.c. total	m2		**21,033**
	a construir	a.c.const.	m2		21,033
	a reabilitar	a.c.reab.	m2		
Área de construção total		a.c. total	m2		**64,710**
ÍNDICES DE EDIFICABILIDADE					
Superfície de Pavimento Total	Sp	edificado priv + estac contabilizável	m2		**40,248**
Superfície de Pavimento Habitação	Sp hab		m2		32,254
Superficie de Pavimento Comércio	Sp com.		m2		3,688
Superficie de Pavimento Serviços	Sp serv.		m2		2,648
Superfície de Pavimento (estacionamento contabilizável)	Sp est.		m2		1,658
Superfície de Pavimento + área equipamentos públicos		Sp + área eq.pub.	m2		44,352
Índice de edificabilidade	Ie	Sp / As	m2	< 1.2	0.90
Índice de edificabilidade (c/ equipamentos públicos)		Sp + área eq.pub. /As	m2	< 1.5	0.99
Índice de Utilização do solo	Iu	Ac/As	m2		1.45
IMPLANTAÇÃO					
Área Total de implantação	Ai	Ai. total	m2		**12,886**
Área de implantação de equipamentos públicos		Ai. eq. pub.	m2		2,017
Área de implantação de const. privada		Ai. priv.	m2		10,869
Índice de Ocupação do Solo (total)	Io	(∑Ai/ As) x100	%		28.87%
PROGRAMA					
Habitação	**Ac hab**		m2		31,578
Actividades Económicas	**Ac com**		m2		6,336
Equipamentos Privados	**Ac eq priv**		m2		0
Equipamentos Públicos	**Ac eq pub**		m2		4,104
Estacionamento (contabilizável/acima do solo)	**Ac est***		m2		0
Estacionamento (não contabilizável/abaixo do solo)	**Ac est***		m2		22,692
Estacionamento em edificio dedicado [silo]	**Ac est***		m2		0
Áreas técnicas	**At**		m2		0
Nº máximo de pisos acima do solo			un		10
% de uso habitacional			%		49%
% de uso actividades económicas			%		10%
% de equipamentos privados			%		0%
% de equipamentos públicos			%		6%
% de estacionamento			%		35%
3. COMERCIALIZAÇÃO					
HABITAÇÃO					
Área de habitação	total	**Ac hab**	m2		**31,578**
	a construir		m2		23,287
	a reabilitar		m2		8,291
Logradouros		**log**	m2		5,244
Habitação colectiva (fogos)			un.		186
Área média de fogo		**amf** Ac hab/F	m2		125
ACTIVIDADES ECONÓMICAS					
Área Actividades Económicas	total	**Ac act econ**	m2		**6,336**
	a construir		m2		6,336
	a reabilitar		m2		0
Áreas Exteriores			m2		0
EQUIPAMENTO PRIVADO					
Equipamento Privado 1					
Área de Equipamento Privado	total		m2		
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Equipamento Privado 2					
Área de Equipamento Privado	total		m2		
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Total Equipamentos Privados					**0**

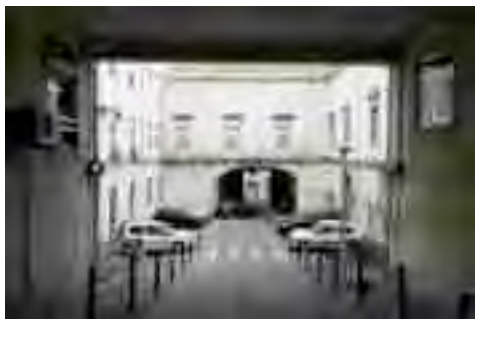
Miguel Bombarda

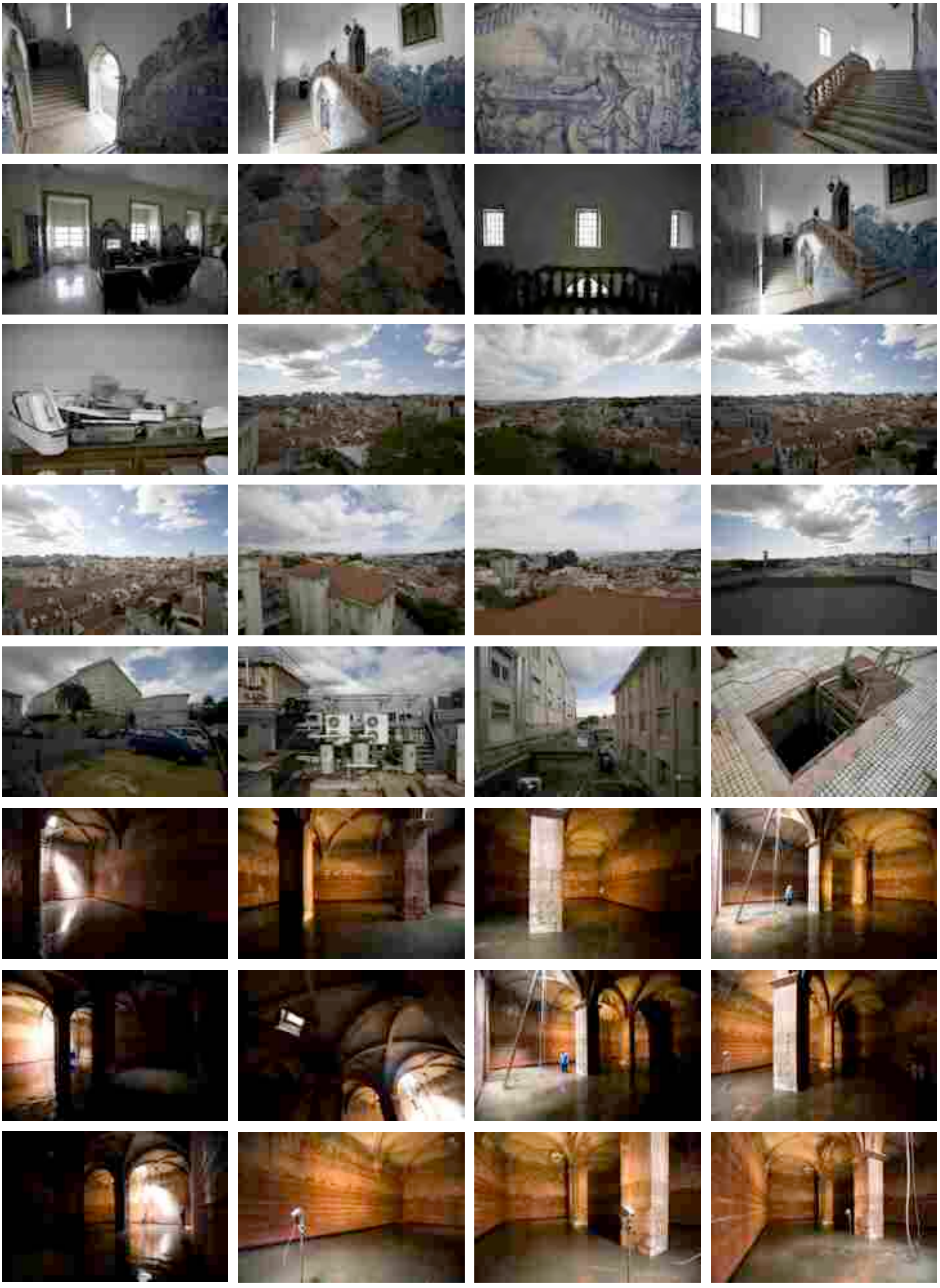
				permitido	proposta
4. CEDÊNCIAS					
CEDÊNCIAS REDE VIÁRIA					
Via Rodoviária			m2		2,616
Passeios			m2		2,724
Total rede viária			m2		**5,340**
CEDÊNCIAS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA					
Praças e Pedonais			m2		2,022
Espaços verdes	V1		m2		5,972
	V2		m2		3,149
	V3		m2		5,944
	V4		m2		475
	V5		m2		2,339
	V6		m2		963
	V7		m2		3,994
	total esp verdes		m2		22,836
Total de cedência de espaços de utilização pública			m2		**24,858**
CEDÊNCIAS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS					
Equipamento Público 1					BALNEÁRIO
Área de Equipamento Público	total		m2		**831**
	a construir		m2		0
	a reabilitar		m2		416
	área exterior associada		m2		415
Equipamento Público 2					HOSPITAL
Área de Equipamento Público	total		m2		**2,865**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		2,865
	área exterior associada		m2		
Equipamento Público 3					PAV SEG
Área de Equipamento Público	total		m2		**1,667**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		823
	área exterior associada		m2		844
Total áreas de cedência equipamentos			m2		**5,363**
TOTAL DE ÁREA DE CEDÊNCIAS (s/ rede viária)					
Área Total		30m2/100m2 de SP	m2	12,074	**30,221**
Diferença			m2		18,147
Percentagem de cedência em relação a Sp		total cedências/ Sp x100	%	30%	68%
5. ESTACIONAMENTO					
ESTACIONAMENTO PRIVADO					
Total estac. privado calculado (hab+act econ)		est hab + act econ	un.		**461**
Estacionamento habitação	lug privado (PDM)		un.	Fx1,5	279
Estacionamento comércio	lug privado	x lug / 100m2	un	x=2,5	158
Estacionamento serviços	lug privado	x lug / 100m2	un.	x=0.90	24
Estacionamento Eq. Priv	lug privado	x lug / 100m2	un		
Área de estacionamento efectiva			m2		17,255
Número efectivo de lugares de estacionamento privado		área est / 25m2	un		**690**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		229
ESTACIONAMENTO PÚBLICO					
Total estacionamento público calculado (hab+act econ)			un.		**188**
Estacionamento habitação	ced dom público (PDM)	x lugares/ 100m2 s.p.	un.	x=0.4	129
Estacionamento comercio	ced dom público	x lug / 100m2	un	x=0,75	28
Estacionamento serviços	ced dom público	x lug / 100m2	un.	x=0.4	11
Estacionamento associado equipamento público*		0.5 lug / 100m2	un.		21
PUALZE					
Área de estacionamento em edificio dedicado [silo]			m2		0
N.º de lugares em edificio dedicado [silo]		área est / 25m2	un		0
Nº de lugares à superficie			un		45
Número efectivo de lugares de estacionamento público			un		**274**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		86
6. PERMEABILIDADE					
PERMEABILIDADE					
Área Permeável			m2		23,266
Área Semi-Permeável			m2		5,866
Área Impermeável			m2		15,501
Índice de permeabilidade	Ip	(área perm.+0,5xA semi.p/ As) x100	%		59%
SUPERFÍCIE VEGETAL PONDERADA					
Área de referência		área líq lot + ced espaços ut. pública			36,017
Superfície Vegetal Ponderada	**Svp**	A + 0.6 B + 0.3 C	m2		24,754
Solo orgânico sem construção abaixo ou acima do solo	**A**		m2		23,795
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 1m de terra	**B**		m2		1,598
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 0.3m de terra	**C**		m2		
Svp aplicada à área líquida do loteamento		≥0,4 área de ref.		≥ 0.40	0.69
A aplicada à área líquida do loteamento		≥0,2 área de ref.		≥ 0.20	0.66

U3 . Hospital Santo António dos Capuchos

convento de santo antónio dos capuchos





UNIDADE 03 . HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS

Inês Lobo Arquitectos

[ficha técnica]

ARQUITECTURA E DESENHO URBANO		Inês Lobo Arquitectos
Coordenação:	Inês Lobo	
Colaboração:	João Rosário	
	J ão Vaz o	
	J lia Var lá e	
	Vas Lopes c o	
	Henr eta S lc iv e o a	
	S nia Ribeí o	
	J b M r is o o a	

UNIDADE 03 . HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS

Inês Lobo Arquitectos

A área de intervenção sobre a qual incide o projecto a elaborar corresponde à área ocupada actualmente pelo Hospital de Santo António dos Capuchos e ocupa a quase totalidade da área do quarteirão limitado pelas Rua de Santo António dos Capuchos, Alameda de Santo António dos Capuchos, Calçada de Santo António e Rua do Passadiço. Esta área confina com arruamentos em praticamente toda a sua extensão Norte e Poente, tendo ainda acessos pontuais pela Rua do Passadiço e pela Rua de Santo António dos Capuchos, através do pátio do Palácio Mello (incluído na área de intervenção). As restantes frentes de rua do quarteirão são ocupadas por pequenos lotes de habitação com respectivo logradouro, construídos ao longo daquela que terá sido a cerca do convento de Santo António dos Capuchos e que coincide no seu essencial com a forma que o quarteirão apresenta actualmente.

[PROPOSTA]

O programa que se pretende implementar nesta área tem uma componente predominantemente habitacional, associada a áreas de comércio e de equipamento, mas pondo a tónica sobretudo na reconversão funcional desta área, fixando moradores nesta área privilegiada da cidade. Esta operação está associada a duas outras operações similares na Colina de Santana, que têm objectivos programáticos semelhantes - Hospital de S. José e Hospital de Miguel Bombarda - pelo que, no conjunto, esta operação global terá capacidade para de modo efectivo fazer a reconversão funcional da Colina de Santana, introduzindo novos modos de habitar este território. Passar-se-á de um lugar com uma carga de utilização diurna enorme, derivada da existência de um grande número de equipamentos hospitalares na Colina, para uma utilização mais homogénea associada à função habitacional na zona.

[espaço público e circulações]

A r de de c r i laç ueõ por dentr da ár ae de inter uç eão por ve êr i laç uã r dov ária ie c r i laç uão pedonal, c nfor m doa dois s sie m sa c mo le pm nte ar se de ac se se a tr vase m nte o por dentr do lote.

A co ntr rá ida c r i laç uã r dov ária, ic no nte r da num úmic va a ique em c r i ito fec ado c r i nda ua ár ae de inter uç eãà c ta o baix , a c r i laç uão pedonal não é c nfor m da em c r i tos upr - éde ineados s, nde o antes a c r i laç uão que de for m infor m rh s afaz ao longo dos es ap, so de utiliz çaoã c lec ivt -a públic so e pr vida s - e dos es ap, so v ree s que s se cudem nas platafor ms que e m de lam a nov ta apogr fia. A um c r i ito que s quer fec ado e c nfor lado c nfor pão e- sa ie for mhidade e diluiç oãdas c r i laç ueõ em es ap, so am lqs m ito u per máv is e entr se ei que c mo nic mac mo a r de v ária ia adjac nte e por m ltíplos pontos de ac se s o

RE ED RODOV Á I IA R

A circulação rodoviária faz-se por uma só via que amarra aos arruamentos existentes em dois pontos, com entrada à cota baixa da Calçada de Santo António dos Capuchos, junto ao cruzamento com a Travessa de Santa Marta e com a Rua Nogueira e Sousa, e saída ao lado da alameda principal de acesso ao recinto, na direcção do Campo de Santana. A partir deste ponto, é também possível fazer a entrada no recinto e circular em impasse até ao Convento de Santo António dos Capuchos. A Rua Luciano Cordeiro/ Alameda de Santo António dos Capuchos será o arruamento de referência para a área de intervenção, enquanto rua de 3o nível e parte da rede de distribuição secundária, mas sobretudo como o arruamento pelo qual se faz o acesso a este novo conjunto urbano. Para a entrada no recinto, e tal como estão os sentidos de trânsito actualmente, o acesso é feito pela Calçada de Santo António dos Capuchos, e a saída, tal como foi referido, directamente na Alameda de Santo António dos Capuchos.

A rua que se propõe, de sentido único, pela sua dimensão e pelo modo como se articula com a rede viária existente será uma rua de 4o ou 5o nível na hierarquia da rede viária, conforme estabelecido na revisão do PDM. A ancoragem do novo arruamento no seu ponto de entrada faz-se à cota baixa do recinto - 61.50 - e mantém-se plana em praticamente toda a sua extensão até inflectir em direcção à alameda principal de entrada, acabando por subir até à cota 67.00 aproximadamente. É neste ponto de entroncamento com a alameda que a via deriva numa via mais larga, com dois sentidos, que faz o acesso directo entre o Campo de Santana e o Convento de Santo António dos Capuchos. Trata-se de uma via de acesso local na sua maior extensão, que apenas deriva para uma via de dois sentidos para dar acesso ao equipamento de maior dimensão na área, e no ponto onde se relaciona com espaços públicos e arruamentos de referência na zona. Esta condição permite desenhar uma via maioritariamente de sentido único, com passeios de um ou de ambos os lados, com alinhamentos arbóreos de um dos lados em quase toda a sua extensão, associados ou não a espaços verdes.

ESPAÇOS DE USO PÚBLICO

S a c r i laç uã r dov ária é des nhada de m do a c ngir as ár as e de c r i laç uão ao fundam nta l, defi im do apenas dois pontos de entr da na ár a, o es u em q que s pr põe par as c r i laç ueõ pedonais c nfor ma ies e t pr nc pió, s gu indo antes um pr nc pió de per mabilidade não s é ntr o es es ap, so ur a bos de us públic mo inter ori do r cint o, m s a entr ce r cint o e a ár a e ur a ba onde s ies re Des e im do, a c r i laç uão pedonal, intr duz à par ida nov s pontos de entr da no r cint o, a v rás ic tas par além das duas entr das r dov árias i .

. Cota 69.50, ac se s pedonal s boár a e edifi da, a e que per te a ipas gem a dir ce a te de c ta o entr a e Rua Luc ario Cor eid e o J rain de S nto A tónio dos Capuc os aos nov s o es ap, so público so ;

! ! ! . Cota 65.00, par lela m nte à v a ir dov ária, ipela A arh da de ac se s pr nc pal; é ac ualm nte o ac se s pr nc pal a es a tár a, que s m nte v de es e da fundaç oãdo Conv nto; enquadr a r laç oãde v s ias t entr o Conv nto e o Cam op de S nta ana;

.Cota 61.50, pela v a ir dov ária, ijunto à Calç da de S nto A tónio dos Capuc os ;

.Cota 53.60, entr da pedonal pelo P tió de E tr da do P láac o M ll e, ac se s que e ac ualm nte ex s ie te que s pr põe m nter, c mo pas gem as boes r tur e edifi da da do P láac o; i

.Cota 49.00, entr da pedonal pela Rua do P sa diç a, junto ao edifíc o ie Com réc o e S reçv so[CS];1é o ac se s pe to ac ual talude e que tem a m ior dif r nç de c ta o c mo qualquer dos es ap, so público s da ár a e de inter uç eã, pelo que s as s ar o m ios de elev çaoã m cenãc s a es a te ntr da; a im lem nta aç oãdes est m ios de elev çaoã m cenãc faz me tam ém par e da es r tégia de ac se bilidade às c lin as que es á tem c r u s paro as v rás i c lin as de Lis oa, c ntr buindo nes e tc sa em par ict lar par a inc us l oãdos es ap, so público s des a tár a e de inter uç eãa r de de c r i ito s pedonais de ac se s à Colina de S nta ana.

[se cionament]o

A es r tégia adoptada par a ques ão do es act oriam nto nes a tár a defi iu nc mo pr nc pios :

.ev tair a pulv r ze içaoãdo es act oriam nto à s per ícfe,i liber antdo ár aede s loo par es ap, púbic , cc mo a c no nte r çaoãanto quanto pos vs l ede es act oriam nto por dentr oba es r tur edifi da; a

.tir r apar idto das gr ndes difer nç sade c tao e da m delaç oãde ter mo em platafor ms can e r tnudo o es act oriam nto nas ár as em m iæc va; e

.c no nte r rao es act oriam nto em es r tur edifi da naa m ner ár aede im lapntaç oãpos vs l,épor for ma a ev tair a ex s vs e ian ep nabiliz çaoãdo s loo,dec r omte ela c ne r tçuoãde c vase(uom iæs c vasee)m ex ents oã Des e tm do, o es act oriam nto or agiz - a semeinhas ger isa de,dois m dos que dec r om n de nec se dsadeis func oriais difer ntes .

[oomércio]

A ár aes c mo r eais dis r btuiem - por deas ár aes entr uem edifíc o ide c ndi pois sodes inado a c mo r écce/ i ou s r eçv sc ina, Rua do P sa eliç aeoum pis ode c mo r écc à di tao61.50, as s adoo aos edifíc osi B e2B . 3

[dêficado]

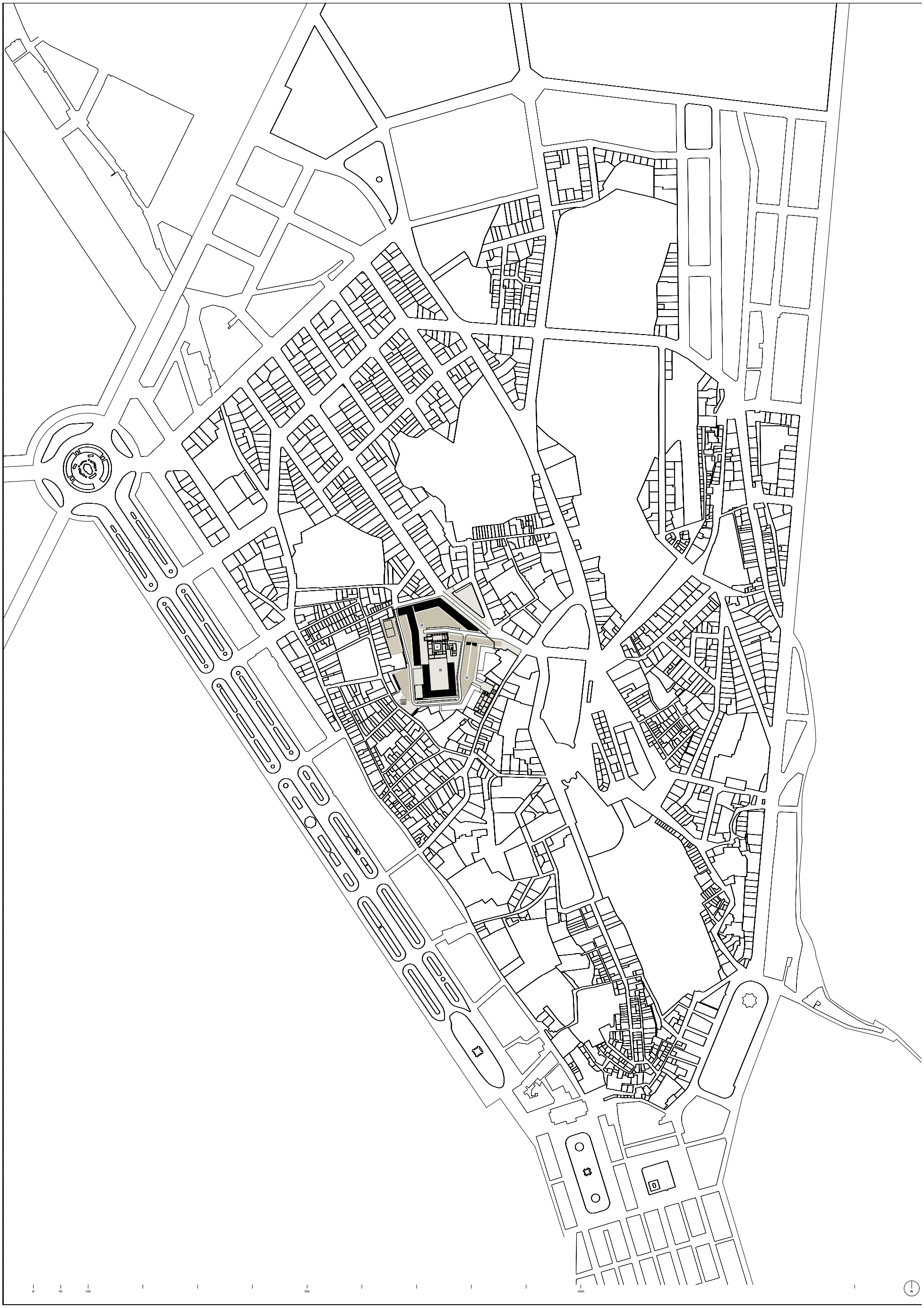
O edifi do naa ár aede inter vç eãc mo r pe ede edifíc osi ex s ientes e,nov ca ne r tçuoãa que c r os s opdem v r entes func oriais div r es Oas equipam nto s c r os s opdem à v r entte patr mi nial, e o dom nió pr v ida - habitaç oã c mo r écce equipam nto pr v ida - c r os s opde ao edifi do que c nfor m,limataie des nba os es ap, so aber ost de us o c leoc ivt dba ár aede inter vç eã

E IDICA ODE SX ET TNE

Os edifíc osi que s per põem m nter na ár aede inter vç eã,s oãas ár aes c asl fis dasapar act oui totalm nte pelo IGE SA IBX mo ldP, e que, c mo foi r fer doi antes têm um papel fundam ntal na c r aca ertz içaoãur aba des e t es ap, até hoje, e s ce ne itutem c mo pre ç safundam ntais de es r tur çaoãdes e ter tór oi no quadr oba pr pos a tque s aapr sentea: O Conv nto de S nto A tónio dos Capuc os e o P láac o M lle. A mos dos edifíc osi s oãc dedos par ca dom nió públic , par aa ins alaç oãde equipam nto s de us co lec ivt , de pr go m a a defi irnem fas pos ertori A mas b as tipologias ar uitec ónic sas oãà par ida basa nte fl xev íse o que lhes per tim ãdaptar - a s v réesi pr go m a sa Os pr go m a sæ r see p ivt es r tégia de im lem m ntaç oãnas edifi ç eã dev r eoãv loaz ir a c mo op ente patr mi nial, no s ntido da s auc ne r e v oãe r se ur , om sa tam ém no s ntido de o tor an ac se vs l eío públic de for me fea ivt , a que não ac ntec æc ua lm nte

NOVA CONS RUÇÃ O

A nov ca ne r tçuoãc r os s opde fundam ntal m nte às ár aes do dom nió pr v ida de habitaç oãc mo r écce de equipam nto - o s loi autom vól.e Confor m foi já r fer do, as ár aes c mo r eais div dem - en str ee em edifíc o i autónom o [CS] e ár aes c mo r eais si uadas s bo par e tdo edifi do aas s ado à habitaç oã que é o pr go m a dom nainte nes a t ár ae A habitaç oãdiv dei- se mec nci lo loc s[B a1 B],5 unidade que c ngr ga edifíc osi [E 10a E 41], e que c mu r pm e difer ntes funç eõ na c nfor m, oãdo c nj nto de es ap, so aber ost da ár aede inter vç eã A tipologias apontadas nes a t fas e apontam par a m es ue m laas de es ue r od irdite e c mo a intr doç oãde v r andas de dim ns oã gener so, ac r odas ia o longo das fac adas ex op as t a S l P e ente, de m lhe or ex op, ç ioãs la or, m sa tam ém onde a r laç oãde v s ias t par a ac dade é m is apr v lei iada.

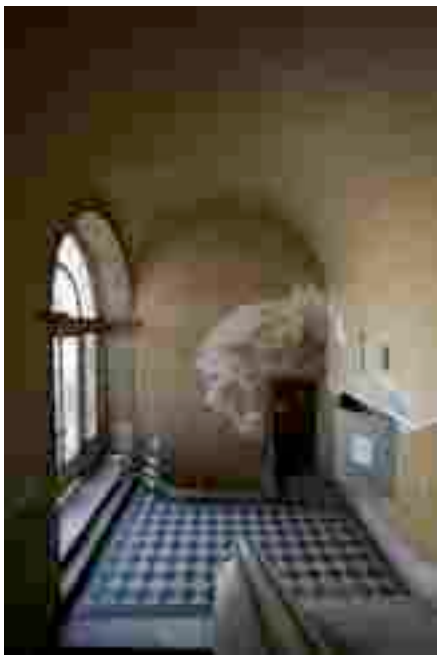

0
50
100
500
1000
N

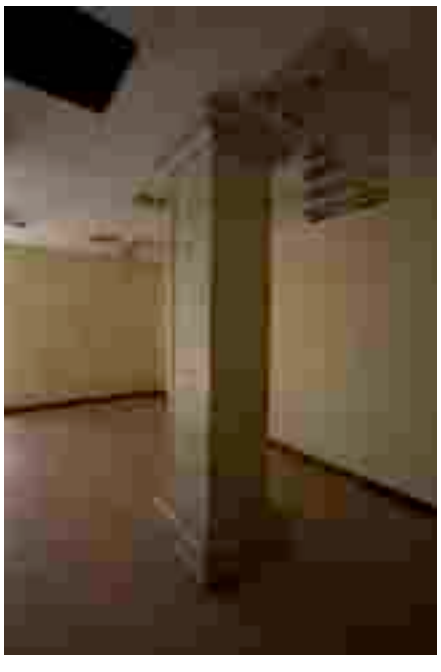
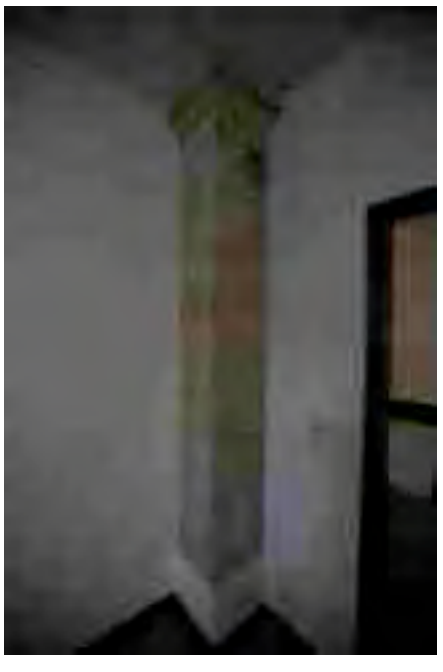
					Capuchos	
					permitido	proposta
1. PÚBLICO E PRIVADO						
PÚBLICO E PRIVADO						
Área de solo		As		m2		**31,956**
Área de solo de cedências para domínio público				m2		21,208
Área líquida do loteamento (área de solo privado)			sup. solo privado [Ai priv+log]	m2		10,748
Espaços privados de uso público				m2		2,319
Área Total de solo para uso público				m2		23,527
Percentagem da área de solo para uso público				%		74%
2. CONSTRUÍDO						
DEMOLIÇÕES						
Edificado existente				m2		31,300
Edificado existente a demolir				m2		23,636
Edificado existente a manter				m2		7,664
ÁREA DE CONSTRUÇÃO						
Área de const. acima do solo	total acima do solo	a.c. total		m2		**45,004**
	a construir	a.c.const.		m2		37,561
	a reabilitar	a.c.reab.		m2		7,444
Área de const. abaixo do solo	total abaixo do solo	a.c. total		m2		**12,361**
	a construir	a.c.const.		m2		12,140
	a reabilitar	a.c.reab.		m2		221
Área de construção total		a.c. total		m2		**57,365**
ÍNDICES DE EDIFICABILIDADE						
Superfície de Pavimento Total		Sp	edificado priv + estac contabilizável	m2		**33,190**
Superfície de Pavimento Habitação		Sp hab		m2		21,934
Superficie de Pavimento Comércio		Sp com.		m2		1,924
Superficie de Pavimento Serviços		Sp serv.		m2		5,163
Superfície de Pavimento (estacionamento contabilizável)		Sp est.		m2		4,169
Superfície de Pavimento + área equipamentos públicos			Sp + área eq.pub.	m2		41,187
Índice de edificabilidade		Ie	Sp / As	m2	< 1.2	1.04
Índice de edificabilidade (c/ equipamentos públicos)			Sp + área eq.pub. /As	m2	< 1.5	1.29
Índice de Utilização do solo		Iu	Ac/As	m2		1.80
IMPLANTAÇÃO						
Área Total de implantação		Ai	Ai. total	m2		**12,846**
Área de implantação de equipamentos públicos			Ai. eq. pub.	m2		3,794
Área de implantação de const. privada			Ai. priv.	m2		9,051
Índice de Ocupação do Solo (total)		Io	(∑Ai/ As) x100	%		40.20%
PROGRAMA						
Habitação		**Ac hab**		m2		25,972
Actividades Económicas		**Ac com**		m2		7,087
Equipamentos Privados		**Ac eq priv**		m2		0
Equipamentos Públicos		**Ac eq pub**		m2		7,998
Estacionamento (contabilizável/acima do solo)		**Ac est***		m2		4,169
Estacionamento (não contabilizável/abaixo do solo)		**Ac est***		m2		2,718
Estacionamento em edificio dedicado [silo]		**Ac est***		m2		9,423
Áreas técnicas		**At**		m2		0
Nº máximo de pisos acima do solo				un		6
% de uso habitacional				%		45%
% de uso actividades económicas				%		12%
% de equipamentos privados				%		0%
% de equipamentos públicos				%		14%
% de estacionamento				%		28%
3. COMERCIALIZAÇÃO						
HABITAÇÃO						
Área de habitação	total	**Ac hab**		m2		**25,972**
	a construir			m2		25,972
	a reabilitar			m2		0
Logradouros		**log**		m2		1,697
Habitação colectiva (fogos)				un.		130
Área média de fogo		**amf**	Ac hab/F	m2		200
ACTIVIDADES ECONÓMICAS						
Área Actividades Económicas	total	**Ac act econ**		m2		**7,087**
	a construir			m2		7,087
	a reabilitar			m2		0
Áreas Exteriores				m2		0
EQUIPAMENTO PRIVADO						
Equipamento Privado 1						
Área de Equipamento Privado	total			m2		
	a construir			m2		
	a reabilitar			m2		
	área exterior associada			m2		
Equipamento Privado 2						
Área de Equipamento Privado	total			m2		
	a construir			m2		
	a reabilitar			m2		
	área exterior associada			m2		
Total Equipamentos Privados						**0**

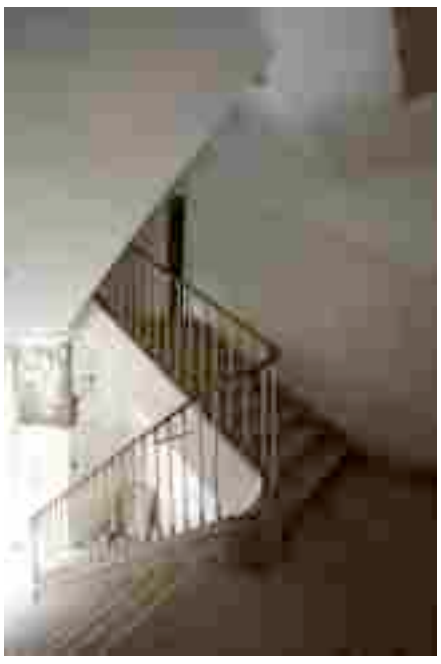
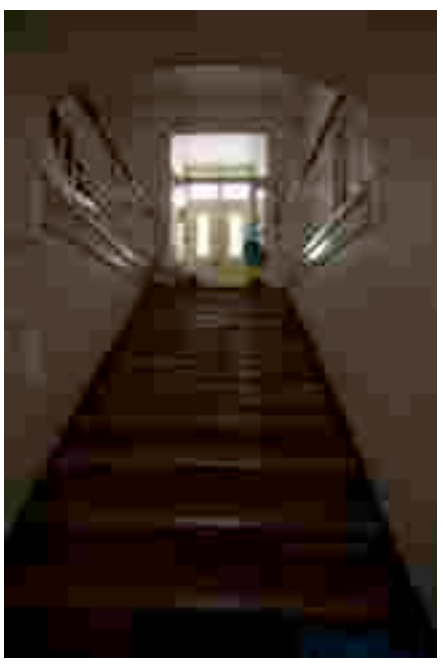
				Capuchos permitido	Capuchos proposta
4. CEDÊNCIAS					
CEDÊNCIAS REDE VIÁRIA					
Via Rodoviária			m2		2,223
Passeios			m2		3,088
Total rede viária			m2		**5,311**
CEDÊNCIAS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA					
Praças e Pedonais			m2		4,888
Espaços verdes	V1		m2		674
	V2		m2		1,957
	V3		m2		763
	V4		m2		2,100
	V5		m2		984
	V6		m2		-
	V7		m2		-
	total esp verdes		m2		6,478
Total de cedência de espaços de utilização pública			m2		**11,367**
CEDÊNCIAS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS					
Equipamento Público 1					IGREJA
Área de Equipamento Público	total		m2		**740**
	a construir		m2		0
	a reabilitar		m2		740
	área exterior associada		m2		0
Equipamento Público 2					CONVENTO
Área de Equipamento Público	total		m2		**2967.3**
	a construir		m2		0
	a reabilitar		m2		2,743
	área exterior associada		m2		224
Equipamento Público 3					PALÁCIO
Área de Equipamento Público	total		m2		**5,026**
	a construir		m2		333
	a reabilitar		m2		4,180
	área exterior associada		m2		512
Total áreas de cedência equipamentos			m2		**8,733**
TOTAL DE ÁREA DE CEDÊNCIAS (s/ rede viária)					
Área Total		30m2/100m2 de SP	m2	9,957	**20,100**
Diferença			m2		10,143
Percentagem de cedência em relação a Sp		total cedências/ Sp x100	%	30%	63%
5. ESTACIONAMENTO					
ESTACIONAMENTO PRIVADO					
Total estac. privado calculado (hab+act econ)		est hab + act econ	un.		**251**
Estacionamento habitação	lug privado (PDM)		un.	Fx1.35	176
Estacionamento comércio	lug privado	x lug / 100m2	un	x=1.5	29
Estacionamento serviços	lug privado	x lug / 100m2	un.	x=0.9	46
Estacionamento Eq. Priv	lug privado	x lug / 100m2	un		
Área de estacionamento efectiva			m2		6,886
Número efectivo de lugares de estacionamento privado		área est / 25m2	un		**275**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		25
ESTACIONAMENTO PÚBLICO					
Total estacionamento público calculado (hab+act econ)			un.		**313**
Estacionamento habitação	ced dom público (PDM)	x lugares/ 100m2 s.p.	un.	x=0.4	88
Estacionamento comercio	ced dom público	x lug / 100m2	un	x=0,75	14
Estacionamento serviços	ced dom público	x lug / 100m2	un.	x=0.4	21
Estacionamento associado equipamento público*		0.5 lug / 100m2	un.		40
PUALZE					150
Área de estacionamento em edificio dedicado [silo]			m2		9,423
N.º de lugares em edificio dedicado [silo]		área est / 25m2	un		377
Nº de lugares à superficie			un		43
Número efectivo de lugares de estacionamento público			un		**420**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		107
6. PERMEABILIDADE					
PERMEABILIDADE					
Área Permeável			m2		8,175
Área Semi-Permeável			m2		8,712
Área Impermeável			m2		15,069
Índice de permeabilidade	Ip	(área perm.+0,5xA semi.p/ As) x100	%		39%
SUPERFÍCIE VEGETAL PONDERADA					
Área de referência		área líq lot + ced espaços ut. pública			22,115
Superfície Vegetal Ponderada	**Svp**	A + 0.6 B + 0.3 C	m2		8,175
Solo orgânico sem construção abaixo ou acima do solo	**A**		m2		8,175
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 1m de terra	**B**		m2		0
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 0.3m de terra	**C**		m2		0
Svp aplicada à área líquida do loteamento		≥0,4 área de ref.		≥ 0.40	0.37
A aplicada à área líquida do loteamento		≥0,2 área de ref.		≥ 0.20	0.37

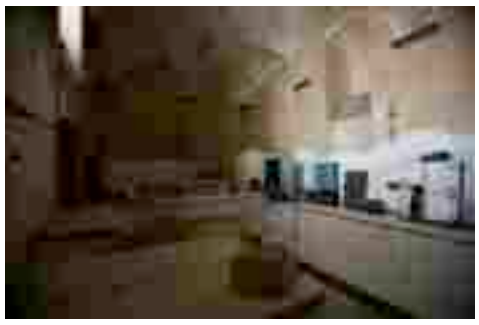
U4 . Hospital do desterro

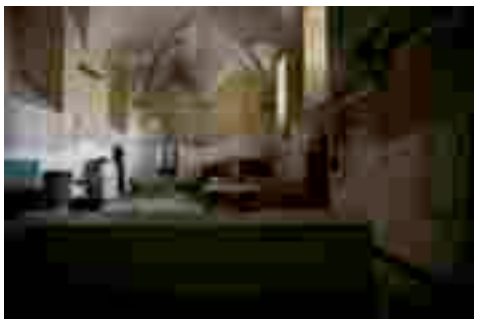
mosteiro de nossa senhora do desterro

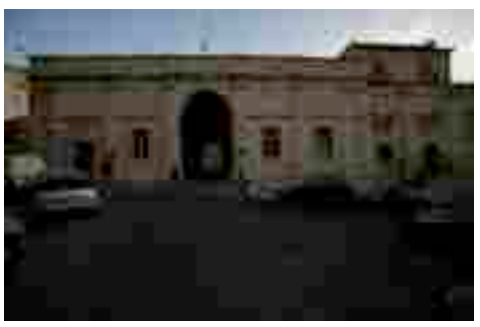








UNIDADE 04 . HOSPITAL DO DESTERRO

Bak Gordon Arquitectos

[ficha técnica]

ARQUITECTURA E DESENHO URBANO Bak Gordon Arquitectos

Coordenação: Ricardo Bak Gordon

Colaboração: Maria Manuel Barreiros
Nuno Cos a t

PA E E HRS CÓRICO .TPATRIM NIA O L

Ric r o Luc as d B nc a r o a

UNIDADE 04 . HOSPITAL DO DESTERRO

Bak Gordon Arquitectos

No caso do Hospital do Desterro, localizado a meia-encosta sobre a Av. Almirante Reis, para o qual foi já desenvolvida uma fase de Análise e Diagnóstico, tornou-se evidente que a área de estudo não se poderia limitar aos terrenos propriedade do hospital, mas que deveria incluir o terreno a montante, o denominado “Pátio do Desterro”. Este terreno, onde funcionava a antiga Olaria do Desterro, está actualmente ocupado por barracões, tendo o proprietário sido contactado e expressado a sua disponibilidade para se associar como parte interessada no estudo que nos encontramos a desenvolver.

Este estudo permitiu até à presente fase identificar as construções relevantes a preservar, estabelecer um plano de demolições criterioso e apontar a novas construções/direcções possíveis de integrar no contexto geral da intervenção, bem como propor a reconfiguração programática para o conjunto edificado existente.

[PROPOSTA]

Com a identificação do património arquitectónico qualificado e não qualificado, foi possível estabelecer um plano de demolições que permite clarificar o território e calcular, a partir dos instrumentos disponíveis no PDM, a Superfície de Pavimento que se pode construir naquele lugar.

Considerando a situação actual do conjunto formado pelo Hospital do Desterro, lojas sobre a Av. Almirante Reis, bem como os terrenos da Olaria do Desterro, verificou-se um Índice de Edificabilidade de 1.54 (máximo 1.2) a que corresponde uma Superfície de Pavimento de 19.244m2 para um total de Área de Solo de 12.516m2. Destes, 8.342m2 são pertença da Estamo e os restantes 4.174m2 do outro proprietário.

A presença do mosteiro é marcante e incontornável como epicentro de toda a operação, apesar de se tratar de um edifício não classificado. Não só pela sua área de implantação face à área total de solo (cerca de 40% desta), como pela sua dimensão histórica e articulação com os restantes conjuntos hospitalares da Colina de Santana. Deste modo, resgatar as virtudes do edifício do mosteiro, suprimindo uma série de acrescentos avulsos que se sobrepuseram fundamentalmente durante o séc. XX, e que são responsáveis por desvirtuar a estrutura notável original, é uma condição obrigatória e configuradora do caminho que se seguiu na proposta que agora se apresenta.

[articulação com a envolvente urbana]

Integrar na área em estudo os terrenos relativos à antiga Olaria do Desterro e desenvolver uma proposta que trabalhe sobre o somatório destas duas parcelas, garantindo deste modo uma intervenção mais consistente a nível urbanístico, capaz de evitar a manutenção de enclaves no tecido urbano da cidade, foi uma condição fundamental no desenvolvimento do estudo.

Outro conceito fundamental foi o de potenciar os atravessamentos públicos através da área de intervenção, coligando este conjunto construído com toda a envolvente urbana, quer através de ligações naturais e de cota, quer através de comunicações verticais. A qualidade dos espaços públicos no interior da operação, que aliás se tornam na marca fundamental do conjunto, varia entre pátios formais, espaços de parque e percursos de atravessamento.

Assim, verificou-se que do lado da Av. Almirante Reis, a supressão das 4 lojas que se encontram encastradas no muro de suporte da cota de arranque do mosteiro, permite “deslocar” a presença desta construção e do seu alçado principal em direcção à Av. Almirante Reis, dignificando e valorizando o edifício mas também a própria avenida, contribuindo assim para a sua revitalização. A revelação do cunhal NE do mosteiro à cota da avenida permite desenhar a Nascente uma alameda no desenvolvimento da totalidade do alçado do mosteiro até ao encontro com a Rua Nova do Desterro, e a Norte, abrir um novo largo, baseado na construção de um muro de suporte recuado, no qual se propõe uma escadaria pública importante, de acesso à cota superior do terreno. Neste largo, surge assim o alçado Norte do Mosteiro, outrora ocultado sobre o muro antigo, e que deste modo permite potenciar os espaços interiores da construção que para ele se abrem. É ainda neste largo que se localiza um elevador público, capaz de transportar as pessoas mais idosas ou de mobilidade condicionada, entre a cota baixa e a cota alta da intervenção.

Vindo da Rua do Desterro, encontra-se o pórtico de entrada da igreja original do mosteiro, nunca terminada, e entretanto transformada na entrada principal do Hospital do Desterro. Por aqui se acede a todas as dependências através de um percurso praticamente nivelado. A presença articulada dos dois pátios quadrangulares que correspondem nomeadamente ao antigo claustro maior do mosteiro e ao vazio formado pela presença de várias construções e pelo muro de suporte do terreno vizinho, torna-se marcante e estruturante das opções arquitectónicas.

Ao propor a implantação das novas construções, praticamente no limite entre as duas propriedades, permite-se não só estabilizar o desenho dos referidos pátios como também articular as diferenças de cota existentes de forma gradual.

Por último, propõe-se a criação de uma nova ligação, mais discreta mas não menos importante, à Rua Capitão Renato Batista, atravessando a Vila Glória e encerrando assim a ligação e articulação com toda a envolvente urbana, através de percursos mais ou menos fluidos que confluem para as generosas zonas públicas estabelecidas no interior da área de estudo.

[parque urbano]

Um dos pressupostos iniciais propunha desenvolver uma estrutura de espaços verdes e vazios, todos eles de carácter público, cuja dimensão permitisse concretizar uma bolsa verde (e com intimidade urbana) numa área verdadeiramente carenciada.

Observando este território desde as colinas sobranceiras a Nascente, é fácil compreender o impacto que tem a frente edificada sobre a Rua Capitão Renato Batista, contrastando grandemente com o vazio que se estende até à volumetria do mosteiro.

Se a introdução de uma linha de construção na transição de cotas entre as duas propriedades permite a reconfiguração dos dois pátios do mosteiro, a mesma permite ainda desenhar um amplo parque urbano cuja vegetação constituirá um cenário prazenteiro para as habitações existentes e irá minimizar a presença rude e abrupta do tardoz edificado da Rua Capitão Renato Batista.

Este parque desnivelado surge já na Rua do Desterro com entrada adjacente ao Nartex da igreja, estendendo-se para Norte até se encerrar junto ao acesso vertical que liga com a Rua Antero de Quental e Avenida Almirante Reis. O muro verde de contenção que se desenvolve paralelamente às construções vizinhas, possibilita tornar o território habitável e percorrível e ao mesmo tempo a ele aceder, desde os quintais e logradouros cimeiros.

[programa e usos]

A presença inexorável do mosteiro na área total de intervenção, e as suas características construtivas próprias da época, resultarão sempre num diferencial de aproveitamento entre área bruta/área útil significativo o que, aliado à sua configuração, restringe e aponta para a sua reutilização num determinado escopo programático. A proposta para um programa hoteleiro, não só pelas razões anteriormente apontadas, como também atendendo à limitada oferta (em quantidade e qualidade) que se encontra nesta área urbana, pareceu ajustada desde o inicio.

Por outro lado, a presença junto a uma das artérias mais movimentadas da cidade, com ligação axial directa ao aeroporto e potenciada pelo desenho proposto, permite criar um acesso franco e directo desde a Av. Almirante Reis (com a curiosidade de se estabelecer sobre o que teria sido a anterior portaria do carro) e assim potenciar a sua utilização.

A ala dos dormitórios do mosteiro é adequada para a configuração dos quartos, que beneficiarão de uma insolação óptima e de uma vista desafogada sobre as colinas sobranceiras e o Vale de Arroios e São Jordão.

À cota dos claustros maior e menor, poder-se-ão organizar os espaços comuns do hotel, que beneficiarão de uma ligação directa com os pátios interiores do quarteirão em ligação com o parque e a cota alta da colina. É num destes pátios, o que corresponde ao claustro maior, que se propõe a supressão do quinto piso justaposto em meados do século passado, bem como libertar toda a galeria claustral, permitindo a sua circulação exterior coberta e configurando sobre esta, um generoso terraço descoberto, para utilização do hotel.

A dinamização da área de intervenção passa também do nosso ponto de vista pela fixação de população, de preferência de extracto sócio-económico superior ao revelado pelos estudos. A proposta de edificação de um conjunto habitacional no interior do quarteirão surge nesse sentido, uma vez que a sua disposição permite imaginar espaços residenciais sossegados estabelecidos entre o parque urbano e a presença monumental do mosteiro revelada através de uma linha de generosas varandas. Numa perspectiva morfológica da cidade, parece-nos que estes blocos habitacionais não deveriam construir-se com mais do que 2/3 pisos, assentando sobre um embasamento virado para os pátios, de forma a resguardar a habitabilidade no interior das primeiras casas. O acesso é feito do lado do parque.

[estacionamento]

As necessidades de estacionamento são estabelecidas pelos parâmetros definidos no PDM. Apesar da área de estudo cruzar duas zonas de estacionamento - zona A (pela área de influência da estação de metropolitano do Intendente) e zona C – é esta última que prevalece.

Por outro lado, os usos propostos para as áreas edificadas, implicam também eles a construção de lugares de estacionamento ao abrigo da legislação aplicável, sendo desta forma possível estabelecer com precisão o número de lugares necessários.

Uma vez que se trata de uma área consolidada com significativas restrições no que respeita ao espaço disponível para estacionamento à superfície, propõe-se que seja construído um único estacionamento subterrâneo que hierarquizará ao longo dos seus 3 pisos os diferentes utilizadores.

O acesso ao estacionamento coincidirá com a entrada para o parque desde a Rua do Desterro, localizando-se discretamente a montante do mosteiro e desenvolvendo-se sob o primeiro pátio deste, 3 níveis abaixo do solo e com capacidade para 40 lugares cada. Propõe-se que os dois primeiros níveis sejam de uso público (0.5Sp) sendo que um deles seria partilhado com o estacionamento reservado ao hotel (20% das unidades de alojamento). O último piso seria destinado exclusivamente a residentes, à razão de dois lugares por habitação.

0
50
100
500
1000
N

1. PÚBLICO E PRIVADO

				Desterro permitido	Desterro proposta
PÚBLICO E PRIVADO					
Área de solo	As		m2		**12,617**
Área de solo de cedências para domínio público			m2		5,071
Área líquida do loteamento (área de solo privado)		sup. solo privado [Ai priv+log]	m2		7,547
Espaços privados de uso público			m2		3,075
Área Total de solo para uso público			m2		8,146
Percentagem da área de solo para uso público			%		65%

2. CONSTRUÍDO

DEMOLIÇÕES					
Edificado existente			m2		19,660
Edificado existente a demolir			m2		8,866
Edificado existente a manter			m2		10,794
ÁREA DE CONSTRUÇÃO					
Área de const. acima do solo	total acima do solo	a.c. total	m2		**15,413**
	a construir	a.c.const.	m2		4,619
	a reabilitar	a.c.reab.	m2		10,794
Área de const. abaixo do solo	total abaixo do solo	a.c. total	m2		**4,778**
	a construir	a.c.const.	m2		4,778
	a reabilitar	a.c.reab.	m2		
Área de construção total		a.c. total	m2		**20,191**
ÍNDICES DE EDIFICABILIDADE					
Superfície de Pavimento Total	Sp	edificado priv + estac contabilizável	m2		**13,461**
Superfície de Pavimento Habitação	Sp hab		m2		3,528
Superficie de Pavimento Comércio	Sp com.		m2		
Superficie de Pavimento Serviços	Sp serv.		m2		9,933
Superfície de Pavimento (estacionamento contabilizável)	Sp est.		m2		0
Superfície de Pavimento + área equipamentos públicos		Sp + área eq.pub.	m2		13,568
Índice de edificabilidade	Ie	Sp / As	m2	< 1.2	1.07
Índice de edificabilidade (c/ equipamentos públicos)		Sp + área eq.pub. /As	m2	< 1.5	1.08
Índice de Utilização do solo	Iu	Ac/As	m2		1.60
IMPLANTAÇÃO					
Área Total de implantação	Ai	Ai. total	m2		**5,413**
Área de implantação de equipamentos públicos		Ai. eq. pub.	m2		107
Área de implantação de const. privada		Ai. priv.	m2		5,306
Índice de Ocupação do Solo (total)	Io	(∑Ai/ As) x100	%		42.90%
PROGRAMA					
Habitação	**Ac hab**		m2		4,512
Actividades Económicas	**Ac com**		m2		0
Equipamentos Privados	**Ac eq priv**		m2		10,794
Equipamentos Públicos	**Ac eq pub**		m2		107
Estacionamento (contabilizável/acima do solo)	**Ac est***		m2		0
Estacionamento (não contabilizável/abaixo do solo)	**Ac est***		m2		4,778
Estacionamento em edificio dedicado [silo]	**Ac est***		m2		0
Áreas técnicas	**At**		m2		0
Nº máximo de pisos acima do solo			un		5
% de uso habitacional			%		22%
% de uso actividades económicas			%		0%
% de equipamentos privados			%		53%
% de equipamentos públicos			%		1%
% de estacionamento			%		24%

3. COMERCIALIZAÇÃO

HABITAÇÃO					
Área de habitação	total	**Ac hab**	m2		**4,512**
	a construir		m2		4,512
	a reabilitar		m2		0
Logradouros		**log**	m2		1,252
Habitação colectiva (fogos)			un.		22
Área média de fogo		**amf** Ac hab/F	m2		200
ACTIVIDADES ECONÓMICAS					
Área Actividades Económicas	total	**Ac act econ**	m2		**0**
	a construir		m2		0
	a reabilitar		m2		0
Áreas Exteriores			m2		0
EQUIPAMENTO PRIVADO					
Equipamento Privado 1					CONVENTO
Área de Equipamento Privado	total		m2		**10,794**
	a construir		m2		0
	a reabilitar		m2		10,794
	área exterior associada		m2		2,038
Equipamento Privado 2					
Área de Equipamento Privado	total		m2		
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Total Equipamentos Privados					**10,794**

4. CEDÊNCIAS

					Desterro permitido	Desterro proposta
CEDÊNCIAS REDE VIÁRIA						
Via Rodoviária			m2			0
Passeios			m2			0
Total rede viária			m2			**0**
CEDÊNCIAS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA						
Praças e Pedonais			m2			2,502
Espaços verdes	V1		m2			2,462
	V2		m2			-
	V3		m2			-
	V4		m2			-
	V5		m2			-
	V6		m2			-
	V7		m2			-
	total esp verdes		m2			2,462
Total de cedência de espaços de utilização pública			m2			**4,964**
CEDÊNCIAS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS						
Equipamento Público 1						SANITÁRIOS
Área de Equipamento Público	total		m2			**107**
	a construir		m2			107
	a reabilitar		m2			
	área exterior associada		m2			
Equipamento Público 2						
Área de Equipamento Público	total		m2			**0**
	a construir		m2			
	a reabilitar		m2			
	área exterior associada		m2			
Equipamento Público 3						
Área de Equipamento Público	total		m2			**0**
	a construir		m2			
	a reabilitar		m2			
	área exterior associada		m2			
Total áreas de cedência equipamentos			m2			**107**
TOTAL DE ÁREA DE CEDÊNCIAS (s/ rede viária)						
Área Total		30m2/100m2 de SP	m2	4,296		**5,071**
Diferença			m2			774
Percentagem de cedência em relação a Sp		total cedências/ Sp x100	%	30%		40%

5. ESTACIONAMENTO

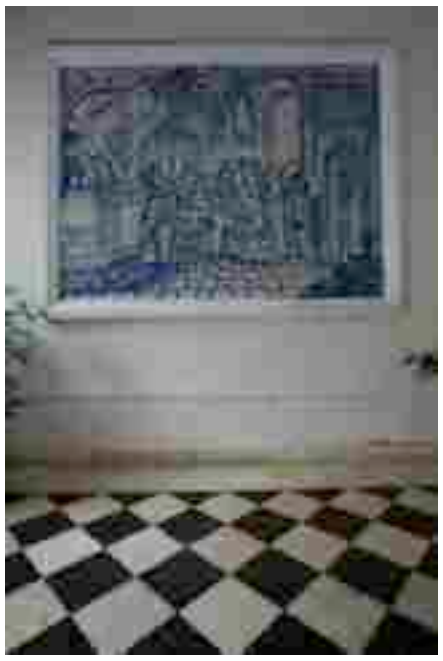
ESTACIONAMENTO PRIVADO						
Total estac. privado calculado (hab+act econ)		est hab + act econ	un.			**76**
Estacionamento habitação	lug privado (PDM)		un.	Fx1		22
Estacionamento comércio	lug privado	x lug / 100m2	un			
Estacionamento serviços	lug privado	x lug / 100m2	un.	x=0.5		54
Estacionamento Eq. Priv	lug privado	x lug / 100m2	un			
Área de estacionamento efectiva			m2			4,500
Número efectivo de lugares de estacionamento privado		área est / 25m2	un			**180**
Diferença (lugares de estacionamento)			un			104
ESTACIONAMENTO PÚBLICO						
Total estacionamento público calculado (hab+act econ)			un.			**1**
Estacionamento habitação	ced dom público (PDM)	x lugares/ 100m2 s.p.	un.	x=0		0
Estacionamento comercio	ced dom público	x lug / 100m2	un			
Estacionamento serviços	ced dom público	x lug / 100m2	un.			
Estacionamento associado equipamento público* PUALZE		0.5 lug / 100m2	un.			1
Área de estacionamento em edificio dedicado [silo]			m2			0
N.º de lugares em edificio dedicado [silo]		área est / 25m2	un			0
Nº de lugares à superficie			un			0
Número efectivo de lugares de estacionamento público			un			**104**
Diferença (lugares de estacionamento)			un			103

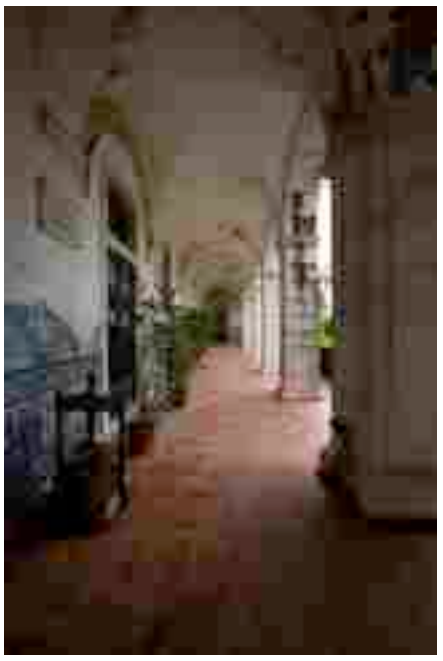
6. PERMEABILIDADE

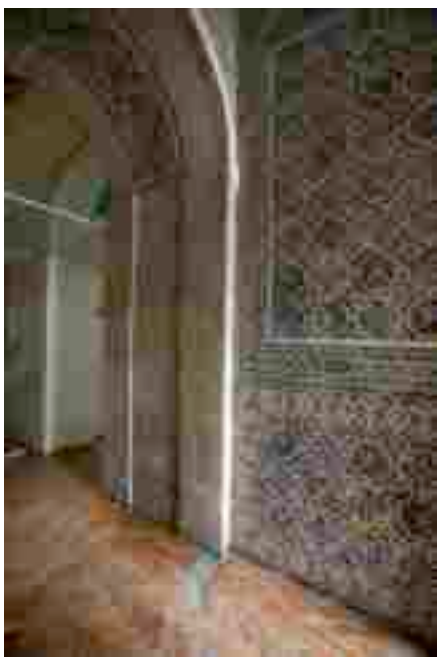
PERMEABILIDADE						
Área Permeável			m2			3,714
Área Semi-Permeável			m2			3,490
Área Impermeável			m2			5,413
Índice de permeabilidade	Ip	(área perm.+0,5xA semi.p/ As) x100	%			43%
SUPERFÍCIE VEGETAL PONDERADA						
Área de referência		área líq lot + ced espaços ut. pública				12,511
Superfície Vegetal Ponderada	**Svp**	A + 0.6 B + 0.3 C	m2			3,439
Solo orgânico sem construção abaixo ou acima do solo	**A**		m2			3,195
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 1m de terra	**B**		m2			228
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 0.3m de terra	**C**		m2			356
Svp aplicada à área líquida do loteamento		≥0,4 área de ref.			≥ 0.40	0.27
A aplicada à área líquida do loteamento		≥0,2 área de ref.			≥ 0.20	0.26

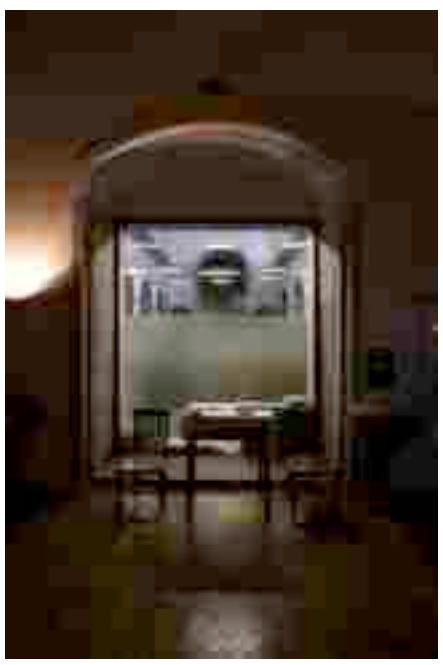
U5 . Hospital de santa marta

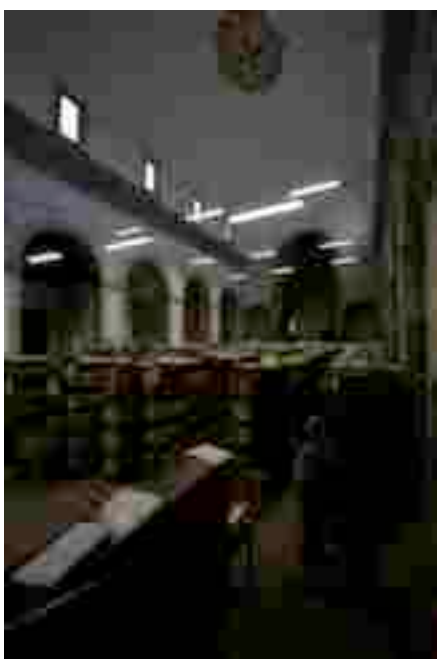
convento de santa marta

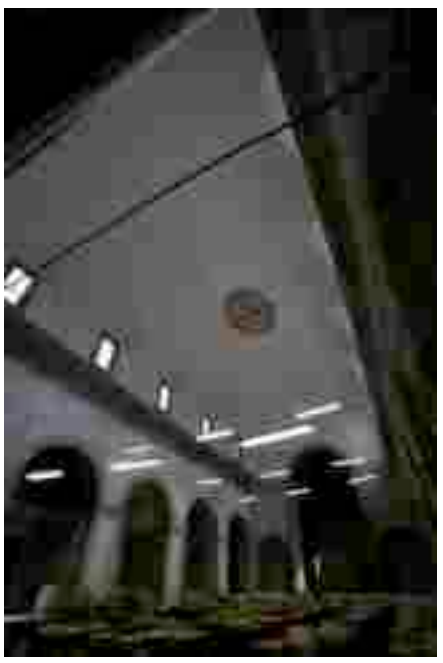


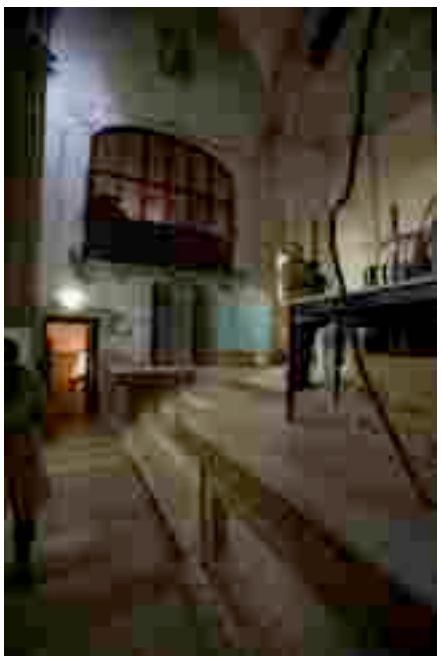
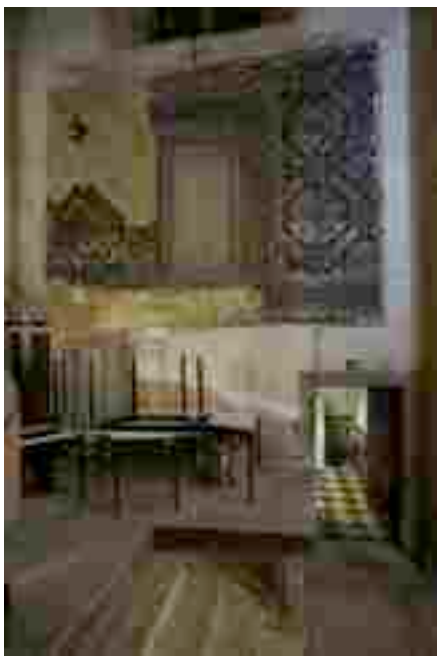


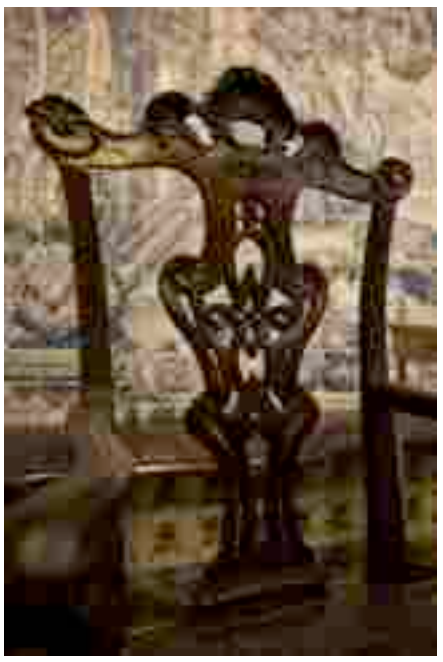


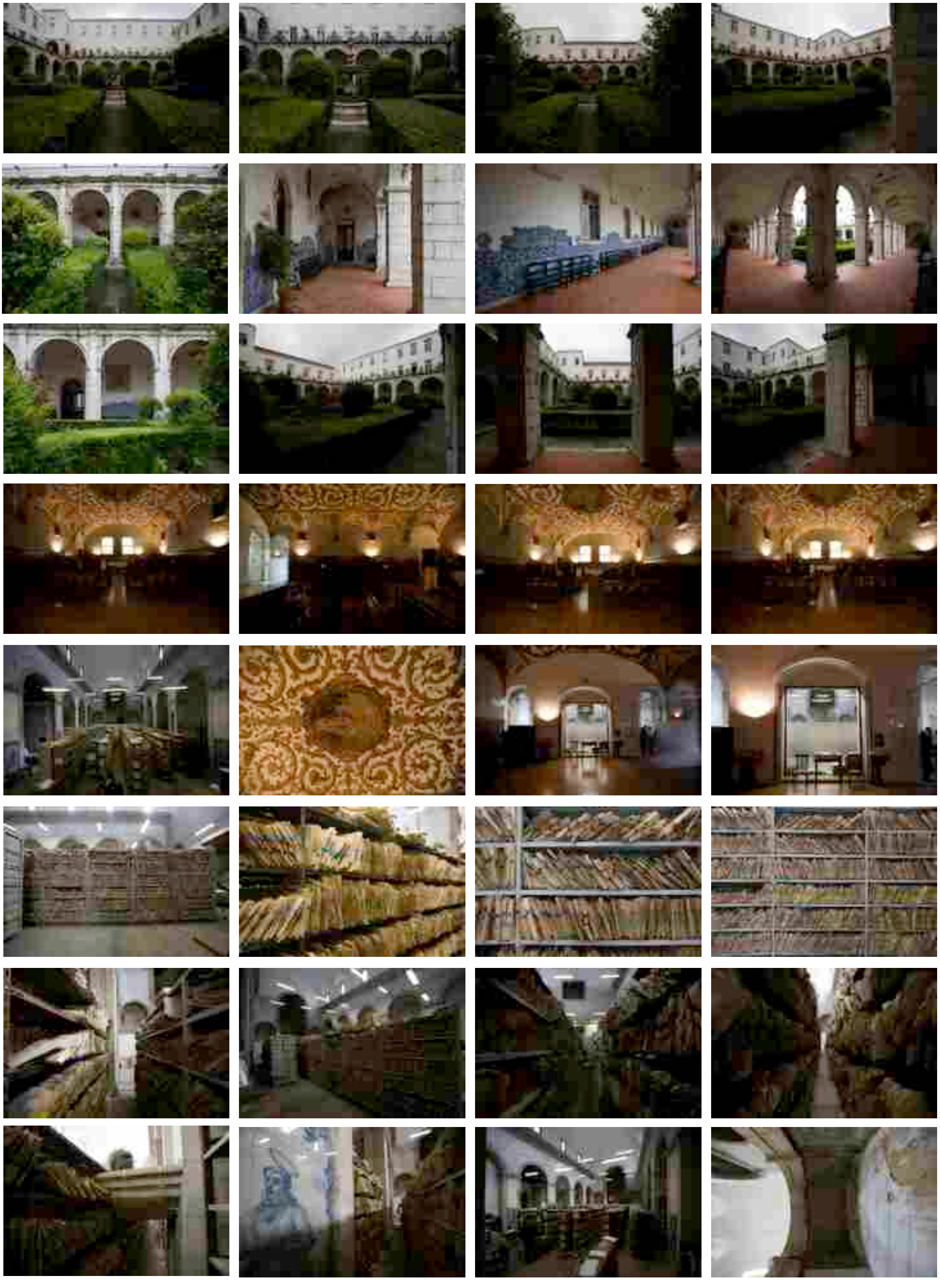


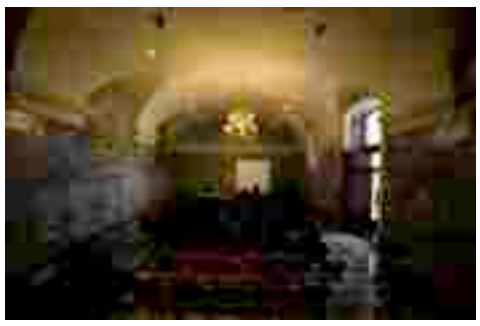


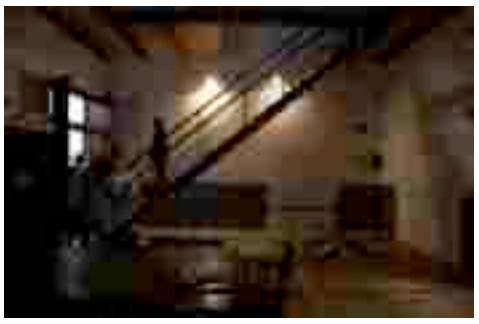


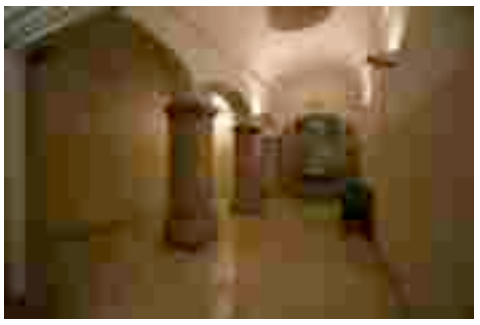













UNIDADE 05 . HOSPITAL DE SANTA MARTA . CONVENTO SANTA MARTA

Atelier Bugio

[ficha técnica]

ARQUITECTURA E DESENHO URBANO Atelier Bugio Arquitectos

Coordenação: João Favila Menezes

Colaboração: Fernando Amado

M ur c o Mar imísi a t

A QUITE RTURA PAS IS A A T G F|C A uitec ur P ist gés aa a t

Filipa Car os M ndez s e e

Catar na A s P c s c a h so i

CONS LTOR DE PATRIM NIO Ó

A ber o M llagu er a r a

UNIDADE 05 . HOSPITAL DE SANTA MARTA . CONVENTO SANTA MARTA

Atelier Bugio

a estrada que ia de santo Antão à Palhavã

Do lado poente, cedo se começou a delinear um caminho que, percorrendo o vale, se dirigia para norte constituindo-se numa das principais vias de acesso à cidade desde a época romana. Na primeira metade do século XIV, foi erigido um chafariz onde é hoje o Largo do Andaluz, “para refrigério dos sedentos caminhantes”, e não é por isso de estranhar que a Cerca Fernandina tenha para ele previsto uma porta de entrada em Lisboa. O percurso desta via é hoje constituído pela Rua das Portas de Santo Antão, pela de São José e a de Santa Marta, até ao Largo do Andaluz, e daí em diante pela de São Sebastião da Pedreira e Dr. NIcolau Bettencourt até à antiga Estrada da Palhavã, entretanto desaparecida.

De um lado e doutro deste caminho foram progressivamente surgindo construções que não se constituindo ainda num efectivo prolongamento da cidade, indiciavam já o que viria a ser a futura expansão desta em direcção ao norte a qual só em finais de oitocentos se consumaria. Entre essas construções conta-se a do Convento de Santa Marta.

A antiga Rua das Portas de Santo Antão, que dá continuidade a Rua de São José e à Rua de Santa Marta, saída de Lisboa para o Norte, ainda hoje revela um registo mais encaixado e orgânico com o território já amplamente alterado registando um grande contraste com a estrutura do Bairro Camões e o plano da Avenida da Liberdade A Rua de Santa Marta continua a ser uma das principais ruas de Lisboa, com um forte carácter, surpreendente na diversidade de tipologias e linguagens, desenha e limita a base da Colina de Santana, a Poente desta.

O carácter apertado e fortemente desenhado revela os edifícios que bordejam com seus jardins suspenso a colina, numa sucessão notável de construções que espreitam o fervilhar da cidade. Nalguns casos marcam a rua com um generoso recuo, caso da Igreja de São José e do Hospital de Santa Marta, noutros são pequenos como o Chafariz de São Sebastião da Pedreira, que desenha um pequeno largo com dois patamares, um para pessoas e outro para animais, construído em fina cantaria , e outro ainda, o Chafariz do Andaluz que abasteciam caminhantes e populações por estes se situarem num ponto de partida e chegada.

Esta fluidez, que, ao nível pedonal concorre com a Avenida da Liberdade, contraste com o difícil acesso e penetração na colina, o que justifica aliás alguns casos engenhosos de acesso, como é o caso do elevador do Lavra. O factor surpresa, que o magnifico claustro do Hospital de Santa Marta revela, intensifica-se pelo contraste com a rua apertada.

[PROPOSTA]

[permeabilidade . acessibilidade]

No contexto de uma dinâmica apostada na circulação pedonal, na difusão de uma mobilidade inclusiva e na motivação do uso dos transportes públicos, em detrimento do transporte individual, considerou-se importante reequacionar a acessiblidade entre a parte baixa da colina definida pelas ruas contíguas: Santa Marta, São José e das Portas de Santo Antão e a cota alta do Campo Mártires da Pátria.

Fundamental é a ligação dos novos percursos à rede de transportes públicos já existentes, nomeadamente: metro, elétricos, elevadores e autocarros, e ao parque de estacionamento agora proposto. Os novos percursos e elevadores cruzam-se com os existentes criando uma nova dinâmica, essencial à cidade.

Os novos percursos de acessibilidade à Colina estabelecem relações entre os espaços actualmente ocupados pelos hospitais agora em estudo, permitindo revelar o notável património arquitectónico e paisagistico. No caso do Hospital de Santa Marta, o espaço verde da antiga cerca praticamente reposto e reinterpretado para os novos usos incentivado por vocações programáticas que estabelecem e promovam novas sinergias.

A permeabilidade na colina é essencial para dinamizar e colocar os edifícios em rede com toda a cidade. Nesse sentido o hospital de Santa Marta oferece a possibilidade de estabelecer ligações muito directas e qualificadas através dos novos espaços verdes agora propostos. Estender a vocação actual do inicio da rua das Portas de Santo Antão para circulação pedonal, condicionando o trânsito automóvel até à rua Alexandre Herculano, de forma a que esta antiga via de acesso à cidade de Lisboa sendo requalificada e, gradualmente, dignificada dentro da estrutura urbana, possa garantir a ligação entre a Praça de Espanha, onde se localiza o equipamento cultural gerido pela fundação Calouste Gulbenkian , e o centro da cidade; duma forma directa e pedonal , que incentive toda uma série de actividades ligadas ao Saber e à Cultura, permitindo a criação de um maior fluxo de potenciais utilizadores da colina

[valorização patrimonial]

De entre o conjunto que constitui hoje o Hospital de Santa Marta, a igreja, a sala do capítulo, o claustro e os edifícios que o envolvem sobressaem pelo inequívoco valor patrimonial que evidenciam. Pesem, embora, as inúmeras campanhas de obras a que foi sujeito o edificado em que consistia o convento, a sua presença é ainda identificável, revelando-se com singular clareza não só pela implantação, mas também pela estruturação que impõe a todo o espaço definido pela antiga cerca. Por essa razão, importará valorizar a sua presença, eliminando os elementos construídos mais recentes que, hoje, se fundem nele desvirtuando-o, alterando-lhe a volumetria e consequentemente a leitura do todo arquitectónico em que consiste. Deste modo, conseguir-se-á a recuperar a estruturação e o desenho arquitectural primitivos, alterando a relação do edifício com o exterior e, por sua vez, a relação da cidade com o edifício

Importa conseguir para estes edifícios uma mudança de uso que permita a sua fruição pela sociedade em geral e não apenas por um conjunto restrito de indivíduos que a eles recorrem por necessidade, permitirá uma maior divulgação do património edificado em geral e do decorativo, interior, nomeadamente do azulejar, contribuindo assim para a dignificação e valorização do contributo que este espaço singular oferece à memória colectiva.

[remates . interligações]

As duas estruturas têm genéticas diferentes e criam momentos de tensão disfuncional. Por um lado, temos a Luciano Cordeiro com o seu desenho geométrico e axial de empenas sempre paralelas entre si, por outro, temos a rua de Santa Marta com um desenho mais serpenteado, estreito e delicado com o território sobre a qual estes edifícios mais notáveis se adoçam e relacionam.

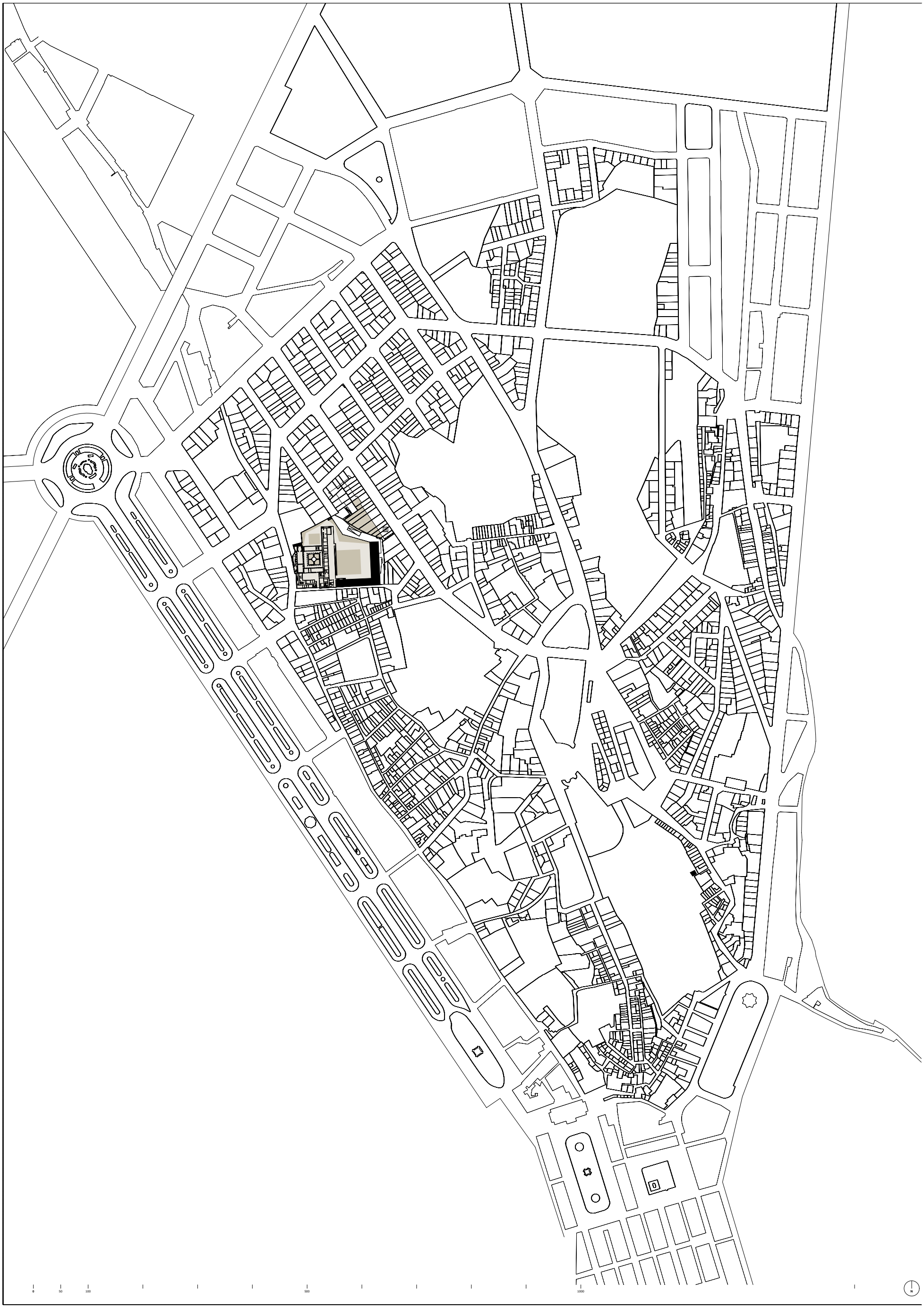
O limite destas duas estruturas é o muro de contenção de terras onde se encontrava uma arriba que limitava a cerca do convento e que hoje limita os logradouros dos prédios da rua Luciano Cordeiro. O grande desnível, entre as

traseiras dos prédios do quarteirão aberto e as cotas baixas da cerca,, obriga e justifica um fecho que constrói um edifício, o qual encerra os logradouros e afasta as construções, permitindo redesenhar o antigo espaço verde do convento.

[espaços verdes na cIdade]

Os objectivos em termos de espaços exteriores do presente plano prendem.se, à partida, com a importância dos espaços verdes na cidade. Genericamente, os espaços verdes são fundamentais para assegurar as funções dos sistemas biológicos, controlar os escoamentos hídricos e atmosféricos, aumentar o conforto bioclimático, contribuir para a melhoria da qualidade do espaço urbano e criar condições de recreio e lazer para a população.

Pela sua localização central na cidade, o Convento de Santa Marta ocupa uma posição estratégica no conjunto de espaços verdes de Lisboa. Em torno do grande eixo da Avenida da Liberdade, ela própria uma importante artéria arborizada e ajardinada da cidade, destacam-se diversos jardins com grande relevância na Estrutura Ecológica Municipal, tais como o Parque Eduardo VII, o Jardim Botânico daUniversidade de Lisboa, o Jardim Alfredo Keil eo Miradouro S. Pedro de Alcântara. Saliente-se ainda, na colina de Santana, o Jardim do Torel e o Campo Mártires da Pátria. Tendo em conta que a reconversão do Hospital de Santa Marta se inclui numa acção conjunta que integra outros Hospitais de Lisboa, todos eles situados na mesma zona da cidade, e pressupondo que esta intervenção resultará na criação de novos espaços ajardinados, certamente terá uma contribuição muito positiva para a envolvente próxima e, num âmbito mais alargado, para a própria cidade.

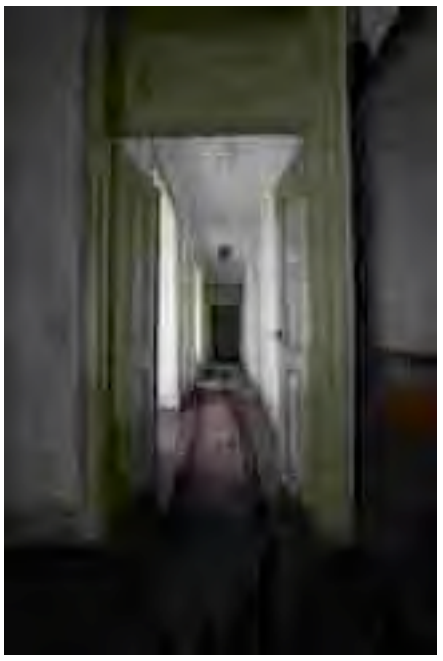
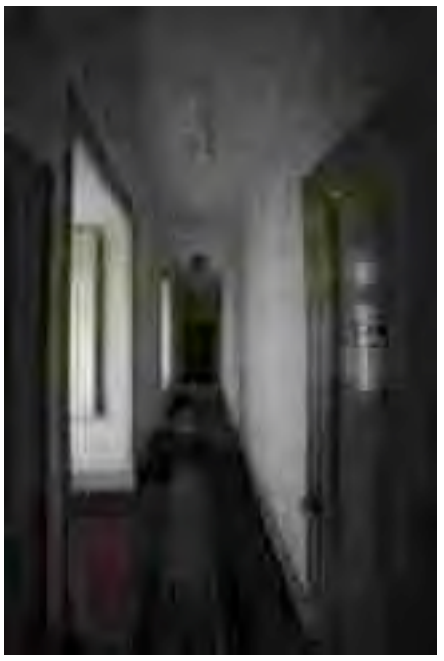

0
50
100
500
1000
N

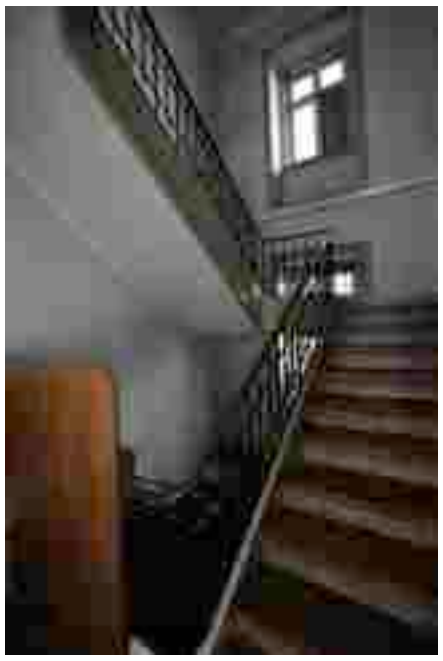
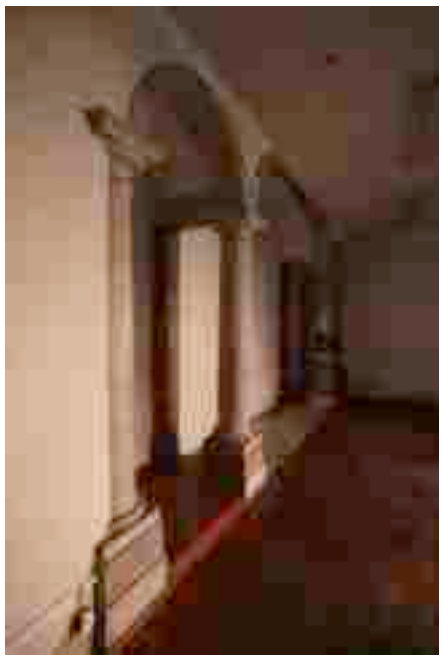
					Santa Marta	
					permitido	proposta
1. PÚBLICO E PRIVADO						
PÚBLICO E PRIVADO						
Área de solo	As		m2			**18,233**
Área de solo de cedências para domínio público			m2			10,066
Área líquida do loteamento (área de solo privado)		sup. solo privado [Ai priv+log]	m2			8,167
Espaços privados de uso público			m2			2076
Área Total de solo para uso público			m2			12,142
Percentagem da área de solo para uso público			%			67%
2. CONSTRUÍDO						
DEMOLIÇÕES						
Edificado existente			m2			24,300
Edificado existente a demolir			m2			9,882
Edificado existente a manter			m2			14,418
ÁREA DE CONSTRUÇÃO						
Área de const. acima do solo	total acima do solo	a.c. total	m2			**27,063**
	a construir	a.c.const.	m2			12,645
	a reabilitar	a.c.reab.	m2			14,418
Área de const. abaixo do solo	total abaixo do solo	a.c. total	m2			**4,332**
	a construir	a.c.const.	m2			4,332
	a reabilitar	a.c.reab.	m2			
Área de construção total		a.c. total	m2			**31,395**
ÍNDICES DE EDIFICABILIDADE						
Superfície de Pavimento Total	Sp	edificado priv + estac contabilizável	m2			**24,777**
Superfície de Pavimento Habitação	Sp hab		m2			10,304
Superficie de Pavimento Comércio	Sp com.		m2			1,639
Superficie de Pavimento Serviços	Sp serv.		m2		13,375	12,834
Superfície de Pavimento (estacionamento contabilizável)	Sp est.		m2			
Superfície de Pavimento + área equipamentos públicos		Sp + área eq.pub.	m2			26,362
Índice de edificabilidade	Ie	Sp / As	m2		< 1.2	1.36
Índice de edificabilidade (c/ equipamentos públicos)		Sp + área eq.pub. /As	m2		< 1.5	1.45
Índice de Utilização do solo	Iu	Ac/As	m2			1.72
IMPLANTAÇÃO						
Área Total de implantação	Ai	Ai. total	m2			**6,997**
Área de implantação de equipamentos públicos		Ai. eq. pub.	m2			1,023
Área de implantação de const. privada		Ai. priv.	m2			5,974
Índice de Ocupação do Solo (total)	Io	(∑Ai/ As) x100	%			38.38%
PROGRAMA						
Habitação	**Ac hab**		m2			10,708
Actividades Económicas	**Ac com**		m2			1,937
Equipamentos Privados	**Ac eq priv**		m2			12,834
Equipamentos Públicos	**Ac eq pub**		m2			1,585
Estacionamento (contabilizável/acima do solo)	**Ac est***		m2			0
Estacionamento (não contabilizável/abaixo do solo)	**Ac est***		m2			4,332
Estacionamento em edificio dedicado [silo]	**Ac est***		m2			0
Áreas técnicas	**At**		m2			0
Nº máximo de pisos acima do solo			un			7
% de uso habitacional			%			34%
% de uso actividades económicas			%			6%
% de equipamentos privados			%			41%
% de equipamentos públicos			%			5%
% de estacionamento			%			14%
3. COMERCIALIZAÇÃO						
HABITAÇÃO						
Área de habitação	total	**Ac hab**		m2		**10,708**
	a construir			m2		10,708
	a reabilitar			m2		0
Logradouros		**log**		m2		0
Habitação colectiva (fogos)				un.		53
Área média de fogo		**amf**	Ac hab/F	m2		200
ACTIVIDADES ECONÓMICAS						
Área Actividades Económicas	total	**Ac act econ**		m2		**1,937**
	a construir			m2		1,937
	a reabilitar			m2		0
Áreas Exteriores				m2		298
EQUIPAMENTO PRIVADO						
Equipamento Privado 1						CONVENTO
Área de Equipamento Privado	total			m2		**8,813**
	a construir			m2		0
	a reabilitar			m2		**8,812**
	área exterior associada			m2		1,731
Equipamento Privado 2						EDIFICIO 2
Área de Equipamento Privado	total			m2		**4,022**
	a construir			m2		0
	a reabilitar			m2		**4,022**
	área exterior associada			m2		462
Total Equipamentos Privados						**12,834**

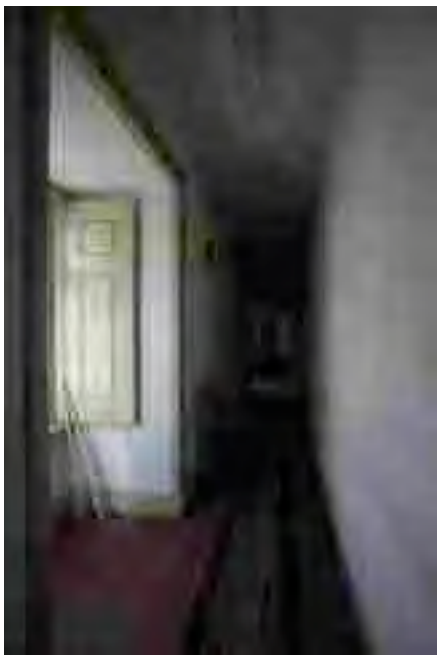
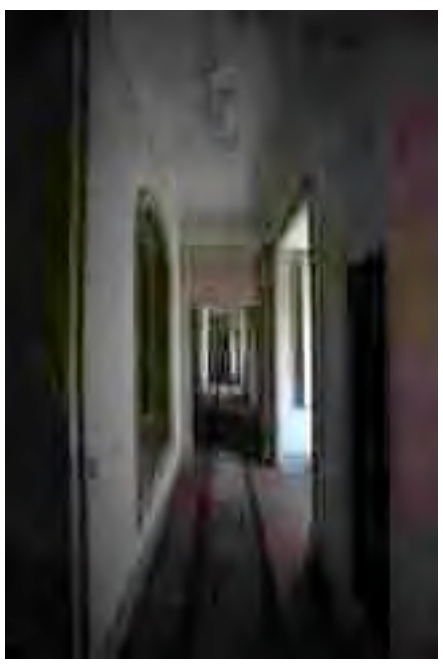
					Santa Marta	
					permitido	proposta
4. CEDÊNCIAS						
CEDÊNCIAS REDE VIÁRIA						
Via Rodoviária			m2			238
Passeios			m2			394
Total rede viária			m2			**631**
CEDÊNCIAS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA						
Praças e Pedonais			m2			5,016
Espaços verdes	V1		m2			2,634
	V2		m2			762
	V3		m2			
	V4		m2			
	V5		m2			
	V6		m2			
	V7		m2			
	total esp verdes		m2			3,396
Total de cedência de espaços de utilização pública			m2			**8,412**
CEDÊNCIAS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS						
Equipamento Público 1						IGREJA
Área de Equipamento Público	total		m2			**1585**
	a construir		m2			
	a reabilitar		m2			1585
	área exterior associada		m2			
Equipamento Público 2						
Área de Equipamento Público	total		m2			
	a construir		m2			
	a reabilitar		m2			
	área exterior associada		m2			
Equipamento Público 3						
Área de Equipamento Público	total		m2			**0**
	a construir		m2			
	a reabilitar		m2			
	área exterior associada		m2			
Total áreas de cedência equipamentos			m2			**1,584.54**
TOTAL DE ÁREA DE CEDÊNCIAS (s/ rede viária)						
Área Total		30m2/100m2 de SP	m2		7,433	**9,997**
Diferença			m2			2,563
Percentagem de cedência em relação a Sp		total cedências/ Sp x100	%		30%	55%
5. ESTACIONAMENTO						
ESTACIONAMENTO PRIVADO						
Total estac. privado calculado (hab+act econ)		est hab + act econ	un.			**104**
Estacionamento habitação	lug privado (PDM)		un.		Fx1,5	80
Estacionamento comércio	lug privado	x lug / 100m2	un		x=1,5	25
Estacionamento serviços	lug privado	x lug / 100m2	un.		x=0.90	n.a.
Estacionamento Eq. Priv	lug privado	x lug / 100m2	un			
Área de estacionamento efectiva			m2			4,332
Número efectivo de lugares de estacionamento privado		área est / 25m2	un			**173**
Diferença (lugares de estacionamento)			un			69
ESTACIONAMENTO PÚBLICO						
Total estacionamento público calculado (hab+act econ)			un.			**61**
Estacionamento habitação	ced dom público (PDM)	x lugares/ 100m2 s.p.	un.		x=0.4	41
Estacionamento comercio	ced dom público	x lug / 100m2	un		x=0,75	12
Estacionamento serviços	ced dom público	x lug / 100m2	un.		x=0.4	n.a.
Estacionamento associado equipamento público* PUALZE		0.5 lug / 100m2	un.			8
Área de estacionamento em edificio dedicado [silo]			m2			0
N.º de lugares em edificio dedicado [silo]		área est / 25m2	un			0
Nº de lugares à superficie			un			0
Número efectivo de lugares de estacionamento público			un			**69**
Diferença (lugares de estacionamento)			un			8
6. PERMEABILIDADE						
PERMEABILIDADE						
Área Permeável			m2			3,396
Área Semi-Permeável			m2			7,553
Área Impermeável			m2			7,235
Índice de permeabilidade	Ip	(área perm.+0,5xA semi.p/ As) x100	%			39%
SUPERFÍCIE VEGETAL PONDERADA						
Área de referência		área líq lot + ced espaços ut. pública				16,579
Superfície Vegetal Ponderada	**Svp**	A + 0.6 B + 0.3 C	m2			4,609
Solo orgânico sem construção abaixo ou acima do solo	**A**		m2			4,609
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 1m de terra	**B**		m2			
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 0.3m de terra	**C**		m2			
Svp aplicada à área líquida do loteamento		≥0,4 área de ref.			≥ 0.40	0.28
A aplicada à área líquida do loteamento		≥0,2 área de ref.			≥ 0.20	0.28

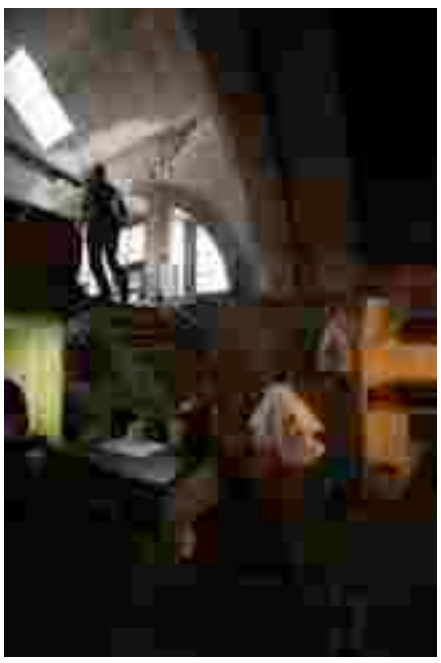
U6 . Divisão de trânsito da PSP

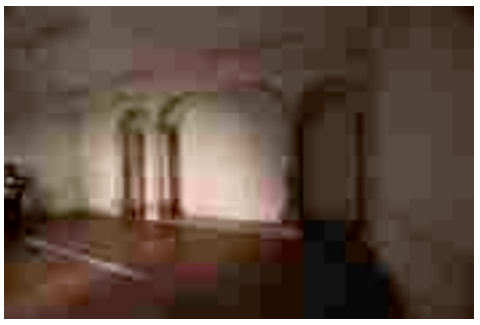
convento de santa joana

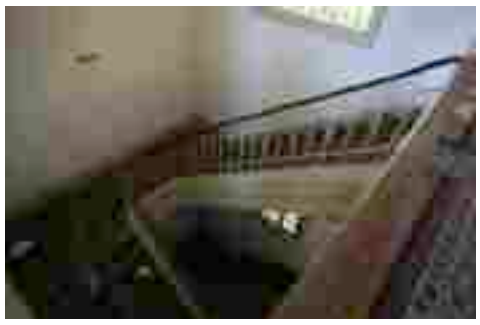



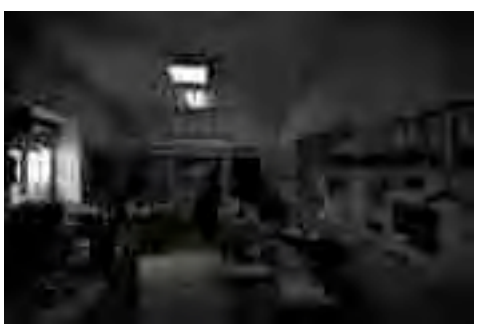



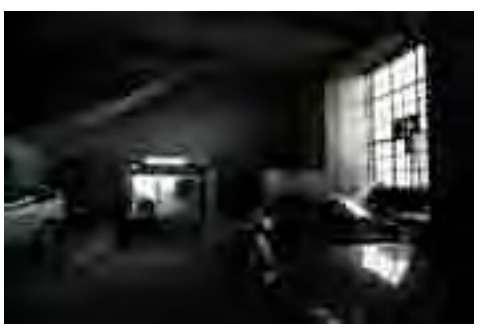



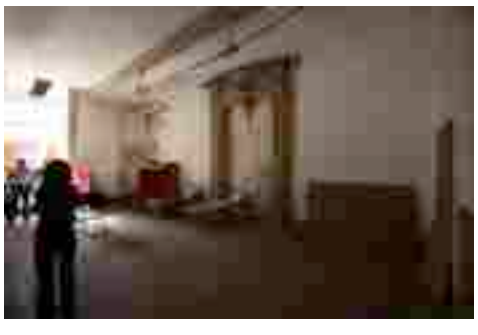












UNIDADE 06 . DIV S O DE ITÃÂNS TO DA PI . CONSV TO S IENTA JOANA
M nuel Feraandes de S á

[ficha técnica]

ARQUITECTURA E DESENHO URBANO Manuel Fernandes de Sá Arquitectos

Coordenação: Manuel Fernandes de Sá

Colaboração: Mário Trindade
A a Cr s ina M ct ado a h
M r a S ix asi e a

UNIDADE 06 . DIVISÃO DE TRÂNSITO DA PSP . CONVENTO SANTA JOANA

Manuel Fernandes de Sá

Desde meados do século XIX, quando as comunidades monásticas deixaram de ocupar o convento de Santa Joana, os edifícios têm vindo a ser utilizadas para os fins mais diversos, muito deles totalmente desajustados quer à organização e articulação dos espaços, quer à sua dimensão.

A própria igreja foi profundamente afetada com a introdução de novos pisos de pavimento em betão armado dividindo a nave em altura, destruindo a sua perceção espacial e afetando os elementos arquitetónicos e decorativos barrocos e os preciosos azulejos de que restam alguns painéis muito danificados. Restam ainda alguns panos de fachada, nomeadamente a que faceja a Rua de Santa Marta e parte da entrada para a nave, que permitem imaginar o enquadramento arquitetónico do antigo convento.

A maior parte dos antigos espaços exteriores (claustros, hortas e jardins) foram ocupados com construções de má qualidade servindo de armazéns ou oficinas, estando hoje todo o solo impermeabilizado.

A execução do Plano de Ressano Garcia, ao impor um traçado regular e ortogonal aos arruamentos e quarteirões, forçando a topografia existente, obrigou à execução de grandes aterros suportados por muros de contenção com alguma dimensão. Foi o caso da abertura da Rua de Camilo Castelo Branco que amputou uma boa parte das antigas instalações monásticas e destruiu o principal claustro, eliminando a normal perspetiva e leitura do corpo da igreja, pois o nível de rua situa-se sensivelmente ao nível do beirado da cobertura da nave.

[PROPOSTA]

A proposta de intervenção a que este processo se refere, procura salvaguardar e evidenciar os valores patrimoniais mais significativos do conjunto existente, que, como se referiu, se encontram presentemente muito afetados pela sua inadequada e descuidada adaptação a novas utilizações dos edifícios e espaços livres.

Procura também uma mais equilibrada relação funcional, topográfica e volumétrica com a envolvente construída e um adequado tratamento dos logradouros, aumentando significativamente a sua permeabilidade e criando condições para o seu usufruto coletivo.

O corpo com frente para a Rua de Santa Marta, incluindo os dois pequenos edifícios em ruína que rematam esta frente a Norte, será destinado preferencialmente a funções habitacionais, tradicionais ou turísticas, admitindo-se também a instalação de equipamentos de utilização coletiva, e, eventualmente, atividades de comércio ou serviços no rés-do-chão e 1o andar.

A fachada principal será recuperada e mantida, admitindo-se a reestruturação dos espaços interiores e o aproveitamento do vão do telhado, salvaguardando no entanto, os elementos considerados de interesse patrimonial.

A fachada interior deste corpo, que se encontra bastante prejudicada pela aposição de vários acrescentos e alterações será redesenhada e acrescida de dois volumes devidamente enquadrados.

Por idênticas razões também se propõe a demolição de vários edifícios de fraca qualidade estética e construtiva que foram sendo construídos nos logradouros quer a Norte quer a Sul da antiga igreja.

Um dos corpos originais do antigo convento e que se localiza transversalmente ao corpo da igreja, encontra-se em muito mau estado de conservação e possui fracas condições de salubridade devido a situar-se na zona de sombra projetada pelo muro de contenção do aterro em que assenta a Rua Camilo Castelo Branco, pelo que se preconiza a sua demolição. Aliás faz-se notar que a demolição deste corpo foi iniciada com Ressano Garcia, pelo que não faz sentido insistir na sua manutenção.

No espaço livre resultante das demolições atrás referidas, propõe-se a construção de um parque de estacionamento em 2 pisos enterrados, com entrada pela Rua de Santa Marta, e cuja capacidade responda às necessidades de utilização das atividades a instalar, calculada de acordo com os parâmetros do novo PDM.

A cobertura deste parque de estacionamento será ajardinada e o respetivo aterro deverá ter espessura suficiente para suportar alguma arborização.

Esta área verde estende-se pelo restante logradouro, diminuindo significativamente a impermeabilização do solo, que hoje se encontra completamente mineralizado. Efetivamente os logradouros localizados a Norte e imediatamente a Sul da Igreja serão revestidos com materiais permeáveis ou semipermeáveis o que permitirá a percolação das águas pluviais garantindo que a área impermeável não excederá 18% da área de logradouro.

A área verde situada sobre a cobertura do parque de estacionamento é atravessada por um caminho pedonal que fará a ligação entre a Rua de Camilo Castelo Branco e a Rua de Santa Marta, constituindo, deste modo, um reforço da integração do complexo proposto, permitindo usufruir a leitura dos valores patrimoniais que se pretendem preservar e divulgar, nomeadamente a galilé de acesso à antiga igreja e o átrio da entrada pela Rua de Santa Marta.

Este atravessamento do quarteirão já acontece, aliás, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, que se situa logo a Sul da intervenção.

A acompanhar este percurso, promove-se a recuperação e valorização do antigo aqueduto que abastecia o Convento e que hoje se encontra quase completamente entaipado por várias das construções que se pretende demolir, localizando-se sobre a parede de meação com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

Encostado ao paredão de suporte da Rua Camilo Castelo Branco, propõe-se a construção de um edifício para a instalação de um hotel e de áreas de comércio e serviços, cuja cércea se relaciona com a altura dos edifícios envolventes, consolidando a frente do quarteirão.

Dadas as características destes edifícios e, em particular, das suas empenas, optou-se por evitar o encosto do novo edifício por forma a individualizar a proposta e permitir a visualização do interior do quarteirão para quem transita pela Rua Camilo Castelo Branco. Este afastamento das fachadas permite também a localização de um acesso direto da rua ao interior do quarteirão e a ligação à Rua de Santa Marta. Este acesso constituirá uma serventia obrigatória a considerar no projeto de Arquitetura, podendo evidentemente, ser condicionada a determinados horários de funcionamento.

O alçado Sul deste edifício, que confronta com a empena muito “desenhada” da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, procura articular harmoniosamente as relações volumétricas entre os dois edifícios.
A volumetria proposta e respetivos afastamentos relacionam-se com os elementos compositivos da Igreja. Foram apreciados em reunião conjunta com o IGESPAR e a Câmara Municipal de Lisboa, e integram as recomendações e conclusões dessa reunião.

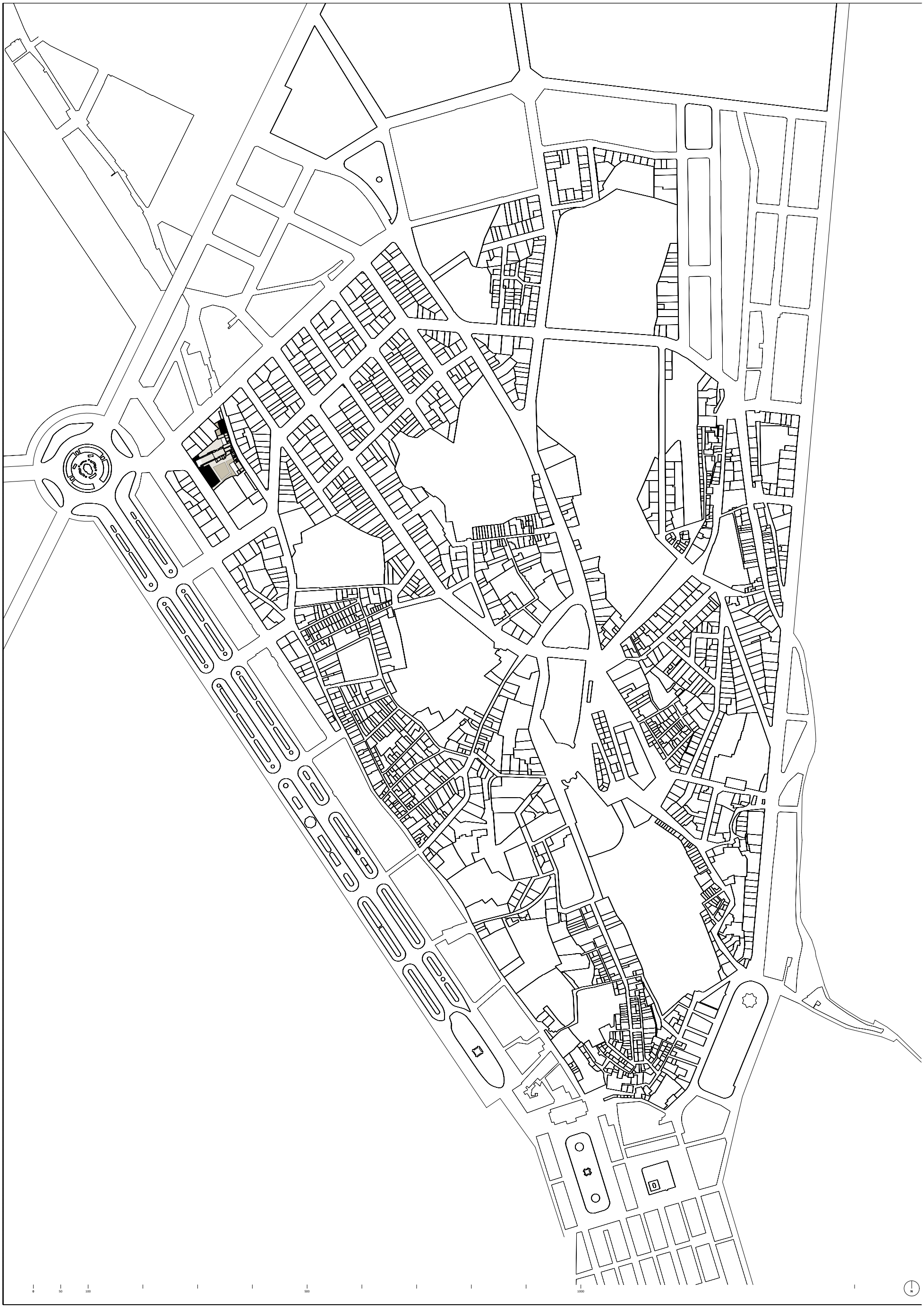
Devido à grande diferença de cota entre a rua e o logradouro do antigo Convento, este edifício terá 6 pisos acima da Rua Camilo Castelo Branco e 2 pisos para baixo, sendo que o piso de entrada, ao nível da rua, e os dois imediatamente inferiores, possuirão um pé direito mais alto, destinando-se às áreas de Comércio e serviços. Propõem-se ainda 3 pisos em cave que se destinam a áreas técnicas e de estacionamento, cuja entrada se fará, como atrás referido, pela Rua de Santa Marta.

A capacidade do hotel não será inferior a 120 quartos, a confirmar no Projeto de Arquitetura.

O edifício da antiga igreja, que como já foi referido, se encontra muito alterado interiormente, nomeadamente com a construção das lajes que dividiram parte da nave em 4 pisos, será destinado à celebração de eventos culturais ou para atividades complementares do hotel, de acordo com o que for definido na fase de projeto.

Serão preservados os elementos patrimoniais que sejam possíveis de recuperar.

Propõe-se também reconstituir o volume da antiga capela-mor como espaço simbólico da fundação monástica original, que pode constituir uma interessante área para a realização de eventos.


0
50
100
500
1000
N

1. PÚBLICO E PRIVADO

					Santa Joana permitido	proposta
PÚBLICO E PRIVADO						
Área de solo		As		m2		**5,719**
Área de solo de cedências para domínio público				m2		0
Área líquida do loteamento (área de solo privado)			sup. solo privado [Ai priv+log]	m2		5,719
Espaços privados de uso público				m2		2,057
Área Total de solo para uso público				m2		2,057
Percentagem da área de solo para uso público				%		36%

2. CONSTRUÍDO

DEMOLIÇÕES						
Edificado existente				m2		10,645
Edificado existente a demolir				m2		4,589
Edificado existente a manter				m2		6,056
ÁREA DE CONSTRUÇÃO						
Área de const. acima do solo	total acima do solo	a.c. total		m2		**13,110**
	a construir	a.c.const.		m2		8,456
	a reabilitar	a.c.reab.		m2		4,654
Área de const. abaixo do solo	total abaixo do solo	a.c. total		m2		**5,626**
	a construir	a.c.const.		m2		4,224
	a reabilitar	a.c.reab.		m2		1,402
Área de construção total		a.c. total		m2		**18,736**
ÍNDICES DE EDIFICABILIDADE						
Superfície de Pavimento Total		Sp	edificado priv + estac contabilizável	m2		**14,631**
Superfície de Pavimento Habitação		Sp hab		m2		5,006
Superficie de Pavimento Comércio		Sp com.		m2		
Superficie de Pavimento Serviços		Sp serv.		m2		9,625
Superfície de Pavimento (estacionamento contabilizável)		Sp est.		m2		
Superfície de Pavimento + área equipamentos públicos			Sp + área eq.pub.	m2		14,631
Índice de edificabilidade		Ie	Sp / As	m2	< 1.2	2.56
Índice de edificabilidade (c/ equipamentos públicos)			Sp + área eq.pub. /As	m2	< 1.5	2.56
Índice de Utilização do solo		Iu	Ac/As	m2		3.28
IMPLANTAÇÃO						
Área Total de implantação		Ai	Ai. total	m2		**3,671**
Área de implantação de equipamentos públicos			Ai. eq. pub.	m2		0
Área de implantação de const. privada			Ai. priv.	m2		3,671
Índice de Ocupação do Solo (total)		Io	(∑Ai/ As) x100	%		64.18%
PROGRAMA						
Habitação		**Ac hab**		m2		5,006
Actividades Económicas		**Ac com**		m2		9,625
Equipamentos Privados		**Ac eq priv**		m2		0
Equipamentos Públicos		**Ac eq pub**		m2		0
Estacionamento (contabilizável/acima do solo)		**Ac est***		m2		0
Estacionamento (não contabilizável/abaixo do solo)		**Ac est***		m2		3,157
Estacionamento em edificio dedicado [silo]		**Ac est***		m2		0
Áreas técnicas		**At**		m2		948
Nº máximo de pisos acima do solo				un		8
% de uso habitacional				%		27%
% de uso actividades económicas				%		51%
% de equipamentos privados				%		0%
% de equipamentos públicos				%		0%
% de estacionamento				%		17%

3. COMERCIALIZAÇÃO

HABITAÇÃO					
Área de habitação	total	**Ac hab**		m2	**5,006**
	a construir			m2	1,899
	a reabilitar			m2	3,107
Logradouros		**log**		m2	240
Habitação colectiva (fogos)				un.	33
Área média de fogo		**amf**	Ac hab/F	m2	150
ACTIVIDADES ECONÓMICAS					
Área Actividades Económicas	total	**Ac act econ**		m2	**9,625**
	a construir			m2	6,676
	a reabilitar			m2	2,949
Áreas Exteriores				m2	1,808
EQUIPAMENTO PRIVADO					
Equipamento Privado 1					
Área de Equipamento Privado	total			m2	
	a construir			m2	
	a reabilitar			m2	
	área exterior associada			m2	
Equipamento Privado 2					
Área de Equipamento Privado	total			m2	
	a construir			m2	
	a reabilitar			m2	
	área exterior associada			m2	
Total Equipamentos Privados					

4. CEDÊNCIAS

				Santa Joana permitido	proposta
CEDÊNCIAS REDE VIÁRIA					
Via Rodoviária			m2		
Passeios			m2		
Total rede viária			m2		
CEDÊNCIAS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA					
Praças e Pedonais			m2		
Espaços verdes	V1		m2		
	V2		m2		
	V3		m2		
	V4		m2		
	V5		m2		
	V6		m2		
	V7		m2		
	total esp verdes		m2		
Total de cedência de espaços de utilização pública			m2		
CEDÊNCIAS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS					
Equipamento Público 1					
Área de Equipamento Público	total		m2		**0**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Equipamento Público 2					
Área de Equipamento Público	total		m2		**0**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Equipamento Público 3					
Área de Equipamento Público	total		m2		**0**
	a construir		m2		
	a reabilitar		m2		
	área exterior associada		m2		
Total áreas de cedência equipamentos			m2		
TOTAL DE ÁREA DE CEDÊNCIAS (s/ rede viária)					
Área Total		30m2/100m2 de SP	m2	4,389	
Diferença			m2		-4,389
Percentagem de cedência em relação a Sp		total cedências/ Sp x100	%	30%	0

5. ESTACIONAMENTO

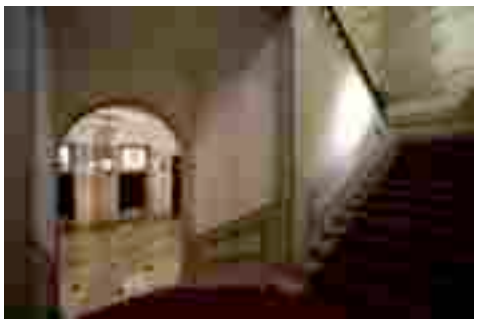
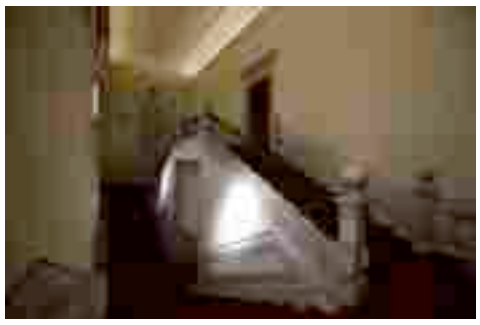
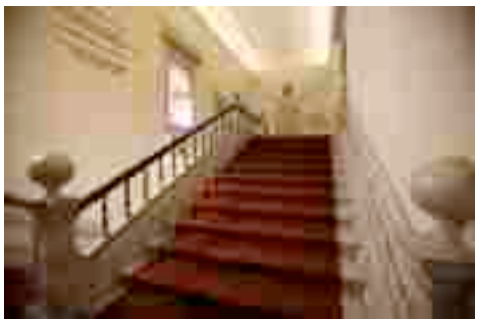
ESTACIONAMENTO PRIVADO					
Total estac. privado calculado (hab+act econ)		est hab + act econ	un.		**81**
Estacionamento habitação	lug privado (PDM)		un.	Fx1	33
Estacionamento comércio	lug privado	x lug / 100m2	un		
Estacionamento serviços	lug privado	x lug / 100m2	un.	x=0.5	48
Estacionamento Eq. Priv	lug privado	x lug / 100m2	un		
Área de estacionamento efectiva			m2		3,157
Número efectivo de lugares de estacionamento privado		área est / 25m2	un		**126**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		45
ESTACIONAMENTO PÚBLICO					
Total estacionamento público calculado (hab+act econ)			un.		**0**
Estacionamento habitação	ced dom público (PDM)	x lugares/ 100m2 s.p.	un.	x=0	0
Estacionamento comercio	ced dom público	x lug / 100m2	un	x=0.25	0
Estacionamento serviços	ced dom público	x lug / 100m2	un.	x=0	0
Estacionamento associado equipamento público* PUALZE		0.5 lug / 100m2	un.		
Área de estacionamento em edificio dedicado [silo]			m2		0
N.º de lugares em edificio dedicado [silo]		área est / 25m2	un		0
Nº de lugares à superficie			un		0
Número efectivo de lugares de estacionamento público			un		**45**
Diferença (lugares de estacionamento)			un		45

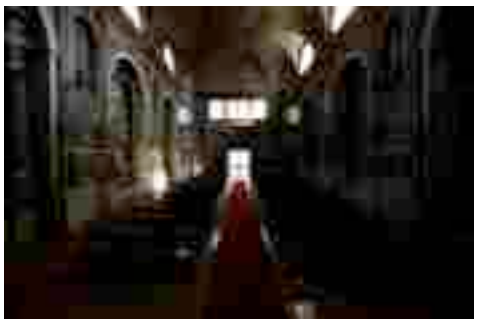
6. PERMEABILIDADE

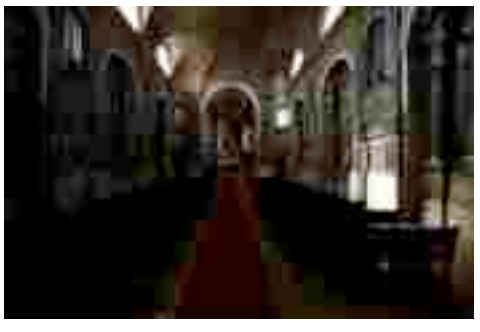
PERMEABILIDADE					
Área Permeável			m2		1,679
Área Semi-Permeável			m2		
Área Impermeável			m2		377.4
Índice de permeabilidade	Ip	(área perm.+0,5xA semi.p/ As) x100	%		29%
SUPERFÍCIE VEGETAL PONDERADA					
Área de referência		área líq lot + ced espaços ut. pública			5,719
Superfície Vegetal Ponderada	**Svp**	A + 0.6 B + 0.3 C	m2		2,029
Solo orgânico sem construção abaixo ou acima do solo	**A**		m2		1,679
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 1m de terra	**B**		m2		189
Superfície vegetal sobre laje - mínimo de 0.3m de terra	**C**		m2		789
Svp aplicada à área líquida do loteamento		≥0,4 área de ref.		≥ 0.40	0.35
A aplicada à área líquida do loteamento		≥0,2 área de ref.		≥ 0.20	0.29

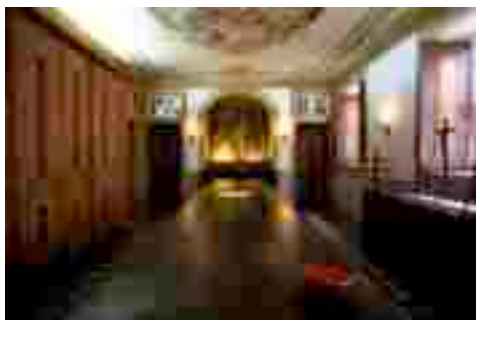
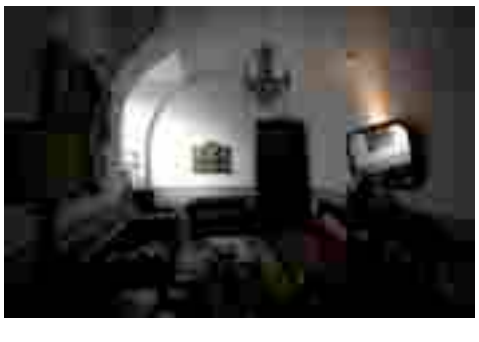
DISPONIBILIDADES

U8 . ACADEMIA MILITAR . PAÇO DA BEMPOSTA

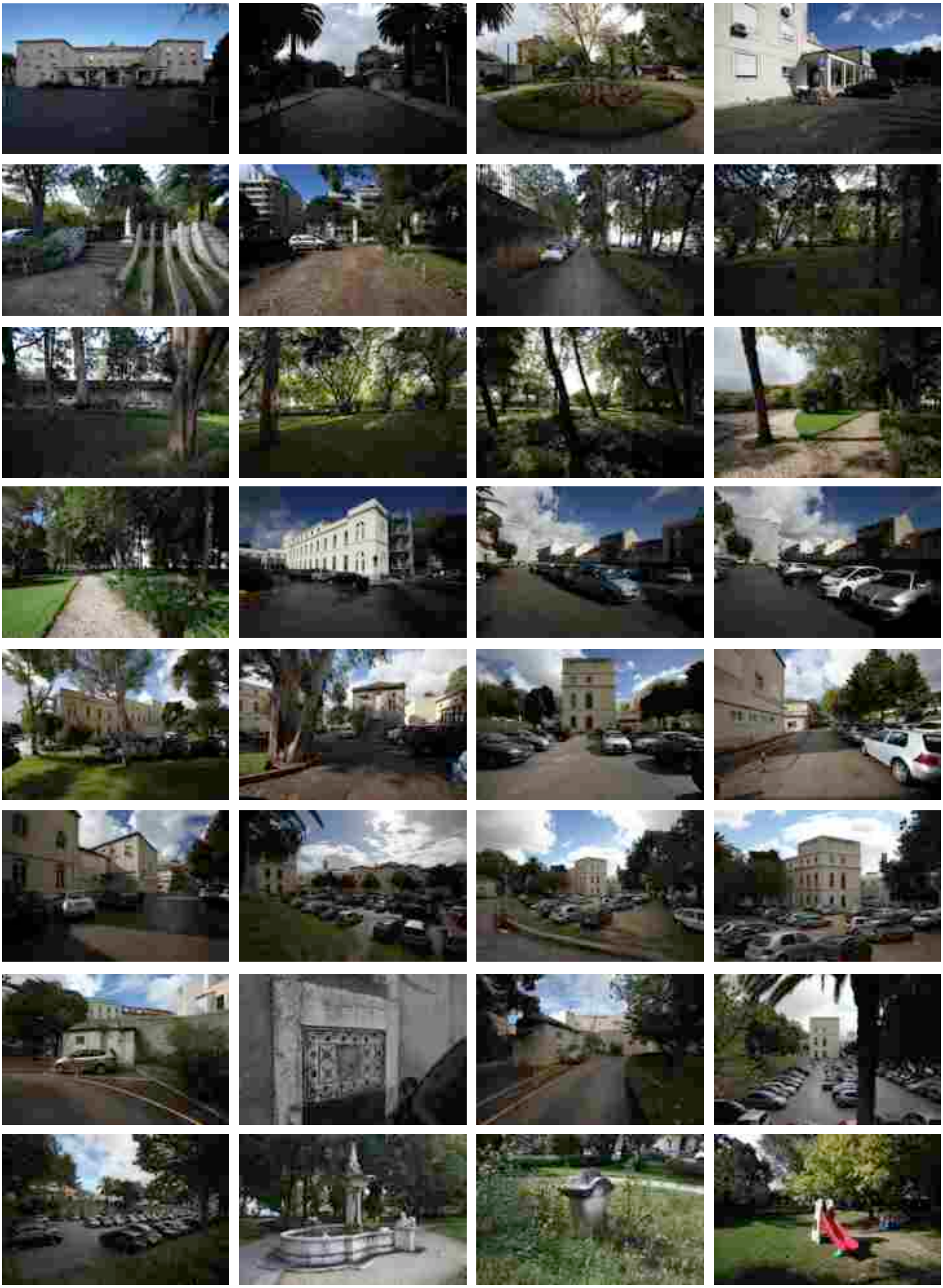




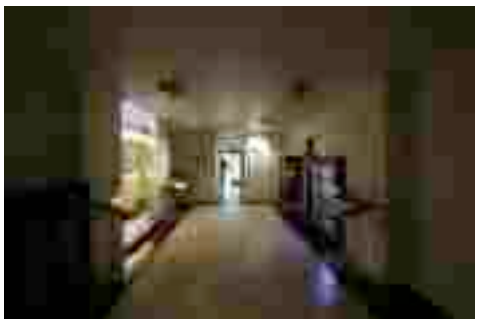


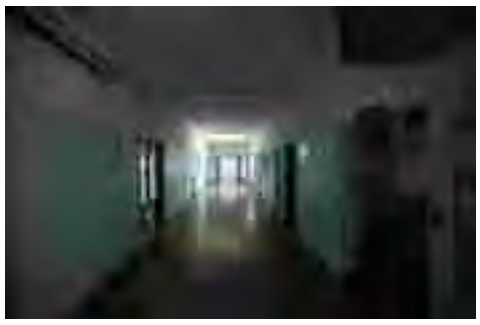


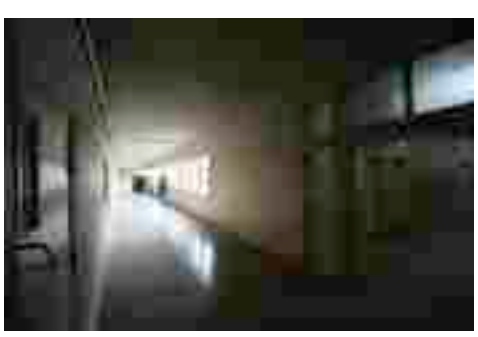



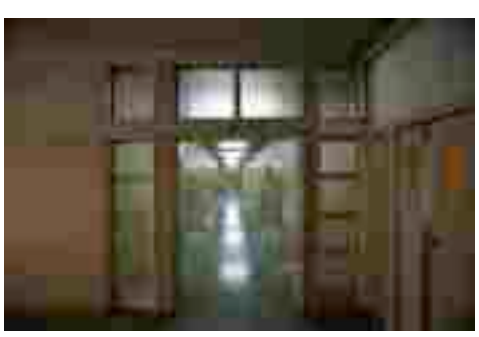
U7 . HOSPITAL DA ESTEFÂNIA

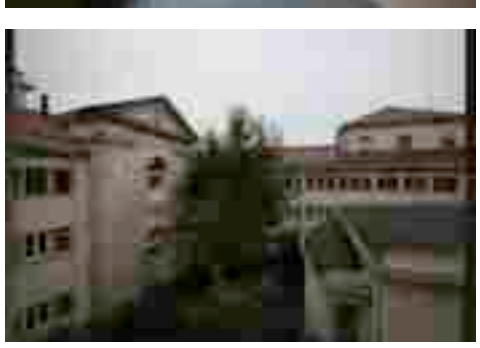
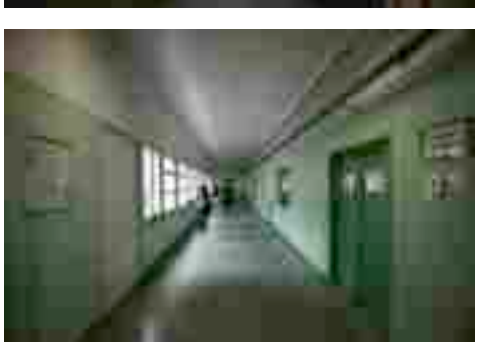


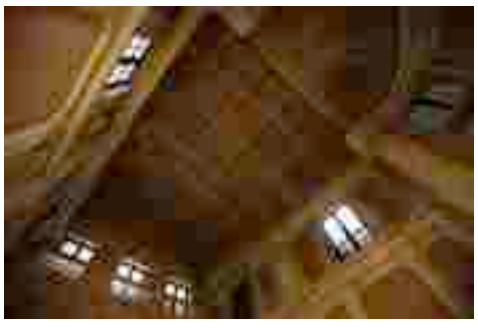










DISPONIBILIDADES

[PUALZE]

Para além do PDM, instrumento central para a gestão do território, tem particular relevância sobre este território o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE), que incide sobre parte da vertente a poente da área em estudo e aponta pistas programáticas no que respeita ao desenho de espaço público. Três Sub Unidades Operativas de Planeamento e Gestão abrangem as áreas da Rua do Passadiço, Ateneu e Torel - SUOPG's 4, 5 e 6, respectivamente.

No que respeita ao espaço público, todas as SUOPG's referidas apontam no seu programa para a qualificação dos espaços verdes existentes, associando a esta operação o incremento da circulação pedonal e/ou a construção de equipamentos de apoio à fruição dos espaços verdes. No que diz respeito à área da Rua do Passadiço (SUOPG4), aponta-se ainda a implementação de um equipamento e a construção de um estacionamento que sirva os habitantes da zona, este último já incluído na U3 Capuchos. Na área do Ateneu (SUOPG6) aponta-se como operações a requalificação do edificado existente e a implementação de um empreendimento turístico de qualidade no Palácio de Rio Maior.

[estudo da CML . resumo de cartas estratégicas]

A "Proposta de Equipamentos de utilização colectiva" elaborada pela CML no quadro do Estudo da Colina do Conhecimento, aponta caminhos não só para a identificação de outras possíveis áreas de intervenção na Colina de Santana, mas também para a elaboração de um programa funcional para a globalidade da área da colina. Baseado fundamentalmente nos documentos estratégicos temáticos que acompanham o PDM (Carta Educativa, Carta da Saúde, etc) e fazendo uma síntese daquilo que diz respeito a este território em particular, este documento aponta ainda outras hipóteses de programas específicos para a colina, assim como localizações possíveis.

No que respeita aos equipamentos de saúde, são identificadas três estruturas que deveriam ser implementadas na área de intervenção correspondentes a duas unidades de cuidados de saúde primários: códigos 6Q e 13Q da carta da Saúde, a implantar respectivamente nas freguesias do Coração de Jesus (845m2) e da Pena (1200m2), em substituição de unidades já existentes. Uma destas unidades, possivelmente aquela a implementar na Pena está já incluída na operação da EPUL junto ao Martim Moniz. É ainda tido como desejável a implementação de uma Unidade de Cuidados Continuados, na medida em que não existem para já outras previstas para a área do Centro Histórico.

Nos equipamentos de ensino é identificada apenas a necessidade da construção e uma Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (código 6002 da Carta Educativa), no local onde se situa hoje o Quartel do Cabeço de Bola, ocupado pela GNR. A escola que se prevê, com uma necessidade de terreno na ordem dos 16.000m2, prevê já as necessidades geradas pelo acréscimo de população resultantes da saída dos hospitais, e compreende Jardim de Infância 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico.

As carências no que respeita à prática desportiva poderiam segundo este documento ser resolvidas com duas operações, que passam pela reconversão funcional parcial de um equipamento existente e pela construção de novos equipamentos. No primeiro caso, a Academia poderia alargar a outras áreas o protocolo celebrado com a Junta de Freguesia da Pena que permite o uso público da sua piscina. Ainda assim e mesmo alargando o âmbito do protocolo, seria necessário implementar salas de desporto e um tanque de aprendizagem, de preferência na proximidade de equipamentos sociais: creche, centro de dia ou lar de idosos.

A implementação de um Museu da Medicina que albergue o espólio documental e instrumental associado à história dos hospitais seria a única acção a implementar no domínio da cultura. Este deve localizar-se num edifício de valor patrimonial, e associado aos hospitais e sua história.

No campo dos equipamentos sociais para a primeira infância sugere-se a implementação de duas creches com 350m2 de área coberta e espaços exteriores de igual dimensão. No que respeita aos cuidados a idosos é indicada a implementação de um lar de idosos com cerca de 1.920m2 e um centro de dia com 420m2, com espaço exterior associado. É desejável uma relação de estreita proximidade entre o Centro de Dia e a Creche. É ainda referida a desejável implementação de residências assistidas para 60 utentes, num máximo de 30 apartamentos.

No que respeita à Protecção Civil a construção de um Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros tem já localização definida no quadro da operação da EPUL do Martim Moniz.

[carta com estado de conservação]

A informação fornecida pela Câmara sobre o estado de conservação dos edifícios (entre mau e muito mau estado de conservação) permitiu constatar da homogeneidade da distribuição destes pela área em estudo, não sendo possível encontrar à partida algum padrão que distinga as diferentes zonas com base neste parâmetro.

[listagem de edifícios devolutos]

A cartografia dos devolutos foi feita tendo em conta apenas os edifícios totalmente devolutos, não tendo sido considerados os edifícios que estão apenas parcialmente vazios. O material utilizado foi a listagem de devolutos elaborada pela CML, com base em dados de 2007. Os edifícios devolutos coincidem quase na totalidade com imóveis em estado de conservação deficiente. Novamente não foi possível identificar uma tendência na distribuição destes pelo território, nem eventuais conjuntos de edificado devoluto que permitissem equacionar uma intervenção de maior escala.

[propriedade pública]

A propriedade pública foi cartografada identificando as propriedades camarárias e de Estado, tendo sido possível localizar um conjunto significativo de edifícios de propriedade camarária, nomeadamente junto ao Martim Moniz.

[compromissos urbanísticos. estudos urbanos]

A planta com os compromissos urbanísticos e estudos urbanos identifica antes de mais e de forma evidente as grandes unidades cadastrais da Sagestamo, identificadas de U1 a U6. Uma questão fica no entanto pendente, relativamente ao Hospital de S. Lázaro, na medida em que não é claro se este faz parte do conjunto de compromissos associados à Sagestamo ou se é um lote que deve permanecer na propriedade do Ministério que o tutela.

Classificado como área de estudo urbano, o Pátio do Moca corresponde actualmente a um conjunto de prédios na sua maioria devolutos, de propriedade privada e de propriedade camarária onde se localiza um lavadouro público recentemente restaurado. Estão associadas a esta área um conjunto de prédios devolutos até à Rua do Saco, que devem ser objecto de requalificação conjunta a breve prazo.

Na Rua Gomes Freire, o Palacete onde está situada a Polícia de Segurança Pública e o parque de estacionamento que lhe é anexo são propriedade da Câmara e estão igualmente classificados como área de estudo urbano.

O conjunto da Rua das Barracas está classificado como um compromisso da Gestão urbanística e tem projecto eficaz para a demolição de alguns imóveis, requalificação de outros e beneficiação em geral do espaço público que os envolve.

[projectos em curso]

Foi feito ainda o trabalho de identificar os projectos de arquitectura de iniciativa não camarária de impacto territorial relevante, que estejam em curso ou em apreciação e que possam ser considerados para a elaboração da proposta. Foi identificado nesse quadro o projecto de requalificação do Ateneu Comercial de Lisboa, que inclui uma intervenção nos espaços exteriores na encosta e a implementação de um percurso de acesso à cota alta com meio de elevação mecânico associado, que se pode articular com algumas das operações apontadas no PUALZE para as áreas em causa. A reconversão do Palácio Rio Maior em Hotel pode também ser lugar para cruzamento de propostas com vista à dilatação do espaço público.

Em resumo e para além das unidades cadastrais propriedade da Sagestamo, podemos incluir no conjunto das áreas sob transformação na Colina as seguintes áreas:

1. áreas correspondentes estudos urbanos da CML:
    a. Pátio do Moca
    b. Gomes Freire
    c. Conjunto da Rua das Barracas.

2. áreas que podem ser objecto de reconversão funcional no quadro de transformações específicas:
    a. Abertura ao público dos espaços desportivos da Academia Militar;
    b. implementação de escola EB123+JI no Quartel do Cabeço de Bola.

3. percursos a implementar <u>percursos a implementar:</u>
    a. acessos à colina;
    b. percurso a meia cota na vertente poente;

4. áreas com projectos aprovados e que tenham incidência sobre o desenho do espaço público:
    a. projecto de requalificação do Ateneu Comercial de Lisboa e espaços exteriores adjacentes;
    b. hotel no Palácio Rio Maior.

5. áreas muito desqualificadas
    a. prédios em mau estado de conservação;
    b. prédios devolutos.

6. áreas de propriedade pública
    a. CML;
    b. Estado;
    c. EPUL ou outras.

No que respeita ao programa e para além do programa já com localização definida (espaços desportivos na Academia Militar e escola do Quartel do cabeço de Bola) restam ainda para localização os seguintes programas, na sua maioria programas de proximidade:

. 1 unidade de cuidados de saúde primários a implantar na freguesia do Coração de Jesus (845m2);

. 1 unidade de cuidados continuados

. salas de desporto (n.º e área indeterminados)

. 1 tanque de aprendizagem

. 2 creches (350m2 de área coberta + 350m2 de espaços exteriores)

. lar de idosos (1920m2)

. centro de dia (420m2 + espaço exterior)

. residências assistidas (máximo 30 apartamentos)

A implementação de um Museu da Medicina na Colina de Santana surge como uma evidência no conjunto deste programa e deve encontrar a localização mais adequada no conjunto dos edifícios hospitalares a reconverter.

ÁREAS DE DISPONÍVEIS

planta da propriedade pública
e das condicionantes urbanísticas

UNIDADES DE INTERVENÇÃO

U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

I1 Cabeço de Bola
I2 Gomes Freire
I3 Pátio do Moca
I4 São Lázaro
I5 Percurso do Torel

propriedade municipal
propriedade de Estado
estado de conservação . mau
estado de conservação . muito mau
edificios totalmente devolutos
compromissos urbanisticos . estudos urbanos
limite do PUALZE - Plano Urbano da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes

B3 Camões
U7
U6
U2
I2
I1
A5 Anjos
U5
U8
A1 S. Bernardino
U3
B3a Anjos
A2 Mercado Intendente
I3
B2 Andaluz
U4
I4
I5
A3 S. Lázaro
C1 Torel
U1
0
50
100
500
1000
N

PROGRAMA

PROGRAMA COLINA

Assumindo a centralidade das operações a operar nas unidades cadastrais dos hospitais, parte-se do esquema programático que estas propõem, por forma a traçar um esquema geral de intervenção sobre o território da colina. Este novo esquema de organização da proposta inclui também as novas áreas de intervenção potencial identificadas no ponto anterior, entre espaços do domínio público e do domínio privado.

As novas áreas do domínio público compreendem áreas a reconverter funcionalmente e áreas que são alvo de estudos urbanos, vocacionadas para a implementação de equipamentos de proximidade, por contraposição aos equipamentos de valor patrimonial associados às grandes unidades, mais vocacionados para a implementação de equipamentos de cidade. Os espaços públicos fundamentais da colina assim como a rede fundamental que os liga deverá ser qualificada em relação directa com os novos espaços a implementar no interior das grandes unidades.

Os imóveis em mau estado de conservação assim como os devolutos são os espaços preferenciais para intervenção sobre o domínio privado, que deve incidir sobre a requalificação de parque habitacional desqualificado, fazendo funcionar um efeito de contaminação das grandes operações nas unidades sobre as restantes áreas da colina.

O património será neste contexto uma questão completamente transversal a todo o território e que entra em conta linha de conta com todos os elementos inventariados e classificados, assim como com a matriz urbana deste território.

S. JOSÉ MIGUEL BOMBARDA CAPUCHOS DESTERRO SANTA MARTA SANTA JOANA

equipamentos públicos e património de acesso condicionado

MUDANÇA DE USO

cedências para o domínio público

não património

património

equipamentos disponíveis

novos equipamentos

equipamentos

domínio privado

equipamentos privados

actividades económicas

habitação

novo cadastro

novos acessos

rede pedonal

rede viária de vizinhança

meios mecânicos

percursos pedestres

equipamentos de cidade

espaços abertos de fruição pública

verdes

rede viária e pedonal

PATRIMÓNIO

qualificação e abertura ao público de valores patrimoniais

PÚBLICO

dilatação do espaço de uso público [espaços abertos e equipamentos]

permeabilidade pedonal
controlo de tráfego rodoviário

PRIVADO

incremento e qualificação da função habitacional

enquadra e qualifica

enquadra e qualifica

equipamentos de proximidade

academia militar

quartel do cabeço de bola

áreas a reconverter

gomes freire

pátio do moca

estudos urbanos

espaços públicos fundamentais da colina

rede fundamental de conexão do espaço público

devolutos

mau estado

áreas desqualificadas

classificações dgpc
+
carta municipal
do património

domínio público

domínio privado

ÁREAS DE INTERVENÇÃO NA COLINA DE SANTANA

[3]

PENÍNSULA

COLINA DE SANTANA . PROJECTO URBANO

PATRIMÓNIO

METODOLOGIA

Apesar de enunciada neste ponto como uma questão isolada, o Património é pelo contrário uma questão transversal neste estudo e fundamental na estruturação deste trabalho, desde a análise ao enunciar de estratégias de intervenção, acabando mesmo a questão patrimonial por estar na base daquilo que são as tomadas de posição fundamentais deste trabalho acerca do território. O Património é de facto umas das questões centrais quando se aborda a Colina de Santana, uma das áreas mais antigas da cidade, incluída na sua maior parte na UOPG07 do Centro Histórico e que inclui mais de 200 imóveis e conjuntos inventariados, entre a Carta Municipal do Património e as classificações do DGPC.

Propõe-se abordar esta questão em duas vertentes, associadas a duas escalas, entre os edifícios singulares e conjuntos já elencados, mas incluindo também o património que possa ser identificado ao nível urbano em conjuntos mais alargados que tenham em conta traçados, a matriz urbana, escalas, etc.

Ambas as vertentes (do singular e do urbano) se inscrevem numa estratégia conjunta que faz a leitura do património nas possibilidades que oferece ao nível da qualificação do espaço público, num binómio de trabalho que se pretende em valorização mútua neste território e englobando as duas vertentes que o trabalho sobre o espaço público encerra: equipamentos e espaços abertos.

A vertente patrimonial associada à reflexão sobre os equipamentos na Colina de Santana, incide sobretudo sobre o património que fica disponível com a transferência dos hospitais. Além de representar um conjunto significativo de edifícios de excepção que ficarão a breve prazo sem função, é um património que foi altamente penalizado com a função hospitalar que lhe estava associada, pelo que a saída dos hospitais é antes de mais uma oportunidade para a valorização não só deste património, mas também dos espaços abertos que lhe estão associados. A reprogramação funcional desse património, adequando-o aos constrangimentos que edifícios com estas características encerram é uma reflexão fundamental e que pode inclusivamente contemplar a possibilidade de uma maior abertura ao público de algum património de relevo que esteja neste momento com acesso condicionado, por forma a promover a sua utilização e valorização.

Pensando a questão agora a partir do espaço público em geral, o património arquitectónico é também ele um factor de qualificação dos espaços públicos e das funções para estes programadas, constituindo-se também como um dos elementos que constroem aquilo que chamaremos de património urbano.

[Metodologia]

- compilação e sistematização da informação sobre as classificações actuais ao nível da DGPC e da CML, com a elaboração de plantas e inventário;
- proposta de leitura da Colina de Santana e da estratégia de valorização patrimonial a partir da divisão em zonas homogéneas já identificadas - património urbano;
- introdução de novos dados com identificação de elementos notáveis ainda não inventariados ou classificados e propostas de leitura e de intervenção sobre alguns dos elementos identificados;
- articulação com a temática do espaço público - Redes e Programa.

METODOLOGIA

EM Edifício Motor

Bairros históricos (a preservar)

Bairros novecentistas (a preservar)

Conjunto do Torel (a preservar)

BAIRRO
CAMÕES
EM
EM
EM
EM
EM
EM
BAIRRO
ANDALUZ
CONJUNTO
TOREL
BAIRRO
SANTANA
0
50
100
500
1000
N

CLASSIFICAÇÕES

O património na Colina de Santana é um conjunto de bens imóveis de grande diversidade na sua tipologia, na sua arquitectura e na sua história.

Os bens imóveis podem ser classificados na categoria de monumento, conjunto ou sítio, definidos no direito internacional; por monumento entende-se uma obra ou composição notável pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social incluindo elementos decorativos que façam parte delas; por conjunto, entende-se, um agrupamento arquitectónico urbano ou rural coeso, notável pela sua unidade ou integração na paisagem como pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social; por sítios, espaços suficientemente característicos e homogéneos que possam ser delimitados geograficamente apresentando factores notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

São definidos por Lei , 3 tipos de classificação, interesse nacional, interesse público e interesse municipal. Cita-se n.º4,5 e 6 do artigo 15.º da Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro:

4 — Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

5 — Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

6 — Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, repre- sentem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Encaixada no meio de grandes zonas classificadas, ou em vias de classificação, como a Baixa Pombalina []; Lisboa Pombalina; Zona da Avenida da Liberdade], a área de estudo é uma zona rica em grandes edifícios conventuais, palácios, habitação e equipamentos, de tempos muito diversos.

Os **Monumentos Nacionais** estão representados pelo que consideramos, três tipologias de classificação: os grandes conjuntos que extravazam a Colina de Santana, mas que têm aqui um papel importante como o *Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa* e o *Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados,* protegidos em toda a sua extensão, conhecida e descoberta; a zona do *Ascensor do Lavra e meio urbano que o envolve* que trata uma área composta por uma via pública, um equipamento de transporte público e os edifícios que o rodeiam; os imóveis singulares e excepcionais que contribuem para a história e para a cultura portuguesa, o Palácio da Independência, a Capela do Paço da Bemposta, a Sacristia de Santo Antão-o-Novo e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Estas são obras notáveis de irreconhecível valor, protegidas por Lei e que devemos proteger e manter. As épocas de classificação mostram também a politica cultural da época, aqui encontramos algumas das primeiras classificações, como o Palácio Almada-Independência, o Castelo e as Cercas e o Aqueduto, cujo primeiro diploma data de 1910, ano de implantação da Iª República. Por outro lado, notamos um exemplo de arquitectura moderna na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, classificado em 2010 pela obra realizada pela equipa do arquitecto Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas.

Quanto aos **Conjuntos/Imóveis de interesse público**, deparamo-nos com a grande área classificada como *Campo dos Mártires da Pátria, também denominado «Campo Santana», incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco.* Esta é composta por uma mancha que cobre o próprio espaço do Campo, como se estica até o Hospital dos Capuchos, parte do conjunto do Torel, Largo do Mastro, Paço da Rainha até o Palácio Pombeiro, actual Embaixada de Itália. As obras notáveis de interesse público incluem edifícios de grande dimensão como o Convento da Encarnação, o Coliseu dos Recreios, o Conjunto de 3 palácios na Rua de S. José, o conjunto da igreja de S. José dos Carpinteiros e o Palácio do Conde Redondo, no antigo eixo de saída da cidade [Portas de Santo Antão - Palhavã]. O edifício principal de S. José, o antigo Colégio de Santo Antão, é o único convento transformado em hospital que se encontra protegido no seu total. Nos Capuchos, Santa Marta e Miguel Bombarda, apenas algumas peças estão classificadas, pondo em causa o restante edificado. Será de senso comum, manter os edifícios que enquadram e formam um conjunto com eles. No Hospital do Desterro, não existe nenhuma protecção, embora esteja na zona de protecção do imóvel na Avenida Almirante Reis, nº1, conhecido pela cervejaria *Ramiro.* Nesta zona, onde a Rua da Palma se transforma em Avenida Almirante Reis, em termos toponímicos, encontramos ainda o Chafariz do Desterro e a Garagem Liz, exemplos de arquitecturas de tempos diversos. Outros imóveis de dimensão mais reduzida encontram-se também protegidos, estando levantado no **inventário do património** que apresentamos com este estudo.

Cada bem imóvel classificado, beneficia de uma **zona de protecção** que se categorizam em Zona Geral de Protecção, Zona especial de Protecção Provisória e Zona Especial de Protecção [ZEP].Cita-se o ponto 1 do artigo 37º VER NUMERO DL de 23 de Outubro de 2009:

A zona geral de protecção tem 50m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação

O conjunto das zonas de protecção é uma mancha que é a soma destes espaços de 50m dos vários conjuntos, imóveis ou sítios classificados.Relativamente a Zonas Especiais de Protecção, a encosta poente da Colina encontra-se em parte na ZEP da Avenida da Liberdade, em vias de classificação Esta abrange o Hospital de Santa Marta; no caso do Hospital Miguel Bombarda, foi criada uma zona especial de protecção que engloba o terreno do antigo Hospital, além dos Balneários e do Pavilhão de Segurança, Imóveis de Interesse Público.

As **áreas de valor arqueológico** estão detalhadas no Plano Director Municipal de Lisboa [Artigo 33º do Regulamento], delimitadas na Planta de Qualificação do Espaço Urbano do PDM, visam a salvaguarda do património arqueológico existente e de áreas de alta probabilidade de vestígios. Estas zonas separam-se em três níveis dependendo dos registos ou probabilidades definidas. Assim, o Nível Arqueológico I refere-se a áreas de valor patrimonial consolidado, ou seja, áreas que já foram escavadas ou que existe uma certeza da sua existência. As de Nível II tratam áreas de potencial valor arqueológico elevado, ou seja, áreas de que existem registos ou uma alta probabilidade de vestígios. As áreas de Nível Arqueológico III, áreas condicionadas de potencial valor arqueológico, onde existem indícios da existência de vestígios arqueológicos. Cada um destes níveis tem implicações sobre as operações urbanísticas que aí se realizem, podendo ser determinadas diversas metodologias: um estudo arqueológico, um plano de trabalhos aprovado pelos órgãos competentes ou um acompanhamento presencial da obra a decorrer. As operações devem ser submetidas aos órgãos nacionais e municipais para apreciação e deliberação.

PATRIMÓNIO
planta de classificação [IGESPAR]

UNIDADES DE INTERVENÇÃO
U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar

BAIRROS
B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS
A1 S. Bernardino
A2 S. Lázaro
A3 Mastro . Bemposta
A4 Anjos

CONJUNTOS
C1 Torel

NÍVEIS ARQUEOLÓGICOS
NA1 Nível Arqueológico 1
NA2 Nível Arqueológico 2
NA3 Nível Arqueológico 3

monumento nacional
conjunto de interesse público
imóveis de interesse público
imóveis em vias de classificação
zona de protecção de imóveis
zona especial de protecção
imóveis em vias para interesse municipal

B3 Camões
U7
U6
71091
NA3
U2
70711
U5
3328
3202
U8
A5 Anjos
A1 S. Bernardino
141
3199
U3
3302
B3 Camões
NA3
A7 Mestre Bemposta
F. 4764
3303
B2 Andaluz
3289
U4
NA2
3274
A3 S. Lázaro
C1 Torel
3228
3290
U1
3236
4768
1765
1557
3326
E . 3201
NA1
NA2
NA1
0
50
100
500
1000
N

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO

A Carta Municipal do Património veio substituir o anterior Inventário Municipal do Património do PDM de 1994, aumentando a lista de bens imóveis para um total de 2028 imóveis e 512 conjuntos edificados, separados em três categorias, Imóveis e Conjuntos Arquitectónicos, Património Paisagístico e Lojas de referência histórica e/ou artística. Esta veio proteger as tipologias que foram mais penalizadas no anterior documento, a arquitectura doméstica do século XIX e do inicio do séc. XX, estando definido no Plano Director Municipal de Lisboa a sua regulamentação no Artigo 27º do Regulamento do PDM de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal em 24 de Julho de 2012 [Primeira revisão aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de julho de 2012 (Deliberação n.o 46/AML/2012 e Deliberação n.o 47/AML//2012) e publicada em DR de 30 de agosto de 2012].

Estas regras dizem respeito ao tipo de intervenções e excepções possíveis nestes bens imóveis. Embora não tenham a mesma protecção legal que os bens classificados como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público, encontram-se inventariados e protegidos ao nível municipal, tirando partido de uma maior flexibilidade. O documento incluem as classificações nacionais e as municipais, criando uma visão de conjunto do património relevante em Lisboa.

A nível municipal, trata-se sobretudo um conjunto de edifícios excepcionais e não classificados no património nacional, como por exemplo os edifícios conventuais alvo de estudo, o Convento do Desterro, o Convento de Santa Marta ou o Hospital Miguel Bombarda. Mas também um conjunto de arquitecturas domésticas, palácios [Palácio do Patriarcado], palacetes, ou edifícios de habitação de arquitectura relevante mas anónima, casos exemplares de uma época [séc. XIX, séc. XX], ou equipamentos religiosos, igrejas [Igreja de N. Sra. da Pena] e ermidas [Ermida N.Sra. da Carreira].

O património paisagístico trata jardins, miradouros, tapadas, azinhagas, cemitérios, quintas, cercas, parques e casais agrícolas para a qual se justifique a sua preservação na identidade cultural de Lisboa. da Colina Esta categoria está representado pelo Jardim Brancaamp Freire, espaço verde do Campo Mártires da Pátria, e o Jardim do Torel, miradouro sobre o Vale Verde. Passíveis de transformação, estes espaços estão sujeitos a privilegiar a história, a vegetação, o relevo e a água.

As Lojas de Referência Histórica e/ou Artística, casos de estabelecimentos comerciais que contribuem para a história e vida da cidade, encontramos o Monumento ao Dr. António Sousa Martins, coberto de pedras lapidarias num ritual característico. A Cervejaria Solmar e o seu programa decorativo é outro caso aqui presente que contribuí para a identidade cultural da cidade ou outros casos, menos conhecidos como uma Panificação na Rua Capitão Renato Baptista.

Observa-se da Carta Municipal do Património na Colina de Santana, uma profusão de edifícios e conjuntos arquitectónicos dispersos em diversas rua do Bairro Camões, da Calçada de Santana e os mais reconhecíveis na sua unidade, a Almirante Reis / Rua da Palma e o Paço da Rainha.

[inventário do património)

Após identificação dos imóveis e conjuntos identificados na Carta Municipal do Património procedeu-se a um documento que inventaria e detalha, correspondendo os códigos aos da Carta. O Inventário do Património que se apresenta pretende ilustrar com uma imagem [Duarte Belo] para cada código e nome que já se encontra publicado no documento municipal, adicionando as alíneas de Tipo, Morada, Freguesia, Logradouro, Uso, Estado de Conservação, Ano de Construção, Proprietário, Autor, Bibliografia associada, e Observações, visando o seu preenchimento possível e o trabalho de investigação continuo.

PATRIMÓNIO
planta de património edificado [Carta Municipal do Património]

UNIDADES DE INTERVENÇÃO

U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar

BAIRROS

B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS

A1 S. Bernardino
A2 S. Lázaro
A3 Mastro . Bemposta
A4 Anjos

CONJUNTOS

C1 Torel

monumento nacional
imóveis de interesse público
imóveis de interesse municipal _ carta municipal do património
conjuntos de interesse municipal

U12
U9
U6
U2
U5
U8
U3
U10
U11
U4
U7
U1
0
0
50
100
500
1000
N

PROPOSTA

A proposta que se apresenta para a leitura do património parte em primeiro lugar da aceitação das classificações anteriores como eficazes na regulação daquilo que é entendido singularmente como objecto de interesse patrimonial, mas sobrepõe-lhe uma lógica de leitura de conjunto, que pretende chegar a uma ideia do que poderá ser considerado como o património urbano na colina.

A identificação das unidades, bairros áreas e conjunto serve de base à definição de uma estratégia patrimonial que comanda a priori o que será na base a intervenção global na colina, ao definir para cada zona a vocação patrimonial, o potencial de transformação desejável e as linhas programáticas genéricas que devem ser seguidas.

Nos pontos que se seguem procura-se encontrar uma lógica de leitura e regulação patrimonial conjunta para toda a área urbana da Colina de Santana e introduzir novos dados e mais informação nos instrumentos reguladores disponíveis - ao nível da DGPC e da CML, ao nível do património urbano e dos elementos singulares.

[grandes unidades]

As grandes unidades acabam por ser a questão central ao nível patrimonial e que se entende dever ser lida enquanto sistema global, ou seja, o edificado não deve ser lido fora da lógica da sua cerca, uma vez que se trata de um mesmo sistema de desenho da cidade. O Hospital Miguel Bombarda na sua actual classificação do DGPC segue já esta lógica, estando inventariados dois imóveis de excepção, enquadrados por uma zona espacial de protecção coincidente com o perímetro da cerca.

No caso destas grandes unidades cadastrais, o grande potencial que representam ao nível da capacidade de regeneração e transformação urbanas é directamente proporcional à sua igualmente grande capacidade de produzir situações de descaracterização e desequilíbrio na estruturas urbanas em que se integram. Por este facto, estes conjuntos de edifícios que está inserido em grandes unidades cadastrais devem ser considerados enquanto edifícios-motor, no sentido em que é sobretudo a partir deles que se podem processar as grandes modificações nas áreas da cidade em que se inserem.

De facto, e se olharmos para a história destas unidades na Colina de Santana, percebe-se que foi sempre a partir destas que as grandes transformações no território se processaram, e neste caso em particular sem alterações de maior nos edifícios motor, a não ser no seu programa, já que estes pela sua matriz espacial foram sendo capazes de se adaptar às várias funções. Por outro lado, as reservas de terrenos que lhe estão associadas forma e continuam a ser fundamentais para a sua capacidade de regeneração enquanto sistema global.

Deste modo, há que sublinhar a centralidade destas operações na inevitável transformação que ocorrerá na Colina a breve prazo com a saída dos hospitais, tendo em conta que estas ancestrais estruturas urbanas encerram em si possibilidades muito vastas de reconversão, com as vantagens e desvantagens que daí advém, Ha que louvar à partida o carácter plurifuncional que as propostas das equipas de arquitectos apresentam para as unidades, que à partida estabelecem um equilíbrio funcional enquanto unidades autónomas, mas abrindo também caminho para a regulação de carências e para a criação de dinâmicas de contaminação para as áreas envolventes, no campo da regeneração da função habitacional e de qualificação do espaço público, mas também na vertente da valorização patrimonial.

[bairros]

Trata-se nos Bairros de malhas urbanas consolidadas e caracterizadas, com uma vocação funcional também estabilizada - predominantemente habitacional - que há que valorizar não apenas pelo seu valor histórico e urbano mas na qualidade de vida que podem oferecer. Não se trata nesta proposta de subverter qualquer ordem subjacente a estas estruturas urbanas, mas antes de valorizar os modos de habitar a cidade que representam, sobretudo na sua relação com o espaço público.

[áreas]

Estas são as áreas que acabam por ser menos caracterizadas em termos urbanos e patrimoniais e que apresentam descontinuidades de desenho que são o lugar privilegiado para a introdução de programa em falta ou programa que as outras áreas de valor patrimonial mais consolidado não conseguem albergar, por falta de terreno livre, mas também pelos constrangimentos que a desejada valorização patrimonial representa. É este o lugar ideal para a introdução de equipamentos vocacionados para a proximidade, pela menor escala da envolvente e pela possibilidade de inserção em pleno nas áreas habitacionais.

[conjunto]

Trata-se no Conjunto do Torel de um valor paisagístico global que deve ser valorizado, requalificado e preservado, e que encerra em si sobretudo um grande potencial de ampliação e qualificação do espaço de uso público da Colina. Não é o lugar para reconversões funcionais ou urbanas de fundo, mas antes um sistema urbano delicado, em bom estado de conservação global. cujo uso deve ser potenciado, desde que daí não advenham danos ao património arquitectónico e paisagístico.

[novas contribuições]

Propõe-se ainda neste campo do Património contribuir com novos elementos relativos a peças já inventariadas ou propor a inclusão de novos elementos ainda não incluídos nas listagens da Câmara ou do DGPC, assim como identificar quais são os imóveis incluídos na Carta Municipal de Património para os quais os projectos para as grandes unidades têm previstas obras de demolição parcial ou total.

Os novos elementos que para já se apresentam estão relacionados com o trabalho que foi realizado acerca dos sistemas de retenção da água e do seu encaminhamento na Colina de Santana, em que foi identificada a existência de uma cisterna no Convento de Santo António dos Capuchos e em que foi feita uma investigação acerca do Aqueduto das Águas Livres e do ramal de Santana.

Está representado em planta aquele que se presume seja um traçado mais aproximado do ramal na sua ligação ao hospital de S. José, que foi baseado na combinação de uma visita ao local com a sobreposição de traçados de plantas antigas de traçado do aqueduto nesta zona. Um aspecto a realçar neste novo percurso é o facto de, tal como está representado agora, o traçado da galeria de pedra praticamente evitar as fundações da Faculdade de Medicina. Dada a certeza, documentada e experimentada, da existência de pelo menos uma galeria de pedra, e de indícios da existência de novos elementos, devidamente especificados mais adiante neste trabalho, deveria proceder-se a um levantamento rigoroso do caminho deste troço do aqueduto e seus encanamentos, por forma a minimizar imprevistos em obra, num momento em que se procederá seguramente a trabalhos ao nível do subsolo nesta parte da cidade. Novos elementos serão produzidos associados ao trabalho de investigação da equipa de historiadores sobre os edifícios identificados em planta, em fase posterior.

As demolições que se pretende realizar nas grandes unidades incidem por vezes sobre património listado na Carta de Municipal de Património. Trata-se na maior parte dos casos de demolições parciais de acrescentos sucessivos que desqualificaram uma peça de arquitectura que está, como é natural, classificada no seu todo. Trata-se de demolições sobre partes de edifício que pretendem claramente valorizar o imóvel sobre o qual incidem, como será o caso das demolições que se prevêem para o hospital dos Capuchos.

Noutros casos de demolições integrais de edifícios isolados dentro das cercas, a lógica é precisamente a mesma, só que enquadrada numa lógica de conjunto. Esta tomada de posição tem sempre em conta também, uma reflexão prévia sobre qual o papel que estas estruturas bastante adulteradas e descaracterizada conseguirão desempenhar na nova lógica urbana que se perfila para cada unidade.

PROPOSTA

PROPOSTA

EM Edifício Motor

Bairros históricos (a preservar)

Bairros novecentistas (a preservar)

Conjunto do Torel (a preservar)

Demolições

Edifícios já classificados

EDIFÍCIOS PARA ESTUDO

a1 Edifício de habitação . Calçada do Garcia 17-31

a2 Edifício de habitação . Calçada de Santana 138-148

a3 Palácio Freire de Andrade / Inatel . Calçada de Santana

a4 Palácio . Calçada de Santana 208-216

a5 Edifício de habitação . Rua do Arco da Graça 39

a6 Pátio popular . Rua Martim Vaz

b1 Palácio . Campo Mártires da Pátria 60-65

b2 Palácio do Patriarcado . Campo Mártires da Pátria

b3 Palácio da Bemposta / Academia Militar . Paço da Rainha

b4 Palácio Pombeiro / Embaixada de Itália . Largo do Conde Pombeiro

b5 Palácio do Mitelo . Largo Mitelo

c1 Palácio Melo . Rua Santo António dos Capuchos

c2 Edifícios de habitação . Rua Santo António dos Capuchos 82-90

d1 Conjunto de edifícios de habitação . Rua do Passadiço

d2 Conjunto de edifícios de habitação . Rua da Fé

d3 Asilo de São João . Travessa do Loureiro

e1 Palácio Pais do Amaral (Alverca) / Casa do Alentejo . Rua das Portas de Santo Antão

e2 Palácio Saldanha / Rio Maior . Rua das Portas de Santo Antão

e3 Edifício de habitação . Largo da Anunciada 19

e4 Palácio Sousa Leal / CTT . Rua de São José

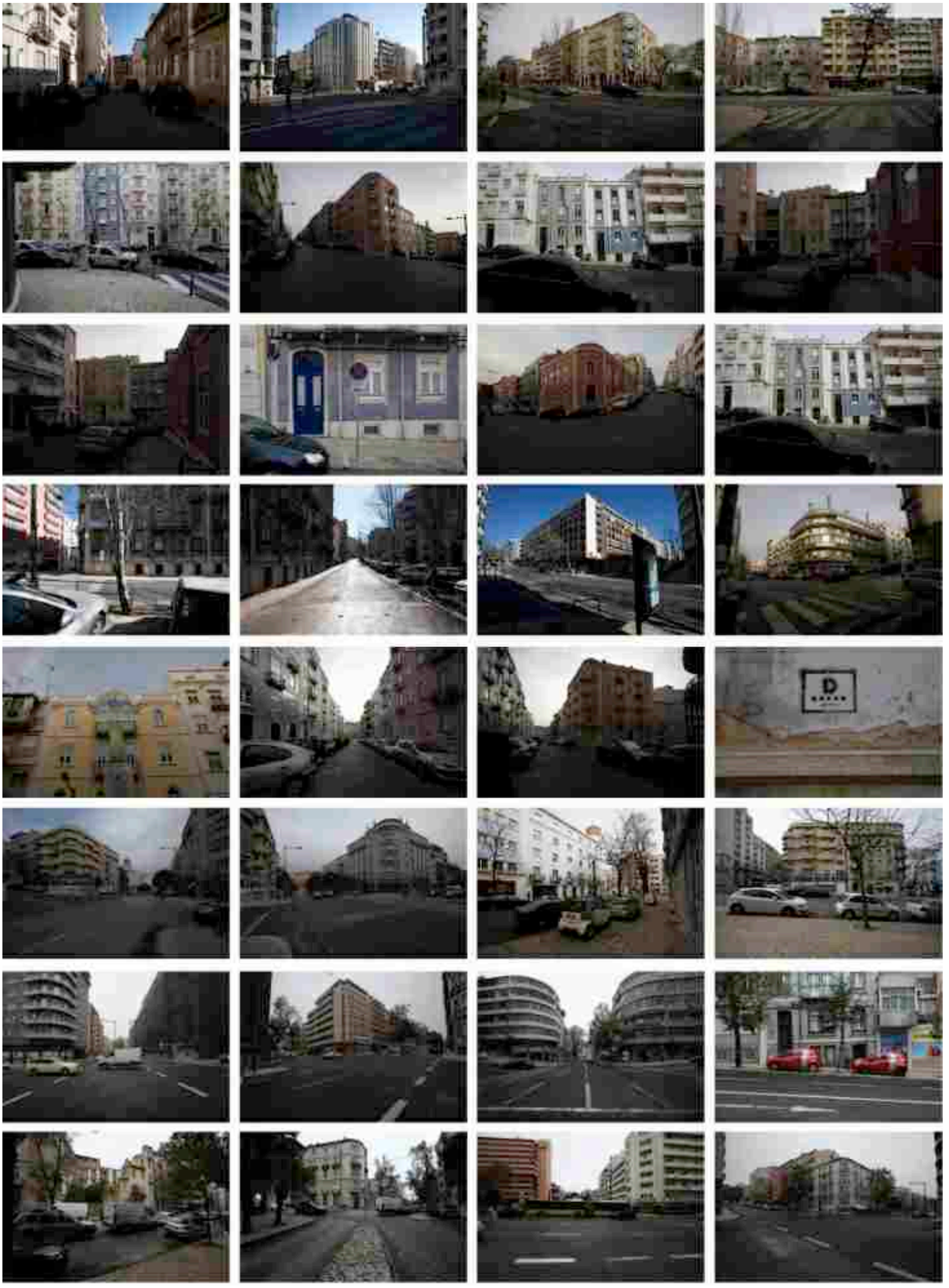
e5 Edifício de habitação . Rua de São José 189

e6 Edifício de habitação . Rua de Santa Marta 19

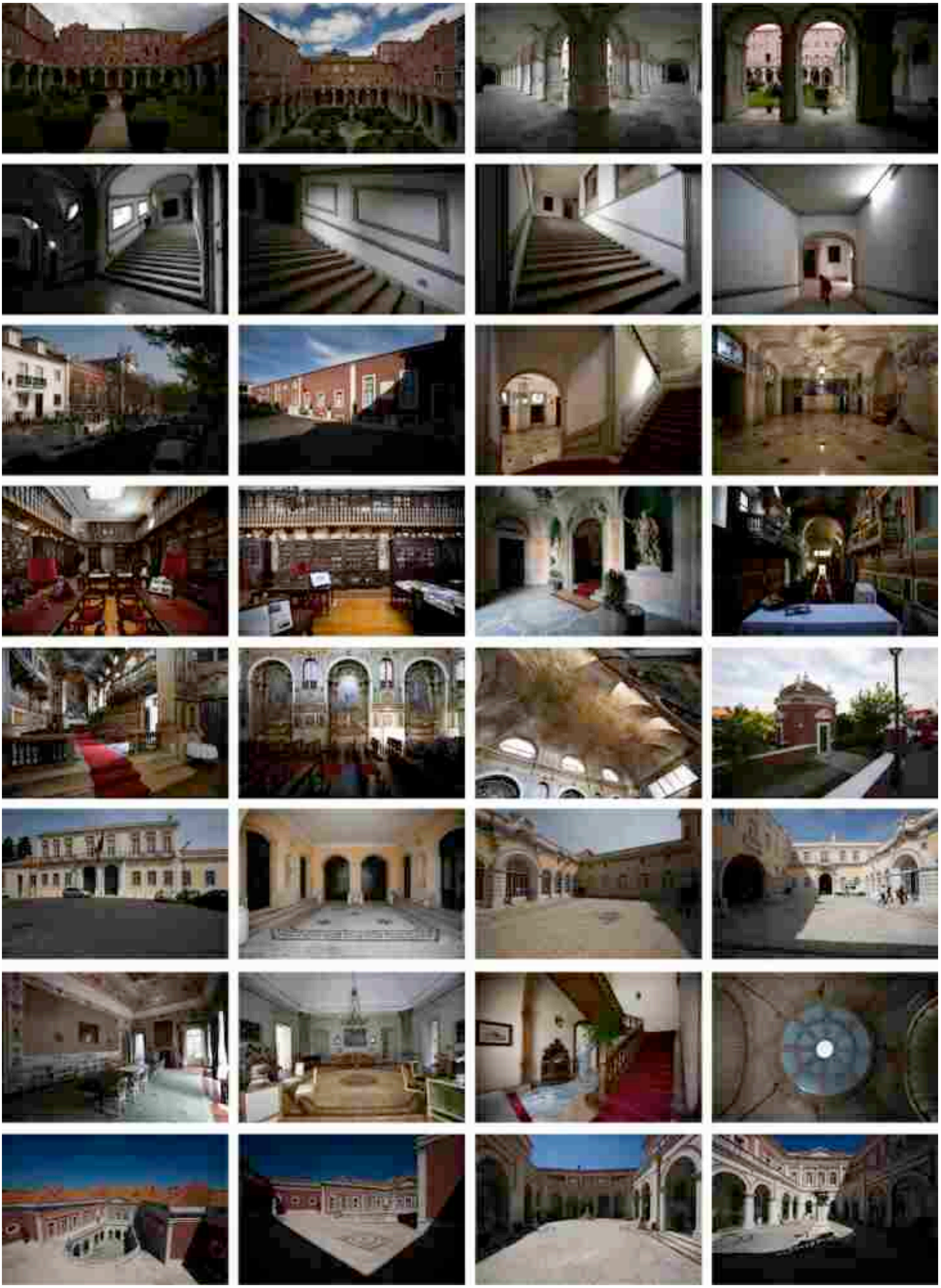
D01.
D02.
E01.
BAIRRO CAMÕES
EM
EM
EM
EM
EM
EM
A5
b1
b2
b3
b4
b5
c1
c2
c3
d1
d2
e1
e2
e3
e4
e5
a1
a2
a3
a4
a5
D03.
D04.
D06.
D07.
D08.
BAIRRO ANDALUZ
CONJUNTO TOREL
BAIRRO SANTANA
0
0
50
100
500
1000
N

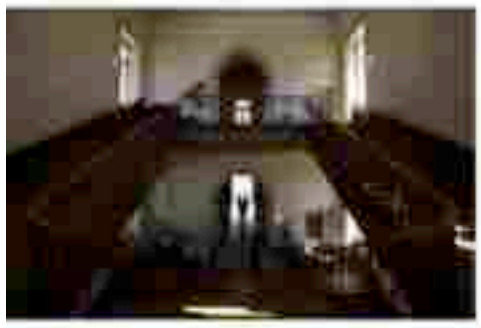
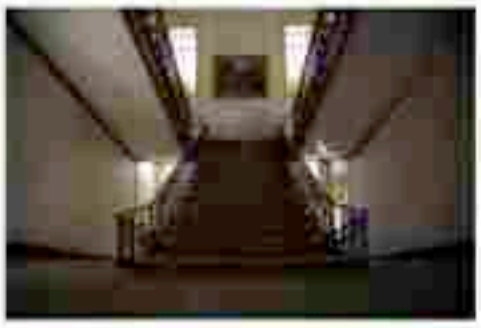
BAIRROS

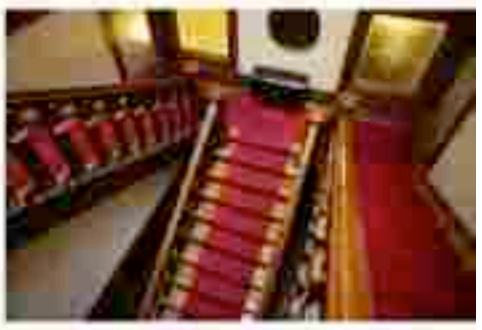
BAIRRO CAMÕES



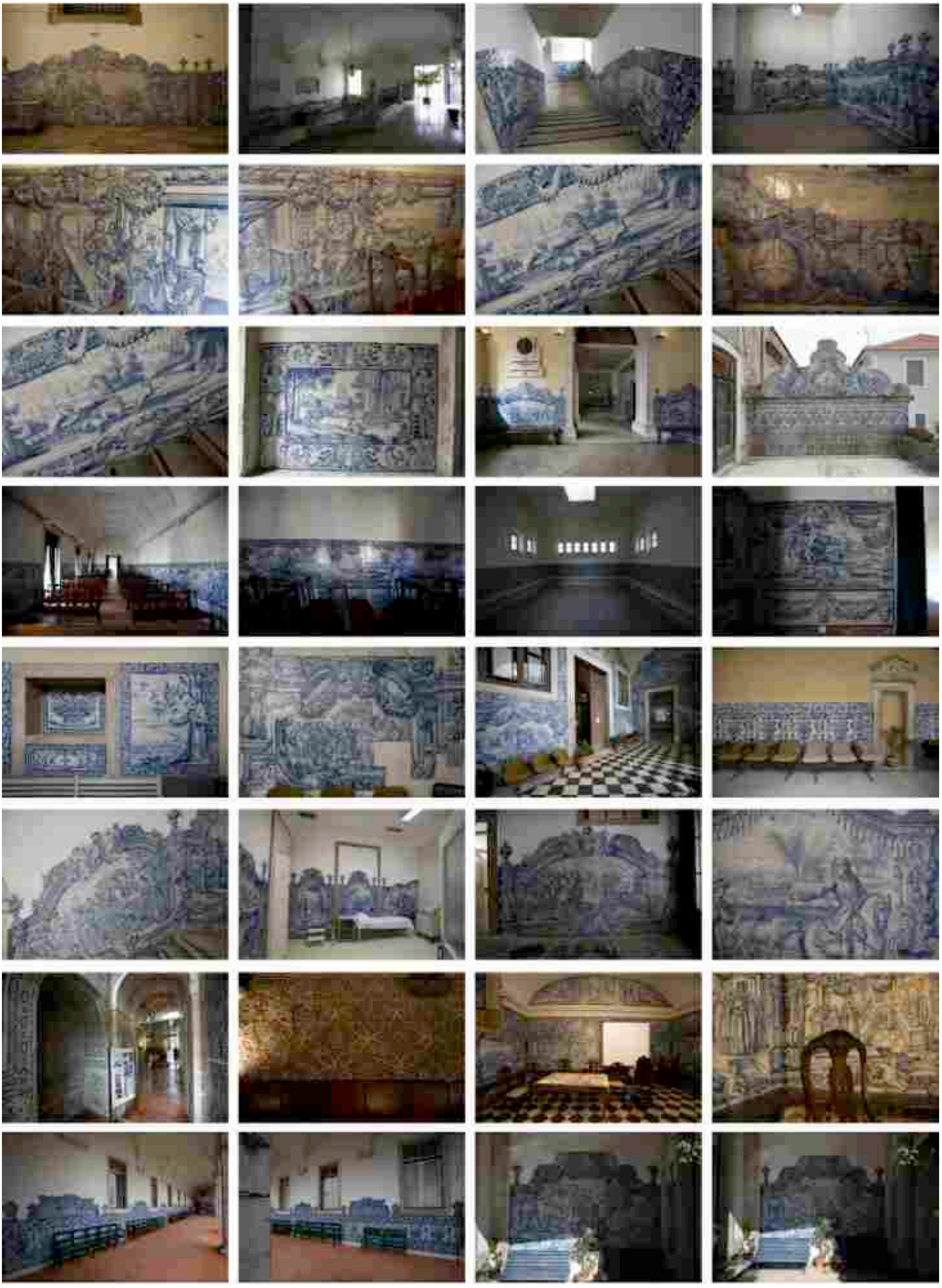
EDIFÍCIOS

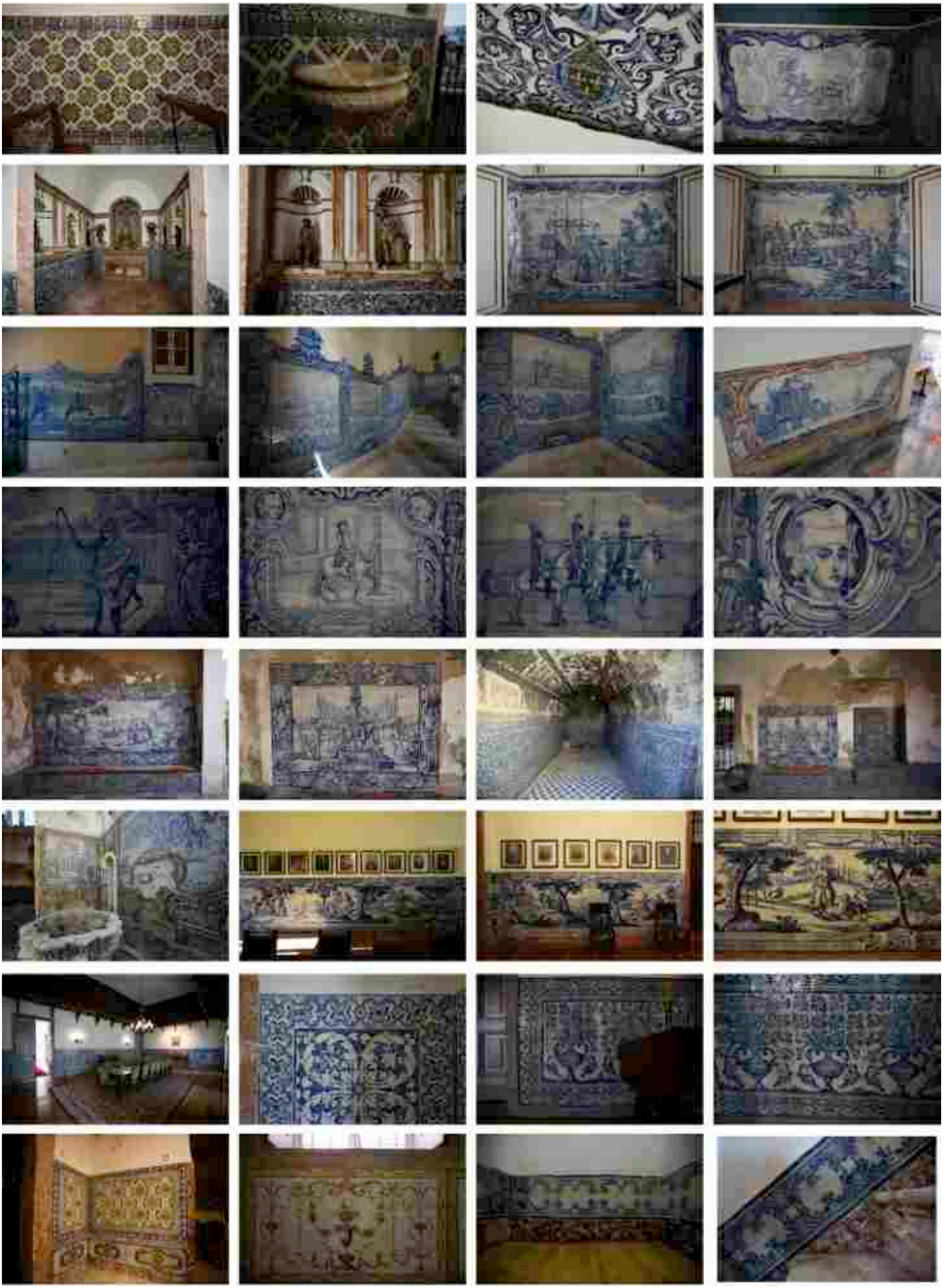


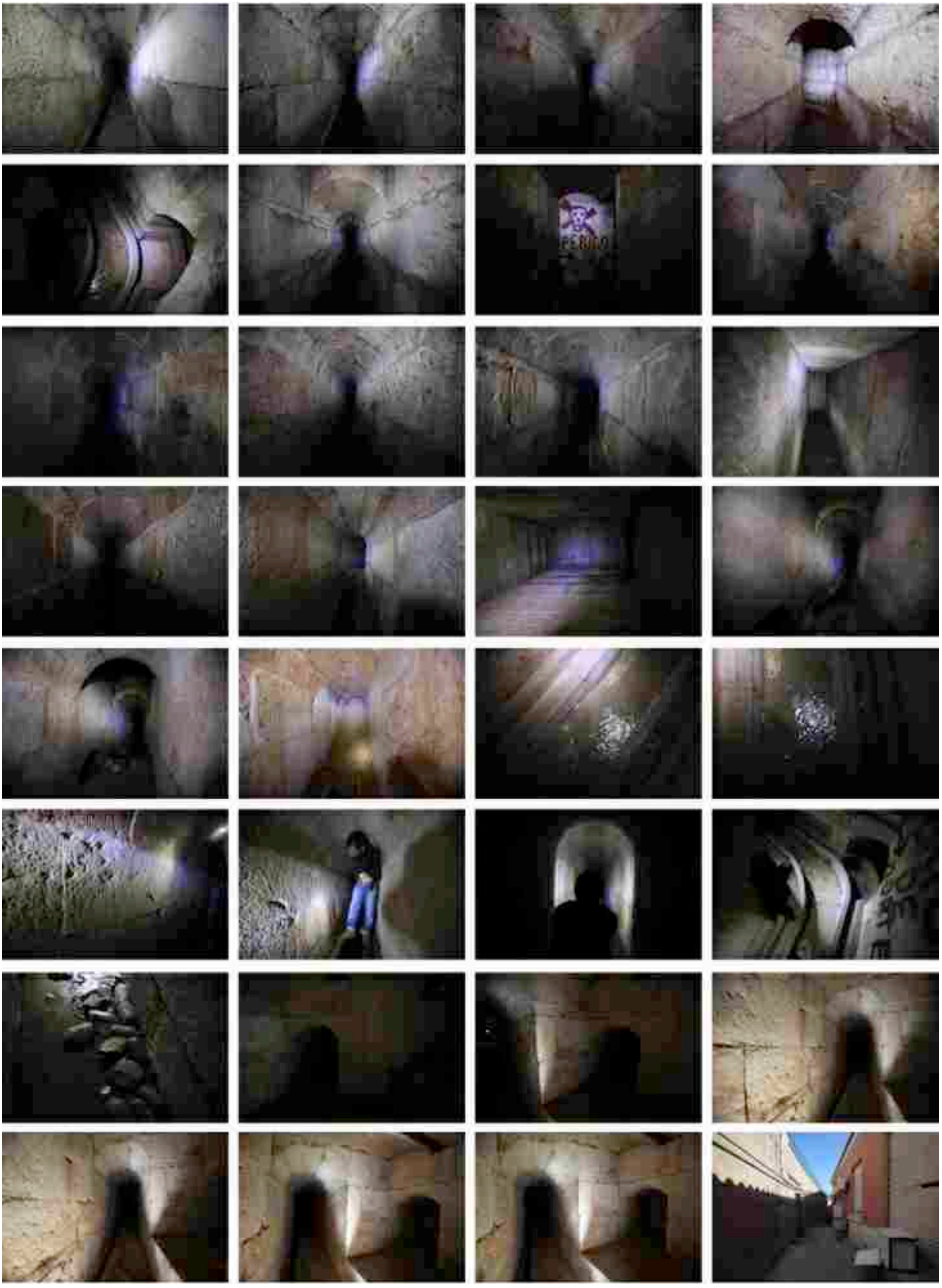


AZULEJOS





ÁGUA



[a]

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO

MONUMENTOS NACIONAIS . IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO . CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO

[a1]

MONUMENTOS NACIONAIS

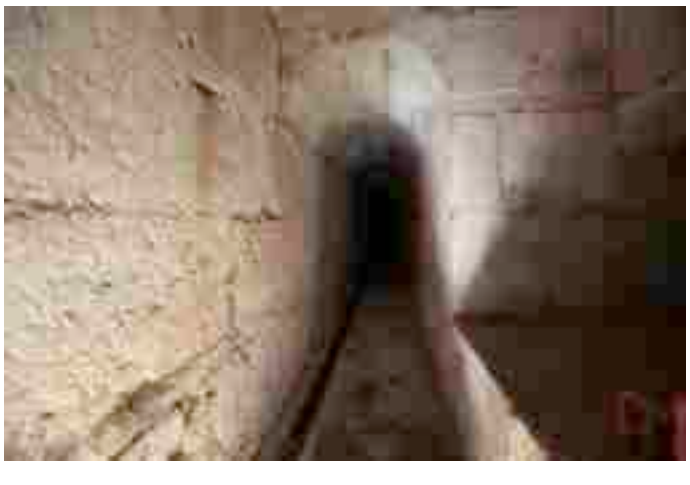
MN . [a ver onde está a definição]

CÓDIGO **A.** **[cód. SIG: 3222]**
NOME **CASTELO S. JORGE E RESTOS DAS CERCAS DE LISBOA**

CLASSIFICAÇÃO Monumento Nacional
TIPO Património Paisagístico
MORADA Lisboa [várias]
FREGUESIA
LOGRADOURO -
USO Espaço Público
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **B.** **[cód. SIG: 3199]**
NOME **AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES**

CLASSIFICAÇÃO Monumento Nacional
TIPO Património Paisagístico
MORADA Lisboa [várias] - Campo Mártires da Pátria; entrada pelo Hospital S. José
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Infraestrutura e Equipamento Cultural
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO	**C. [cód. SIG: 1566]**
NOME	**ASCENSOR DO LAVRA E MEIO URBANO**
CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
TIPO	Conjunto
MORADA	Calçada do Lavra
FREGUESIA	São José; Santa Justa; Pena
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.16 [cód. SIG: 71091]**
NOME	**IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**
CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Camilo Castelo Branco, 4
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	Nuno Teotónio Pereira
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.30 [cód. SIG: 0141]**
NOME	**CAPELA DO PAÇO DA BEMPOSTA [incluindo todo o seu recheio artistico]**
CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
TIPO	Imóvel
MORADA	Paço da Rainha
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí logradouro
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.82 [cód. SIG: 3290]**
NOME	**IGREJA DE SANTO ANTÃO-O-NOVO - [CAPELA DO HOSPITAL] - ANTIGA SACRISTIA DE SANTO ANTÃO-O-NOVO**
CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Jose Antonio Serrano, Bloco Central
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.21 [cód. SIG: 3326]**
NOME	**PALÁCIO DOS CONDES DE ALMADA - PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA**
CLASSIFICAÇÃO	Monumento Nacional
TIPO	Imóvel
MORADA	Largo de S. Domingos
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Equipamento
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

[a2] IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO

CÓDIGO **D [cód. SIG: 386]**
NOME **ZONA DA AVENIDA DA LIBERDADE**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel em Vias de Classificação
TIPO Conjunto de Imóveis
MORADA Avenida da Liberdade, Praça dos Restauradores, Jardim do Regedor, Rua do Salitre, Lisboa
FREGUESIA Santa Justa . S. José . Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **E [cód. SIG: 3201]**
NOME **BAIXA POMBALINA**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público;
TIPO
MORADA Largo de S. Domingos e Largo D. João da Camara; Rua da Alfandega e Rua do Arsenal até Praça do Municipio
FREGUESIA Santa Justa . S. Nicolau
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **F [cód. SIG: 4764]**
NOME **CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público;
TIPO Imóvel
MORADA Campo Mártiires da Pátria, Lisboa
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **G [cód. SIG: 4776]**
NOME **EDIFÍCIO NA RUA DA PALMA Nº 1 A 15**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público;
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Palma nº 1 a 15, Lisboa
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **H [cód. SIG: 4777]**
NOME **EDIFÍCIO NA RUA DA PALMA Nº 17 A 29**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público;
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Palma nº 17 a 29, Lisboa
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

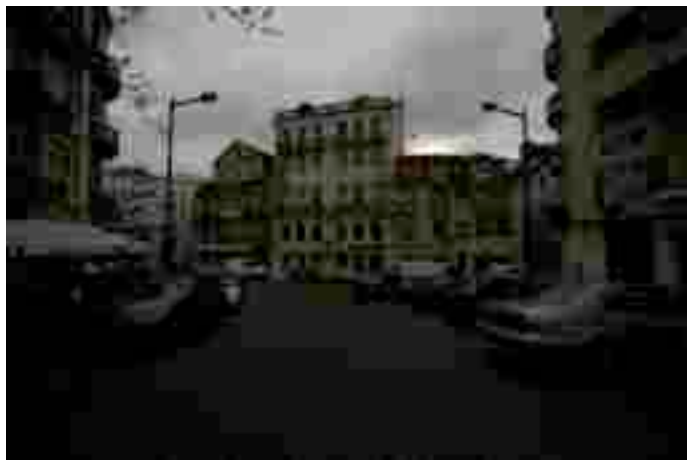
CÓDIGO	**H [cód. SIG: 73640]**
NOME	**LISBOA POMBALINA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel em Vias de Classificação
TIPO	Conjunto de Imóveis
MORADA	Lisboa
FREGUESIA	Santa Justa . S. Nicolau
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.44 [cód. SIG: 3245]**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO [Av. Almirante Reis nº1]**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Av. Almirante Reis, 1-1C e Rua Nova do Desterro 2/2-A
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.24 [cód. SIG: 3328]**
NOME	**PALÁCIO DOS CONDES DE REDONDO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Santa Marta, 56
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Ensino
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.25 [cód. SIG: 3302]**
NOME	**IGREJA DO CONVENTO DE SANTA MARTA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público;
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Santa Marta (junto ao nº 56)
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.26A [cód. SIG: 3263]**
NOME	**PRÉDIO NA RUA DE SANTA MARTA Nº44**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Santa Marta, 44
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO **14.26B [cód. SIG: 3263]**
NOME **PRÉDIO NA RUA DE SANTA MARTA Nº46**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Rua de Santa Marta, 46x
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.26C [cód. SIG: 3263]**
NOME **PRÉDIO NA RUA DE SANTA MARTA Nº48**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Rua de Santa Marta, 48
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.29 [cód. SIG: 3262]**
NOME **EDIFÍCIO NA RUA DE SANTA MARTA Nº19**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Habitação
MORADA Imóvel
FREGUESIA Campo Mártires da Pátria; Rua Braancamp Freire; Rua da Alameda
LOGRADOURO Pena
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.02 [cód. SIG: 70711]**
NOME **PAVILHÃO CIRCULAR DO HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire, 161A; Rua Dr. Almeida Amaral, S/N; Rua Ferreira Lapa, Muro; Rua Gonçalves Crespo, Muro
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde - Equipamento Cultural
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.03 [cód. SIG: 70711]**
NOME **BALNEÁRIO DE D. MARIA II DO ANTIGO HOSPITAL DE RILHAFOLES**

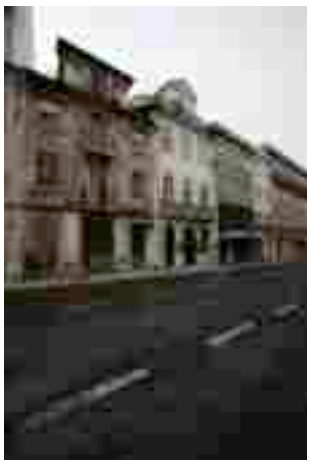
CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Equipamento Público de Saúde
MORADA Rua Gomes Freire, 161A; Rua Dr. Almeida Amaral, S/N; Rua Ferreira Lapa, Muro; Rua Gonçalves Crespo, Muro
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.22 [cód. SIG: 3269]**
NOME **EDIFÍCIO NO CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA Nº 22 A 24**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público;
TIPO Imóvel
MORADA Campo Mártires da Pátria nº 22 a 24
FREGUESIA Santa Justa .
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.43 [cód. SIG: 3265]**
NOME **EDIFÍCIO NA RUA S. LÁZARO 150**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Rua de S. Lazaro, 150 - 154
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **24.54 [cód. SIG: 4768]**
NOME **COLISEU DOS RECREIOS - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Rua das Portas de Sto. Antao, 92 - 104
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO Equipamento Cultural
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.72 [cód. SIG: 1765]**
NOME **IGREJA E CONVENTO DA ENCARNAÇÃO / RECOLHIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público; incluído na classificação do conjunto Campo Mártires da Pátria
TIPO Imóvel
MORADA Largo do Convento da Encarnação
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Espaço Público
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.79 [cód. SIG: 4774]**
NOME **EDIFÍCIO NA RUA DO ARCO DA GRAÇA Nº 39 - 43**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público; incluído na classificação do conjunto Campo Mártires da Pátria
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua do Arco da Graça, 39 a 51 e Calçada Nova do Colégio, 3 a 27 e 2 a 6
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.82** **[cód. SIG: 3236]**
NOME **HOSPITAL DE SÃO JOSÉ - ANTIGO CONVENTO E CONVENTO E COLÉGIO DE SANTO ANTÃO-O-NOVO**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público; incluído na classificação do conjunto Campo Mártires da Pátria
TIPO Imóvel
MORADA Rua Jose Antonio Serrano, Bloco Central
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **31.19** **[cód. SIG: 1557]**
NOME **PALÁCIO ALVERCA - CASA DO ALENTEJO**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público; incluído na classificação do conjunto Campo Mártires da Pátria
TIPO Imóvel
MORADA Rua das Portas de Sto. Antao, 44 - 60
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **31.46** **[cód. SIG: 4668]**
NOME **EDIFÍCIOS NA CALÇADA DO DESTERRO**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Pátio da Bica; Calçada do Desterro 11-D, 13/13B
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **31.47** **[cód. SIG: 3225]**
NOME **CHAFARIZ DO DESTERRO - CHAFARIZ DO INTENDENTE**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público; incluído na classificação do conjunto Campo Mártires da Pátria
TIPO Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
MORADA Rua da Palma,
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO Espaço Público
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **31.50** **[cód. SIG: 3274]**
NOME **GARAGEM LIZ**

CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Palma, 265 - 287; Calcada do Desterro, 1
FREGUESIA Santa Justa
LOGRADOURO -
USO Actividade Económica
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**45.01 [cód. SIG: 3303]**
NOME	**BOCA DA CISTERNA DO ANTIGO CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Alameda de Santo António dos Capuchos, Hospital
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

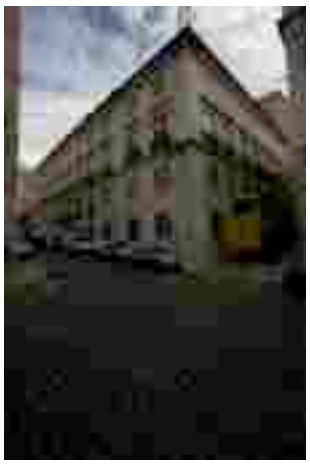
CÓDIGO	**45.01 [cód. SIG: 3303]**
NOME	**PALÁCIO MELLO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Alameda de Santo António dos Capuchos, Hospital
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.01 [cód. SIG: 3303]**
NOME	**[ANTIGA] IGREJA DO CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Alameda de Santo António dos Capuchos, Hospital
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.19 [cód. SIG: 3231]**
NOME	**CONJUNTO FORMADO PELA IGREJA DE S. JOSÉ DOS CARPINTEIROS E EDIFÍCIOS ANEXOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. José, 10 a 42
FREGUESIA	São José
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Culto e Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.19A [cód. SIG: 3231]**
NOME	**IGREJA DE S. JOSÉ DOS CARPINTEIROS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. José,
FREGUESIA	São José
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.27A [cód. SIG: 3228]**
NOME	**PALÁCIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. José, 10
FREGUESIA	São José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**45.27B [cód. SIG: 3228]**
NOME	**PALÁCIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. José, 12 - 20
FREGUESIA	São José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.27C [cód. SIG: 3228]**
NOME	**EDIFÍCIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóvel de Interesse Público
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. Jose, 22 - 24
FREGUESIA	São José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

[a3] CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO

CÓDIGO	**06.05**
NOME	**IGREJA EVANGELISTA LISBONENSE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Febo Moniz, 17 - 19
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.09**
NOME	**PALACETE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua dos Anjos, 82
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.15**
NOME	**PALACETE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Largo do Cabeço de Bola, 13
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.17**
NOME	**ERMIDA DO RESGATE DAS ALMAS E DO SENHOR JESUS DOS PERDIDOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua dos Anjos
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.18**
NOME	**MORADIA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Av. Almirante Reis, 55
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.19**
NOME	**COZINHA ECONOMICA - DISPENSÁRIO DOS ANJOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Av. Almirante Reis
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento Social
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.22**
NOME	**PALÁCIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Paço da Rainha, 92
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	incluí Logradour o
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.23**
NOME	**PALÁCIO POMBEIRO; PALÁCIO DO CONDE DE POMBEIRO; EMBAIXADA DE ITÁLIA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Largo do Conde de Pombeiro, 4
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Embaixada
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.25**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO; PEDRA DE ARMAS DA CIDADE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua dos Anjos, 40 - 44
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.28**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Avenida Almirante Reis, 29 - 31; Rua dos Anjos, 20
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **06.43**
NOME **CONVENTO DO DESTERRO; HOSPITAL DO DESTERRO; IGREJA DE NOSSA SRª DO DESTERRO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Nova do Desterro, 6-12; Rua Antero de Quental, Muro
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Equipamento Público de Saúde - Equipamento Cultural
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **06.43A**
NOME **IGREJA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Nova do Desterro, Capela
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Equipamento de Culto
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **06.59**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO - EIXO URBANO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 58 a 62, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I Anjos
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Misto
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **06.60**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua dos Anjos 15 a 61, 24 A 70; Rua Francisco Lázaro, 1-1E; Rua Álvaro Coutinho 17-23; Regueirão dos Anjos, 33
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Misto
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **06.62**
NOME **CONJUNTO 5 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua Antero de Quental, 1 a 27
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

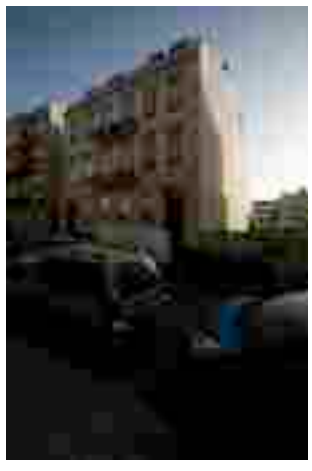
CÓDIGO	**06.63**
NOME	**CONJUNTO 3 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Antero de Quental, 39 a 53
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.64**
NOME	**CONJUNTO 4 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Antero de Quental, 2 a 6
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.65**
NOME	**CONJUNTO 6 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Antero de Quental, 16 a 30
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

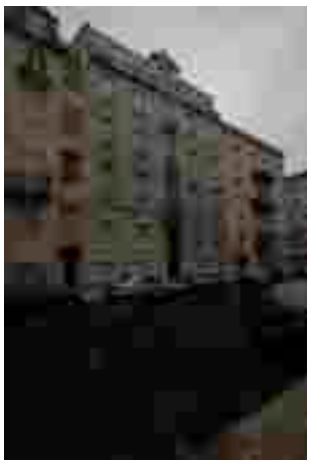
CÓDIGO	**06.66**
NOME	**CONJUNTO 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Antero de Quental 48-50; Calçada do Conde de Pombeiro, 9-13B e Calçada do Conde de Pombeiro 5-5A Anjos
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**06.67**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Antero de Quental, 34 - 38
FREGUESIA	Anjos
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO **06.69**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Álvaro Coutinho, 46
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **06.70**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua dos Anjos, 13
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **06.72**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Largo de Santa Bárbara, 4-4H
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **06.73**
NOME **PANIFICAÇÃO COM LOJA, FORNOS E CHAMINÉ**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
MORADA Rua Capitão Renato Baptista, 60 - 66
FREGUESIA Anjos
LOGRADOURO -
USO Actividades Económicas
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.11**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTOS**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Av. Duque de Loulé, 101 - 109; Rua Camilo Castelo Branco 24 - 32
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.12**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Av. Duque de Loule 93 - 95
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.13**
NOME **CONJUNTO DE EDIFÍCIOS E DO VIADUTO DE SANTA MARTA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua do Conde de Redondo, 68; Rua da Sociedade Farmaceutica 27-47; Av Duque de Loule 79-91
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.14**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua da Sociedade Farmaceutica, 46 - 68
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.15**
NOME **[ANTIGO] CONVENTO DE SANTA JOANA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua de Santa Marta, 61
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.17A**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Rodrigues Sampaio, 152 - 160
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.17B**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Rodrigues Sampaio, 162-168
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.18A**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

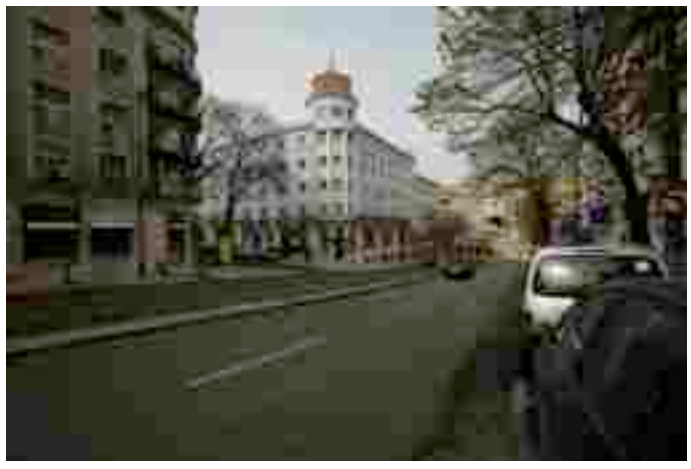
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Rodrigues Sampaio, 142-150; Rua Camilo Castelo Branco, 7-11
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.18B**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Rodrigues Sampaio, 134-140; Rua Alexandre Herculano, 8
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.19**
NOME **CONJUNTO DE 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Camilo Castelo Branco, 2; Rua Alexandre Herculano, 4; Rua de Sta. Marta
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



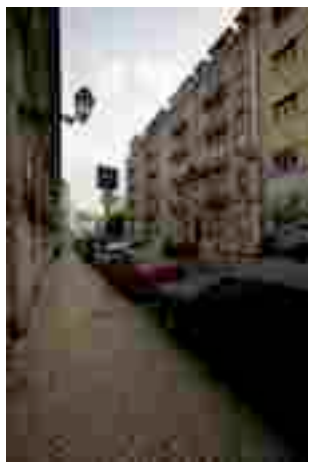
CÓDIGO **14.20**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Rodrigues Sampaio, 132; Rua Alexandre Herculano, 11
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**14.21**
NOME	**PRÉDIO DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Rodrigues Sampaio, 112; Trav. do Enviado de Inglaterra, 15
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.22**
NOME	**PRÉDIO DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Alexandre Herculano, 7
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.23**
NOME	**CONJUNTO DE 3 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Santa Marta, 45, 45D e 47
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

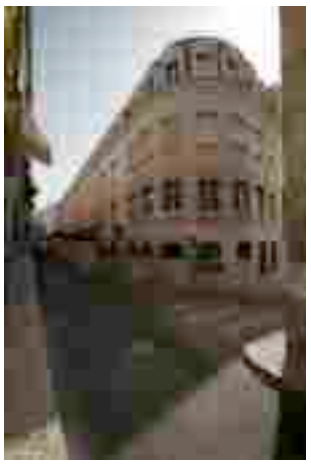


CÓDIGO	**14.25**
NOME	**[ANTIGO] CONVENTO DE SANTA MARTA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Sta. Marta, 56
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.27**
NOME	**PRÉDIO DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Rodrigues Sampaio, 50
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **14.31**
NOME **INSTITUTO DE OFTAMOLOGIA; PALÁCIO DOS CONDES DE PENAMACOR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Trav. Larga, 2-6; Rua do Passadico, 35-39; Trav. do Loureiro 1; Beco de Sta. Marta, 4
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **14.32**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calcada de Sto. Antonio, 5A
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.33**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calcada de Sto. Antonio, 9; Trav. de Sta. Marta, 1
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.34**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

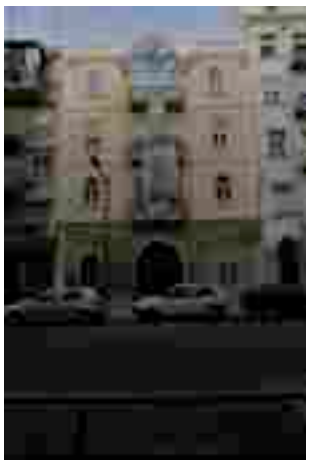
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Luciano Cordeiro, 1 - 13; Rua Nogueira e Sousa, 1 -21; Calcada de Sto. Antonio, 16 - 18
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.35**
NOME **CONJUNTO DE 5 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Luciano Cordeiro, 1 - 13; Rua Nogueira e Sousa, 1 -21; Calcada de Sto. Antonio, 16 - 18
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.36**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Sociedade Farmaceutica, 6
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **14.37**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua da Sociedade Farmaceutica, 7 - 19
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.38**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

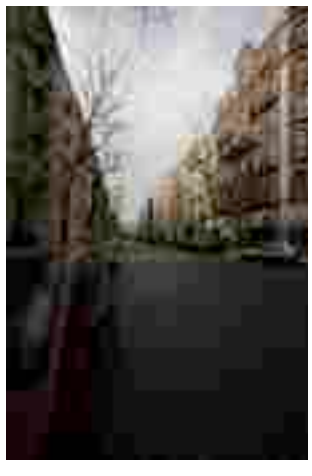
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Bernardim Ribeiro, 83 - 91; Rua Luciano Cordeiro, 55-67
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.39**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Luciano Cordeiro, 31 - 47
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.40**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Luciano Cordeiro, 26 - 54
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

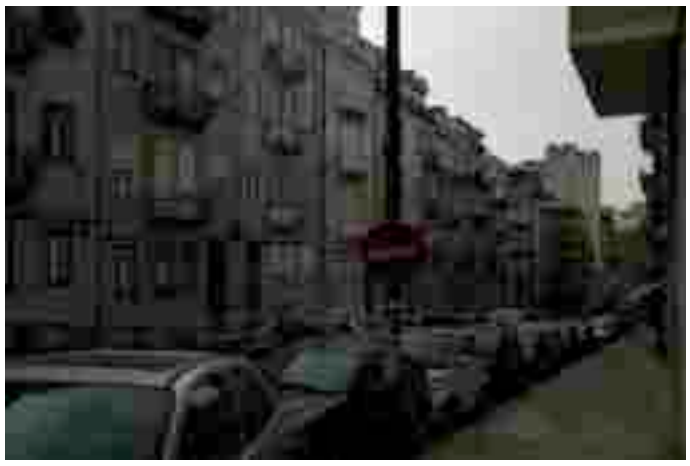


CÓDIGO **14.41**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Ferreira Lapa, 1 - 7, Rua Bernardim Ribeiro, 35 - 77
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **14.42**
NOME **CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Ferreira Lapa, 11 - 25
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

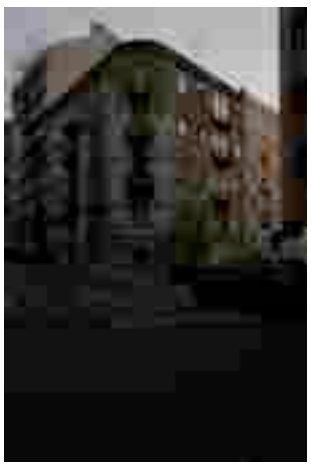


CÓDIGO **14.99**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Camilo Castelo Branco, 1-1A; Rua Alexandre Herculano, 6
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

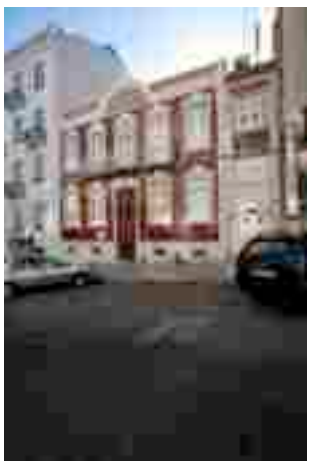
CÓDIGO **14.104**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Luciano Cordeiro, 13; Rua Nogueira e Sousa, 1-7
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **14.105**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJO**

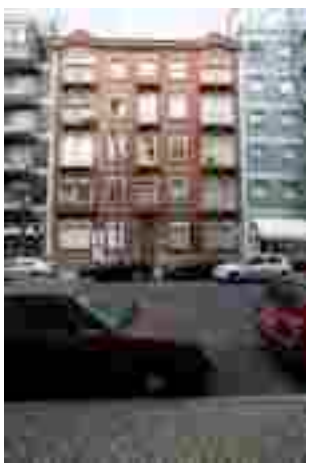
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Sociedade Farmacêutica, 32
FREGUESIA Coração de Jesus
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO	**14.107**
NOME	**CONJUNTO DE 4 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Luciano Cordeiro, 72, 74, 76 e 78
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.108**
NOME	**CONJUNTO DE 4 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Luciano Cordeiro, 101, 103, 105 e 107
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**14.109**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Luciano Cordeiro, 16
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**24.01**
NOME	**TEMPLO ADVENTISTA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Joaquim Bonifacio, 17 - 19
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	Inclui Logradouro
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.04**
NOME	**EDIFÍCIO PRINCIPAL DO HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Santa Marta, 48
FREGUESIA	Coração de Jesus
LOGRADOURO	Inclui Logradouro
USO	Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **24.05**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO - FRENTE DE RUA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua Gomes Freire, 40 a 74B
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.06**
NOME **PALACETE**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire, 98
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.07**
NOME **PALACETE**

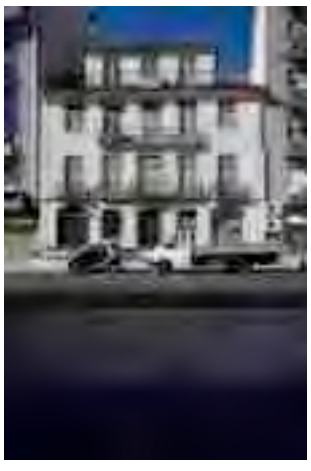
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire, 92
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.08**
NOME **ERMIDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA CARREIRA**

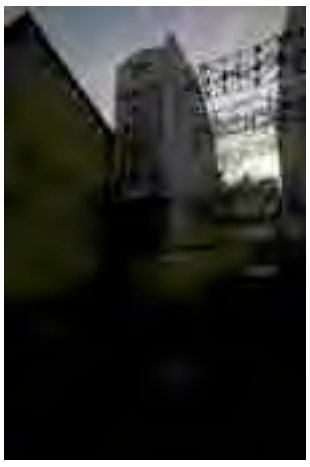
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire, 70
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Equipamento de Culto
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.09**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire, 137
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



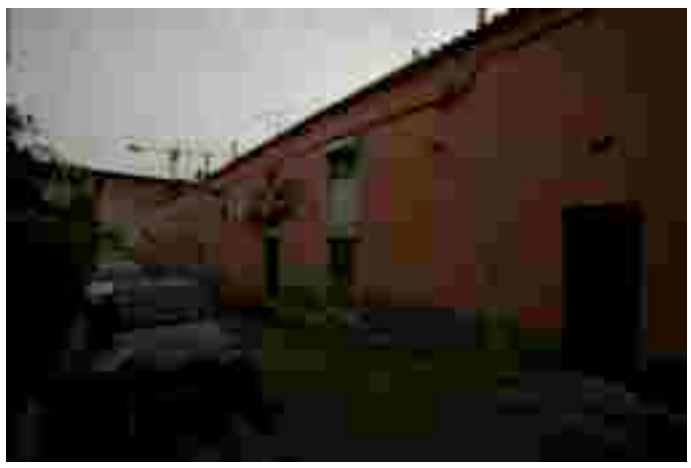
CÓDIGO	**24.10**
NOME	**VILA LEONOR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Trav. S. Bernardino, 19
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**24.11**
NOME	**PÁTIO DE SANTANA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua Dr. Almeida Amaral, 4
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.12**
NOME	**CASA APALAÇADA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Trav. das Recolhidas, 6 a 12
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.13**
NOME	**RECOLHIMENTO DE N. SRª DA ENCARNAÇÃO E DO CARMO - PÁTIO DO HOSPÍCIO DE S. BERNARDINO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Trav. das Recolhidas, 2-4; Trav. de S. Bernardino, 1-7
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**24.15**
NOME	**CONJUNTO 3 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Campo dos Mártires da Pátria, 60-65, 66-68 e 69- 70
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **24.16**
NOME **PALACETE**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Campo Mártires da Pátria, 91 - 93
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.17**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO DOS MEADOS DO SÉC. XIX**

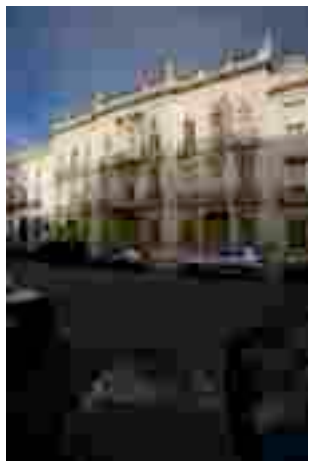
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Campo Mártires da Pátria, 96 - 97
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.18**
NOME **JARDIM BRANCAAMP FREIRE**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Património Paisagistico
MORADA Campo Mártires da Pátria
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Espaço Verde Público
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.19**
NOME **PALÁCIO DO PATRIARCADO**

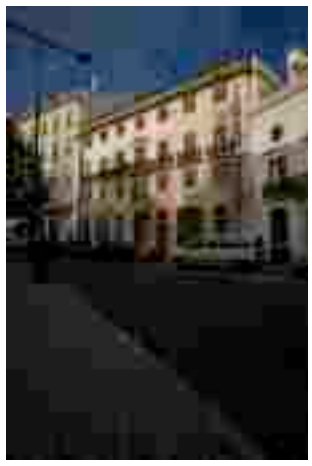
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Campo Mártir es da Pátria, 45
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO -
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **24.20**
NOME **PALÁCIO VALMOR - EMBAIXADA DA ALEMANHA - GOETHE INSTITUT**

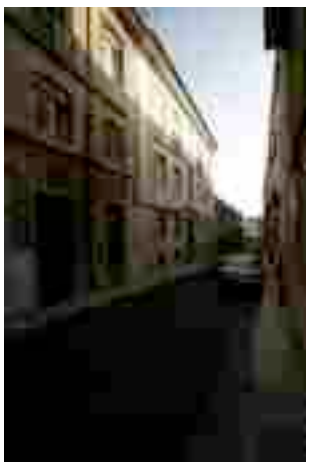
CLASSIFICAÇÃO Imóvel de Interesse Público
TIPO Imóvel
MORADA Campo Mártires da Pátria, 36 - 43
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Embaixada; Equipamento Cultural
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**24.21**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Campo Mártires da Pátria, 29 a 35
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**24.23**
NOME	**CONJUNTO 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua de Santo António dos Capuchos, 82-84 e 86-88C
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.24**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de Sto. Antonio dos Capuchos, 78 - 80
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

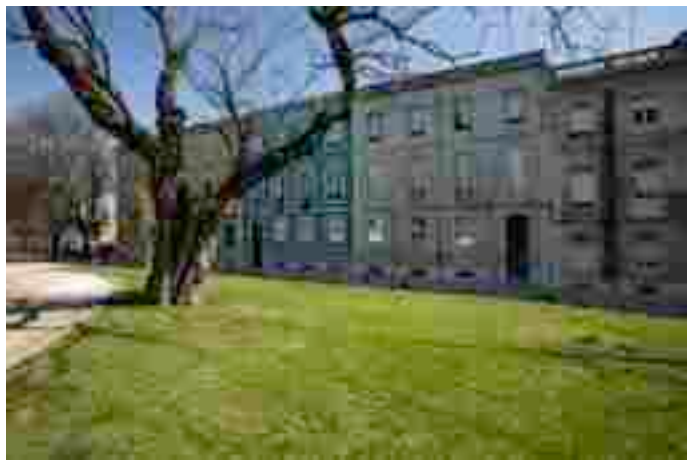


CÓDIGO	**24.25**
NOME	**MONUMENTO AO DR. ANTÓNIO SOUSA MARTINS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
MORADA	Campo dos Mártires da Pátria
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.26**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Campo dos Martires da Patria, 11; Rua Julio de Andrade, 18-20
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.27**
NOME	**FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS UNL - [ANTIGA] ESCOLA MÉDICO-CIRURGICA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Campo dos Mártires da Pátria, 130
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.28**
NOME	**CONJUNTO ARQUITECTÓNICO - QUARTEIRÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Campo dos Mártires da Pátria, 6 a 14 e 124 a 129 e Rua do Sol a Santana, 1 a 35
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**24.29**
NOME	**CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Paço da Rainha, 1 a 41 e 2 a 90 e Largo do Mitelo, 4 a 17
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.30**
NOME	**PAÇO REAL DA BEMPOSTA - ACADEMIA MILITAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Paço da Rainha
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Instalações Militares
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

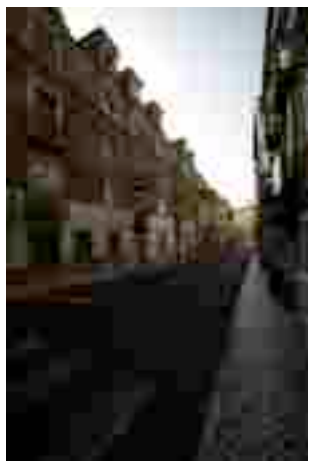
CÓDIGO	**24.30B**
NOME	**TORRE DO RELOGIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Paço da Rainha
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.32**
NOME	**PALÁCIO DO MITELO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Largo do Mitelo, 1-2; Largo do Mastro, 27-28; Rua da Bempostinha, 2-4
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.34**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua da Bempostinha, 30-32; Rua Rafael de Andrade, 43-47
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.35**
NOME	**IGREJA PROTESTANTE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Capitão Renato Baptista, 31A
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.36**
NOME	**CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Largo do Mastro, 1-4 e 5-10 e Rua Conselheiro Arantes Pedroso, 2-10, 12-22, 24-32 e 34-42
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**24.37**
NOME	**CHAFARIZ DO LARGO DO MASTRO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
MORADA	Largo do Mastro
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **24.39**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Conselheiro Arantes Pedroso, 1 - 9; Rua do Sol a Santana, 2; Rua de S. Lazaro, 253
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.40**
NOME **ESCOLA MUNICIPAL Nº1**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Largo da Escola Municipal
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Equipamento Público de Ensino
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.41**
NOME **INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Manuel Bento de Sousa, 150 - 154
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.42**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua Nova do Desterro, 7
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.45**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Júlio de Andrade, 6
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

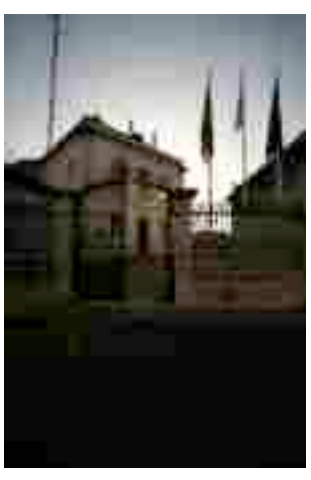
CÓDIGO	**24.46**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Júlio de Andrade, 2-4
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.47**
NOME	**PALÁCIO SILVA AMADO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Campo dos Mártires da Pátria, 1-2; Trav. do Torel, 2-4; Rua Julio de Andrade, 2A
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.48**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Trav. do Torel, 7 - 17; Trav. da Cruz do Torel; Trav. do Forno do Torel, 13 - 23
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

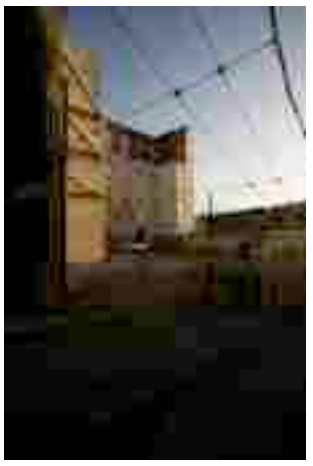
CÓDIGO	**24.49**
NOME	**[ANTIGO] CONVENTO DE SANTA ANA, VESTÍGIOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Camara Pestana; Trav. do Torel, 1
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.50**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Camara Pestana, 43
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO **24.51**
NOME **VILA FERREIRA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Calçada do Lavra, 18
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **24.53**
NOME **ATENEU COMERCIAL DE LISBOA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua das Portas de Santo Antão, 106 - 110
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Cultural
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.53A**
NOME **CERVEJARIA SOLMAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua das Portas de Santo Antão, 106
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Actividade económica
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.55**
NOME **IGREJA DE S. LUÍS DOS FRANCESES**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Beco de São Luís da Pena, 34-34A, Rua Eugénio dos Santos, Igreja
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Equipamento de Culto
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.56**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Camara Pestana, 23
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**24.57**
NOME	**PRÉDIO DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Camara Pestana, 19 - 21
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.58**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Camara Pestana, 5 - 17
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Habtiaçõa
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.59**
NOME	**CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Calçada de Santana, 31 a 207 e 32 a 216
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.61**
NOME	**PALÁCIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Calçada de Santana, 208 a 216
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.62**
NOME	**IGREJA DA PENA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Calçada de Santana
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento de Culto
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **24.64**
NOME **PALACETE RAMIRO LEÃO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Vila Serra, 1
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.65**
NOME **[ANTIGA] FÁBRICA RAMIRO LEÃO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Trav. da Pena
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.66**
NOME **VILA SERRA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Vila Serra, 3 - 11 e 8 - 14
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.67**
NOME **PALÁCIO**

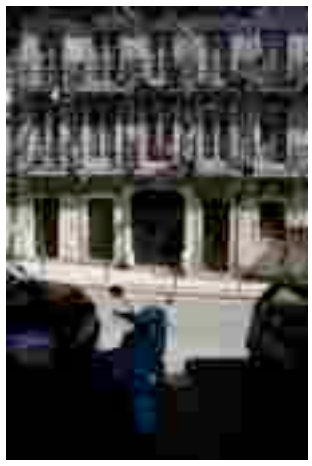
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 180
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.68**
NOME **CASA NOBRE**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 168
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

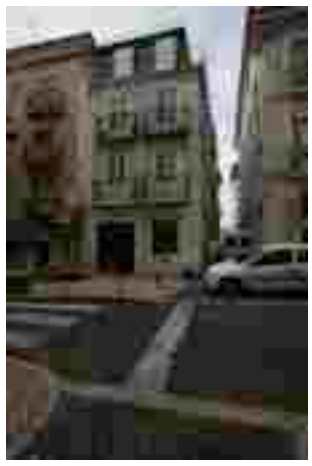
CÓDIGO **24.69**
NOME **CASA NOBRE**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 136 - 150; Calçada Nova do Colégio, 30,38
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **24.70**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO - CASA ONDE MORREU CAMÕES**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 139; Beco S. Luís da Pena, 1
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **24.71**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 75 - 83; Trav. do Convento da Encarnação, 6-12
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.73**
NOME **CASA SEISCENTISTA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Largo do Convento da Encarnação, 1
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.74**
NOME **PRÉDIO DE 2 ÁGUAS COM FACHADA EM BICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 57 - 59
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.75**
NOME **CONJUNTO 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Escadinhas da Barroca, 3-3D e 8-8C
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.76**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santana, 24 - 26; Rua Martim Vaz, 1
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.77**
NOME **PALÁCIO REGALEIRA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Largo de S. Domingos, 14
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.78**
NOME **PRÉDIO DE RENDIMENTO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada do Garcia, 9 - 13
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **24.79**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua do Arco da Graça, 39 a 51 e Calçada Nova do Colégio, 3 a 27 e 2 a 6
FREGUESIA Pena
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**24.81**
NOME	**CASA NOBRE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua do Arco da Graça, 49
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.86**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Nova do Desterro, 19 - 27
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.87**
NOME	**[ANTIGA] FÁBRICA RAMIRO LEÃO [FACHADA]**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Trav. da Pena, 5; Beco de S. Luís da Pena, 16
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**24.88**
NOME	**CONJUNTO ARQUITECTÓNICO - FRENTE DE RUA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Trav. das Recolhidas, 2 a 26 e Trav. de S. Bernardino, 1 a 17
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.40**
NOME	**[ANTIGA] PADARIA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. Lázaro, 30 - 32
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Actividade Económica
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.41**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. Lázaro, 58 - 79
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

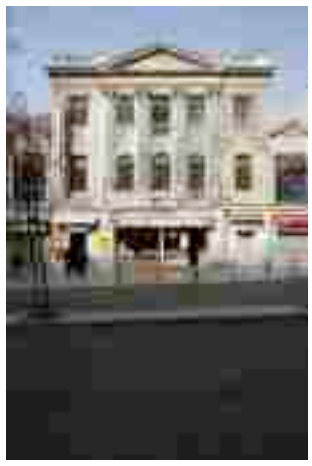
CÓDIGO	**31.42**
NOME	**[ANTIGA] OFICINA DE MARCENARIA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. Lázaro, 72 - 82
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Actividade Económica
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.43**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. Lázaro, 86 - 94
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.44**
NOME	**CONJUNTO 3 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua do Desterro, 8-8B, 10-10A e 12-22
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.45**
NOME	**PRÉDIO DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua do Desterro, 2 - 6; Calcada do Desterro, 22
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento Cultural
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.51**
NOME	**[ANTIGO] TEATRO LAURA ALVES**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua da Palma, 251 - 263
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Equipamento Cultural
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**31.52**
NOME	**ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua da Palma, 225 - 243
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.53**
NOME	**CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto
MORADA	Rua da Palma, 171 - 189
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.55**
NOME	**CONJUNTO DE PRÉDIOS DE RENDIMENTO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto
MORADA	Rua da Palma, 157 - 167
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**31.94**
NOME	**CONJUNTO ARQUITECTÓNICO - EIXO URBANO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua da palma 194 a 288, Rua da Palma, 157 a 283 - eixo urbano: ver 06.59, 25.30, 41.26 e 44.118
FREGUESIA	Santa Justa
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **44.57**
NOME **ESCOLA SUPERIOR DE MEDICINA VETERINÁRIA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento de Ensino
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.58**
NOME **POLICIA JUDICIARIA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Gomes Freire, 147
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.59**
NOME **HOSPITAL DE D. ESTEFÃNIA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua Jacinto Marto
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.62**
NOME **CONJUNTO URBANO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Rua Jose Estevao 117; Rua Alexandre Braga, 3 e 5
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.84**
NOME **CONJUNTO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

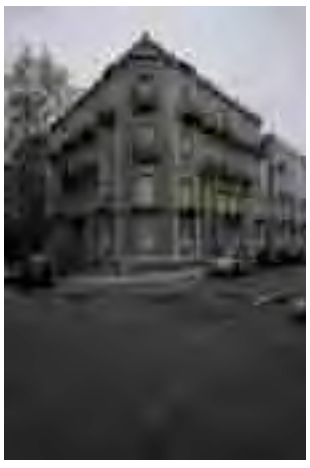
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto
MORADA Trav. da Escola Araujo, 23, 25, 29 e 31
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**44.85**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Trav. da Escola Araujo, 26
FREGUESIA	S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**44.86**
NOME	**SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Av. Duque de Loulé, 31
FREGUESIA	S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**44.87**
NOME	**CASA RIALTO - SALÃO DE JOGOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua do Conde de Redondo, 4
FREGUESIA	S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**44.88**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Gonçalves Crespo, 10
FREGUESIA	S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**44.107**
NOME	**EDIFICIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM MIRANTE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Gomes Freire, 185; Rua do Conde Redondo, 2
FREGUESIA	S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **44.109**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua Gonçalves Crespo, 30 a 60
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.110**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua Gomes Freire 189 a 211
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.111**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua de D. Estefânia, 28-30; Rua Alexandre Braga, 33
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.118**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO - EIXO URBANO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Av. Almirante Reis, 86 a 88F, 98-98B, 102-102C, 108 a 112, 136 a 164D e 174 a 186B; Av. Almirante Reis, 71 a 73, 77, 81 a 87B, 89D-89G, 97-97A, 113 a 121B, 129-129A e 139 a 205E; Praça do Chile, 1 a 16A; Rua Morais Soares 110 a 162 e 172 a 174; Rua Morais
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.119**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

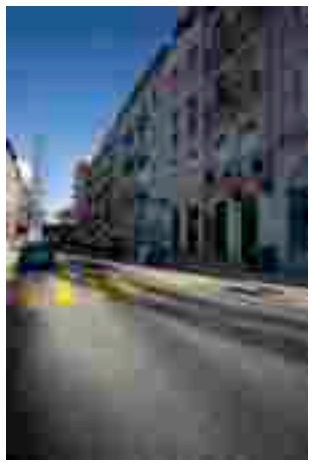
CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua General Garcia Rosado, 10 a 26 e 11 a 35; Rua General Farinha Beirão, 2 a 26 e3 a 25
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **44.120**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Trav. de Dona Estefânia, 1 a 21 e 6 a 18– Bairro Catarino: ver 44.120
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

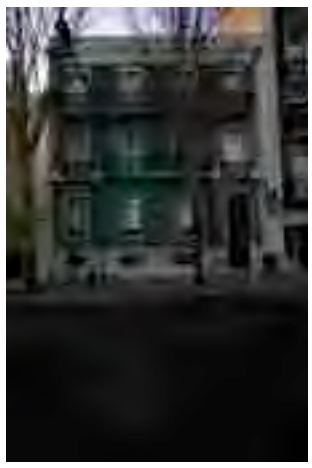
CÓDIGO **44.122**
NOME **CONJUNTO 4 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Escola de Medicina Veterinária, 5 a 19
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO Habitaçõ
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **44.136**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua José Estevão, 21
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES



CÓDIGO **44.151**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua de D. Estefânia, 23
FREGUESIA S. Jorge de Arrroios
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.01**
NOME **HOSPITAL DOS CAPUCHOS - [ANTIGO] CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Calcada de Sto. Antonio dos Capuchos, 3; Alameda de Sto. Antonio dos Capuchos
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.01B**
NOME **[ANTIGO] PALÁCIO MELLO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua de Santo António dos Capuchos
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.01C**
NOME **[ANTIGA] ESCOLA DE ENFERMAGEM**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Calçada de Santo António dos Capuchos
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.01D**
NOME **PAVILHÕES DO HOSPITAL DOS CAPUCHOS**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Hospital dos Capuchos
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO Equipamento Público de Saúde
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.02**
NOME **PALÁCIO CENTENO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Alameda de Sto. Antonio dos Capuchos, 1 - 5; Rua de Sto. Antonio dos Capuchos, 75-79
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO incluí Logradouro
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.03**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua do Passadiço, 2 a 16 e Rua de Santo António dos Capuchos, 7 a 51
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**45.04**
NOME	**CONJUNTO 3 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua do Passadiço, 18-24, 26-30 e 32-34
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.05**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua do Carriao, 2; Rua do Passadiço, 7 - 9
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.06**
NOME	**CONJUNTO 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua do Passadiço, 48-66 e 68-80
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.07**
NOME	**EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Trav. Larga, 5
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.15**
NOME	**CONJUNTO 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Rua do Cardal de S. José, 9-11 e13-15
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	-
USO	Habitação
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO **45.19B**
NOME **CASA DOS VINTE E QUATRO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Fé, 53
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.20**
NOME **CONJUNTO 2 EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR COM FACHADA DE AZULEJO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Rua da Fé, 21-29 e 31-35 - Casa onde nasceu Columbano Bordalo Pinheiro
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.21**
NOME **EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Imóvel
MORADA Rua da Fé, 28 - 32
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO -
USO Habitação
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.22**
NOME **TANQUE ORNAMENTAL SETECENTISTA**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Edificio / Rua do Passadico; Rua de Sto. Antonio dos Capuchos, 1 - 5; Rua da Fe, 2 - 4
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO **45.23**
NOME **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

CLASSIFICAÇÃO Imóveis Carta Municipal
TIPO Conjunto arquitectónico
MORADA Calçada do Moinho de Vento, 3, 5 e 7, Rua de Santo António dos Capuchos, 2 e 2B-2C e Rua do Telhal, 74 e 76
FREGUESIA S. José
LOGRADOURO -
USO
ESTADO conserv.
ANO construção
PROPRIETÁRIO
AUTOR
BIBLIOGRAFIA
OBSERVAÇÕES

CÓDIGO	**45.24**
NOME	**JARDIM E MIRADOURO DO TOREL**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Património Paisagístico
MORADA	Trav. do Torel; Rua Júlio Andrade
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.24A**
NOME	**TANQUE ORNAMENTAL SETECENTISTA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
MORADA	Jardim do Torel
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	-
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.24B**
NOME	**PALACETE**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Júlio Andrade, 7
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

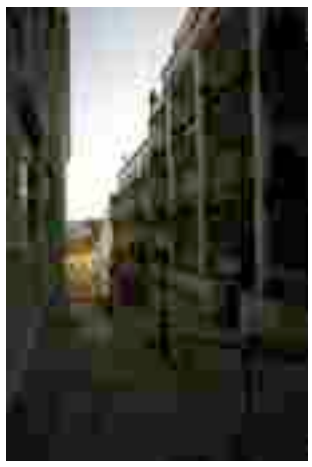
CÓDIGO	**45.24C**
NOME	**PALACETE FRANCISCO TEIXEIRA**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Júlio Andrade, 5
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.24D**
NOME	**PALACETE DA CONDESSA DE BASTOS**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Júlio Andrade, 3
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.24E**
NOME	**CASA CASTRO GUIMARÃES**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua Júlio Andrade, 1
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.24F**
NOME	**ESCOLA PRIMÁRIA OFICIAL Nº29**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua do Telhal, 10
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.25**
NOME	**CONJUNTO 3 EDIFICIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Conjunto arquitectónico
MORADA	Calçada do Lavra, 13, 15 e 17
FREGUESIA	S. José
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	



CÓDIGO	**45.34**
NOME	**PALÁCIO RIO MAIOR**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua das Portas de Santo Antão, 112 - 124
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradouro
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.71**
NOME	**PALÁCIO**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Imóvel
MORADA	Rua de S. José, 160-164; Rua do Car dal de S. José, 37
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	incluí Logradour o
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**45.72**
NOME	**[ANTIGA] LEITARIA E MANTEIGARIA 'A MINHHOTA'**
CLASSIFICAÇÃO	Imóveis Carta Municipal
TIPO	Objectos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística
MORADA	Rua de São José, 138-140; Rua do Carrião, 70
FREGUESIA	Pena
LOGRADOURO	-
USO	Actividade Económica
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**00.00**
NOME	**XXXXXXX**
CLASSIFICAÇÃO	x
TIPO	x
MORADA	x
FREGUESIA	x
LOGRADOURO	x
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**00.00**
NOME	**XXXXXXX**
CLASSIFICAÇÃO	x
TIPO	x
MORADA	x
FREGUESIA	x
LOGRADOURO	x
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

CÓDIGO	**00.00**
NOME	**XXXXXXX**
CLASSIFICAÇÃO	x
TIPO	x
MORADA	x
FREGUESIA	x
LOGRADOURO	x
USO	
ESTADO conserv.	
ANO construção	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR	
BIBLIOGRAFIA	
OBSERVAÇÕES	

PÚBLICO

METODOLOGIA

[qualificação e dilatação do espaço público]
A qualificação do espaço público é condição fundamental para a qualidade urbana e do habitar desta zona da cidade. As duas operações fundamentais a operar no espaço público são não apenas a qualificação dos espaços existentes, mas também a sua dilatação, ao nível dos diversos espaços abertos de fruição pública, mas também dos equipamentos que a ele estão associados.

[espaços e equipamentos]
Deste modo a intervenção sobre o espaço público da Colina de Santana engloba duas vertentes - espaços e equipamentos - redes e programa. Começa-se pelos espaços abertos porque parte da justificação para o programa de equipamentos (e mesmo da habitação) advém da qualidade do espaço público que se conseguir. Ao nível dos equipamentos há que ter em consideração as duas escalas que estão em jogo: a escala da cidade e a escala do bairro.

[a cidade e a proximidade]
Associada sobretudo à função hospitalar, a relação da Colina com a cidade, que está na origem dos principais fluxos de não residentes, deve ser mantida depois da saída destes equipamentos, com a implementação de programa de igual escala: os equipamentos de cidade. Esntende-se que os edifícios mais vocacionados para esta função são precisamente aqueles que ficarão disponíveis a breve prazo, nas grandes unidades cadastrais, pela sua dimensãp, posição no território e capacidade de transformação que lhe é inerente.
A relação de proximidade será tendencialmente resolvida nas denominadas áreas no interior da malha urbana, em terrenos de menor dimensão (e por isso mais adequados às funções que devem servir), e numa relação de maior proximidade com a população que servem.

[de radial a rede]
A desafectação dos hospitais, pela dimensão de território que representa acaba por ser o centro das transformações que se operam sobre a colina a todos os níveis, mas também e de forma evidente no modo como as grandes unidade se passam a relacionar com os espaços públicos circundantes, nomeadamente abrindo novos acessos nas cercas e implementando novos percursos na rede de mobilidade - viária e pedonal. Este conjunto de operações nas grandes unidade é capaz por si só de gerar toda uma nova configuração na rede de percursos em que o Campo de Santana, não perdendo a sua centralidade simbólica e física, fica rodeado por novos espaços abertos e percursos interligados entre si, de que resulta a passagem de um sistema de matriz radial a um sistema de circulação em rede - de espaços, percursos e programas. Qualificar, hierarquizar, caracterizar e dilatar essa rede urbana é o que nos propomos trabalhar associando às grandes unidades um outro conjunto de operações e estratégias, que contribuam para a dilatação do espaço público.

[a península como referente]

A condição de península, lida como uma possibilidade e uma qualidade é aquilo que defendemos deve ser mantido na actual relação da colina com a cidade, reforçando aquilo que tende vantajoso e contrariando aquilo que possa ter de danoso à qualidade urbana. Deste modo, e no que às circulações extra-colina diz respeito, a proposta passa pelo controle do trânsito automóvel e redução/desvio do trânsito de passagem, por contraposição do incremento e incentivo das possibilidades de circulação pedonal. A localização dos programas, nomeadamente os programas de cidade deverá também ser capaz de orientar fluxos do modo mais adequado à qualidade de vida urbana na Colina de Santana.

Metodologia:
- identificação de pontos chave de intervenção na colina que permitam a ampliação do espaço público;
- estabelecimento de novas estratégias para as circulações pedonal e rodoviária.

PÚBLICO

UNIDADES DE INTERVENÇÃO
U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar

BAIRROS
B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS
A1 S. Bernardino
A2 S. Lázaro
A3 Mastro . Bemposta
A4 Anjos

CONJUNTOS
C1 Torel

equipamento colectivo . cidade
equipamento colectivo . local

U7
B3 Camões
U6
U2
U8
A5 Anjos
U5
A1 S. Bernardino
U3
B3a Camões
A4 Mosteiro Sta Marta
B2 Andaluz
U4
A3 S. Lazaro
C1 Sport
U1
0
50
100
500
1000
N

ACESSIBLIDADE VIÁRIA

A saída dos hospitais vai provocar um forte impacto na Colina de Santana, não só a nível económico mas também no trafego que a cruza diariamente. Os equipamentos hospitalares são o programa que gere o maior fluxo viário e de pessoas entre ambulâncias, veículos de emergência, veículos particulares, entre médicos, enfermeiros, auxiliares, pacientes e visitantes, comparável com equipamentos aeroportuários. A substituição destes virá alterar o número de veículos que cruzam este espaço. O aumento de população residente, trazido pela construção das novas habitações traz novas necessidades a nível viário e de espaço público.

A diversidade de épocas, tipos de vias e a sua complexidade condicionou a sucessiva modernização da acessibilidade: Ressano Garcia teria planeado uma rua larga que prolongava o Paço da Rainha até o Largo de Santa Bárbara, nunca executada. Assiste-se agora a uma mudança de paradigma, o regresso à predominância do peão sobre o privilégio automóvel, reduzindo distâncias e qualificando de novo o espaço público. Pode-se assim, reduzir o espaço do alcatrão, confinando-o à largura necessária para faixa rodagem, e assim alargando o espaço de passeio, arborização e estacionamento.

[rede viária]

A alteração dos fluxos permite a revisão do trânsito automóvel no espaço da Colina. A sua situação entre os grandes eixos do centro da cidade, Avenida da Liberdade e Avenida Almirante Reis, conectam-na rapidamente com a rede estruturante [Nível 1] e a rede de distribuição principal [Nível 2]. A chamada Circular das Colinas cruza Santana na Rua do Conde Redondo - Rua Joaquim Bonifácio - Rua Jacinta Marto - Rua Febo Moniz e constitui um importante atravessamento e ligação entre o lado ocidental e o lado oriental da cidade, constituindo uma via de Nível 2 para o trânsito de passagem ou de escala de cidade.

O eixo Rua de São Lázaro - Rua Gomes Freire - Rua D. Estefânia está definida no PDM de Lisboa, Planta de Ordenamento - Acessibilidades e Transportes, como uma via de distribuição secundária do trafego [Nível 3]. Esta constituí uma designada ‘coluna vertebral’ no sistema viário e de transportes da Colina, apontando esta ideia para uma clarificação do sistema actual, sobretudo na bifurcação Rua Gomes Freire - Rua D. Estefânia, para facilitar o acesso ao Campo Mártires da Pátria.

O espaço central da Colina de Santana, deverá constituir o epicentro da operação, unindo as várias intervenções dispersas. A ligação viária entre o Paço da Rainha e a Rua Luciano Cordeiro poderá ser encerrada ao transito, tornando o Campo Mártires da Pátria um espaço de rotunda que distribui o trafego local, e unindo de novo os dois espaços verdes.

O conjunto das ruas do Bairro Camões, a Luciano Cordeiro, o acesso da Rua de Santo António dos Capuchos/Rua das Pretas, Paço da Rainha, Rua de Santa Bárbara / Rua Escola do Exército tratam a distribuição local associado a um tipo de rua que equilibra trafego, estacionamento e arborização intensa. As novas ruas propostas nos projectos de S. José, Capuchos e Miguel Bombarda fazem parte deste perfil de rua.

A restante rede deve ser considerada apenas de acesso local, seja devido ao seu carácter ou às condições técnicas de difícil atravessamento viário [Bairro Andaluz, Bairro Santana], pertencendo ao Nível 5 definido em PDM [Artigo 70º], garantindo o acesso rodoviário ao edificado, devendo reunir condições privilegiadas para a circulação pedonal.

A intervenção recente na Rua do Benformoso, antigo eixo de saída da cidade a partir da Porta da Mouraria, prolonga-se pela Rua dos Anjos, já na área de estudo. Será desejável que esta se prolongue até o Largo de Arroios, ponto de referência onde a estrada bifurcava. O percurso 01 Rossio - Gulbenkian, correspondente a outro eixo antigo poderá ser alvo de uma operação similar, privilegiando o trafego pedonal e desenhando a faixa de rodagem.

[estacionamento]

Associado ao novo sistema viário são propostos novos lugares nas 6 unidades de intervenção, aumentando a capacidade de estacionamento na colina, além do possível no Parque de Estacionamento do Campo Mártires da Pátria e do futuro na Praça José Fontana, juntamente com os anteriores no grande eixo das Avenidas, Marquês, Restauradores, Praça da Figueira e Martim Moniz.

[praças de taxis]

As praças de taxis encontram-se associadas aos grandes interfaces de transportes e praças, Marquês, Restauradores, Praça da Figueira e Martim Moniz. No topo da colina, na Rua Luciano Cordeiro, uma outra praça serve o Hospital dos Capuchos. Apesar da desactivação do programa hospital, será importante manter uma praça à cota alta.

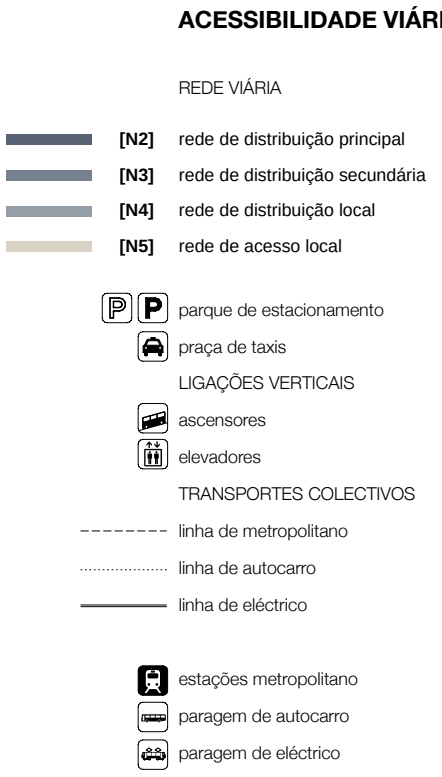
[transporte público]

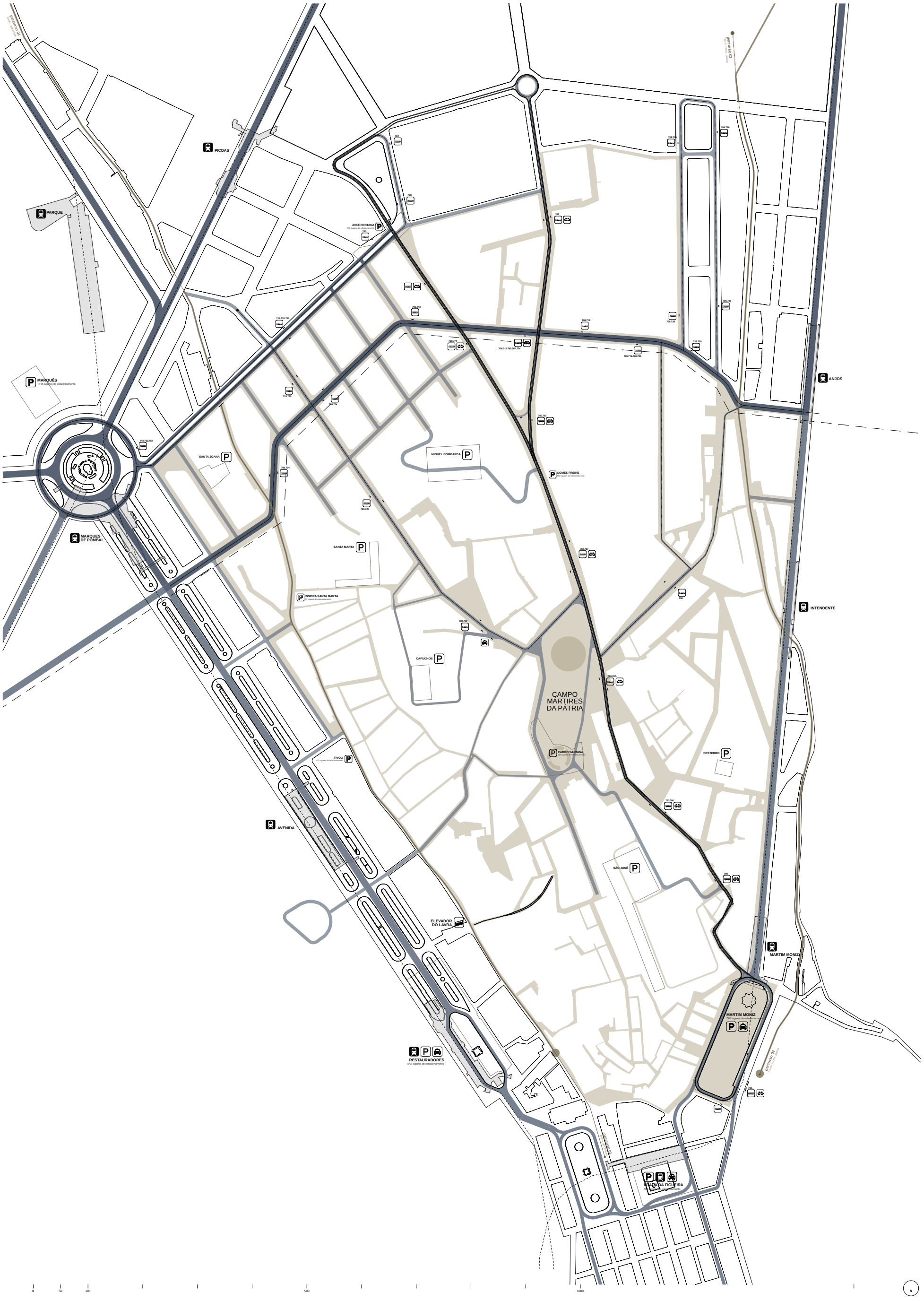
Situada entre dois grandes vales do centro de Lisboa, a Colina de Santana está circundada pelos grandes sistemas de transportes. O interface do Rossio é condutor de um grande fluxo de passageiros, entre o comboio, o metro e os autocarros. O Marquês de Pombal constitui outro interface importante no cruzamento de linhas de metropolitano, interface de autocarros.

O sistema de transportes públicos de nível 1, composto por ferrovia e Metropolitano de Lisboa, serve os vales e o perímetro da zona de estudo; além do interface do Rossio, a rede de metropolitano inicial [1959] serve a colina: linha verde a oriente, Avenida Almirante Reis [Rossio, Martim Moniz, Intendente, Anjos]; linha azul a ocidente, Avenida Almirante Reis [Restauradores, Avenida, Marquês] e linha amarela a Norte [Marquês, Picoas].

A Avenida Duque de Loulé, a Circular das Colinas, a Luciano Cordeiro e o eixo vertebral S. Lázaro - Gomes Freire garantem a subida à cota alta dos autocarros, havendo um maior número no Bairro Camões e um maior isolamento nas encostas para os vales. As paragens e as carreiras foram levantadas e registadas [em planta], supõe-se uma diminuição de passageiros e uma maior racionalidade nos cruzamentos.

Ainda na chamada ‘coluna vertebral’ da Colina, propõe-se um sistema fixo de transporte público que ligue o Martim Moniz ao Largo da Estefânia / Praça José Fontana, ligando a cota alta à baixa. Este sistema, o eléctrico, pretende extender a rede que serve hoje o Martim Moniz, repondo uma linha que existiu em tempos, na lógica deste ser um importante motor de circulação entre colinas, contrapondo-se aos sistemas fixos dos vales, o metro. Este novo transporte na colina, obrigaria a uma regulação da via e dos passeios que na Rua Gomes Freire é extremamente necessária dado a exagerada largura da via. A nova linha poderia ir buscar novos passageiros pontuais que se desloquem aqui, contribuindo o novo programa da Colina de Santana.




percurso 01
percurso 02
PICOAS
PARQUE
JOSÉ FONTANA
130 lugares de estacionamento
MARQUÊS
1145 lugares de estacionamento
MARQUES DE POMBAL
SANTA JOANA
MIGUEL BOMBARDA
GOMES FREIRE
150 lugares de estacionamento
SANTA MARTA
INSPIRA SANTA MARTA
77 lugares de estacionamento
CAPUCHOS
CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA
CAMPO SANTANA
150 lugares de estacionamento
TIVOLI
100 lugares de estacionamento
AVENIDA
ELEVADOR DO LAVRA
SÃO JOSÉ
DESTERRO
ANJOS
INTENDENTE
MARTIM MONIZ
720 lugares de estacionamento
RESTAURADORES
542 lugares de estacionamento
ALMADA FIGUEIRA
0
50
100
500
1000
N

ESPAÇOS ABERTOS DE FRUIÇÃO PÚBLICA

Os espaços abertos de fruição pública são constituídos pelos diversos tipo de espaço público e espaço verde público, em tipologias urbanas de ruas, avenidas, praças, largos, campo e jardins. A morfologia urbana da Colina de Santana é uma diversidade destes tipos, sendo quase possível percorrer uma história do urbanismo neste espaço da cidade. O Campo Mártires da Pátria, antigo Campo do Curral à beira das portas da cidade, era um espaço de descompressão onde acontecimentos efémeros, como feiras ou venda de gado aconteciam. Os tempos mudaram e transformaram este espaço num jardim de cariz romantico-higienista. O jardim do Torel, um antigo espaço privado do Palácio Thorel, é aberto na sequência do loteamento dos palacetes que compõem a Rua Júlio Andrade. O comum largo, espaço resultante de um cruzamento de caminhos, tem lugar aqui no Mitelo, antecedendo o palácio do mesmo nome ou no Mastro, bifurcação da Rua de S. Lázaro e da Rua do Saco, onde se instalou um chafariz no séc. XX. Por oposição, as ruas do plano do Bairro Camões obedecem a um perfil da cidade burguesa, arborizada e com maior largura que as calçadas, cotovelos e ruas estreitas do Bairro Santana de uma época pré-pombalina. O Paço da Rainha constitui um caso excepcional, entre uma praça, um largo e um campo, antecede um grande edifício de representação e distribui ao mesmo tempo, sendo mais equiparável a uma Alameda.

Esta rede existente de espaços abertos funciona em sistema radial do Campo até aos seus extremos, pontuado em pontos de referência: o grupo de praças que articula a Baixa e os planos de expansão de Ressano Garcia [Restauradores, Rossio, Figueira, Martim Moniz], a praça José Fontana e o Jardim Constantino resultado dos planos oitocentistas.

As grandes unidades cadastrais que sobreviveram aos loteamentos sucessivos ao longo da história, herdeiros de uma lógica encerrada em si mesma e condicionada enquanto equipamentos hospitalares, vão desempenhar o papel transformador do sistema de espaços públicos, criando uma nova rede entre eles, contornando o sistema radial existente. Elas são o motor que dinamiza e aumenta consideravelmente a área de espaço público e espaço aberto, criando a hipótese de um novo corredor ecológico à escala metropolitana em ligação com a Avenida da Liberdade - Parque Eduardo VII. A dilatação do espaço aberto acontecerá com a nova oferta associada aos novos projectos e espaços que daí resultam, numa considerável melhoria das condições de vida dos novos habitantes e dos actuais. A abertura da Academia Militar como espaço de usufruto público e a clarificação do espaço verde do Hospital D. Estefânia, contribuirão, igualmente para esta lógica, na ideia das grandes unidades cadastrais permitirem o acesso à população. A abertura de outros jardins privados, dos CTT e do Ateneu, possibilitam o alargamento de um jardim-miradouro à encosta arborizada e ajardinada.

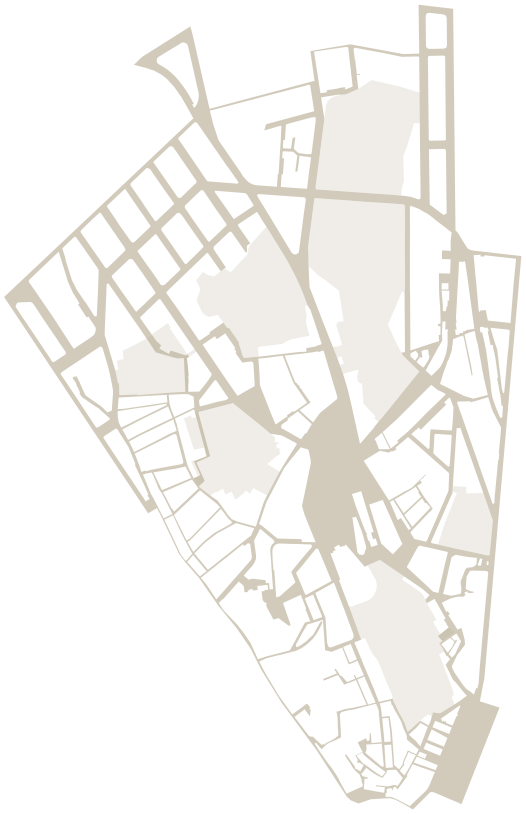
Notável será também, a variedade de tipologias de espaço público apontadas para as várias intervenções: praças, alamedas, terreiros, miradouros, terraços e jardins compõem esta nova rede, como a Alameda de S. José e a dos Capuchos, as Praça do Desterro, o Parque do Miguel Bombarda, o Terraço do Ateneu ou o Terreiro de Santa Marta.

[espaços verdes]

A requalificação dos espaços abertos está profundamente ligada com um aumento da área verde na área de estudo. Os novos jardins e zonas verdes que provêm da requalificação das cercas hospitalares, introduz uma melhoria das condições de habitar na Colina que por sua vez, ajuda na diminuição das emissões de CO2. No entanto, apesar da abertura de novos espaços, será importante não perder a leitura da cerca enquanto unidade, aproximando o tipo de espaços das grandes unidades do carácter reservado do jardim do Torel. A mancha verde da Colina permite criar um novo cenário de cariz de estadia e recreio, onde a arborização das ruas predomina, na vontade de reencontrar o perfil original de rua de Ressano Garcia, e a arborização do espaços para controlo climático do edificado e dos espaços.

[permeabilidade]

Além dos aumentos de espaços públicos, abertos e verdes, a permeabilidade terá um novo índice, mais elevado que à época hospitalar, assim contribuindo para a melhoria dos sistemas naturais do território urbano, a sustentabilidade ecológica e física do meio. Esta ideia, defendida a muito por diversos paisagistas, contribui para a melhoria do escoamento hídrico natural, com maior infiltração de águas pluviais directamente na terra. A situação topográfica das unidades intervidas indica uma posição estratégica para drenagem natural no meio ambiente construído, resolvendo o solo tornado impermeável segundo as necessidades de espaço dos equipamentos hospitalares.



ESPAÇOS ABERTOS DE FRUIÇÃO PÚBLICA

01 Campo Mártires da Pátria
02 Jardim do Torel
03 Jardim dos CTT
04 Terraço do Ateneu
05 Alameda de São José
06 Praça do Desterro
07 Alameda dos Capuchos
08 Terreiro de Santa Marta
09 Jardim de Santa Joana
10 Parque Miguel Bombarda
11 Campo desportivo da Academia Militar
12 Praça José Fontana
13 Jardim Constantino

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
0
50
100
500
1000
N

ACESSIBILIDADE PEDONAL

A nova Rede de Mobilidade Suave [RMS], definida no Artigo 71º do PDM de Lisboa, define um sistema de percursos que devem promover o modo suave pedonal e ciclável, e garantir o acesso a zonas de interface de transportes, equipamentos, zonas de comércio e de serviços e zonas residenciais densas. Ao contrário da circulação rodoviária, com regulamentação própria, de largura de faixa de rodagem e de sentidos de circulação, o fluxo pedonal contraria este principio, seguindo antes uma ideia de maior permeabilidade entre espaços urbanos de uso público. O peão tem uma livre escolha de percursos, não sendo obrigado a tomar um só sentido e eixo; torna-se necessário, no entanto criar certas hipóteses de atravessamento.

Neste âmbito, o estudo apresenta um conjunto de novos percursos pedonais que conectam as unidades a intervir, em rede radial contrariando a tendência axial do sistema actual. A difícil transição de cota do Vale Verde para o alto da colina pode agora ser resolvido por este sistema gerado a partir das intervenções nas antigas unidades hospitalares e nos terrenos dos CTT [Palácio Sousa Leal à Rua de S. José], contíguos ao Jardim do Torel, e os terrenos do Ateneu Comercial de Lisboa, que abrangem uma área da Calçada do Lavra à Rua das Portas de Santo Antão.

[percursos antigos]

As duas vias antigas de saída da cidade pré-terramoto que saíam das Portas da Mouraria e das Portas de Santo Antão, como já referidos na rede viária, deveriam tender para um condicionamento da circulação automóvel, privilegiando a pedonal e ciclável. A característica de ser eixos ultrapassados pelas grandes avenidas, libertou-os da intensidade de trafego, e tomando partido de cruzarem estas de um modo desnivelado [Av. Duque de Loulé, Av. Fontes Pereira de Melo e Rua Pascoal de Melo] permitem um trafego mais calmo, mais associado com o peão, a bicicleta ou outro meio similar. É essencial a recuperação da identidade cultural que permite ligar a Fundação Calouste Gulbenkian ao Rossio, criando uma nova rede à margem dos grandes fluxos que possa potenciar novas criações, instituições e actividades económicas.

[acessos colina]

A permeabilidade pedonal da cidade é uma realidade tímida, mas existente na Colina de Santana. A passagem existente na Rua do Telhal ao Jardim do Torel pela Escola de S. José, permite desviar o percurso da difícil rua para um modo mais agradável, aliado a uma paisagem e a um sistema de vistas. O Beco de S. Luís da Pena é um percurso em escadaria que conecta a Calçada de Santana às Portas de Santo Antão, gozando de uma vista sobre a Baixa e o Rio Tejo pouco divulgada. Numa perspectiva de aumentar estas hipóteses, as novas possibilidades de abertura de espaço público nas operações das cercas dos antigos conventos e hospitais, fechadas sobre si mesmas num espaço controlado, abrem-se agora à permeabilidade e à cidade. Elas são geradoras de novos atravessamentos: torna-se possível, por exemplo, passar da estação de metropolitano do Intendente ao Desterro, correndo a rua desenhada com a fachada da igreja do Desterro, subir a S. José e à Rua do Instituto Bacteriológico e, finalmente, descer pelo Ascensor do Lavra, cruzando diversos espaços novos. Da Rua de Santa Marta, atravessa-se o Convento de Santa Marta, vence-se a cota à Luciano Cordeiro para subir de novo na Cerca do Hospital Miguel Bombarda e descer na Rua Gomes Freire. A partir da estação da Avenida, percorrendo o Bairro do Andaluz, dá-se entrada na cerca do Hospital dos Capuchos para sair no Campo Mártires da Pátria. Estas ligações podem trazer algo de novo, um espaço permeável de novos espaços e novas vistas inesperadas em conjunto.

[percurso a meia cota]

O Plano Urbano da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes [PUALZE] criou 6 Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão [SUOPG] em que três subunidades fazem parte da área de estudo. A SUOPG 4 - Rua do Passadiço indica a requalificação da Rua do Passadiço, as SUOPG 5 - Jardim do Torel e SUOPG 6 - Ateneu obrigam à promoção da expansão das áreas verdes e a utilização colectiva através da criação de circuitos. Em continuidade, o presente estudo ambiciona unir o ponto comum destas subunidades, na criação de um percurso a meia cota entre o Rossio e o Bairro Camões. Este torna-se possível pelo Pátio da Salema, cruzando os jardins do Convento/ Recolhimento da Encarnação, os terrenos do Coliseu, resolvendo o remate topográfico e consolidando a encosta até chegar ao terreno do Ateneu Comercial de Lisboa, onde é necessário intervir na requalificação do edificio original e na criação de novos equipamentos desportivos. O conjunto dos palácios e edifícios dos CTT, em excelente estado de conservação permitem o aumento da área verde do Torel. A Rua do Passadiço, rua de cota estável dará acesso à última parte do novo percurso nos terrenos do Hospital de Santa Marta, cujo projecto prevê uma ligação à Rua da Sociedade Farmacêutica.

[elevação mecânica]

Como exemplo de meios de elevação mecânica, a cidade está provida de uma série de ascensor e elevador como o Elevador da Bica, Santa Justa ou na Colina de Santana, o Ascensor do Lavra, marcante na imagem da cidade e classificado como Monumento Nacional.

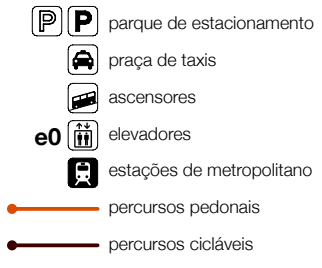
Associados aos acessos pedonais e às redes cicláveis, são criados vários meios de elevação mecânica para resolver as grandes diferenças de cotas nas cercas dos antigos conventos e no percurso a meia cota, aproveitando as possíveis novas vistas e contribuindo como novas hipóteses para a rede de mobilidade condicionada.

Um elevador [e1] permite trazer as pessoas do Martim Moniz ao terraço de S. José para depois as conduzir a outros que distribuem para a cota superior [e2] ou para a Rua de S. Lázaro [e3]. Da Vila Serra, depois da incrível vista, um elevador [e4] desce ao terrenos do Ateneu para as levar às Portas de Santo Antão. No Desterro, além da escadaria pública, um outro meio de elevação mecânica [e5] resolve a mobilidade suave para a Avenida Almirante Reis. Nos Capuchos, entre o Andaluz e o terraço do antigo Convento, o elevador e a escada rolante [e6] ajudam na dilatação do espaço do antigo Convento/Hospital, e acedem à cota superior de Santa Marta. Neste o elevador integrado num edifício existente da Rua Luciano Cordeiro [e7] conecta-se com o Miguel Bombarda, espaço verde isolado como um Partenon Verde acessível pelos meios mecânicos [e8] e [e9].

[percursos cicláveis]

O desejável da rede ciclável, é que possa conviver com os outros meios de transporte e com o peão. Como já referido, as antigas vias são percursos ideais para estas, na dimensão que evitam cruzamentos com os grandes fluxos viários. Além destas, este é o lugar onde se pode ligar as vias existentes da Gulbenkian e do Arco do Cego ao centro da cidade, pela Rua de S. Sebastião - Rua de Santa Marta - Rua de S. José - Portas de Santo Antão, para depois circularem pela Rua Augusta, ligando às ciclovias beira-tejo da Ribeira das Naus. Do Arco do Cego, a Rua da Estefânia traria este meio de transporte ao Campo Mártires da Pátria e ao espaço de S. José para descerem de elevador à cidade baixa.

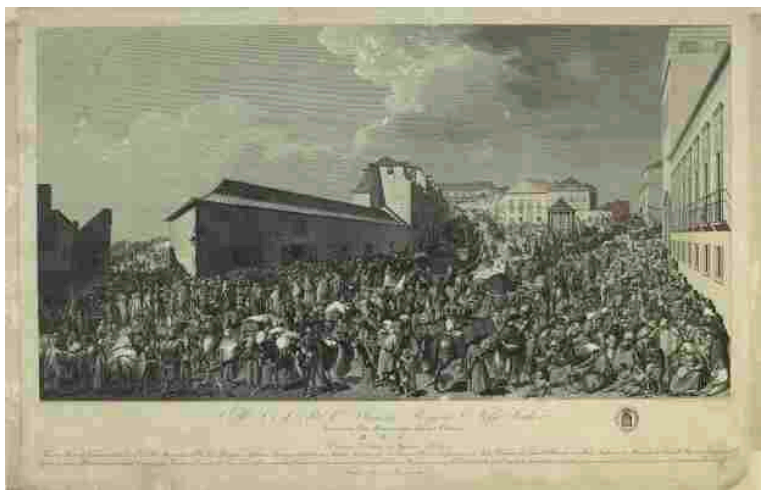
ACESSIBILIDADES PEDONAIS



PICOAS
PARQUE
MARQUÊS
1145 lugares de estacionamento
MARQUES DE POMBAL
AVENIDA
ELEVADOR DO LAVRA
RESTAURADORES
542 lugares de estacionamento
C07
e9
e8
e7
e6
e5
e4
e3
e2
e1
INTENDENTE
MARTIM MONIZ
720 lugares de estacionamento
MARTIM MONIZ
PRAÇA DA FIGUEIRA
percurso 01
percurso 02
0
50
100
500
1000
N

AGUA . SANTANA

Estúdio Mário Novais - Instituto Agrícola de Lisboa, inaugurado em 1853, e o chafariz da Cruz do Tabuado in Arquivo Fotográfioc de Lisboa - Arquivo Pitoresco, vol V, 1862, p.49 - cota N24421



Domingos Sequeira - A Sopa de Arroios

O tema da água na Colina de Santana proveio do interesse no último ramal do Aqueduto das Águas Livres, e do abastecimento dos conventos ao longo do tempo. Até a chegada desta grande infraestrutura, é certo, que as casas conventuais teriam sistemas de recolha de águas pluviais armazenados em cisternas. A curiosidade na Cisterna de Stº António dos Capuchos, da qual conhecíamos apenas a boca à superfície, revelou-se um espaço de água incrível, provavelmente proveniente do séc. XVI e do inicio da construção do Convento. Tendo sobrevivido aos tempos, ao terramoto e aos programas hospitalares, é um espaço que apraz ser reutilizado.

O primeiro sinal de fonte de água na colina seria o **Chafariz do Andaluz**. A sua inscrição que sobrevive aos tempos, data de 1374, mandado construir pela Câmara de Lisboa. A sua água provinha de um poço em S. Sebastião da Pedreira. A sua implantação marca um cruzamento de vias, a de saída para a Palhavã e outra que ligaria a Cruz do Tabuado ao Rato. No séc. 20 é, como muitas outras considerada imprópria para consumo e relocalizada com a urbanização da zona envolvente [1959]. A ribeira de Arroios alimentava segundo Acciaiuoli [1944] diversos chafarizes como o de Arroios, que se encontrava no Largo de Arroios, onde bifurcavam dois caminhos antigos de saída da cidade. A Bica do Regueirão dos Anjos era alimentada por esta bacia hidrológica, tal como a Taça do Intendente e hipoteticamente o Poço do Borratém, já na Baixa, que se presume ter sido o local de uns banhos árabes.

A construção dos conventos no séc.XVI na zona fora-de-muralhas previa uma exploração agrícola dentro das cercas. Para a irrigação, eram utilizados poços, nascentes e cisternas, que ao longo dos tempos caíram em desuso. Os casos mais conhecidos de cisternas nos conventos como o de S. Francisco da Cidade, hoje Belas Artes, ou os recentes estudos de hidráulica em Alcobaça,que desviavam a água do Rio Alcoa para o interior da cozinha do Mosteiro, são exemplo disso. Além da já referida **Cisterna dos Capuchos**, durante a obra recente do Instituto Câmara Pestana [Gonçalo Byrne Arquitectos], foi descoberta a cisterna do antigo Convento de Santa Ana; no Hospital do Desterro, fica por descobrir o espaço subterrâneo que anuncia a boca no centro do claustro. No limite cadastral entre Santa Joana e a Igreja do Sagrado Coração, notou-se um muro que indica ser um aqueduto que poderia provir do Chafariz do Andaluz. No convento de Santa Marta existe um espaço caricato que hoje liga o claustro ao edifício hospitalar do séc. XX, onde foi instalado um altar de azulejos. A cobertura abobadada e um orifício redondo indica que poderia ser uma cisterna ou uma fonte.

O **Aqueduto das Águas Livres** extende-se para a colina na Galeria de Santana no final do séc. XVIII. A construção do parque de estacionamento do Campo Mártires da Pátria, divulgaria a existência deste ramal que alimentaria um grande Chafariz monumental no topo Norte do Campo de Santana, nunca realizado. Diversos projectos foram feitos para este, sendo o primeiro de 1789 de Reinaldo Manuel dos Santos. Mas em 1794, aprova-se um projecto que previa uma grande meia laranja, num espaço semi-circular confinado por muros que enquadravam as fontes ao centro. Além destes trabalhos, foram ainda realizadas algumas peças de escultura que hoje se encontram no Chafariz das Necessidades e na Avenida da Liberdade.Os sobejos deste chafariz, que se manteve interino até a sua relocalização no muro do Campo Santana, alimentavam o Hospital de S. José desde 1797. Uma Casa de Água, reservatório de água pensa-se ter existido em frente à cozinha do Hospital. Já o Chafariz do Largo do Mastro, originalmente de Belém, seria aqui colocado nos anos 40, aquando da Exposição do Mundo Português, não fazendo parte do projecto original. O Chafariz do Intendente, nasce do pedido do Intendente da Polícia, Diogo de Pina Manique que solicita o abastecimento de água aos moradores da freguesia dos Anjos. Em 1824, o Chafariz no Largo do Intendente alimentava o palácio do Visconde de Manique e os seus sobejos eram encanados para o Poço da Horte do Desterro [Velloso d'Andrade, 1851]. Com a construção da Avenida e a instalação do eléctrico, o chafariz é transladado para a Rua da Palma, substituindo a Bica do Desterro na Calçada do Desterro.

Velloso d'Andrade, na 'Memória sobre Chafarizes, Bicas e Poços públicos de Lisboa', lista as instituições e **edifícios alimentadas pelo Aqueduto**. O Paço da Bemposta seria ligado ao Aqueduto em 1824, havendo referências de pontos de água anteriores na Quinta de mesmo nome. A Escola Médico-Cirúrgica receberia meia pena de água em 1844. O Hospital de S. Lázaro receberia um encanamento a partir do Hospital de S. José em 1825. O caso dos Alienieados de Rilhafolles, o autor refere que o Duque de Saldanha em 1849, mentor deste Hospital, refere a escassez de água neste estabelecimento: "*Assim o praticaram, e em resultado se fez encostado ao muro pela parte de dentro um fosso de 21 palmos e 1/4 de fundo - comprido 26 ditos - e largo 20 - (isto não obstante o grande declive que tem o terreno desde o Edificio até aquele sitio,) para o qual se desce por uma escada de 26 degraus; e tem neste fundo um tanque, comprido 12 palmos e 1/2 - largo 7 - alto 4- o qual ficando de nível do Aqueducto;*" Pensamos que este local ainda subsiste nas Consultas Externas do Hospital que comunicam para a Rua Gomes Freire. O *Asylo de Mendicidade,* na época instalado no Convento dos Capuchos, seria alimentado por encanamento em 1850 "*por detraz do muro do lado esquerdo da Lâmeda, se formou um Chafariz de duas bicas ou tubos".* O Major Chelmicki, em 1857 na sua *Memória sobre o Aqueduto Geral de Lisboa***,** elenca os chafarizes, bicas, edificios públicos abastecidos: o Asylo de Mendicidade, a Escola Médico-Cirúrgica, o Hospital de S. José, o Hospital do Amparo, o de S. Lázaro, o dos Alienados de Rilhafolles e a Quinta da Bemposta, por um cano que se estende da Cruz do Tabuado, e que acabaria na Mãe de Água que encontramos no Hospital da Estefânia; e os particulares, Francisco Isidoro Vianna, António Dias de Freitas, o Conde de Redondo e Luiz do Rego Fonseca Magalhães, que se presume serem proprietários de palácios ou quintas na envolvente.

Estes sistemas, ultrapassados pelo abastecimento actual, foram sobrevivendo calmamente às modernizações e à transformação dos espaços conventuais e urbanos. O Aqueduto desactivado desde 1967 foi declarado Monumento Nacional em 1910 em toda a sua extensão, marcando uma era de congelamento patrimonial. Transformou-se num museu disperso pela cidade entre a Mãe de Água das Amoreiras, o Reservatório da Patriarcal e agora o troço da galeria do Loreto, transformado para ser visitado e explicado ao público. O ramal do Campo Santana não reúne as mesmas condições, estando interrompido e desligado do Aqueduto Geral. A primeira hipótese para uma estratégia é de mostrar ao público, congelando este organismo no tempo. Tornar estas estruturas visitáveis, preparando-as para um uso para as quais não foram pensadas,poderia ser um erro grave: a cisterna dos Capuchos, incrível espaço de água, apenas tem acesso por uma pequena tampa na cobertura, onde se coloca uma escada amovível, sendo possível visitas esporádicas. O programa desde espaço, reservatório de águas pluviais, era usado por via da boca da cisterna, neste caso coberto de azulejos.

[espaços de água . espaços verdes]

Os primeiros chafarizes instalaram-se em pontos chaves da cidade, onde era possível fazer uso das técnicas hidráulicas, consoante a época e o conhecimento. Estes pontos, locais de grande fluxo de pessoas, coincidem com praças e largos ou bifurcação de caminhos importantes. O Rossio [pré-terramoto], o Largo do Andaluz ou o Largo de Arroios eram locais de trocas e cruzamento de pessoas, onde se instalaram as fontes de água. O aqueduto das Águas Livres continua esta lógica urbana, no Largo do Rato ou no Largo do Chiado, mas é também uma oportunidade de construir novas praças para receber as Águas Livres, como S. Pedro de Alcântara ou as Janelas Verdes. Instalada a grande infraestrutura de água, o inicio do séc. XIX é marcado por uma vaga de novos espaços verdes na cidade: assim nasce o jardim de lazer no Passeio Público, e posteriormente o Jardim da Estrela, o jardim do Principe Real, e o ajardinamento da Praça das Flores, da Praça da Alegria e do Campo Santana. Acaso ou propósito, estas novas manchas verdes estariam sempre nas imediações dos novos chafarizes, aliando o ponto de água utilitário a um novo prazer de natureza na cidade. O passo seguinte foi o abastecimento de água doméstico que teria começado com o problema dos Padres das Necessidades. Os pedidos de instituições religiosas, e de aristocratas e burgueses *endinheirados* intensificavam-se e a chegada do Alviela banalizou o fornecimento acompanhando a expansão urbana para Norte das Avenidas Novas. O investimento em abastecimento público seria dirigido para os bairros mais desfavorecidos por meio dos chamados 'marcos fontanários', com coluna em ferro fundido revestido de pedra. Os chafarizes perdem então a notoriedade e a monumentalidade: o Chafariz do Loreto é demolido em 1855 para dar lugar à vida cosmopolita e burguesa do Chiado.

Hoje, os chafarizes tornaram-se monumentos esquecidos pela cidade, em antigas vias importantes que foram ultrapassadas por novas avenidas. O seu uso público foi modernizado na distribuição doméstica edifício a edifício. No entanto, continuam a fazer parte da história da cidade e a configurar importantes espaços urbanos mas que deram primazia à vertente viária [Largo do Rato] e os passaram a segundo plano. A recuperação destes gigantes de pedra, resistentes ao desgaste do tempo, abre a oportunidade de reconfigurar os largos que os abrigam. Era interessante ouvir, de novo, o som da água corrente dos chafarizes sobre o ruído do trânsito, oferecendo à população um espaço público qualificado em torno do tema da água, um novo lugar de reunião de pessoas em detrimento do automóvel.

[intenção]

O tema que se elege, transversal às diversas intervenções, deve ser pensado a uma escala urbana da Colina no seu todo. Além da unidade que estabelece entre antigos conventos, o usufruito público da água pode ser repensado, reactivando os chafarizes e requalificando o espaço envolvente, para assumirem um papel preponderante na rede de espaços públicos. Pretende-se aplicar aqui uma estratégia sustentável de qualidade, aliada ao elemento água, que possa ser transformadora de espaços públicos. Estas estruturas de pedra criadas no séc. XVIII, à imagem de Roma, constituíram pesados investimentos de outra geração. Importa agora, dar-lhes um lugar na cidade actual e uma continuidade que possa influenciar as gerações futuras.

O encerramento do atravessamento viário do Campo Mártires da Pátria, permite unir o Jardim Braancamp Freire ao topo norte; aqui está a hipótese de criar uma nova centralidade do Campo e da Colina de Santana em torno de um grande espaço de água. Este atravessamento que liga a Alameda dos Capuchos ao Paço da Rainha, dois espaços urbanos particulares de suave pendente, poderão ser interligados para constituírem um novo passeio público, transversal ao Campo Santana. A nova rotunda pedonal além de distribuir as pessoas pelos eixos pedonais da Colina, pretende reunir as pessoas em torno de um disco de água, espelho da intervenção. Este espaço, serve de colector, armazenando as águas pluviais num reservatório subterrâneo para posteriormente reutilizar como águas cinzentas, numa perspectiva sustentável, por exemplo na rega dos espaços verdes.

A reutilização do Aqueduto é um tema complexo que extravasa o âmbito do estudo. Uma estratégia global seria necessária para este tema. A galeria de Santana, isolada da restante infraestrutura é um espaço incrível e intacto num troço do Campo Santana até à cerca do Hospital S. José. Importa dar a conhecê-lo e mantê-lo para o futuro.

CHAFARIZ DE ARROIOS
D01.
SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
aqueduto das águas livres 1787
D02.
CRUZ DO TABUADO
aqueduto das águas livres 1734
QUINTA DA BEMPOSTA
aqueduto das águas livres 1825
CHAFARIZ DO ANDALUZ
nascente em S. Sebastião da Pedreira 1372
E01.
BICA DO REGUEIRÃO
CONVENTO STª JOANA
aqueduto das águas livres 1780
HOSPITAL DOS ALIENADOS DE RILHAFOLLES
aqueduto das águas livres 1848
PALÁCIO DO CONDE DE REDONDO
aqueduto das águas livres
CONVENTO STª MARTA
caserna
QUINTA DA BEMPOSTA
aqueduto das águas livres 1834
ASILO DE MENDICIDADE
aqueduto das águas livres 1792
D004
CAMPO SANTANA
aqueduto das águas livres 1792
CONVENTO DE STª ANT. DOS CAPUCHOS
caserna - séc. XIX
D005
D006
D007
D008
CHAFARIZ DO INTENDENTE
aqueduto das águas livres 1823
TAÇA DO INTENDENTE
ESCOLA MEDICO-CIRURGICA
aqueduto das águas livres 1842
CHAFARIZ DO DESTERRO
aqueduto das águas livres 1917
BICA DO DESTERRO
aqueduto das águas livres
HOSPITAL DE S. JOSÉ
aqueduto das águas livres 1797
HOSPITAL DE S. LAZARO
aqueduto das águas livres 1827
POÇO DO BORRATÉM
0
50
100
500
1000
N

PROGRAMA

Procede-se neste ponto a uma proposta de localização de equipamentos públicos que tem como base o programa definido para os equipamentos de proximidade e o levantar de algumas hipóteses para os programas à escala do todo urbano. Assume-se como estratégia à partida a decisão de destinar tendencialmente as áreas de equipamento integradas nas grandes unidades a equipamentos de escala de cidade, distribuindo os equipamentos de proximidade pela malha urbana da Colina de Santana. Este primeiro gesto tem na sua base uma reflexão sobre a escala, adequação programática, valor patrimonial e papel no todo urbano que estes dois tipos de edifício representam.

[grandes unidades]

Das seis grandes unidades cadastrais a serem intervencionadas, apenas cinco estarão disponíveis para a implementação de equipamentos de cidade, visto que Santa Joana está destinada exclusivamente ao sector privado. A vocação programática de cada uma terá de ter em conta antes de mais a dimensão do edificado disponível e o tipo de relação à partida que este consegue estabelecer com a cidade. No que respeita à dimensão do edificado, todas as unidades se equivalem na área dos seus edifícios, que os vocacionam de forma clara para programas de cidade com excepção da unidade dos Capuchos, capaz de albergar um programa de cidade, mas também um programa de proximidade, dada a menor área destinada a equipamentos públicos e a possibilidade da disseminação desta por dois ou mesmo três edifícios isolados. As questões que se colocam em cada um naquilo que se prende com a sua relação com o urbano têm origem sobretudo na sua posição no terreno, podendo distinguir-se à partida duas tipologias: as unidades de festo e as unidades de vale.

[unidades de vale]

Nas unidades de vale incluem-se os conventos de Santa Marta e do Desterro, que pela sua localização junto aos grandes eixos viários, com o qual estabelecem uma relação forte e bem consolidada, acabam por ter uma maior facilidade na relação com o todo urbano, na medida em que são facilmente acessíveis e estão completamente integrados na envolvente próxima.

[unidades de festo]

S. José e o Miguel Bombarda pelo contrário, serão unidades de festo onde a relação com a envolvente está ainda muito presa à posição mais isolada relativamente à envolvente, devido à posição topográfica, mas também ao facto de ambas ainda funcionarem bastante segundo a lógica da unidade conventual murada. Se tudo deve convergir para o incremento dos cruzamentos nestas unidades tendencialmente mais fechadas, o programa tem também um papel a cumprir neste sentido, devendo constituir-se como elemento gerador de fluxos para a Colina e para o interior da unidade cadastral em que se insere. É portanto importante que nestas duas unidades, mais que nas outras a escolha do programa específico tenha sempre como perspectiva a implementação de um programa que funcione como âncora, na medida em se constitua como elemento de referência à escala da cidade.

[capuchos]

Localizada no topo da colina, a unidade dos Capuchos, não partilha nem a dimensão nem o carácter isolado das unidades de festo, já que com o esquema de circulações que foi possível implantar, este pedaço de território será à partida mais permeável que S. José ou o Miguel Bombarda. Por outro lado também não partilha da clareza da relação urbana de Santa Marta ou Desterro com a envolvente próxima, pelo que o colocaremos numa posição à parte, no intermédio entre estas duas situações urbanas.

[equipamentos de cidade]

Os equipamentos de cidade deverão implantar-se preferencialmente nas quatro unidades acima mencionadas - de vale e de festo - ou nos Capuchos.

[museu da medicina]

A implementação do Museu da Medicina teria a sua posição natural quer em S. José quer no Miguel Bombarda na medida em que tanto o programa se adequa à abrangência territorial pretendida, como ambas as unidades apresentam condições muito favoráveis à implementação deste equipamento.

Importa antes de mais detalhar aquilo que se entende poder ser um programa genérico para este Museu da Medicina, propondo-se antes uma estrutura que se aproxime mais de um Centro de Investigação e Documentação da História da Medicina, com vertente expositiva e museológica, mas que simultaneamente seja capaz de ser um lugar de produção de conhecimento nesta área de investigação que cruza as ciências médicas e as ciências humanas. Em termos de programa do edifício, para além das áreas expositivas e respectivas áreas de reservas que alberguem o património científico dos hospitais, este deve poder albergar biblioteca e arquivo do CHLC, assim como áreas para investigadores, espaços para conferências, etc. Este Centro deverá poder gerar fluxos permanentes também nos estudantes de medicina e não só, que deverão poder utilizar este espaço como mais um centro de investigação relacionado com a sua área de formação, neste caso na vertente da História da Medicina.

A localização desta estrutura num antigo hospital faz tanto mais sentido quanto este é um programa que na sua essência pretende preservar a memória desta herança. Se pensarmos a uma escala mais alargada, deve ser possível à escala da colina preservar a memória do que foi uma lógica territorial muito particular, ainda materializada em edifícios. Estes edifícios são na sua maior parte passíveis de reconversão funcional, com excepção de dois, ambos localizados no recinto do Miguel Bombarda e directamente relacionados com o património hospitalar. Trata-se do Balneário da Rainha e do Pavilhão de Segurança, em que o única via possível é a sua musealização.

Localizar o Centro de Investigação e Documentação da História da Medicina no recinto do Miguel Bombarda (no edifício do Convento) permitiria a concentração da função museológica numa mesma unidade, com as consequentes vantagens na optimização de recursos e controlo sobre o património imóvel classificado. Por outro lado, a localização em S. José faz todo o sentido tendo em conta o papel central que este desempenhou ao longo da história dos

hospitais, além de que poria a tónica sobre a componente relacionada com a investigação ao situar esta estrutura em pleno universo do ensino e da investigação em Medicina, junto à Faculdade de Ciências Médicas e ao Centro de Investigação Biomédica.

[museus]

Imaginando a hipótese da localização de outro tipo de unidades museológicas na Colina de Santana, estas deveriam sempre ser unidades de referência na cidade e capazes de originar fluxos significativos de visitantes, por forma a garantir o cruzamento efectivo deste território: Centro de investigação sobre a Cidade de Lisboa ou Centro de Investigação sobre o Território, por exemplo. O S. José seria neste quadro o lugar mais adequado à implementação de uma unidade museológica de grande dimensão que tirasse partido da posição privilegiada na cidade, da localização junto ao Rossio, da facilidade de acessos (junto ao Martim Moniz) e do património arquitectónico que lhe está associado.

[ensino e investigação]

Por outro lado, qualquer programa relacionado com o ensino e investigação seria desejável neste contexto na medida em que assegurariam a circulação de pessoas e reforçariam uma componente já existente nesta área da cidade onde para além das Ciências Médicas da UNL, está sediada também a UAL, no Palácio do Conde de Redondo, junto a Santa Marta. A extensão da UAL para o edifício do Convento de Santa Marta seria quase uma operação natural, dada a proximidade destes dois edifícios e afinidades de desenho e escala, e permitindo à UAL centralizar as suas instalações. Por outro lado a UNL pode ter interesse em expandir as suas áreas de ensino e investigação, ou mesmo apoio social aos estudantes e investigadores, e qualquer edifício das grandes unidade seria uma boa solução. A possibilidade da vinda de outro estabelecimento de ensino universitário e/ou investigação para a Colina deve ainda ser considerada como uma boa hipótese, já que neste quadro de equacionar da programação deste território à escala global, abre-se inclusivamente a hipótese da ocupação de vários edifícios em rede, e a implementação d um programa de grande escala tal como aquele que hoje ainda existe.

[equipamentos de proximidade]

Os equipamentos de proximidade vão encontrar o seu lugar preferencial no interior da malha urbana residencial, nas denominadas "áreas", onde a dimensão dos lotes e a escala geral da edificação são mais adequados à implantação deste tipo de equipamentos. Estas são ainda áreas que carecem de clarificação no deu traçado urbano e surgem em áreas mais degradadas da colina, na sua vertente a nascente. Ainda que haja funções que implicam apenas a organização de uma nova forma de utilização e exploração de estruturas existentes (no caso de algumas das estruturas desportivas propostas) a implementação da maior parte do programa implica a construção de novas edificações: em modo isolado ou em núcleos plurifuncionais.

Deste modo, a estratégia global para a localização destes programas de proximidade passa tanto pela disseminação territorial por forma a abranger todo o território (ainda que mais concentradas na vertente oriental), como pela construção de núcleos plurifuncionais em locais estratégicos capazes de criar dinâmicas de bairro mais interessantes em áreas mais degradadas da colina e em lugares ainda pouco claros urbanisticamente. Todos estes núcleos se caracterizam pela sua tipologia "autocentrada" desenhada em torno de pátios que ao mesmo tempo que se relacionam com a rua e resolvem a frente urbana se recolhem também em pátios interiores que servem os programas que aí se instalam.

P01 CABEÇO DE BOLA

Tal como apontado na Carta Educativa propõe-se a implementação de uma escola para os 1º, 2º e 3ºs ciclos do ensino básico + jardim de infância no lugar onde hoje está o Quartel da GNR. Com diferenças de cota entre os seus extremos, este lugar permite a adopção de soluções com entradas diferenciadas e plataformas a diferentes cotas, o que facilitaria a resolução de um programa complexo, em que têm de ser encontradas soluções para a coexistência de níveis etários muito diferenciados numa mesma estrutura.

P02. PÁTIO DO MOCA

Neste núcleo plurifuncional propõe-se a concentração de várias valências associadas ao apoio social, com a implementação de uma creche, de um centro de dia e de um lar de idosos. A localização deste núcleo de equipamentos prende-se não só com a área disponível, mas também com a carência de equipamentos que já foi identificada, na área do Mastro/Bemposta. Trata-se igualmente de uma situação urbana bastante indefinida , tal como o conjunto das barracas que resulta do encontro de malhas, lógicas urbanas e escalas urbanas diferentes e que ainda hoje não encontraram solução.

P03. SÃO LÁZARO

Em S. Lázaro propõe-se recuperar a vocação de centro cívico desta área, em continuidade com a área P02 e fazendo a requalificação da escola reencontrando a lógica de organização programática destes espaços. Faz também parte dos objectivos a implementação e qualificação dos espaços exteriores associados à escola, assim como das áreas para desporto. Deve ainda ser estudada uma estratégia de valorização patrimonial da biblioteca.

P04. HOSPITAL DE SÃO LÁZARO

No caso de ser possível contar com este espaço hospitalar, propõe-se a implementação da unidade de cuidados continuados que tire partido das infraestruturas existentes, num programa que não sendo tão exigente em termos técnicos como um hospital, não deixa por isso de ser uma pequena unidade de internamento.

P05. ACADEMIA MILITAR

Conforme previsto na Carta do desporto, sugere-se que seja permitido o uso público das infraestruturas da Academia associadas à prática desportiva, podendo até ser equacionada a possibilidade de poder aceder directamente ao Parque desportivo a partir da escola a implementar no terreno ao lado.

P05a. GOMES FREIRE

Neste terreno prevê-se a construção de habitação assim como de apoios à actividade desportiva no interior da Academia por parte do público, ou seja, áreas de balneários e de estacionamento. Deste modo se poderia criar uma entrada diferenciada para o público, facilitando questões práticas de controlo de acessos.

P06. ATENEU

Aproveitando as infraestruturas desportivas existentes, propõe-se protocolar a utilização pública das mesmas por forma a resolver as carências apontadas.

P07. MARTIM MONIZ

Conforme previsto, o Quartel de Sapadores Bombeiros localizado nos edifícios da EPUL.

P08. CAPUCHOS

No Convento dos Capuchos e Palácio Mello poderiam ser instaladas as residências assistidas, já que as questões patrimoniais, ainda que presentes não serão tão prementes quanto em outras unidades. O facto do Convento dos Capuchos ter de ser praticamente reconstruído permite equacionar a possibilidade da instalação de um programa mais complexo, em termos de infraestruturas e de circulações. Nos terrenos adjacentes à escola, podem ser implementados campos desportivos.

P09. ANDALUZ

Num terreno camarário é possível implantar a outra creche, com área exterior associada, servindo uma área com muito poucos equipamentos.

P10. SANTA MARTA

A lateral do edifício de Santa Marta pode servir para albergar a Unidade de Cuidados de Saúde Primários do Coração de Jesus sem prejuízo da utilização do Convento para outra função.

[ocupações temporárias]

Podemos pensar na ocupação da Colina de Santana em tempos diferenciados, se o programa atrás descrito aponta para um período de tempo longo, podemos também fazer a reflexão sobre que programa implementar num futuro imediato. Ocupar os edifícios motor das seis unidades com programas que se adaptam a estes espaços sem necessidades de intervenção profunda garante no imediato que este lugar da cidade não se esvazie, testar programas/ possibilidades de uso, rentabilizar no imediato os imóveis disponíveis.

PROGRAMA

EQUIPAMENTOS DE CIDADE

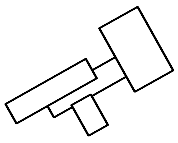
C01 SÃO JOSÉ
C02 MIGUEL BOMBARDA
C03 Museu da Medicina
C04 CAPUCHOS
C05 DESTERRO
C06 SANTA MARTA
C07 ESTEFÂNIA
C08 BEMPOSTA

EQUIPAMENTOS DE PROXIMIDADE

P01 CABEÇO DE BOLA:
Escola Básica Integrada + Jardim de Infância
P02 PÁTIO DO MOCA:
Creche pública
Centro de dia
Lar
P03 SÃO LÁZARO
Escola primária
Biblioteca de bairro
Salas de desporto
P04 HOSPITAL DE SÃO LÁZARO
Unidade de cuidados continuados
P05 ACADEMIA MILITAR
Parque desportivo
P05a GOMES FREIRE
Espaços de apoio ao uso público
P06 ATENEU
salas de desporto e tanque de aprendizagem (natação)
P07 MARTIM MONIZ
Quartel do regime de sapadores de bombeiros
P08 CAPUCHOS
Residência assistida
campos de jogos e salas desportivas
P09 ANDALUZ
Creche pública
P10 SANTA MARTA
Unidade de cuidados primários . Coração de Jesus

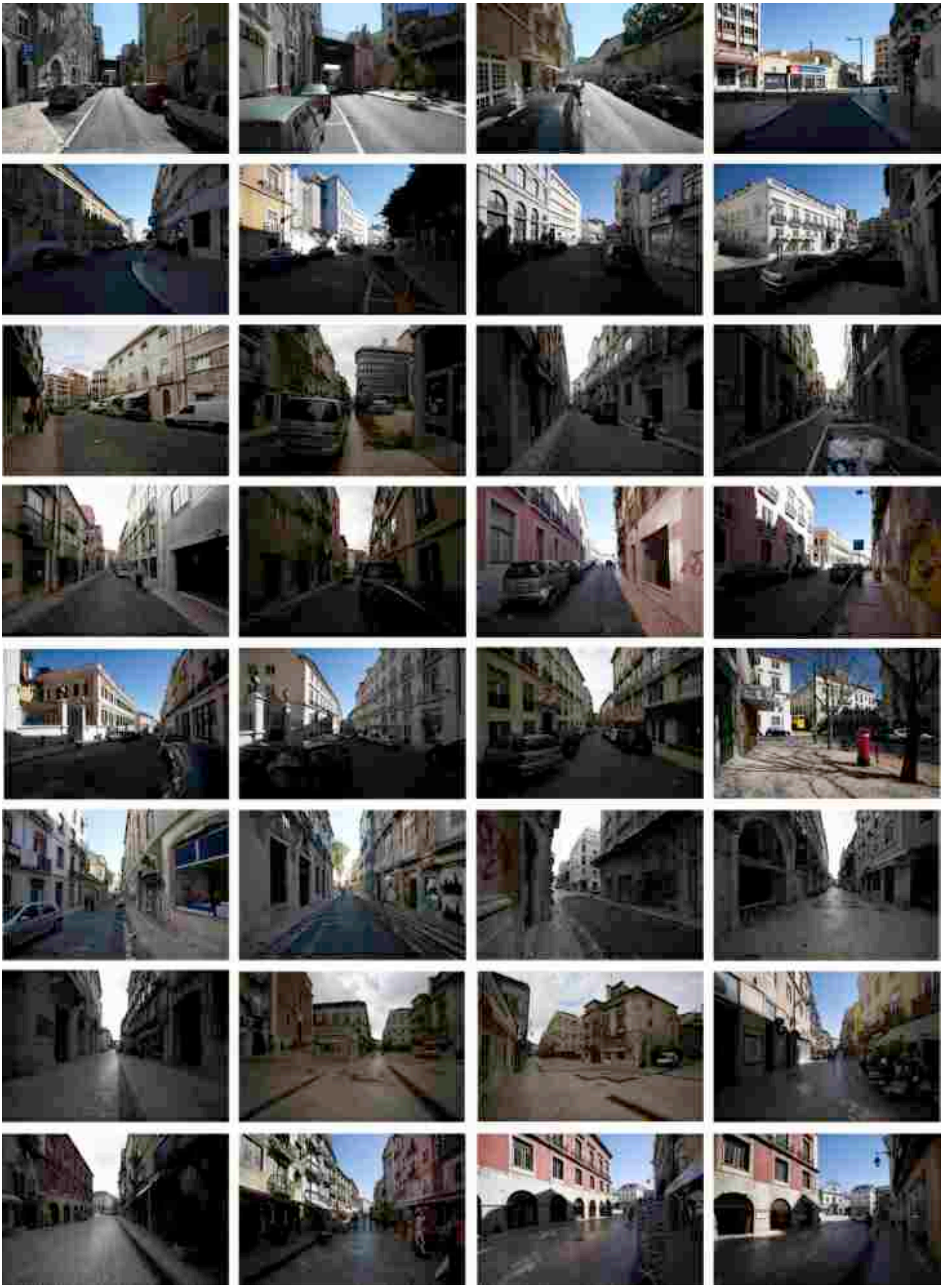
C07
C06
C02
P05a
P05
P01
C05
P10
C08
P09
P08
C03
P02
P03
C04
P04
C01
P06
P07
0
50
100
500
1000
N

PERCURSOS



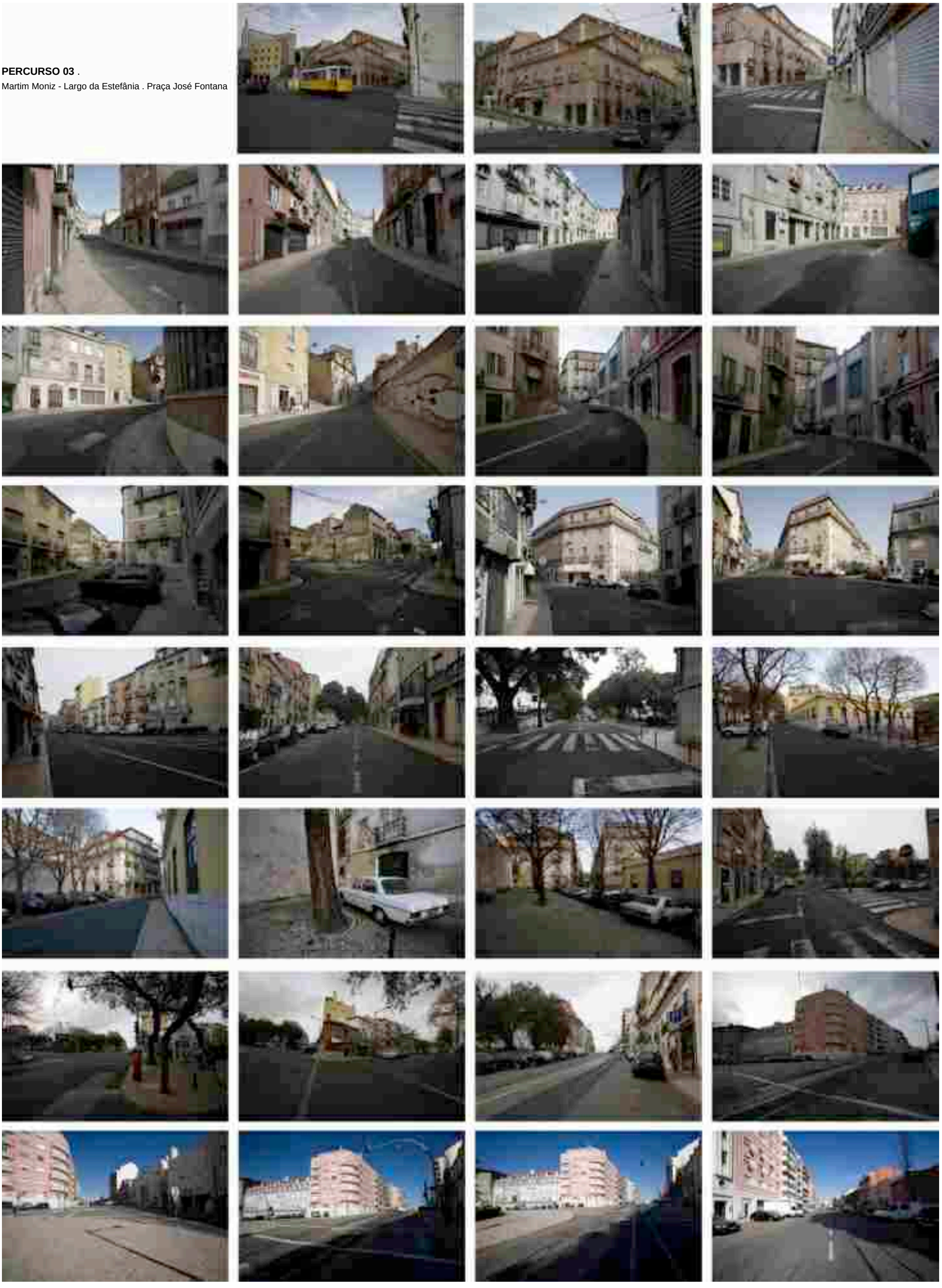
01.1. FUNDAÇÃO GULBENKIAN

PERCURSO 01 .
Fundação Gulbenkian - Largo de S. Domingos . Rossio

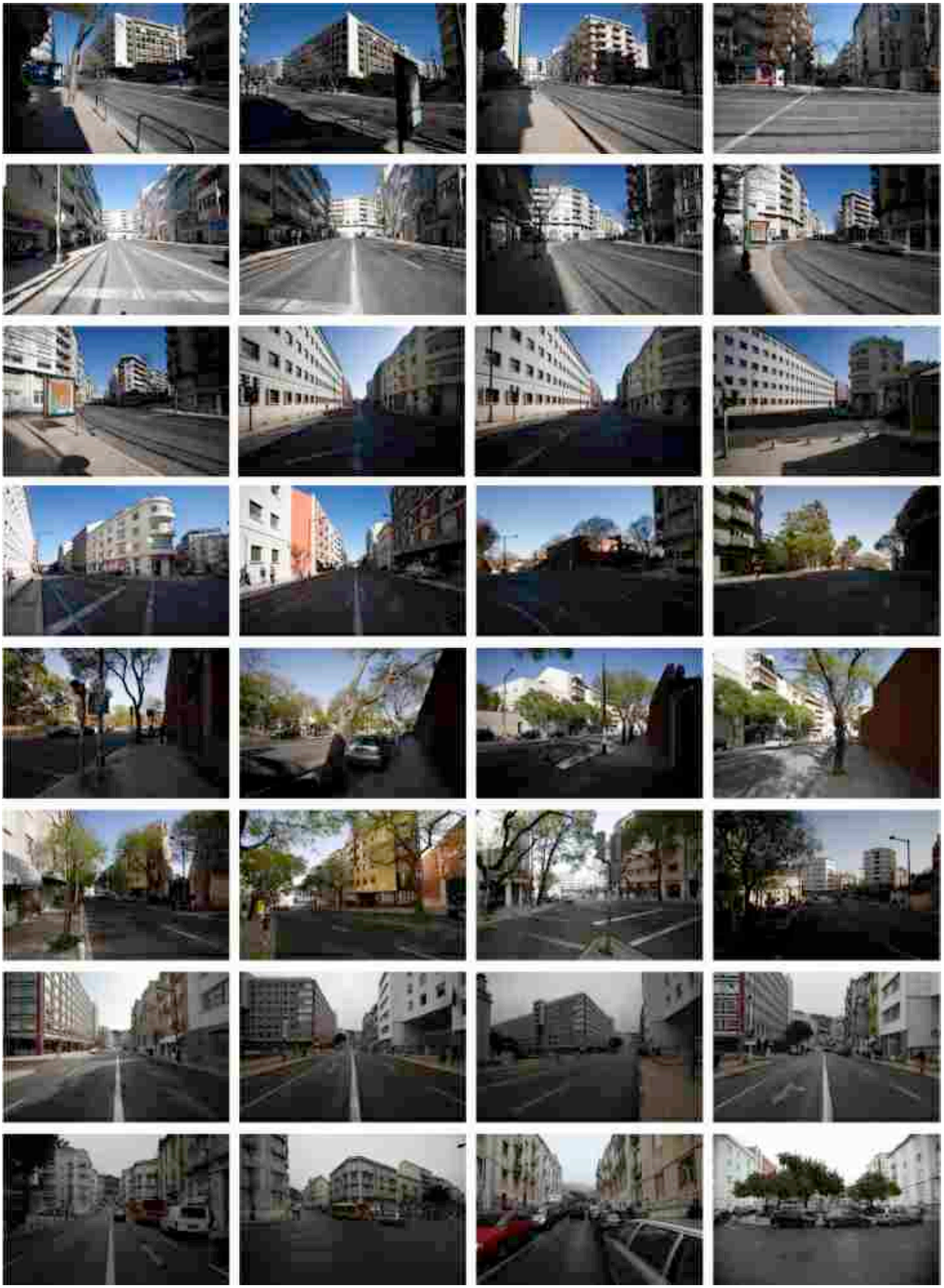


PERCURSO 02 .
Largo de Arroios - Martim Moniz

PERCURSO 03 .
Martim Moniz - Largo da Estefânia . Praça José Fontana

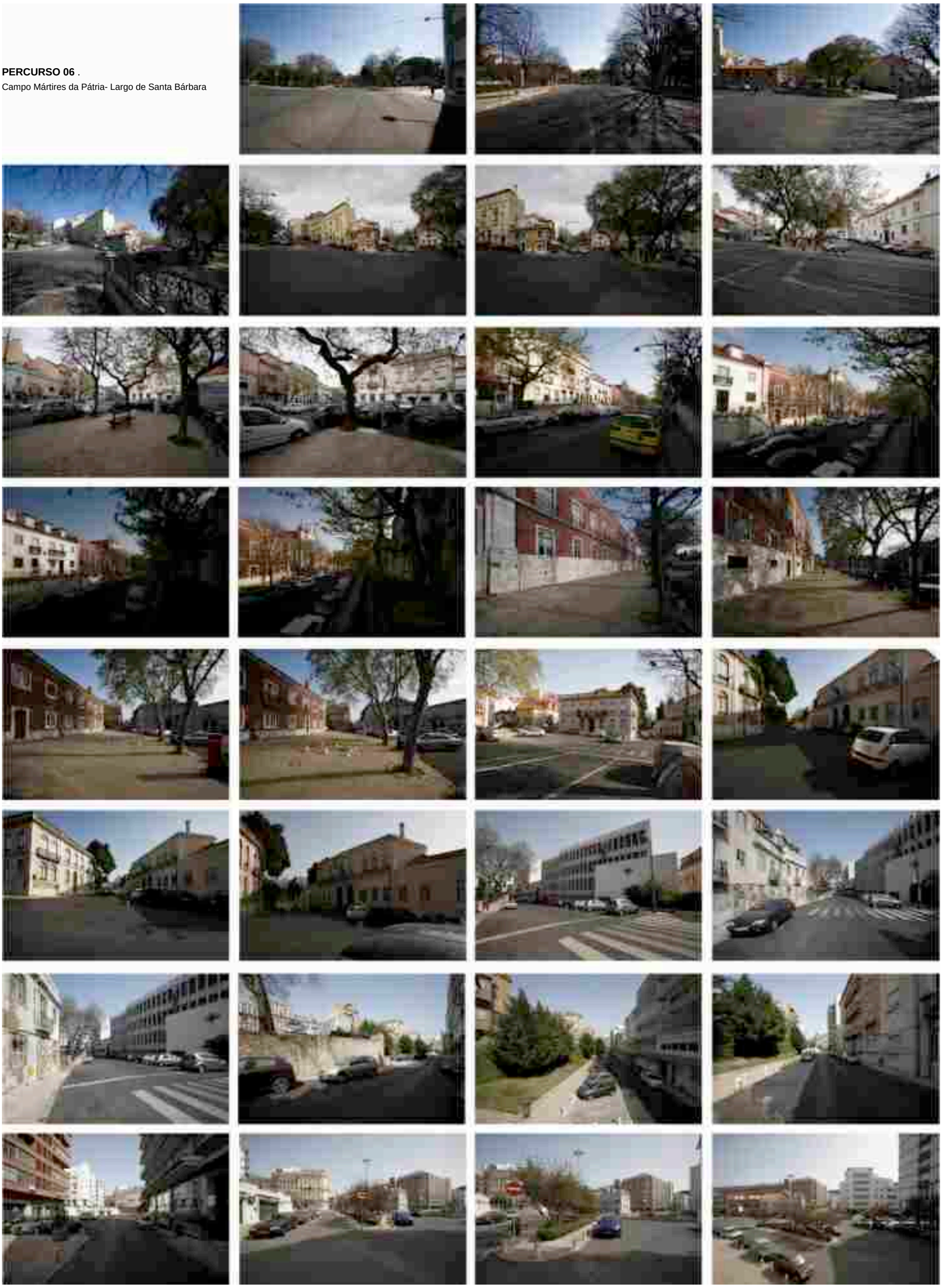


PERCURSO 04 .
Largo do Rato - Rua de Angola



PERCURSO 05 .
Campo Mártires da Pátria - Rua Luciano Cordeiro

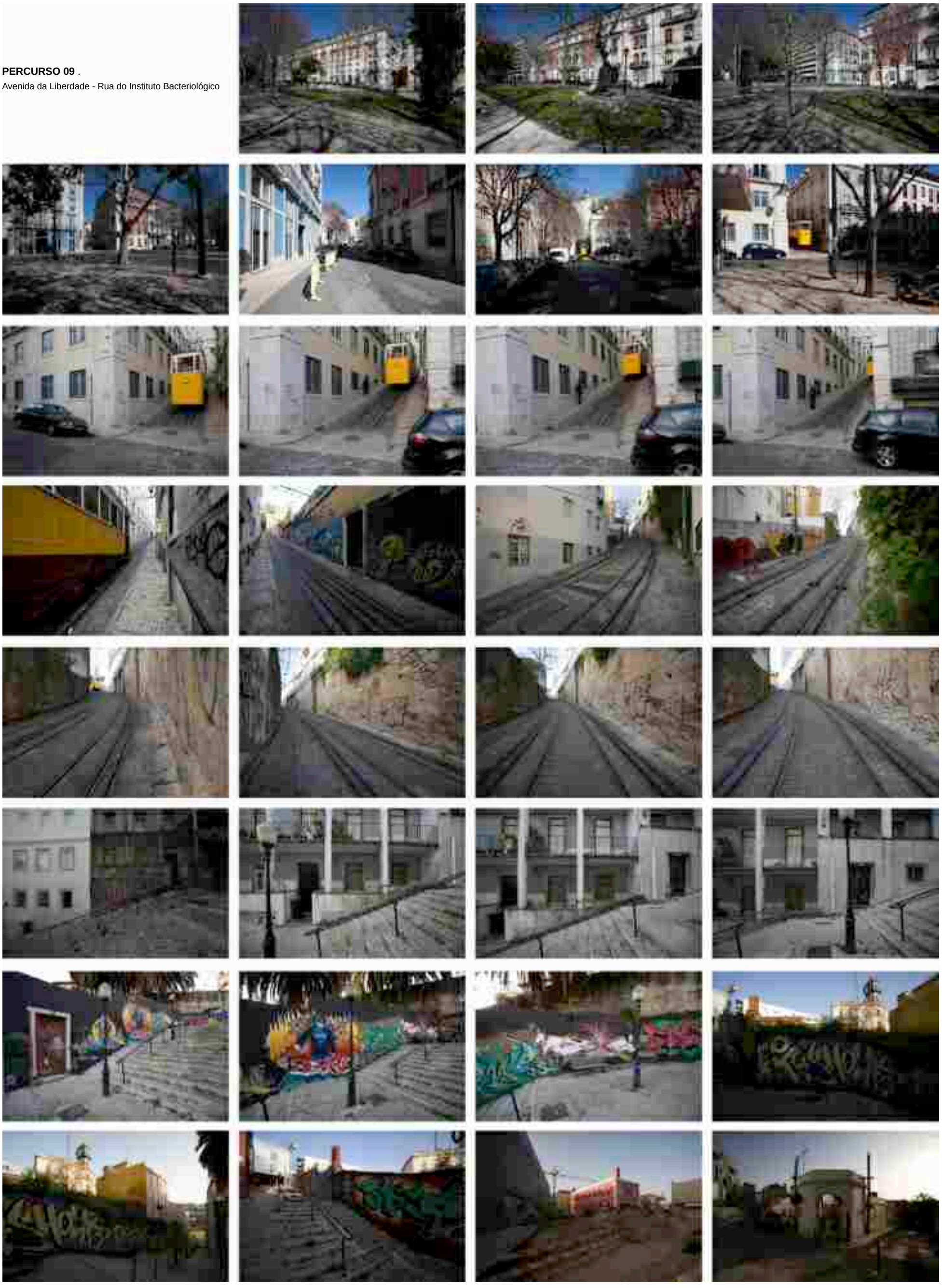
PERCURSO 06 .
Campo Mártires da Pátria- Largo de Santa Bárbara



PERCURSO 07 .
Chafariz do Intendente - Campo Mártires da Pátria

PERCURSO 08 .
Aveinda da Liberdade - Campo Mártires da Pátria

PERCURSO 09 .
Avenida da Liberdade - Rua do Instituto Bacteriológico



PERCURSO 10 .
Campo Mártires da Pátria - Largo de S. Domingos

PERCURSO 11 .
Santa Marta - Largo de S. Domingos

74

PRIVADO

METODOLOGIA

[âmbito]

A intervenção sobre o domínio privado tem o seu centro no conjunto de operações a realizar nas grandes unidades, com a implementação de habitação, actividades económicas (comércio e serviço) e respectivos espaços exteriores associados (logradouros). Por outro lado, a intervenção sobre a totalidade da área de intervenção deve ser capaz de suscitar onde for pertinente a requalificação das áreas do domínio privado onde sejam detectadas carências ou que sejam directamente afectadas pela globalidade da das transformações a operar, nomeadamente a reconversão programática dos hospitais.

[zonas]

Ao contrário dos outros temas de intervenção na colina, em que certas áreas acabam por não fazer parte das áreas de intervenção, o tema da habitação e das actividades económicas é uma questão que é transversal a toda as unidades, bairros, áreas e conjuntos, devendo ser encontradas as estratégias adequadas a cada área da colina e a cada tipologia de ocupação do território.

[nova habitação]

No quadro deste conjunto de operações, a construção de nova habitação está apenas prevista em princípio no quadro das operações nas grandes unidades cadastrais, onde deve ser capaz de provocar novas dinâmicas na população residente e qualificar de forma clara o parque habitacional. A introdução de um novo standing na oferta de habitação, longe de acentuar tendências locais vem antes contribuir para o equilíbrio desta área da cidade, neste momento com um parque habitacional relativamente degradado e algumas áreas de exclusão social nomeadamente nas áreas BIP/ZIP da Pena e Santa Justa.

[contaminação]

Ainda que de forma directa este trabalho não incida sobre o problema da habitação esta é uma questão sempre presente em que se espera que a dinâmica de qualificação do parque habitacional a operar nas grandes unidades acabe por criar dinâmicas de qualificação no parque habitacional existente. Estas dinâmicas podem surgir tanto no sector público como no sector privado e revestem-se de particular importância se forem capazes de actuar sobre o património devoluto e em muito mau estado de conservação.

[espaços abertos]

Nesta operação sobre a totalidade do território da Colina, que tem como centro a qualificação do espaço público, a questão da habitação é lida sobretudo no modo como se define enquanto um modo de habitar o espaço público e de se relacionar com os espaços abertos (públicos ou não) que lhe são adjacentes.

[a promoção pública]

Temos como desejável que a par desta operação sobre as unidades Estamo sejam organizadas estratégias com vista à qualificação da habitação na globalidade da colina que permita criar oferta de habitação de qualidade para camadas sociais com menos capacidade financeira.

Metodologia:

- Definição e caracterização das formas de habitar em cada unidade-bairro;

- Identificação de estratégias chave de qualificação da habitação a partir da qualificação do espaço público;

- Identificação de pontos estratégicos para intervenção no território: áreas vazias, devolutos, propriedades públicas ou municipais onde actuar para incrementar a oferta habitacional e a qualidade da mesma.

- apontar de estratégias no sentido da manutenção e qualificação da actividade económica na zona;

- clarificação do papel dos logradouros enquanto lugar de qualificação do privado e da estrutura ecológica da cidade.

B3 Camões
U7
U6
U2
U5
U8
A1 S. Bernardino
U3
A5 Anjos
B3a Mouraria
A4 Mastro Bemposta
B2 Andaluz
U4
A3 S. Lázaro
C1 Torel
U1
0
50
100
500
1000
N

PROGRAMA . HABITAÇÃO

PRIVADO . uso privado . habitação
planta de densidade habitacional

UNIDADES DE INTERVENÇÃO

U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar

BAIRROS

B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS

A1 S. Bernardino
A2 S. Lázaro
A3 Mastro . Bemposta
A4 Anjos

CONJUNTOS

C1 Torel

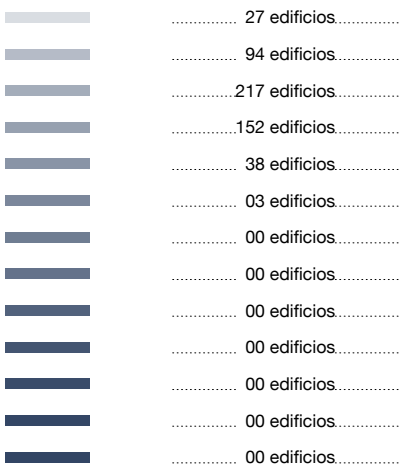
HABITAÇÃO

01 piso	82 edificios	4 161.50 m²
02 pisos	258 edificios	26 056.80 m²
03 pisos	464 edificios	52 839.20 m²
04 pisos	504 edificios	69 888.10 m²
05 pisos	465 edificios	71 783.00 m²
06 pisos	148 edificios	33 148.60 m²
07 pisos	38 edificios	7 615.70 m²
08 pisos	21 edificios	5 393.70 m²
09 pisos	00 edificios	0 000 m²
10 pisos	00 edificios	0 000 m²
11 pisos	00 edificios	0 000 m²
12 pisos	00 edificios	0 000 m²
13 pisos	00 edificios	0 000 m²

U6
U5
U2
U3
U4
U1
0
50
100
500
1000
N

HABITAR NO BAIRRO HISTÓRICO

A habitação no Bairro Santana e no Andaluz caracteriza-se por uma malha cadastral miúda e um traçado urbano com ruas estreitas e onde a relação da habitação com a rua passa inclusivamente por tomá-la como prolongamento do espaço privado. Deste modo a qualificação da habitação passa muito também pela qualidade do espaço exterior público onde este se insere, pelo que a questão do perfil de rua em pavimento contínuo e a organização dos fluxos de trânsito reveste-se de particular importância nestes casos. Praticamente inexistentes no Bairro de Santana, os logradouros no Bairro do Andaluz são já espaços com alguma dimensão e que cumprem um papel na qualificação da habitação. A tipologia de habitação é genericamente a casa sobre lote estreito, com dois ou três pisos, com uma matriz uni ou plurifamiliar, que tem vindo a ser objecto de transformação ao longo do tempo. No Bairro de Santana, de matriz histórica mais antiga, coexistem casas em lotes exíguos com alguns edifícios de excepção como palácios ou conventos.

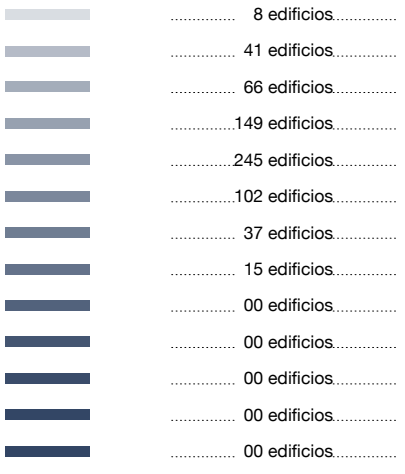


18
19

HABITAR NO QUARTEIRÃO

Nas estratégias para a qualificação da habitação na área do Bairro Camões reveste-se de particular importância novamente o espaço público em que se insere. Não sendo já possível equacionar estratégias de controle de tráfego como aquelas que se podem adoptar no bairro histórico, os espaços abertos associados à habitação - a rua e os logradouros - são particularmente importantes enquanto lugares que enquadram o espaço de habitar.

A tipologia habitacional tem a habitação plurifamiliar como regra, com o prédio de rendimento do século XIX-XX como matriz primeira de ocupação. Trata-se das tipologias de habitação que se encontram nesta área das Avenidas Novas, se bem que sem a presença significativa de palacetes, e sem a escala e nobreza dos prédios de rendimento do Bairro Barata Salgueiro. Trata-se de uma tipologia corrente com acessos em esquerdo-direito, implantada no limite do lote para a rua, com duas frentes - para a rua e para o logradouro, nas traseiras. Pode ou não ter saguão, para ventilação e iluminação dos compartimentos do miolo da habitação. O número de pisos é variável e o pé-direito mais generoso que aquele que se encontra na generalidade das habitações dos bairros históricos. A relação com a via pública oscila, entre o rés-do-chão destinado a actividades económicas e áreas onde surge a tipologia do rés-do-chão elevado, já dedicado à habitação. As áreas de serviço, associadas a águas são localizadas na frente para o logradouro e determinam à partida a hierarquia-base dos espaços domésticos em que as áreas nobres são orientadas para a rua. As sucessivas reconstruções que têm ocorrido não alteram de forma substancial a mancha de implantação, a relação do construído com os espaços exteriores - rua e logradouro -, nem a estrutura cadastral. A tipologia do rabo de bacalhau característica de algumas construções dos anos 40-50 do século XX substitui o saguão por um falso saguão orientado para as traseiras e as construções que lhes seguem da segunda metade do século XX até aos dias de hoje acabam por ser bastante variáveis na estrutura espacial interna que adoptam, facto que vem acompanhado da tendência para a terciarização desta zona em detrimento da função habitacional.



06.
01.
12.
03.
20
08.

HABITAR NOS INTERSTÍCIOS

Esta área da Colina caracteriza-se pela sua pouca homogeneidade nas tipologias, funções e desenho urbano, sendo a tipologia habitacional também vária, com lotes de dimensão variada e soluções que vão desde a habitação colectiva aos palácios na sua maioria já sem função habitacional. As estratégias adoptar passam pela adequação das acções ao contexto específico de cada caso, com especial atenção às áreas mais degradadas na vertente oriental da Colina.

47 edificios
119 edificios
182 edificios
200 edificios
102 edificios
45 edificios
02 edificios
06 edificios
00 edificios
00 edificios
00 edificios
00 edificios
00 edificios

estado de conservação . mau
estado de conservação . muito mau
edificios totalmente devolutos

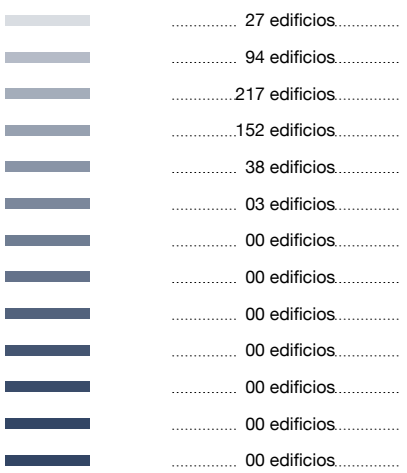
interior de quarteirão
área permeável
área impermeável
anexos

VILAS E PÁTIOS

01. Vila Alegre
02. Pátio da Bempostinha
03. Vila Carvalho
04. Vila Celarina
05. Pátio do Costa
06. Pátio do Duarte
07. Pátio de Gaspar Trigo
08. Vila Glória
09. Pátio do Hospício de São Bernardino
10. Pátio das Indústrias / Pátio do Desterro
11. Vila Leonor
12. Vila Marecos
13. Vila Maria Antónia
14. Pátio do Melo
15. Pátio do Moca
16. Pátio do Salema
17. Pátio de Sant'Ana
18. Pátio Santos
19. Pátio dos Santos
20. Pátio Sequeiro
21. Vila Serra Fernandes
22. Vila Tavares Dias

HABITAR NO ESPAÇO PUBLICO

A habitação a construir nas grandes unidades cadastrais inaugura um novo modo de implantação no território que coloca a habitação em estreita relação com o espaço público que lhe é adjacente, e em que a qualidade do habitar está directamente relacionada com a qualidade do espaço público em que se insere, surgindo logradouros privados apenas de modo pontual e nas unidades de maior dimensão. A tipologia habitacional proposta em todas as unidades será à partida a habitação colectiva, com um número de pisos variável, mas que raramente ultrapassa aquilo que é a regra na envolvente próxima. Podem no entanto ser equacionadas outras hipóteses de implementação de habitação para grupos específicos como residências temporárias, residências assistidas, ou residências de estudantes.



ESPAÇOS ABERTOS DE FRUIÇÃO PRIVADA

[logradouros]

Os espaços abertos de fruição privada resultam do somatório das área de lote privado não-construídas. Lugar de jardins exuberantes ou formais no caso de casas mais nobres, ou mais simples e modesto no caso das habitações burguesas, estes logradouros tem *por função garantir a salubridade das construções, atendendo, em particular, à ventilação e insolação dos edifícios, garantir a privacidade das habitações.* [Artigo 44º do PDM de Lisboa]. A Colina apresenta um conjunto de espaços de diferentes características relacionadas com o tipo e época de construção, englobados em unidades urbanas no capítulo anterior. Salvo raras excepções (nos palácios, por exemplo), estes são espaços que não se relacionam directamente com a rua, tendo sempre uma posição recolhida face à via pública, sendo limitados pela construção que na generalidade se implanta ao longo dos eixos viários. Este conjunto de características transforma estes espaços fundamentalmente em espaços prolongamento do edificado, para uma fruição exclusivamente privada. A tipologia da edificação e a dimensão destes espaços abertos marcam no entanto diferenças nas características dos logradouros.

[os logradouros na colina]

O Bairro Camões, alvo de planeamento do final do séc. XIX, apresenta espaços abertos interiores de formas complexas mas com dimensões relativamente homogéneas, associados na sua maioria à tipologia da habitação colectiva. Apesar das novas construções terem vindo a substituir os prédios de rendimento do início do século, a tipologia de ocupação do solo tem sido em geral mantida, permanecendo a relação de proporção entre área construída e o espaço aberto privado que lhe está associado no interior do quarteirão. Apesar disso, estes espaços outrora permeáveis têm vindo a ser sucessivamente impermeabilizados com a construção de anexos, garagens, caves ou simples pavimentações que impedem a infiltração das águas pluviais no solo, diminuindo a qualidade destes espaços e por conseguinte a qualidade de vida dos edifícios a ele associados.

Nos aqui denominados bairros históricos de Santana e Andaluz, a estrutura cadastral é mais apertada, sendo por isso a área de logradouro bastante mais reduzida, ou mesmo praticamente inexistente no Bairro de Santana, que aproveita todo o espaço livre para a construção de edifícios. Trata-se de uma tipologia de ocupação do território bastante densa em que é sobretudo a rua que cumpre a função de extensão do edificado e do espaço privado, e não tanto os logradouros. Apesar da reduzida dimensão, encontram-se ainda uma extensão considerável de logradouros permeáveis e verdes no Bairro do Andaluz.

As Áreas de S. Lázaro , S. Bernardino Mastro-Bemposta e Anjos, apresentam factores similares com algumas excepções por ter sido mais transformado ao longo dos séculos. Nas áreas definidas em torno do Campo Santana, à diversidade de tipologias de ocupação do solo e escalas de edificado corresponde também alguma disparidade de dimensão e conformação dos espaços abertos de fruição privada. Estes acabam por ser mesmo em muitos casos o lugar onde se faz o certo de escalas de edificado e de lógicas de desenho urbano, constituindo-se como um espaço resultante e de desenho indefinido ou pouco caracterizado, que conjuga escalas de edificado e lógicas urbanas muito diferenciadas.

No conjunto do Torel, os logradouros são em geral espaços muito qualificados que tomam dimensões mais generosas, e lógicas de implantação mais diversificadas, associadas aos palácios que por vezes surgem isolados sobre o lote, e em que os espaços de fruição privada cumprem também funções de enquadramento do edificado face à via pública. É sobretudo importante, pela sua dimensão e qualidade paisagísitica, o conjunto de espaços verdes privados que constituem a quase totalidade da encosta Nascente, associados na sua maioria aos palácios existentes à cota baixa.

[dilatação das áreas verdes]

A estratégia que se propõe para estes espaços passa pela melhoria global da sua qualidade ambiental e paisagística e pela confirmação do seu uso privado como regra geral. Os espaços de logradouro são o campo de expansão da mancha verde da cidade, pelo que devem ser tanto quanto possível verdes e permeáveis. Se nos bairros históricos aparentemente os logradouros existentes são ainda permeáveis numa extensão considerável, no Bairro Camões estes estão claramente mais degradados. Trata-se ainda da situação em que a importância destes espaços se faz sentir de forma mais premente, devendo idealmente encontrar-se nas 'traseiras' o contraponto aos eixos viários menos arborizados e plantados associados à frente de rua, o que não é compatível com a situação em que estes espaços se encontram actualmente. Nas Áreas de S. Lázaro , S. Bernardino Mastro-Bemposta e Anjos, mantém-se o objectivo de aumentar a mancha verde e o espaço permeável, embora dadas as suas especificidades, devam ser alvo de estudo aprofundado, já que estes são também lugares onde surgem formas de ocupação do território mais informais, como se verá no ponto seguinte.

[espaços abertos de fruição privada]

Entende-se ainda que neste tipo de desenho urbano que em regra desenha os logradouros como espaços encerrados no interior do quarteirão deve ser confirmada a sua vocação enquanto extensão dos espaços privados, por forma a incrementar a salubridade e qualidade de vida nas edificações que lhe estão associadas, devendo por isso ser mantido o seu uso eminentemente privado. Se nos lotes com menor dimensão esta premissa é quase óbvia, a situação no Bairro Camões pode suscitar outras questões, como seja a gestão destes mesmos espaços numa situação em que a regra é a habitação colectiva. Uma gestão colectiva destes espaços entre os vários proprietários permitiria criar um espaço de todos que servisse a vizinhança do quarteirão, podendo em casos específicos ser lugar de programas inesperados protegidos da intensidade da rua. Atendendo às estratégias definidas, será ainda mais desejável aumentar a permeabilidade destes lugares.

No conjunto do Torel propõe-se uma variação a esta estratégia global, em que se propõe o usufruto público parcial ou total de parte dos logradouros de palácios da encosta nascente. Associado à introdução do percurso a meia cota na encosta do Torel e aos percursos de acesso ao topo da Colina e respectivos meios de elevação mecânicos, propõe-se a introdução de um uso público em parte destes logradouros (associados na generalidade a edifícios de equipamento ou serviços), definindo percursos de atravessamento que se desenhem em continuidade com a mancha verde dos jardins públicos existentes: o Jardim do Torel.

[logradouros nas grandes unidades]

A lógica generalizada que é preconizada em cada uma das propostas para as grandes unidades quebra a lógica do quarteirão e com isso subverte, se não acaba quase totalmente com o espaço de logradouro, que susbsistem ainda assim em algumas das propostas (S. José, Miguel Bombarda e Santa Joana) e em situações específicas de remate e encontro com as lógicas de desenho existentes como nos Capuchos. Trata-se no entanto de situações de excepção já que, tal como foi referido, a edificação nestas unidades caracteriza-se sobretudo por ter uma relação muito próxima como os espaços públicos.

[vilas e pátios]

Nos espaços abertos de fruição privada surge um tipo de habitação particular, as vilas e pátios. O lento processo de industrialização do século XIX, concentra na cidade o operariado como uma nova classe social. Sem capacidade económica para habitar os novos bairros, resultado da acção das companhias urbanizadoras, instalam-se de inicio em alojamentos deprimentes, arruinados, conventos desafectados ou pátios insalubres, pagando sempre uma renda ao proprietário. Numa segunda fase, serão os senhorios a encontrar campo para novos lucros construindo, *nas traseiras dos seus prédios casas abarracadas para alugar a operários* [Nuno Teotónio Pereira *in* Pátios e Vilas de Lisboa]. A lógica genérica subjacente a esta tipologia habitacional terá sempre como ponto comum e na sua génese a construção nas 'traseiras' de outra construção, ou seja, a ocupação do espaço privado de outro edifício o que cria a situação particular de aceder à habitação não a partir da via pública mas a partir de espaço privado. Tratando-se na generalidade de situações de recurso, quer sejam de génese mais espontânea ou mais programada, são condicionadas sobretudo pelas condicionantes específicas do terreno onde se inserem, o que origina um conjunto de tipologias muito diversificado.

Na Colina de Santana, esta diversidade é bem patente nos casos que estão identificados [MARZAGÃO, 2012], que demonstram bem a variedade de escalas e formas de desenho. Se no Bairro de Santana ou nos quarteirões de cadastro mais apertado os pátios e vilas têm desenho menos identificável, na área do bairro Camões ou de traçado novecentista em geral surgem algumas soluções mais formais, com outra escala e certamente mais salubres.

[os espaços interesticiais]

Uma característica interessante acaba por ser o facto de um conjunto significativo destas tipologias surgirem em pontos da Colina que o desenho da cidade ainda não resolveu, ou seja, nos pontos onde o encontro de tempos, escalas e lógicas de desenho deixou situações indefinidas, o que em regra geral se reflecte de forma mais premente nos logradouros. De facto, se a cidade 'pública' foi encontrando soluções mais ou menos eficazes para as descontinuidades que o tempo deixou, as traseiras acabam por ser o território das apropriações informais, para não dizer clandestinas. É particularmente interessante verificar que estão identificadas vilas e pátios no encontro do Bairro Camões com o Miguel Bombarda [Vila Alegre e Vila Marecos], no lugar onde os arruamentos acabam no muro de contenção desta grande unidade, estando o próprio Pátio do Moca na exacta fronteira entre os dois quarteirões do Matadouro e o loteamento novecentista do Desterro. Deste modo, existe um conjunto significativo destas situações sobretudo nas áreas em torno do Campo de Santana - S. Lázaro , S. Bernardino Mastro-Bemposta e Anjos - ou seja, nos lugares de traçado urbano menos claro.

[estratégia de intervenção]

As vilas e pátios na sua génese foram (umas mais que outras) soluções de recurso para alojamento expedito de classes sociais menos favorecidas, o que à partida condiciona a qualidade do habitar nestes locais. Ainda que algumas apresentem aspectos de interesse para a história da arquitectura e para a história da cidade, serão apenas uma pequena parte do conjunto de vilas existentes na cidade. De facto, apenas uma ínfima parte está identificada na Carta Municipal de Património como imóvel de interesse, e destas apenas duas se situam na área da Colina de Santana: a Vila Leonor recentemente recuperada e o Hospício de S. Bernardino, edifício construído provavelmente do século XVII ou XVIII, convertido em complexo habitacional durante o século XX.

Antes de serem definidas estratégias concretas para intervenção nestas áreas deverá ser feito um levantamento e caracterização aprofundados dos exemplos que existem na área por forma a aferir da importância relativa destes exemplares. Neste conjunto a identificar de exemplares de interesse, devem ser aferidas à partida as questões das condições de habitabilidade e do valor patrimonial por forma a delinear estratégias concretas caso a caso, fazendo o balanço necessário entre a preservação da memória nos casos em que tal seja relevante e a efectiva e necessária melhoria das condições de vida dos habitantes, o que passa genericamente pela valorização das infraestruturas, do edificado e dos espaços livres, e pelo ajuste do índice de ocupação destes edifícios, à luz do que são os regulamentos actuais.

No caso da área em estudo, mais que o aspecto da qualidade destes exemplos em si, importa realçar o modo como surgem e os lugares que ocupam algumas destas estruturas na malha urbana, na medida em que acabam por ser indicadores de situações urbanas pouco claras, na medida em que são ocupações informais que habitam os espaços que a cidade deixou por definir. No entanto, aparentemente não os conseguiu ainda resolver.

ESPAÇOS ABERTOS DE FRUIÇÃO PRIVADA

UNIDADES DE INTERVENÇÃO

U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar
U9 Cabeço de Bola

BAIRROS

B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS

A1 S. Bernardino
A2 Torel
A3 S. Lázaro
A4 Mastro . Bemposta
A5 Anjos

interior de quarteirão
área permeável
área impermeável
anexos

VILAS E PÁTIOS

01. Vila Alegre
02. Pátio da Bempostinha
03. Vila Carvalho
04. Vila Celarina
05. Pátio do Costa
06. Pátio do Duarte
07. Pátio de Gaspar Trigo
08. Vila Glória
09. Pátio do Hospício de São Bernardino
10. Pátio das Indústrias / Pátio do Desterro
11. Vila Leonor
12. Vila Marecos
13. Vila Maria Antónia
14. Pátio do Melo
15. Pátio do Moca
16. Pátio do Salema
17. Pátio de Sant'Ana
18. Pátio Santos
19. Pátio dos Santos
20. Pátio Sequeiro
21. Vila Serra Fernandes
22. Vila Tavares Dias

B3 Camões
U7
06.
01.
12.
U6
U2
U5
A5 Anjos
05.
A1 S. Bernardino
09.
17.
U3
U8
B.3A Camões
05.
04.
03.
A4 Nª Sra. Bemposta
20.
15.
19.
18.
B2 Anjos
U4
10.
A3 S. Lázaro
C1 Torel
U1
0
50
100
500
1000
N

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Define-se como actividades económicas um conceito que engloba os usos terciário, industrial, logístico, turismo e equipamento. Na área em estudo dominam claramente as áreas associadas ao sector terciário com especial relevância para comércio, serviços e uso de equipamento, sendo a actividade turística bastante residual. Retomando a dicotomia cidade/proximidade adoptada para os equipamentos, tenta-se de seguida caracterizar o que será a lógica de organização territorial das actividades económicas nesta área, ainda que de modo empírico e preliminar.

[lógica territorial]

A planta das actividades económicas (que compreende comércio e serviços) mostra uma difusão, à primeira vista bastante uniforme no território da Colina de Santana. Tentando identificar tendências de ausência/ concentração, observa-se, um maior número nos vales, junto às grandes Avenidas e às grandes acessibilidades em detrimento das encostas, o que segue a tendência identificada na localização de equipamentos, regida de forma muito evidente pela lógica de acessibilidades e hierarquia de eixos viários. Do mesmo modo, as áreas onde a concentração é menos evidente também coincidem, surgindo o Bairro do Andaluz como uma área desprovida de estabelecimentos comerciais ou outras actividades, que se concentram na Rua de S. José, na sua cota mais baixa. O Bairro Camões, dada a sua centralidade em termos de transportes e de tráfego, apresenta um grande aglomerado de comércio e serviços, com especial incidência nos eixos da Rua do Conde Redondo e da Gomes Freire. A coluna vertebral, Rua de S. Lázaro - Rua Gomes Freire, provavelmente devido aos transportes públicos e privados que aí circulam, é provido de uma boa quantidade de estabelecimentos, podendo encontrar-se muito o comércio local ou de rua. Os hotéis e alojamentos turísticos localizam-se junto ao Marquês de Pombal.

[cidade e proximidade]

Aparentemente, e no que aos estabelecimentos comerciais diz respeito, estamos perante uma área onde dominam as pequenas unidades comerciais, vocacionadas para um comércio de bairro e para os seus habitantes, sem que neste domínio se encontrem actividades de referência ou geradoras de fluxos significativos. Por outro lado, é muito provável que grande parte desta actividade sobretudo à cota alta, acabe por estar directa ou indirectamente ligada à presença dos hospitais enquanto grande gerador de fluxos e enquanto actividade empregadora, pelo que deve ser devidamente acautelado o impacto que a transferência deste conjunto de equipamentos trará à economia local. Pelo lado dos serviços, pode ainda haver alguma perda de dinâmicas económicas associadas à saída dos hospitais, mas provavelmente menos significativa, dada a proximidade da Avenida da Liberdade e Zona envolvente, que corresponde a um sólido eixo de serviços à escala da cidade.

[programa]

A transferência dos hospitais trará mudanças profundas nas dinâmicas desta zona, pelo que será necessário encontrar soluções para as actividades económicas que vivem neste momento das dinâmicas destes grandes equipamentos. Se é certo que à saída dos hospitais corresponderá um aumento efectivo da população residente, deve ser ainda assim acautelado o impacto que a saída deste grande gerador de fluxos e de emprego terá sobre a actividade económica ou parte dela. Pelo lado da programação dos edifícios dos hospitais a desafectar, uma adequada programação que tenha em conta a relação com a cidade garantirá em princípio a manutenção de algumas dinâmicas populacionais, que por seu lado se reflectem nas dinâmicas comerciais. Por outro lado, os programas a implementar na colina devem ter em conta a necessidade de também ou fixar emprego na Colina, não só na programação dos edifícios hospitalares, mas também nas novas construções das grandes unidades, devendo ser prestada especial atenção à possibilidade de implementação de serviços, dentro e fora das grandes unidades: serviços privados, ou serviços públicos, eventualmente até camarários.

[grandes unidades]

Os estabelecimentos comerciais que são propostos para esta área situam-se exclusivamente no interior das grandes unidades e têm como propósito fundamental servir a população que aí residirá além daquela já instalada na área. Trata-se de unidades comerciais que tendem para a pequena dimensão, com excepção do Miguel Bombarda e dos Capuchos, que propõem áreas maiores. Estas novas áreas poderão servir a população que aqui transite especificamente aos novos equipamentos de cidade que se instalarão nos antigos conventos. Se nestes casos estamos sempre perante áreas de actividade com incidência no domínio do bairro, em Santa Joana e no Desterro propõe-se a implementação de unidades hoteleiras à escala da cidade: junto ao conjunto de hotéis do Marquês/ Avenida da Liberdade no caso de Santa Joana e integrando o eixo Martim Moniz/Almirante Reis no caso do Desterro. No que respeita aos serviços, entende-se que deve ser deixada em aberto a possibilidade de equilibrar a desejável componente habitacional com alguma função de serviços, permitindo alguma flexibilidade de usos, desde que compatíveis com a função dominante.

[espaço público]

Tal como foi apontado relativamente à habitação, a qualificação do espaço público na área da Colina de Santana é um dos aspectos fundamentais da qualificação das actividades económicas que se desenvolvem nesta zona, através da melhoria da qualidade dos espaços de circulação e de estadia. Em particular no Bairro de Camões, onde se concentram as actividades económicas mais relevantes, podem se muito vantajosas as operações de qualificação do espaço público que ordenem o estacionamento e a circulação automóvel e qualifiquem os espaços de circulação pedonal, que podem valorizar de forma muito clara os espaços comerciais que lhe estão associados.

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

UNIDADES DE INTERVENÇÃO

U1 Hospital São José
U2 Hospital Miguel Bombarda
U3 Hospital dos Capuchos
U4 Hospital do Desterro
U5 Hospital de Santa Marta
U6 Convento de Santa Joana
U7 Hospital da Estefânia
U8 Academia Militar
U9 Cabeço de Bola

BAIRROS

B1 Bairro de Santana
B2 Bairro Andaluz
B3 Bairro Camões . Ressano Garcia
B3a Bairro Desterro . Ressano Garcia

ÁREAS

A1 S. Bernardino
A2 Torel
A3 S. Lázaro
A4 Mastro . Bemposta
A5 Anjos

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

existentes
propostas

U6
U2
U5
U3
U4
U1
0
50
100
500
1000
N

SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Natural Works

Apresentam-se nesta secção os resultados de um estudo de promoção da sustentabilidade e eficiência energética a incluir na proposta do Projecto Urbano para a Colina de Santana.

A Colina de Santana, apesar da sua centralidade e inserção no contexto urbano da cidade de Lisboa, passou ao lado das principais intervenções de requalificação de algumas zonas da cidade. Os motivos para a falta de requalificação urbana foram predominantemente históricos e muito associados às características específicas de ocupação, com grande impacto das unidades conventuais (posteriormente hospitalares). O momento actual, em que se planeia a desafectação das instalações hospitalares instaladas nas grandes cercas conventuais / unidades cadastrais e a relocalização das infraestruturas de saúde associadas, cria uma oportunidade de intervenção de fundo em toda a Colina. Pretende-se que esta oportunidade de abertura dos antigos espaços conventuais possa influenciar positivamente também a sua vizinhança.

Para além das grandes Unidades de Intervenção, discutem-se também critérios para a intervenção nos edifícios exteriores a essas unidades. O estado presente de degradação de muitos edifícios e infraestruturas e a sua desadequação aos níveis de serviços e conforto contemporâneos, contribui para a crescente desocupação e consequentemente a uma ainda maior degradação do parque habitacional. De acordo com a caracterização sociodemográfica da Colina do Conhecimento, cerca de 18% dos alojamentos desta zona estão vagos, quando o valor global para o Concelho de Lisboa é 13.8% (os dados disponíveis são relativos aos Censos de 2001). Torna-se assim oportuno, pelas características da zona e pelo potencial que apresenta, que seja conduzida uma reabilitação e renovação do parque habitacional e de todo o ambiente envolvente, contribuindo para a definição da Colina de Santana como área residencial de excelência.

Neste contexto, considerou-se pertinente: a análise da integração de sistemas centralizados de produção de energia por fontes renováveis, capazes de suprir parte das necessidades energéticas, nos grandes núcleos de intervenção (Miguel Bombarda, Capuchos, Sta. Marta, S. José, Desterro e Convento de Sta. Joana); submissão parcial ou total da zona a intervencionar a um sistema de certificação ambiental; definição, desde já numa fase inicial da intervenção, de medidas que contribuem para a eficiência energética e sustentabilidade da zona a intervencionar; possibilidade da instalação de sistemas solares térmicos em locais públicos com objectivo suprir as necessidades dos edifícios mais próximos, servindo também como modelo de estudo para futura implementação noutros locais da cidade; critérios de intervenção para os edifícios da zona.

A dimensão e características da zona a intervencionar apresentam-se como um potencial obstáculo à aplicação de algumas das medidas. No entanto, sugere-se que esforços sejam levados a cabo para a concretização das mesmas, contribuindo de forma efectiva para os objectivos da proposta de intervenção e para a sustentabilidade da Colina de Santana.

[sistema centralizado de produção de energia - energias renováveis]

Tendo em consideração os contornos da proposta de intervenção para a Colina de Santana, é extremamente pertinente que se analisem as necessidades energéticas da zona, assim como soluções que se enquadrem nos objectivos da intervenção como medida para suprir essas necessidades.

No âmbito do RCCTE, a instalação de sistemas solares térmicos para AQS é obrigatória para os novos edifícios e grandes remodelações. Esta obrigatoriedade abrangerá as intervenções que vierem a decorrer nas 6 grandes Unidades de Intervenção, pelo que em qualquer cenário de implementação de energias renováveis admite-se que pelo menos esses sistemas serão instalados. Paralelamente, a operação em grande escala prevista para as diferentes Unidades de Intervenção faz destas um objeto preferencial de optimização que se pretende que influencie positivamente toda a zona da Colina de Santana. Neste sentido, foram considerados dois possíveis cenários energéticos, com intuito de analisar de que forma a integração de sistemas de produção de energia renovável centralizados, a instalar nas várias Unidades de Intervenção, poderá contribuir para satisfazer sustentavelmente as necessidades da zona a intervencionar:

Cenário 1

Instalação de sistemas solares térmicos (ST) nos grandes núcleos, com o objetivo de suprir as necessidades de calor para preparação de água quente sanitária (AQS) dos mesmos e dos edifícios mais próximos (vizinhança);

Cenário 2

Instalação de sistemas solares térmicos (ST) e fotovoltaicos (PV) nos grandes núcleos, com o objetivo de suprir as necessidades de calor para preparação de água quente sanitária (AQS) e de energia elétrica dos edifícios do próprio núcleo.

[estimativa de custos para a implementação dos sistemas renováveis]

Numa fase posterior, e tendo por base os sistemas renováveis centralizados a propor para os núcleos, serão realizadas estimativas de custos para implementação desses sistemas.

[considerações técnicas]

Numa grande intervenção ou construção nova, como é o caso das que irão decorrer nos grandes núcleos de intervenção, a instalação de sistemas solares térmicos centralizados para conjuntos de fracções autónomas é uma solução corrente. A centralização desses sistemas permite uma optimização dos recursos solares, uma redução dos custos de implementação relativamente a sistemas individuais, e uma melhor utilização do espaço técnico e de cobertura. A energia térmica distribuída aos utilizadores através de uma rede de circulação de água quente e o consumo de cada fracção pode ser contabilizado através de contadores de entalpia.

A implementação do cenário 1, de distribuição de calor aos edifícios existentes na vizinhança, tem outros desafios técnicos. Por um lado, é necessário criar uma rede de distribuição de água aquecida também fora do perímetro de intervenção das Unidades. Por outro lado, e é este o maior desfio, é necessário adaptar os edifícios da vizinhança e as suas fracções a receber e utilizar água pré-aquecida. É assim necessário duplicar a rede de distribuição de água na vizinhança, quer a componente de distribuição aos edifícios, quer a distribuição interna dos edifícios às fracções, para além de ser necessário dotar as fracções de sistemas de apoio à preparação de água quente sanitária adaptados a receber água pré-aquecida. Estes custos não estão incluídos nos valores apresentados na Tabela 1.

A implementação do cenário 2, por sua vez, está dependente da capacidade da rede eléctrica nacional de aceitar a injecção de energia eléctrica de fonte renovável.

[certificação ambiental]

A certificação ambiental é cada vez mais uma prática comum e voluntária. Tanto promotores e projetistas como utilizadores reconhecem os benefícios de um design sustentável e do reconhecimento resultante de conseguirem obter este tipo de certificação. Esta metodologia é utilizada com o intuito de estabelecer critérios e padrões, por norma mais exigentes que os impostos pela legislação, como forma de encorajar a utilização das melhores práticas ambientais com reduzido impacto ambiental, e que possam ser reconhecidos a nível global.

Neste sentido, são diversas as vantagens de recorrer a um sistema de certificação ambiental, destacando-se as seguintes:

1. Exerce uma influência positiva no desenvolvimento do projeto, e posteriormente na construção e gestão dos edifícios;

2. Valoriza o projecto pelo crescente reconhecimento do mercado da aplicação desta metodologia em edifícios com baixo impacto ambiental;

3. É uma ferramenta que fomenta a redução de custos e melhoria das condições de utilização dos espaços (interiores e exteriores);

4. Inclui a implementação das melhores práticas ambientais;

5. Aplica padrões mais exigentes do que os regulamentados;

6. Utiliza um sistema de avaliação transparente, de fácil compreensão e baseado em evidências.

Atualmente, destacam-se dois sistemas de certificação ambiental, pela sua disseminação: o BREEAM (Reino Unido) e o LEED (USA). Estes sistemas de certificação ambiental surgiram com o objetivo de se atingirem as melhores práticas de sustentabilidade nos respetivos países, no entanto encontram-se já aplicados a uma escala global, mas dúvidas persistem sobre a escolha de qual aplicar internacionalmente.

Para além dos sistemas de certificação ambiental já referidos, pelo âmbito do presente projecto é importante destacar a existência de um sistema de certificação ambiental português, o LiderA, que assenta nos mesmos objetivos e princípios que o BREEAM e o LEED.

Todos os sistemas destacados têm entre si vários aspetos em comum, nomeadamente a base dos seus sistemas de avaliação. Esta assenta na definição de categorias, que englobam vários parâmetros que são analisados e avaliados com o objetivo de determinar a sustentabilidade das medidas aplicadas no projeto relativamente a cada um desses parâmetros, sendo-lhes atribuída uma pontuação correspondente. O peso de cada uma das categorias poderá variar de acordo com o projecto e a localização do mesmo.

Desta forma, os projectos que se submetem a este tipo de certificação devem considerar as soluções mais eficientes, não necessariamente as melhores, mas as que melhoram a sua sustentabilidade, não desvalorizando a perspetiva económica.

Seguidamente, na tabela 9 são apresentadas as principais características dos sistemas de certificação ambiental em análise: BREEAM, LEED e LiderA.

Tabela 2 – Certificação ambiental: BREEAM, LEED e LiderA

	BREEAM	LEED	LiderA
Metodologia	• Legislação do Reino Unido; • Adaptabilidade aos regulamentos locais através do *BREEAM Bespoke;* • Avalia o desempenho energético; • Emissões CO_2.	• ASHRAE; • Direcionado para a América do Norte; • Avalia o desempenho energético; • Custo da energia (US dólares).	• Legislação portuguesa; • Pretende-se a sua expansão e aplicação em outros países de língua portuguesa; • Avalia o desempenho energético.
Desempenho máximo	Zero emissões de CO_2.	Redução em 42% do custo da fatura energética.	Classe A - melhoramento em 50% relativamente à prática usual (Classe E).
Desempenho mínimo	63 kg CO_2/m^2/ano	Redução em 10.5% do custo da fatura energética	Classe C - melhoramento em 25% relativamente à prática usual (Classe E)
Aplicação atual	Principalmente UK	Principalmente USA	Portugal
Pontes fortes da sua metodologia	Redução do consumo de energia e de emissões de CO_2, Sistemas de monitorização do consumo energético, análise de custo do ciclo de vida, materiais e transportes.	Recursos, avaliação pós-ocupação, conforto térmico, ilhas de calor, qualidade do ar interior e irrigação.	Ajustado à realidade e legislação portuguesa.
Sistema de classificação	Outstanding Excellent Very Good Good Pass	Platinum Gold Silver Certified	A++; A+; A B C D E F G
Categorias analisadas	Uso do solo e ecologia	Sustentabilidade do local	Interação local
	Água	Água	Recursos
	Energia	Energia e atmosfera	Cargas ambientais
	Materiais	Materiais e recursos	Uso sustentável
	Saúde e bem-estar	Qualidade do ambiente	Vivência socioeconómica
	Transportes	Inovação	
	Resíduos	Prioridade regional	
	Gestão		
	Inovação		
	Poluição		

Como foi possível verificar pela Tabela 2, várias das categorias e critérios em análise de cada um dos sistemas de certificação ambiental são comuns. Assim, para se obter a certificação em cada um dos sistemas, as medidas a aplicar são bastante semelhantes. Neste contexto, apresenta-se na Tabela 3, um resumo das categorias e áreas de intervenção em cada uma delas de forma a obter a certificação ambiental nos sistemas já referidos.

Tabela 3 – Aspectos comuns avaliados nas metodologias BREEAM / LEED / LiderA

Categorias	Descrição	Áreas de intervenção
Clima e Energia	Reduzir a contribuição da zona intervencionada para as alterações climáticas. Melhorar a resposta da zona a eventos meteorológicos adversos.	Gestão de Inundações
		Gestão de águas pluviais e eficiência na utilização da água
		Diminuição do efeito da ilha de calor
		Promover a eficiência energética
		Aplicação de princípios de design passivos
		Promover arquitetura bioclimática
		Promover tecnologias carbono zero
		Monitorização de consumos
		Promover energias renováveis
Recursos	Uso eficiente dos recursos. Gestão dos materiais e resíduos da construção. Minimizar os impactos durante o ciclo de vida dos materiais escolhidos	Gestão e metodologia da construção
		Seleção de materiais (sustentáveis e endógenos)
		Assegurar a gestão de resíduos
		Promover o uso e reabilitação do solo
		Mitigação do impacto ambiental da intervenção (água e solo)
Transportes	Disponibilização das infraestruturas transportes públicos e acessos essenciais. Encorajar estilos de vida saudáveis.	Assegurar vias pedestres adequadas
		Favorecer a mobilidade sustentável - organização do tráfego, ordenamento do estacionamento, transportes públicos, ciclovias, postos de carregamento de carros elétricos.
		Assegurar a proximidade de serviços básicos
Ecologia	Conservação da ecologia local	Manutenção/melhoramento dos habitats existentes
		Avaliação do património ambiental e medidas de mitigação
		Promover Zonas verdes
		Adequação do paisagismo
Negócio	Disponibilizar oportunidade de negócio de forma a garantir os serviços necessários e trabalho para os moradores	Promover o Investimento
		Manutenção ou criação de emprego local
		Assegurar serviços básicos
		Local de formação e partilha de conhecimento
Comunidade	Projetar o desenvolvimento da zona de forma a servir a comunidade, integrando-se na envolvente	Avaliar o impacto social
		Promover o envolvimento da comunidade
		Promover o estilo de vida sustentável
		Assegurar design inclusivo
		Oferecer habitações a preços acessíveis
Localização	Fornecer uma identidade própria ao local, de acordo com o contexto e cultura local	Adequada seleção do local
		Promover a reabilitação do local
		Promover o aumento da qualidade de vida
		Promover o ordenamento do território
		Assegurar densidade habitacional adequada
Edifícios	Assegurar que o design dos edifícios contribui para a sustentabilidade de toda a zona	Certificação de edifícios
		Promover a renovação de edifícios

[aplicabilidade portugal]

Os sistemas de certificação ambiental BREEAM e LEED já foram aplicados a alguns empreendimentos em Portugal. As aplicações incluem centros comerciais, edifícios industriais e de escritórios, e frações comerciais. Quando não é possível a aplicação direta, a aplicação dos sistemas de origem internacional é adaptada de forma a adequar-se às condições e exigências dos edifícios em Portugal.

O sistema de certificação ambiental LiderA encontra-se intrinsecamente ajustado e adaptado à legislação e às exigências dos edifícios em Portugal, tendo vindo a ser bastante utilizado como forma de valorizar vários empreendimentos. Relativamente à presente proposta de intervenção, a sua aplicação reveste-se de interesse, pois para além das vantagens já apresentadas, a LiderA tem um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa que determina a redução de 50% das taxas de operações urbanísticas para todos os novos edifícios ou empreendimentos que atinjam uma certificação de nível A ou superior, reconhecida pelo sistema LiderA. Como resultado desta redução a tributação anual destes edifícios será diminuída e consequentemente os custos fiscais de operação no seu ciclo de vida serão diminuídos.

No entanto, uma vez que o LiderA não tem qualquer expressividade internacional, o reconhecimento à escala global das medidas e princípios aplicados em cada projeto não se efetuaria com a mesma dimensão dos sistemas BREEAM e LEED.

A escolha do sistema do sistema de cerificação ambiental a utilizar deve ser um processo de avaliação detalhado e aplicado caso a caso, optando pelo que melhor se adapta ao projeto em análise, tendo em consideração o custo, requisitos técnicos, flexibilidade e adaptabilidade aos locais geográficos, condições climáticas e cultura. No caso do projeto para a Colina de Santana, deve ser ainda equacionado qual o âmbito de aplicação. Assim, os cenários mais evidentes são a possibilidade de aplicar o sistema de certificação ambiental a cada grande unidade de intervenção, ou de forma mais ambiciosa aplica-lo a todo o território do Plano. A segunda possibilidade aumenta a abrangência e o impacto positivo das medidas, no entanto implicará uma maior adaptabilidade do sistema de certificação ambiental.

[plano de recomendações]

De acordo com as diretrizes da proposta de intervenção em análise, é extremamente pertinente, desde já, ainda numa fase bastante inicial definir e propor medidas que irão ao encontro dos objetivos propostos e servirão como base para influenciar toda a reabilitação e desenvolvimento da Colina de Santana.

Seguidamente é apresentado um plano de recomendações que tem como objetivo contribuir como linhas condutoras para as restrições e medidas a aplicar em toda a área a intervencionar com o objetivo de promover a sustentabilidade da presente intervenção.

[novos edifícios]

1. Energias Renováveis

Todos os edifícios que venham a ser construídos na zona a intervencionar devem, quando possível e apropriado, instalar sistemas solares térmicos e solares fotovoltaicos, como forma de assegurar total ou parcialmente o consumo energético dos mesmos.

2. Certificação energética

De acordo com a regulamentação nacional existente, os novos edifícios ou edifícios sujeitos a grandes remodelações devem ser alvo do processo de certificação energética e obter classificação energética mínima “B-”. Na intervenção da Colina de Santana, sugere-se que todos os edifícios construídos tenham no mínimo a classificação “B” e que pelo menos 50% dos mesmos obtenham “A” ou “A+”.

3. Orientação

O traçado urbano e a construção dos novos edifícios devem ser alvo de análise de forma a assegurar que preferencialmente os edifícios (ou as frações) de habitação tenham orientação Sul e os de serviços orientação Norte.

4. Estratégia energética

Deverá ser adotada uma estratégia energética onde se destacam medidas tais como: redução do consumo energético para aquecimento e arrefecimento através de medidas solares passivas; maximização da eficiência térmica dos edifícios; gestão e minimização do consumo de energia para aquecimento e arrefecimento de água e dos espaços, e utilização de iluminação eficiente.

5. Cobertura Disponível

Deverá ser assegurado que todos os novos edifícios têm no mínimo 50% da sua área de cobertura disponível para instalação de sistemas solar térmico e/ou solar fotovoltaico, compatíveis com a instalação conjunta de sistemas de reutilização de águas pluviais.

Em cada um dos lotes da zona a intervencionar, 50% da área deverá ser ocupada por espaços verdes. Caso não seja possível deverão ser aplicadas coberturas verdes nos edifícios de forma a que os 50% de espaços verdes sejam assim obtidos.

[edifícios existentes]

Todos os edifícios da zona em análise, que futuramente sejam alvo de intervenção/reabilitação, devem quando possível e apropriado, instalar sistema solar térmico que contribua para satisfazer as suas necessidades de AQS. No caso das grandes intervenções, esta medida está incluída no RCCTE.

[proximidade a serviços]

Após a intervenção deverá ser assegurada a existência de serviços básicos na zona, tal que os edifícios de habitação distem destes no máximo:

500m - Supermercados ou mercearias, parques infantis e marco do correio.

1000m - Banco ou multibanco, correios, farmácia, creche, escola primária, centro de saúde, infraestruturas de lazer, centro comunitário, parque/espaços verdes, local religioso.

[emprego]

Na área a intervencionar deverá ser assegurado de que não existe uma diminuição no número de empregos. Deve ser estimulada e proporcionada a criação de postos de novos postos de trabalho.

[transportes]

1. Circulação automóvel

De acordo com restrições já aplicadas noutras zonas da cidade, através da definição das zonas de emissões reduzidas (ZER), também aqui se deveria estudar a possibilidade de aplicação desta medida.

2. Estacionamento

Na Colina de Santana, deverá ser assegurado que o número de lugares de estacionamento definidos se encontra entre os mínimos definidos pela autoridade local e os máximos referenciados no plano de ação local.

Uma vez que na zona predominam construções antigas e que só em casos pontuais os edifícios dispõe de estacionamento privativo, devem ser assegurados locais de estacionamento público com custos controlados para residentes.

3. Ciclovias

Deverá ser avaliada a viabilidade de criação de ciclovias e infraestruturas associadas ao uso de bicicletas como meio de transporte (estacionamentos e balneários) na zona a intervencionar. Uma das possibilidades em análise é a construção de uma ciclovia que interliga o troço já existente na Av. Duque de Ávila, passando pela R. da Estefânia e R. Gomes Freire, até à Faculdade de Ciências Médicas no Campo de Santana.

4. Transportes públicos

Deverá ser assegurado que a zona a intervencionar será servida por um corredor de transportes públicos. A distância máxima entre as paragens de transportes públicos de serviço regular e os edifícios de serviços e de habitação deverá ser no máximo de 500m.

5. Iluminação pública

Deverá proceder-se um estudo com o intuito de promover a substituição da iluminação pública existente por sistemas de iluminação eficiente, do tipo LED (ou equivalente em termos de eficiência). No interior dos grandes núcleos, onde a intervenção terá maiores proporções, a iluminação pública existente deverá ser LED (ou equivalente em termos de eficiência).

6. Sistema centralizado de produção de energia . Energias renováveis

De forma a promover a sustentabilidade e os objetivos desta intervenção, propõe-se dois cenários alternativos a instalar nos núcleos intervencionados:

Maximização da área de captação solar para produção de calor (solar térmico) e eletricidade (solar fotovoltaico) para consumo local (núcleos);

Maximização da área de captação solar, unicamente para produção de calor (sistema solar térmico), permitindo suprir as necessidades do núcleo e de edifícios existentes (que não disponham de sistemas solares térmicos próprios) na vizinhança próxima.

7. Certificação ambiental

Pelos objetivos da presente proposta de intervenção e das características dos sistemas já apresentadas, recomenda-se que se considere a aplicação de um sistema de certificação ambiental.

8. Identificação de locais públicos para instalação de sistemas solares.

Concorrendo com as linhas condutoras da intervenção na Colina de Santana, recomenda-se a instalação de sistemas solares térmicos em espaços públicos, com intuito de suprir parte do consumo de AQS dos edifícios mais próximos. Com esta medida pretende-se não só contribuir para a sustentabilidade da proposta e como forma de consciencializar a população para a necessidade da aplicação destes sistemas, mas também que seja alvo de estudo para futuras implementações noutras zonas da cidade.

SÍNTESE

SÍNTESE

A reflexão sobre este território passará no seu fundamental pelo que será o futuro das áreas de hospitais a desafectar, pelo que, ainda que seja importante caracterizar e definir estratégias globais para toda a Colina, será sobretudo nestas unidades cadastrais que terá de ser reinventado um novo modo de relação com a cidade. Esta reflexão irá passar pelas possibilidades efectivas que estes territórios oferecem no incremento da oferta habitacional, mas também e sobretudo pelas oportunidades que apresentam ao nível da ampliação e qualificação do espaço público.

Tratando-se sempre de unidades na sua génese encerradas e cercadas, a sua inserção no todo urbano e a afirmação do seu carácter de espaço público terá de passar não só pelo modo como se desenham os espaços abertos que estas unidades encerram e pela relação que conseguirão estabelecer com os espaços já existentes na Colina, mas também pela definição clara de tipologias funcionais a instalar nos equipamentos a desafectar.

O programa a implementar no interior das cercas será predominantemente habitacional, função que não será capaz de gerar fluxos populacionais ou atravessamentos significativos, e caberá às actividades económicas e sobretudo aos equipamentos contrariar esta tendência. Entende-se por isso que, depois de todas as reflexões feitas a propósito desta área e das operações a realizar no interior das unidades adquiridas pela Sagestamo, ao nível do programa é importante reiterar a necessidade de manter programa e equipamentos públicos em cada uma das unidades, enquanto motores de urbanidade e vida pública no interior das antigas cercas.

Por outro lado é igualmente importante encontrar a solução que permita reabilitar e reocupar com brevidade os edifícios que ficarem devolutos e para os quais estejam previstas obras de requalificação, sob pena de criar uma situação de acelerada degradação dos edifícios e por consequência do espaço público e das habitações existentes no espaço em que se inserem. Tal como foi referido atrás, as ocupações temporárias podem ser uma solução transitória para este património, mas deve ser delineada a muito breve prazo a solução que permita proteger e manter vivos os estes valores patrimoniais, encontrando entre os domínios público e privado o modo mais acertado de concertar e viabilizar esta profunda mudança na Colina de Santana.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, D. Fernando de, (coord. de). **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**. Lisboa: Tomo II, 1975.

AMARAL, F. Keil do. **Lisboa: uma cidade em transformação**. [S.l]: Europa-América, 1970.

ANDRADE, José Sérgio Veloso de. **Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos outros logares do termo**. Lisboa: Impr. Silviana, 1851.

ARAÚJO, Norberto de. **Peregrinações em Lisboa**. 15 vols. Lisboa: parceria A. M. Pereira, 1938-1939.

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque: 1856 -1858. Lisboa: CML, 2000.

BARREIROS, Maria Helena (coord.). **Lisboa: conhecer, pensar, fazer cidade**. Lisboa: CML, 2001.

BRANCO, Ricardo Lucas. **Italianismo e Contra-Reforma: a obra do arquitecto Baltazar Álvares em Lisboa**, Lisboa: [s.n.], 2008

BRANCO, Ricardo Lucas. **Avaliação Histórico-Patrimonial do antigo Mosteiro Cisterciense de N. Senhora do Desterro - Actual Hospital do Desterro**, 2011

CAEIRO, Baltasar Matos. **Os Conventos de Lisboa**. Lisboa: 1989.

CAETANO, Joaquim Oliveira. **Chafarizes de Lisboa**. Lisboa: Distri, 1991

CAETANO, Joaquim Oliveira. **O Aqueduto das Águas Livres** *in* **O Livro de Lisboa**, coord. Irisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. pp. 293-312.

Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CHELMICK, José Carlos Conrado. **Memória sobre o Aqueduto Geral de Lisboa, feito por Ordem do Ministério das Obras Públicas** em Portaria de 15 de Fevereiro de 1856. 2 vols. Lisboa: 1857.

CORREIA, José Eduardo Horta. **Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão**. Lisboa: Presença, 1991.

COSTA, Alexandre Alves, **Introdução ao Estudo da Arquitectura Portuguesa; Outros textos da Arquitectura Portuguesa**. Porto: FAUP, 1995.

FELICIANO, Marta, LEITE, António. **A Cerca Fernandina na Colina de Santana; presença,memória e resignação como estratégia de reabilitação para a contemporaneidade** *in* http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2010/hospitalar/MFeliciaALeite%20Estrategia%20de%20Reabilitacao.pdf

FERNANDES, José Manuel. **Lisboa, Arquitectura e Património**, Lisboa, Livros Horizonte, 1989

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. **Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição: análise histórica, tipológica, artística e iconográfica**. Lisboa: [s.n.], 2008.

FRANÇA, José Augusto. **Lisboa: História Física e Moral**, Lisboa: Horizonte, 2009

FRANÇA, José Augusto. **Lisboa: urbanismo e arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

GASPAR, Jorge. **Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade** *in* **Conversas à volta dos Conventos** (coord. Virgínia Fróis), Évora, Casa do Sul Editora, 2002

GÓIS, Damião de. **Descrição da Cidade de Lisboa**, trad. José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

GOMES, Paulo Varela. **Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada**. Porto: FAUP publicações, 2001.

GOMES, Paulo Varela. **Se eu cá estivera vindo antes... mármores italianos e barroco português** *in* http:www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/.../3f.pdf

KUBLER, George. **A arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes**. Lisboa: Vega, D.L.1988.

Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911. [cartografia Silva Pinto]. Lisboa: CML, 2005.

MARADO, Catarina Almeida. **A propósito da envolvente do património construído: o caso do antigo convento capucho de Loulé**. Disponível em: "http://w3.ualg.pt/~tpanago/public/CatarinaMarado.pdf".

MARTINS, Augusto. **Hospital de S. Lázaro** *in* **Omnia Sanctorum: Histórias da história do Hospital Real de Todos os Santos e seus sucessores**, Lisboa: By The Book, D.L. 2012

MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira. **Caminho do Oriente . Guia Histórico I**, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira. **Caminho do Oriente . Guia Histórico II**, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira. **Estudo histórico-patrimonial do Hospital Miguel Bombarda, antigo Convento de Rilhafoles,** 2012

MATTOSO, António. **Hospital de S. José** *in* **Omnia Sanctorum: Histórias da história do Hospital Real de Todos os Santos e seus sucessores**, Lisboa: By The Book, D.L. 2012

MEDINAS, Victor Joaquim Fialho. **Arquitectura Capucha da Província da Piedade [Texto policopiado].** Lisboa: [s.n.], 1994.

MOITA, Irisalva (coord.). **D. João V e o abastecimento de água a Lisboa**. 2 vols. Lisboa: CML, 1990.

MOITA, Irisalva (coord.). **O Livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

MOITA, Luís; MARKL, Dagoberto L.. **A Bemposta: o "Paço da Rainha"**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

NEREU, Sílvia. **Evolução das exigências funcionais da Habitação, um ensaio de aplicação ao parque das Avenidas Novas** *in* Boletim Lisboa Urbanismo nº 16 - Ano 2001

NETO, Teresa, et alt, **Hospital D. Estefânia: 150 anos de História** *in* **Omnia Sanctorum: Histórias da história do Hospital Real de Todos os Santos e seus sucessores**, Lisboa: By The Book, D.L. 2012

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da. **Casa de São Lázaro de Lisboa: Contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs XIV-XV)**, dissertação de mestrado em História Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, orient. Maria de Lurdes Rosa, Agosto 2010.- Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/4822

PEREIRA, Cristovão Valente. **Chafarizes de Lisboa - Monumento e função prática, a importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidade dos espaço público** *in* http://seu2007.saau.iscte.pt/Actas/Actas_SEU2007_files/Cristovao_Pereira2.pdf

PEREIRA, Luiz Gonzaga. **Monumentos Sacros de Lisboa em 1833**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

PEREIRA, Nuno Teotónio. **Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a prmoção privada do alojamento operário** *in* http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf

PEREIRA, Paulo. **História da Arte Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

PINA, Madalena Esperança. **As Faculdades de Medicina na I República** in Corpo: Estado Medicina e Sociedade, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010

PINTO, Luís Leite**. História do abastecimento de água à região de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, EPAL, 1989.

Portugal: impressões de uma visita ao Asylo de Mendicidade de Lisboa. [Lisboa: s.n., 19--].

PROVIDÊNCIA, Paulo. **A cabana do Higienista**, Coimbra: Departamento de Arquitectura da FCTUC, cop.2000

QUEIRÓS, José. **Cerâmica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Estante Editora, 1987.

RAMOS, Paulo Oliveira. **EPAL: iconografia histórica**. Lisboa: EPAL, 2007.

RAMOS, Paulo Oliveira. **O Projecto de Louis-Charles Mary para distribuição de água na cidade de Lisboa, 1856**. Lisboa: EPAL, 2011.

SALTA, Ana Maria. **Factores estruturantes da Colina de Sant'Ana em Lisboa, séculos XIV a XVII [Texto policopiado]**.Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2001.

SANTANA, Francisco (compil). **Lisboa na segunda metade do século XVIII: plantas e descrições das suas freguesias**. Lisboa: CML, [D.L. 1976].

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.). **Dicionário da História de Lisboa.** Sacavém: Carlos Quintas & Associados, 1994.

SARAIVA, Tiago Figueiredo. **Dinámica urbana de la ciencia: Lisboa y Madrid (1851-1900)**, tesis doctoralen el programa de Ciencia e Cultura, Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, [s.n.], 2003

SILVA, A. Vieira da. **A Cerca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SILVA, A. Vieira da. **A Cerca Fernandina de Lisboa**. 2 vols. Lisboa: CML, 1948-1949.

SILVA, Manuel Victor Azevedo e SOUSA, Maria Augusta. **A Escola de Enfermagem de Artur Ravara e os Hospitais Civis de Lisboa** *in* **Omnia Sanctorum: Histórias da história do Hospital Real de Todos os Santos e seus sucessores**, Lisboa: By The Book, D.L. 2012

TAVARES, André. **Arquitectura Anti Tuberculose: Trocas e Tráficos na Construção Terapêutica entre Portugal e Suiça**, Porto: FAUP Publicações, 2005

TAVARES, Domingos; XAVIER, João Pedro (colab.); **António Rodrigues: Renascimento em Portugal**. [Porto]: Dafne, 2007.

TAVARES, Rui. **O Pequeno livro do Grande Terramoto**, Lisboa: Tinta da China, 2009

VELOSO, A. Barros; ALMASQUÉ, Isabel; PAVÃO, Luís (fotogr.). **Hospitais Civis de Lisboa: história e azulejos**. Lisboa: Inapa, 1996.

VILLAVERDE, Manuel. **Rua das Portas de Santo Antão e a singular Modernidade Lisboeta, (1890-1925): arquitectura e práticas urbanas** *in* Revista de História da Arte, do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, n.º2, 2006, Disponível em: http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA_2_9.pdf

VV. - **Atlas Urbaniístico de Lisboa**, Lisboa, Argumentum, 2006

VV. - **História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa**, Lisboa, CML, 1950-1972, 2 volumes

VV. - **Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa**, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1990, 5º Volume, Tomo 3

XAVIER, António Manuel. **Das Cercas dos Conventos Capuchos**. Évora: Casa do Sul, cop.2004.

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico — Geral, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits património, no 5, versão 1.0), URL: www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt, www.igespar.pt.

ILobo

inês lobo **arquitectos** lda